

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

FÁBIO RODRIGUES DA COSTA

**A NOÇÃO DE MUNICÍPIOS PERIFÉRICOS: CONTRADIÇÕES E
DESIGUALDADES NO ESTADO DO PARANÁ**

**MARINGÁ - PR
2013**

FÁBIO RODRIGUES DA COSTA

**A NOÇÃO DE MUNICÍPIOS PERIFÉRICOS: CONTRADIÇÕES E
DESIGUALDADES NO ESTADO DO PARANÁ**

**Tese de doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia
da Universidade Estadual de Maringá como
exigência para obtenção do título de doutor
em Geografia.**

Prof. Or.: Dr. Márcio Mendes Rocha

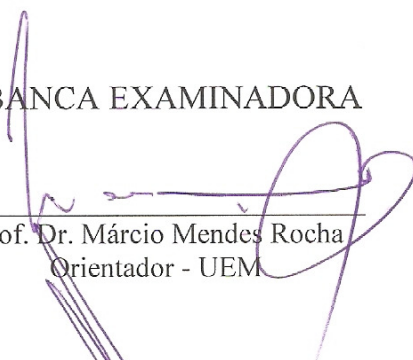
**MARINGÁ - PR
2013**

A NOÇÃO DE MUNICÍPIOS PERIFÉRICOS: CONTRADIÇÕES E DESIGUALDADES
DO ESTADO DO PARANÁ

Tese de Doutorado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, para obtenção do grau de Doutor em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental, linha de pesquisa Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais


Aprovada em 01 de agosto 2013.

BANCA EXAMINADORA

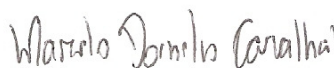


Prof. Dr. Márcio Mendes Rocha
Orientador - UEM


Prof. Dr. Henrique Manoel da Silva
Membro convidado - UEM



Prof.ª Dr.ª Sueli de Castro Gomes
Membro convidado - UEM



Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalho
(membro convidado) – UNESP/Ourinhos



Prof. Dr. Marcos Clair Bovo
Membro convidado – UNESPAR

DEDICATÓRIA

Para os que lutam contra as desigualdades produzidas pelo modo de produção capitalista e se engajam na transformação da realidade. Aos amigos e amigas do NEMO e professores e professoras do Departamento de Geografia da UNESPAR/FECILCAM campus de Campo Mourão. A minha família.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Dr. Márcio Mendes Rocha do Departamento de Geografia da UEM pelo comprometimento com a transformação da realidade e pela dedicação e empenho nas orientações para a construção da tese. Suas ideias e ensinamentos foram a base sólida que permitiram o meu crescimento intelectual como pesquisador e possibilitaram o desenvolvimento da pesquisa.

A Fundação Araucária, instituição consolidada no apoio a pesquisa e extensão no Paraná, pela bolsa de estudos e uso de equipamentos que contribuíram efetivamente para a elaboração da tese.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia - Mestrado e Doutorado da Universidade Estadual de Maringá por abrirem as portas e indicarem caminhos.

Ao NEMO - Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização e seus integrantes pelo compromisso e seriedade nas pesquisas realizadas, dedicação à práxis revolucionária, sensibilidade artística demonstrada na elaboração de vídeos e ensaios fotográficos, apoio e dedicação.

A UNESPAR Campus de Campo Mourão - FECILCAM, pelo incentivo e apoio na realização do doutorado, entendendo que o mesmo é parte integrante de um projeto maior em vigor na instituição comprometido com a qualidade do ensino e com o desenvolvimento regional.

Aos professores do Departamento de Geografia da UNESPAR, que contribuíram com ideias e debates motivadores e esclarecedores (Nair Massoquim, Marcos Bovo, Valéria Postali, Jefferson Crispim, José Antônio da Rocha, Victor Borsato e Mauro Parolin).

Aos professores, amigos e companheiros de estudo e de estrada no doutorado (Edson Yokoo, Áurea Andrade, Ana Paula Colavite, Virgílio Bernardino, Oséias Cardoso, Claudia Chies, Paulo Borges), que tanto apoiaram e contribuíram através dos debates, novas ideias, críticas e conversas sobre os difíceis caminhos e desafios para a produção de uma tese, pela descontração e boas risadas. Ao amigo Gilson Junior pela contribuição com o Excel.

Especialmente a minha noiva Elaine por apoiar e ajudar decisivamente em todo o processo e elaboração da tese. Aos meus pais Marcilio e Eliana pelas orientações e ensinamentos dados no transcorrer do meu caminho, por seu empenho, carinho, amor e acreditaram nos meus sonhos muitas vezes tão distantes. Ao meu irmão Mauricio pelo companheirismo e amizade.

A Novidade

Oh! Mundo tão desigual

Tudo é tão desigual

Ô Ô Ô Ô Ô Ô!

Oh! De um lado esse carnaval

De outro a fome total

Ô Ô Ô Ô Ô Ô !...

(Gilberto Gil/ Bi Ribeiro/

Herbert Vianna/ João Barone)

RESUMO

A presente tese de doutorado tem como objetivo analisar a produção do espaço a partir das contradições e desigualdades existentes no estado do Paraná e propor a noção teórico-metodológica de município periféricos embasada nos seguintes critérios: esvaziamento populacional, dependência econômica, subordinação territorial e indicadores sociais críticos. A discussão teórica e o modelo elaborado permitiram a classificação dos 399 municípios paranaenses em quatro grupos: fortemente dinâmicos, dinâmicos, intermediários e periféricos. Foram selecionados sete municípios considerados periféricos com população total inferior a cinco mil habitantes para a realização de trabalho de campo (Brasilândia do Sul, Cruzeiro do Iguaçu, Farol, Godoy Moreira, Mato Rico, Nova América da Colina e Sulina). Através da análise empírica foram constatados intensos problemas sociais e econômicos que caracterizam os referidos municípios como periféricos. O principal problema verificado foi o esvaziamento populacional, especialmente de jovens.

Palavras-chave: Municípios Periféricos. Produção do Espaço. Desigualdade.

ABSTRACT

This doctoral thesis aims at analyzing the production of space from the contradictions and inequalities found in the state of Paraná and at proposing a theoretical-methodological notion of peripheric municipalities based on the following criteria: depopulation, economic dependence, territorial subordination and critic social indicators. The theoretical discussion and the model developed allowed the classification of the 399 municipalities of the state into four groups: highly dynamic, dynamic, intermediate and peripheric. Seven peripheric municipalities were chosen for data collecting taking into consideration the number of their inhabitants - less than five thousand inhabitants (Brasilândia do Sul, Cruzeiro do Iguaçu, Farol, Godoy Moreira, Mato Rico, Nova América da Colina and Sulina). The empirical analysis revealed so many and intense social problems that it was possible to characterize and confirm and them as peripheric municipalities. The main problem was the depopulation, especially of young people.

Keywords: Municipalities Peripheric. Production of Space. Inequality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	As três ondas de povoamento.....	36
Figura 2	Rede urbana Paranaense.....	68
Figura 3	Os Vários Paranás.....	71
Figura 4	Espacialização dos municípios no Estado do Paraná.....	119
Figura 5	Localização dos municípios estudados.....	121
Figura 6	Paraná: Macromobilidade física da população.....	136
Figura 7	Avenida e rua sem asfalto em Brasilândia do Sul.....	146
Figura 8	Casas sem muro e grade em Cruzeiro do Iguaçu.....	148
Figura 9	Problemas de infraestrutura.....	150
Figura 10	Circulação da informação.....	151
Figura 11	Hospital 24 horas em Godoy Moreira.....	152
Figura 12	Estrada de terra recém cascalhada ligando Roncador até Mato Rico	155
Figura 13	Paisagem rural em Mato Rico.....	156
Figura 14	Rua de terra em Nova América da Colina.....	158
Figura 15	Buracos nas ruas.....	158
Figura 16	Vista parcial de Sulina.....	160
Figura 17	Centro comercial de Brasilândia do Sul.....	162
Figura 18	Avenida principal em Cruzeiro do Iguaçu.....	164
Figura 19	Centro comercial de Farol.....	166
Figura 20	Centro comercial de Godoy Moreira.....	168
Figura 21	Centro de saúde em Mato Rico.....	169
Figura 22	Visão panorâmica de Nova América da Colina.....	171
Figura 23	Paraná: micromobilidade para atendimento médico especializado....	173

Figura 24	Paraná: mobilidade do consumo e para serviços especializados.....	175
Figura 25	Paraná: micromobilidade para o Ensino Superior.....	177
Figura 26	Prática de pecuária leiteira.....	183
Figura 27	Posto de recebimento da COAPROCOR em Godoy Moreira.....	186
Figura 28	Barracão da Cooperativa Nova Citrus.....	187
Figura 29	Praia Municipal.....	189

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	População rural e urbana do Paraná entre 1970 e 2010.....	63
Gráfico 2	População total, urbana e rural de Brasilândia do Sul.....	123
Gráfico 3	População total, urbana e rural de Cruzeiro do Iguaçu.....	125
Gráfico 4	População total, urbana e rural de Farol.....	126
Gráfico 5	População total, urbana e rural de Godoy Moreira.....	128
Gráfico 6	População total, urbana e rural de Mato Rico.....	129
Gráfico 7	População total, urbana e rural de Nova América da Colina.....	131
Gráfico 8	População total, urbana e rural de Sulina.....	132

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	População do Brasil e do Paraná entre 1920 e 1960.....	35
Tabela 2	Indicadores da modernização da agricultura no Paraná.....	43
Tabela 3	Principais culturas em toneladas no Paraná 1970-2012.....	44
Tabela 4	Número de estabelecimentos agropecuários segundo grupos de área.....	44
Tabela 5	Área dos estabelecimentos agropecuários no Estado do Paraná 1970-2006.....	45
Tabela 6	População total do Brasil e do Paraná entre 1970 - 2012.....	62
Tabela 7	Relação entre a população urbana e rural no Paraná.....	63
Tabela 8	População total do Estado do Paraná entre 1970 e 2010 por mesorregiões.....	64
Tabela 9	Participação por mesorregiões no total de população do Estado do Paraná entre 1970 e 2010.....	64
Tabela 10	Indicadores selecionados.....	139
Tabela 11	IFDM dos municípios estudados.....	141
Tabela 12	Receitas Correntes Municipais segundo as Categorias - 2010.....	142
Tabela 13	Valor adicionado Fiscal segundo os ramos de atividades - 2010.....	143

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFAPROL	Associação Farolense de Produtores de Leite
APLs	Arranjos Produtivos Locais
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CANGO	Colônia Agrícola Nacional General Osório
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CIC	Cidade Industrial de Curitiba
CITLA	Clevelândia Industrial Ltda
COAMO	Agroindustrial Cooperativa
COAPROCOR	Cooperativa Agroindustrial de Produtores de Corumbataí do Sul e Região
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
DGTC	Departamento de Geografia Terras e Colonização
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFDM	Índice Firjan de Desempenho Municipal
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPDM	Índice IparDES de Desempenho Municipal
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano

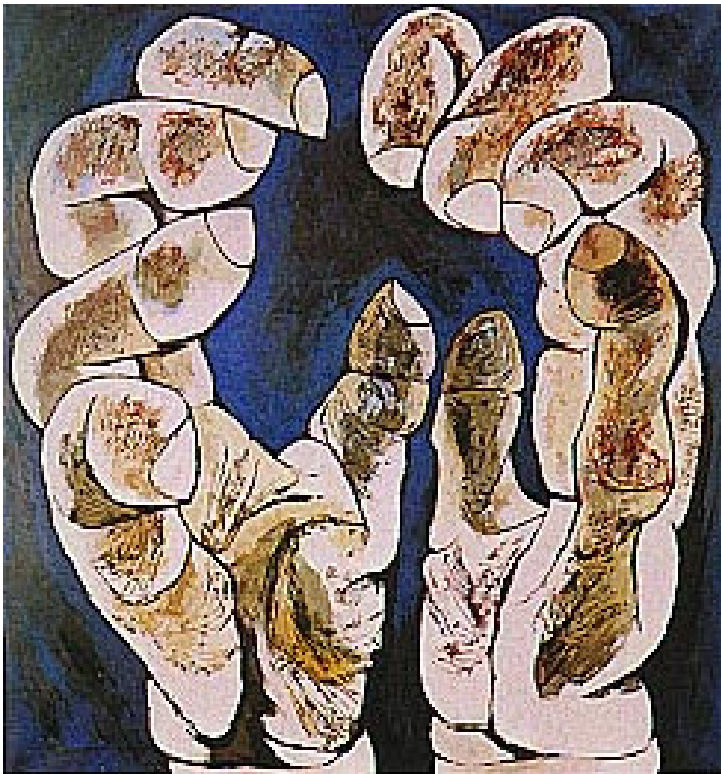
IPI	Imposto Sobre Produtos Industrializados
IR	Imposto de Renda
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte Sobre os Rendimentos do Trabalho
ITBI	Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PDR	Programas de Desenvolvimento Rural
PEA	População Economicamente Ativa
PIA	Programa de Inseminação Artificial
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
REGIC	Região de Influência das Cidades
RMC	Região Metropolitana de Curitiba
SICREDI	Sistema de Crédito Cooperativo
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
VAF	Valor Adicionado Fiscal
VBP	Valor Bruto da Produção

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	A noção de municípios periféricos.....	99
Quadro 2	O que existe de melhor em Brasilândia do Sul?.....	145
Quadro 3	Quais são os principais problemas em Brasilândia do Sul?.....	147
Quadro 4	O que existe de melhor em Cruzeiro do Iguaçu?.....	147
Quadro 5	Quais são os principais problemas em Cruzeiro do Iguaçu?.....	148
Quadro 6	O que existe de melhor em Farol?.....	149
Quadro 7	Quais são os principais problemas em Farol?.....	150
Quadro 8	O que existe de melhor em Godoy Moreira?.....	152
Quadro 9	Quais são os principais problemas em Godoy Moreira?.....	153
Quadro 10	O que existe de melhor em Mato Rico?.....	154
Quadro 11	Quais são os principais problemas em Mato Rico?.....	156
Quadro 12	O que existe de melhor em Nova América da Colina?.....	157
Quadro 13	Quais são os principais problemas em Nova América da Colina?....	157
Quadro 14	O que existe de melhor em Sulina?.....	159
Quadro 15	Quais são os principais problemas em Sulina?.....	160

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
1 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO, AS TRANSFORMAÇÕES PRODUTIVAS E OS NOVOS FLUXOS TERRITORIAIS NO ESTADO DO PARANÁ.....	25
1.1 OCUPAÇÃO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO PARANAENSE.....	25
1.2 A MODERNIZAÇÃO DA BASE TÉCNICA NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA.....	38
1.3 A DISPARIDADE ESPACIAL DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO.....	48
1.4 A MOBILIDADE DA POPULAÇÃO A PARTIR DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA.....	57
1.5 OS NOVOS FLUXOS TERRITORIAIS.....	66
2 O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E A ELABORAÇÃO DA NOÇÃO DE MUNICÍPIOS PERIFÉRICOS.....	73
2.1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO.....	73
2.2 A VALORIZAÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO.....	77
2.3 O DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL.....	81
2.4 A NOÇÃO DE MUNICÍPIOS PERIFÉRICOS.....	95
3 CONCENTRAÇÃO E DESIGUALDADE NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO PARANAENSE.....	117
3.1 A DINÂMICA DO ESVAZIAMENTO POPULACIONAL.....	122
3.2 ESPACIALIDADES SOCIALMENTE CRÍTICAS E DEPENDÊNCIA ECONÔMICA.....	138
3.3 CONDIÇÕES PERIFÉRICAS.....	145
3.4 REDES GEOGRÁFICAS E SUBORDINAÇÃO TERRITORIAL.....	161
3.5 PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	179
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	190
REFERÊNCIAS.....	193
APÊNDICE A - LISTA DOS MUNICÍPIOS.....	202
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....	212



Oswaldo Guayasamín
(Manos Insaciables)



Oswaldo Guayasamín
(Ecuador)

INTRODUÇÃO

A geografia desde a sua sistematização e organização como ciência acadêmica está comprometida com o estudo do espaço, assim é necessário compreendê-lo como um importante viés de análise e investigação crítica. Sem tal premissa as pesquisas realizadas correm o risco de não abordar com profundidade as relações sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais que envolvem o complexo mundo contemporâneo. Cabe a nós geógrafos ampliar e aprofundar as discussões, propor o debate contínuo, desvendar os nós e criticar as profundas desigualdades que marcam a produção do espaço no capitalismo.

A produção do espaço é o resultado de múltiplas determinações e conexões em escalas diferentes, transitando do local a dimensão internacional. Não é possível desvendar as relações locais sem atentar para a dimensão internacional, mas é preciso levar em consideração as especificidades e particularidades próprias de cada lugar. É a articulação dialética entre o particular e o universal que permite o entendimento dos processos. “Nada pode ser explicado apenas numa escala, mesmo que estejamos nos referindo à escala internacional. Toda a compreensão requer a articulação entre as escalas, ou seja, a avaliação dos modos, intensidades e arranjos, segundo os quais os movimentos se realizam [...]. (SPOSITO, 2011, p. 130).

O processo de produção/reprodução do espaço no capitalismo ocorre a partir da contradição entre o processo produtivo social e a propriedade privada dos meios de produção. Para a produção capitalista existir é necessário o trabalho social, no entanto o valor excedente resultado do trabalho pertence apenas aos donos dos meios de produção. Com isso a sociedade está dividida em classes distintas e antagônicas, porém complementares para a produção/reprodução do capital.

Sendo o espaço compreendido como produto, meio e condição da atividade dos seres humanos não podemos considerá-lo independente e desconectado da própria sociedade, visto que é a partir das múltiplas relações e contradições existentes na sociedade que o espaço é produzido e reproduzido. A reprodução do espaço recria as condições nas quais se realizam o processo de reprodução do capital, do poder e da vida humana (CARLOS, 2011).

O objetivo geral proposto pela nossa pesquisa é analisar a influência do capital na constituição de municípios periféricos no estado do Paraná a partir do processo de reestruturação produtiva. Os objetivos específicos são: compreender a ação do Estado e do capital no processo de produção do espaço paranaense; analisar a mobilidade da população

(saúde, serviços, ensino superior, consumo e trabalho) atentando para o esvaziamento populacional nos municípios com população inferior a cinco mil habitantes; verificar as relações entre a migração da população e o modelo de desenvolvimento posto em prática a partir da década de 1960/1970; e verificar a dependência econômica, a subordinação territorial e os indicadores sociais nos municípios selecionados para a análise empírica.

A realização do estudo se justifica pela necessidade de entender e desvendar as contradições, desigualdades e interações presentes no espaço geográfico paranaense. Com isso, propomos a noção de periferia levando em consideração os aspectos socioeconômicos e espaciais e não apenas à distância. Santos (2007), explicou que a noção de periferia esteve carregada na noção de distância, que norteou a maioria das teorias espaciais e locacionais, a essa noção é preciso opor outra, a de periferia socioeconômica. O uso da noção de periferia socioeconômica permite um melhor entendimento das desigualdades espaciais, visto que uma parcela significativa dos municípios e da população paranaense não se beneficiou do crescimento econômico verificado nas últimas décadas. Propomos (re)pensar o significado de periferia em virtude dos novos fluxos de capital e da maior continuidade espacial necessários para a sobrevivência do modo de produção capitalista.

Também se justifica em razão da necessidade em aprofundar os estudos sobre municípios com população total inferior a cinco mil habitantes. Na maioria das pesquisas desenvolvidas o enfoque está na análise de espaços dinâmicos como a Região Metropolitana de Curitiba, Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Guarapuava, entre outros.

A discussão sobre pequenas cidades começou a ganhar maior visibilidade e vigor no Paraná a partir do I Simpósio sobre Pequenas Cidades e Desenvolvimento Local, realizado na Universidade Estadual de Maringá – UEM, em agosto de 2008. Em setembro de 2010 ocorreu o II Simpósio sobre Pequenas Cidades na Universidade Estadual de Londrina – UEL. Os eventos impulsionaram as pesquisas sobre a temática. Mesmo assim, ainda são poucos os pesquisadores que se preocupam efetivamente com o tema no Paraná.

Em muitas pesquisas o encantamento ou desencantamento recai sobre as metrópoles e regiões metropolitanas. Acreditamos que ao debruçar os esforços no desenvolvimento da noção de municípios periféricos estamos contribuindo para uma melhor compreensão dos profundos e complexos problemas enfrentados por uma parcela significativa dos municípios paranaenses.

A opção por estudar municípios com população total inferior a cinco mil habitantes é motivada em virtude da intensidade no declínio da população, especialmente entre as décadas

de 1970 e 1980, continuando nas décadas seguintes, porém com redução no ritmo. A perda de centralidade e de funções urbanas, também relacionadas ao esvaziamento populacional são temas relevantes e considerados. Esses municípios convivem com indicadores sociais abaixo da média paranaense e apresentam dificuldades para se integrarem nos fluxos de crescimento. No entanto, não devemos desconsiderar de forma alguma a sua importância para seus habitantes, assim como para uma melhor compreensão das novas dinâmicas capitalistas.

É preciso esclarecer os motivos que levaram a escolha do município como opção de investigação. No município (escala local) é possível compreender as relações entre o rural e o urbano, especialmente nos casos onde a população rural é maior do que a urbana. Também é no município que se materializam as ações políticas, econômicas e sociais capazes de promover melhorias nas condições de vida da população. Compartilhamos da compreensão de Silva (1986), que entende o município como uma subdivisão político-administrativa de um país para fins de desempenhar funções próprias de governo local. Assim, a Constituição Federal de 1988 reconheceu as competências do município e entregou os poderes de auto-gestão, autonomia administrativa e autonomia financeira.

Segundo a Constituição do Brasil (BRASIL, 1998, p. 25) Art. 18. “A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.” Com isso a organização do país está dividida em: União (nacional), Estados e o Distrito Federal (unidades da federação) e o municípios (local).

Ao optar pela escala local como objeto de análise e investigação não estamos desconsiderando as demais escalas geográficas, pois é a partir da imbricação entre elas que se torna possível entender as desigualdades espaciais. Ao estudar o município não perdemos de vista as conexões regionais, nacional e global que constitui um todo complexo.

Na presente tese de doutorado partimos da lei do desenvolvimento desigual e combinado e da teoria do desenvolvimento geográfico desigual com o intuito de compreender as disparidades sócio-espaciais que produziram no estado do Paraná municípios fortemente dinâmicos, dinâmicos, intermediários e municípios periféricos. O desenvolvimento desigual é uma marca da produção do espaço capitalista e está relacionado com as contradições na própria estrutura do capital. A teoria do desenvolvimento desigual procura entender a espacialidade geográfica das disparidades em suas diferentes escalas (SMITH, 1988). Tem como propósito desvendar os processos e os padrões das desigualdades geográficas produzidas pelo sistema capitalista nas escalas geográficas.

Utilizamos como método de interpretação o materialismo histórico e dialético desenvolvido pelo filósofo e economista Karl Marx. Para Frigotto (1989, p. 73), o materialismo histórico e dialético é uma postura, uma concepção de mundo “[...] um método que permite uma apreensão radical (que vai à raiz) da realidade e, enquanto práxis, isto é, unidade de teoria e prática na busca da transformação e de novas sínteses no plano do conhecimento e no plano da realidade histórica.” Na visão de Löwy (2000, p. 59) o pensamento de Marx “inaugura não uma ‘ciência da história’ – que já existia antes dele – mas uma nova concepção de mundo, que permanece uma referência necessária para todo pensamento e ação emancipadores.”

Lefebvre (1983) escreveu que o método dialético não é um fenômeno intelectual, um fato cultural entre outros que viria ajuntar-se aos existentes e complicar um pouco mais uma cultura já complicada. Ele vem ordenar, desobstruir e organizar a consciência do mundo e do homem. Diz respeito às contradições do real, a concepção de mundo e de movimento, deve ser radical e ter por finalidade a transformação da realidade.

Na dialética materialista o que se verifica é a contradição no homem e na sociedade. Contradição significa também “[...] problemas a solucionar, dificuldades, obstáculos – portanto, luta e ação –, mas, também, possibilidade de vitória, de passo à frente, de progresso. Por conseguinte, o marxismo evita o pessimismo definitivo, bem como o otimismo fácil.” (LEFEBVRE, 1979, p. 12).

Também foram acatadas as contribuições de Harvey (1982) que incluiu a abordagem espacial no método propondo uma dialética histórico-geográfica. Para o autor a espacialidade é fundamental para o entendimento da expansão e sobrevivência do modo de produção capitalista.

A perspectiva da nossa pesquisa está na concepção dialética histórico-geográfica analisando a produção e reprodução do espaço atentando para a possibilidade do devir e da transformação, enxergando a proposta marxista como uma concepção de mundo enfocada na emancipação dos seres humanos.

A tese está estruturada em três momentos. No primeiro avaliamos o processo de ocupação do Paraná, a produção do espaço e como se deu a reestruturação produtiva a partir da modernização da agricultura, da industrialização e urbanização. Para Soja (1993) o conceito de reestruturação é entendido como uma ruptura de tendências e mudança em direção à outra ordem, uma nova configuração da vida social, econômica e política. A reestruturação é desencadeadora de intensas lutas competitivas pelo controle das forças, implica transição, fluxos e mudança.

No Paraná, inicialmente, o setor primário foi o responsável pela ocupação. A maioria da população vivia no meio rural e veio para o mesmo em razão da expansão da agropecuária. Com a modernização da agricultura, a partir da década de 1970, apoiada pela ação do capital e do Estado ocorreram intensas transformações. Parte da população deixou o campo em virtude das novas técnicas de produção e se deslocou inicialmente para as cidades mais próximas. Porém, muitas delas não ofereciam emprego nem melhores condições de vida. Até mesmo porque a maioria das cidades surgiu em razão de um modelo de planejamento que levava em conta as necessidades do campo e do grande número de pessoas que ali viviam. Inúmeros municípios que até a década de 1960 cresciam economicamente e em número de habitantes sofreram nas décadas seguintes com o esvaziamento populacional e perda de centralidade. A industrialização concentrada em poucos locais e o intenso processo de urbanização também contribuiu decisivamente para a alteração do modelo anteriormente estabelecido e impulsionaram novas dinâmicas territoriais.

No segundo momento explicamos os caminhos transitados pelo pensamento para a construção da noção de municípios periféricos. Discutimos os avanços teóricos na Geografia a partir do desenvolvimento do conceito de produção do espaço e a valorização capitalista do espaço. Também discutimos a lei do desenvolvimento desigual e combinado e a teoria do desenvolvimento geográfico desigual. Para a constituição da noção de municípios periféricos foram considerados os seguintes argumentos teóricos: esvaziamento populacional, dependência econômica, subordinação territorial e indicadores sociais críticos. Na sequência explicamos os procedimentos metodológicos de pesquisa. Os 399 municípios paranaenses foram classificados em quatro grupos: i) fortemente dinâmicos; ii) dinâmicos; iii) intermediários e iv) periféricos. Os indicadores utilizados para a classificação foram: influência das cidades, relevância econômica, índice IPARDES de desempenho municipal, taxa de pobreza e crescimento geométrico da população. Posteriormente delimitamos aleatoriamente 10% dos municípios classificados como periféricos com população inferior a cinco mil habitantes para a realização dos estudos de campo. O intuito da pesquisa foi integrar as abordagens qualitativas e quantitativas.

No terceiro momento realizamos os trabalhos de campo em sete municípios através de entrevistas com a população em diferentes pontos da área urbana e rural e entrevistas com pessoas com representatividade local com o objetivo de compreender os principais problemas socioeconômicos e os fluxos de população e capital. Os municípios selecionados para a análise foram Brasilândia do Sul (Noroeste do Paraná), Cruzeiro do Iguaçu (Sudoeste do Paraná), Farol (Centro-Occidental do Paraná), Godoy Moreira (Norte-Central do Paraná),

Mato Rico (Centro-Sul do Paraná), Nova América da Colina (Norte Pioneiro do Paraná) e Sulina (Sudoeste do Paraná).

Os resultados revelaram o intenso esvaziamento populacional, especialmente de jovens; a dificuldade de obtenção e geração de recursos próprios caracterizando a dependência econômica em relação ao governo federal e estadual; as redes de subordinação territorial e as barreiras enfrentadas para por em prática ações de desenvolvimento local integrado. Também indicaram que os municípios periféricos estudados não estão excluídos da dinâmica de expansão capitalista, pois o capital exige certa contiguidade espacial para ampliação através de estradas, telefonia fixa e móvel, internet, serviços bancários, correios, comércios; mesmo que tais serviços não possuam a quantidade e complexidade necessária para atender a população.

Os problemas socioeconômicos enfrentados nos municípios periféricos estudados são sérios e comprometem a qualidade de vida dos moradores, especialmente a renda, o desemprego, a falta de oportunidades para os jovens, o pequeno apoio para a agricultura familiar, a falta de espaços para lazer e a mobilidade para a saúde.



Cândido Portinari
(Os retirantes)



Cândido Portinari
(Menino Morto)



Cândido Portinari
(A quadro despejados)

1 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO, AS TRANSFORMAÇÕES PRODUTIVAS E OS NOVOS FLUXOS TERRITORIAIS NO ESTADO DO PARANÁ

É significativo para a compreensão da noção de municípios periféricos estudar o processo histórico-geográfico de ocupação, a modernização das técnicas de produção agrícolas, a industrialização, a mobilidade da população e a rede urbana. Essas informações em conjunto possibilitam uma visão mais profunda sobre as transformações territoriais e a dinâmica de atração e esvaziamento populacional.

O Paraná até a década de 1960 se caracterizou pela atração populacional exercida, o que é explicado em razão das políticas estabelecidas pelo Estado em associação com o capital. A ação de companhias privadas e do próprio Estado através de projetos imobiliários e loteamentos intensificaram os fluxos migratórios e estimularam a prática da agropecuária. Porém, a partir da década de 1970, profundas modificações na estrutura produtiva através da modernização da agricultura - embasada na Revolução Verde, elevaram as emigrações interestaduais e intra-estaduais.

A modernização da agricultura modificou as relações de produção e de produtividade no campo bem como a estrutura agrária que redundou em um forte processo de concentração fundiária fazendo com que milhares de pessoas se deslocassem para as cidades. Os principais destinos foram: a cidade de São Paulo, o estado de Santa Catarina e as novas fronteiras agropecuárias no Centro-Oeste e Norte do país. A industrialização na região metropolitana de Curitiba, especialmente a partir da construção da Cidade Industrial de Curitiba – CIC, também contribuiu para uma nova dinâmica econômica e populacional no Paraná.

Nesta etapa da pesquisa apresentamos as origens históricas da ocupação das regiões paranaenses e suas particularidades, os impactos da modernização da agricultura na economia e seus efeitos na migração populacional, a industrialização e a concentração industrial na Região Metropolitana de Curitiba - RMC, os novos fluxos territoriais e o papel centralizador e concentrador desempenhado por algumas cidades dinâmicas como Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, e outras. As temáticas aqui apresentadas são discutidas e analisadas a seguir.

1.1 OCUPAÇÃO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO PARANAENSE

O espaço, conforme constatou Lefebvre (1974), é efetivamente vivido e socialmente construído. Corrêa (2005) avaliou que os agentes envolvidos na produção do espaço são: i) os proprietários dos meios de produção, ii) os proprietários fundiários, iii) os promotores imobiliários, iv) o Estado e v) os grupos sociais excluídos. Como os interesses entre os grupos são muitas vezes distintos e divergentes ocorreram disputas pelo direito e acesso a terra com os índios, conflitos entre caboclos e companhias colonizadoras, expulsão de posseiros que viviam e produziam na terra a décadas e a ação intencional do Estado subordinado aos interesses do capital. Os conflitos de classe fizeram e fazem parte da configuração espaço-temporal do Paraná.

É importante esclarecer que anteriormente a presença espanhola e portuguesa em território paranaense existia significativa presença de nações indígenas (são três principais etnias: Kaingang, Guaraní e Xetá). É necessário desmistificar que o território era desabitado ou que se tratava de um vazio demográfico que somente foi preenchido com a chegada dos colonizadores. A população indígena local não aceitou passivamente a presença do ocupante. Os interesses entraram em choque e muitos grupos foram escravizados, aculturados, assassinados ou expulsos.

Sobre a ocupação pelo colonizador, conforme alegou Padis (1981, p. 15), “[...] se deu por um processo inicialmente muito lento e bastante descontínuo.” Para Martins (1995), o povoamento português até 1600, somente ocorreu no planalto meridional de São Paulo. Nenhum trecho da costa do Paraná nesse período possuía população branca, o que se verificavam eram vicentistas que vinham negociar com tupiniquins em Superagui segundo relato de Hans Staden em 1549. A povoação branca mais meridional no litoral era Itanhaém em São Paulo. A vida no litoral sul se realizava a partir de uma produção de subsistência onde o pequeno excedente obtido da pesca ou da agricultura era trocado ou comercializado localmente.

No começo da segunda metade do século XVI, teve início a ocupação do território pelos espanhóis. A dinâmica praticada foi de oeste para leste, ou seja, do interior em direção ao mar. O governador do Paraguai, por volta de 1554, determinou a fundação de inúmeras vilas com a finalidade de subordinar cerca de 200.000 índios que habitavam a região de Guairá; deter a penetração portuguesa que adentrava as terras que segundo o Tratado de Tordesilhas pertenciam a Espanha e estabelecer uma saída marítima para o oceano Atlântico. Os conflitos entre portugueses, espanhóis e indígenas bem como a disputa pela terra marcaram o século XVI.

No litoral foi à busca pelo ouro que caracterizou o início da ocupação. A procura pelo metal é consequência do modelo econômico praticado por Portugal - dependente dos metais preciosos. O desenvolvimento da mineração estimulou o início de alguns núcleos de ocupação. Desta maneira, Paranaguá surgiu devido a penetração de caçadores de ouro. A busca por ouro também levou a uma tímida expansão para regiões vizinhas resultando no estabelecimento de Antonina e Morretes. O ciclo do ouro, conforme explicou Yokoo (2009), possibilitou a abertura de caminhos (Itupava, Graciosa e do Arraial) para fazer a ligação entre o litoral e o primeiro planalto.

A mineração, mesmo com suas limitações, foi considerada por Wachowicz (2002), como o primeiro ciclo econômico e teve como efeito: ocupação do litoral; surgimento de Paranaguá; ocupação do primeiro planalto e fundação de Curitiba, hoje capital do estado, que se originou dos antigos arraiais auríferos. Paralelamente a mineração se verificava minimamente a criação de animais e o cultivo de roças de subsistência.

Com o esgotamento do ouro ocorreu a substituição da mineração pela pecuária, o que estabeleceu novas relações sociais de produção. A posse da terra passou a ser mais valorizada e o homem, agora sedentário, ampliou os vínculos sociais. Os caminhos de tropas também foram importantes para a ocupação do planalto. O caminho de Viamão é uma dessas rotas. Ao longo das paradas dos tropeiros emergiam pequenos núcleos que gradualmente foram se transformando em povoados e posteriormente em cidades.

A ocupação dos Campos Gerais, segundo os estudos de Westphalen *et al.* (1988) ocorreu por meio da concessão de sesmarias, sendo que a posse inicial foi feita por ricos e poderosos habitantes de São Paulo, Santos e Paranaguá, como um negócio a ser explorado comercialmente. A ocupação do primeiro planalto paranaense, assim como outras regiões do Brasil, privilegiou e concentrou as terras nas mãos de poucos e ricos proprietários, contribuindo para a formação dos latifúndios e para a concentração fundiária. A pequena propriedade familiar rural também estava presente, porém predominavam em área os latifúndios concentrados nas mãos de poucas famílias.

A prática da pecuária e o comércio do gado tiveram importante participação na produção do espaço paranaense, pois permitiram a fixação no homem na terra e a expansão territorial através da formação de novos núcleos populacionais.

No transcorrer da ocupação do planalto os índios foram visto como possível mão-de-obra escrava ou como obstáculo para a penetração. Ocorreram combates e a superioridade técnica dos ocupantes prevaleceu. Também existiram casos em que alguns grupos indígenas se aliaram aos colonizadores indicando caminhos e auxiliando na penetração para o interior.

Porém, a ocupação não significou a distribuição de terras para os que desejavam produzir e dela retirar o seu sustento. O governo concedeu sesmarias para os grandes proprietários reforçando a concentração de terra no Paraná Tradicional e reafirmando os poderes dos grupos sociais representados pelas elites fundiárias.

Na segunda metade do século XIX a economia madeireira e a pecuária levaram a um movimento de ocupação precário e de densidade bastante pequena nos municípios de Palmas, Mangueirinha, Pinhão, Pitanga, Cândido de Abreu, Reserva, Clevelândia, Bituruna, General Carneiro, entre outros.

Sobre o Sudoeste, entre o final do século XIX e início do XX, a população presente era composta por caboclos seminômades. No ano de 1900 a população estimada era de 6.000 habitantes, o equivalente a 2% da população total paranaense. (SWAIN, 1988). É a partir da década de 1930 que:

[...] o governo do Estado, apoiado pelo governo federal que anulava vários títulos de concessão de terras feitos até aquela época, e que manifestara o desejo de intensificar a penetração para oeste do território nacional [...] Com a consolidação da estrada União da Vitória-Palmas-Clevelândia e, mais tarde, com a ligação entre Pato Branco, um novo fluxo populacional se encaminhou em direção a esta última cidade, que rapidamente se transforma no centro irradiador de dinamismo (PADIS, 1981, p. 151).

A nova política de colonização foi embasada em pequenas propriedades rurais ligadas a mobilidade da força de trabalho de descendentes de italianos e alemães oriundos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. No ano de 1943 ocorreu a intervenção do governo federal através da criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório¹ - CANGO. (ALVES *et al.* 2003).

É importante ressaltar os conflitos pela posse da terra em decorrência da atuação da Clevelândia Industrial Ltda - CITLA, que se denominava proprietária das terras e passou a cobrar dos colonizadores os lotes que tinham recebido da CANGO, o que levou a um intenso conflito rural ocasionando a morte de centenas de pessoas no campo, desencadeando um combate entre os jagunços da companhia de terras e os agricultores, conhecido como Revolta

¹ A CANGO foi criada pelo governo Vargas, com sede provisória em Pato Branco e, posteriormente, instalada em Marrecas, atual Francisco Beltrão. São os inícios da apropriação e produção territorial de forma efetiva nessas duas localidades, na época, denominadas povoados. Construíram-se, inicialmente, as igrejas, casas comerciais, moradias e hospitais. Foi em torno de igrejas e/ou capelas e casas comerciais que se organizaram, primeiramente, as vilas do Sudoeste paranaense, traço comum à colonização italiana, por exemplo, efetivada no Rio Grande do Sul no último quartel do século XIX (SAQUET, 2010, p. 163).

dos Colonos ou Levante dos Posseiros². Somente a partir de 1961 os lotes foram legalizados. (ALVES *et al.* 2003).

Para Bernardes (1953), as primeiras tentativas de povoamento na região da fronteira oeste por parte do Estado foram marcadas pelo artificialismo e decorriam do desejo dos administradores de forçar o avanço do povoamento no Paraná, frente a presença dos argentinos. Por volta de 1881, os argentinos começaram a explorar erva-mate na região de Misiones e logo chegaram ao oeste paranaense. A erva-mate saía como contrabando, pois não havia nenhuma infraestrutura instalada na região capaz de cobrar os impostos. (WACHOWICZ, 2002).

Com a decadência da exploração da erva-mate na década de 1930, em razão do aumento das plantações na Argentina, a ênfase passou a ser a extração da madeira abundante na região de mata subtropical. As madeiras eram transportadas pelo rio Paraná (YOKOO, 2002). A exploração da força de trabalho se manteve tanto com a erva-mate como com a madeira.

O término da Revolução de 1924 e o início do governo de Getúlio Vargas conduziu a novos negócios imobiliários que tinham como objetivo transformar o oeste de Santa Catarina e o sudoeste e oeste do Paraná em território federal com a finalidade de comercialização da terra. Wachowicz (2002) avaliou que:

Capitalistas gaúchos, juntamente com o Governo Federal, queriam essas terras para realizar vantajosos negócios imobiliários. Paralelamente, planejavam escoar para a região o excedente de mão-de-obra agrícola já detectado no Rio Grande do Sul. Seria, portanto o Território Federal do Iguaçu uma extensão cultural do próprio Rio Grande do Sul. Seria também um mercado garantido para os produtos industrializados naquele estado da federação. (WACHOWICS, 2002, p. 244).

Percebemos que a ação do capital imobiliário com o apoio do Estado atuou na produção do espaço objetivando a reprodução ampliada a partir da transferência de capitais acumulados no Rio Grande do Sul para o oeste paranaense criando uma espacialidade mais abrangente para a atuação capitalista. O território do Iguaçu chegou a ser implantado em 1943, no entanto, com o fim do Estado Novo a constituinte de 1946 dissolveu os territórios

² Em 1962, após a eclosão da denominada Revolta de 1957, o Governo Federal cria o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), tendo como objetivo principal efetivar desapropriações e legalizar titulações de terras já parceladas e ocupadas. Também, dividiu e demarcou outros pedaços de chão, construindo estradas e escolas. Foi extinto em 1973, quando se concluíram as tarefas de desapropriação e legalização da propriedade (SAQUET, 2010, p. 164).

federais. Mesmo com o fim dos planos de federalização a ocupação definitiva foi feita por meio de inúmeros projetos imobiliários, sobretudo de capital gaúcho, levando a um intenso fluxo populacional e de capitais oriundos do Rio Grande do Sul para o Paraná. Entre os projetos implementados os que se destacaram foram os executados pela Industrial Madeireira Colonizadora do Paraná S. A – Maripá, e as empresas ligadas ao grupo Pinho e Terras, como atestou o estudo de Yokoo (2002).

Com base na descrição apresentada percebemos o interesse expansionista do capital gaúcho no modelo de ocupação do oeste paranaense, produzindo na paisagem as características das áreas de origem associadas às particularidades locais. A maioria da população que se deslocou era proveniente das antigas zonas de colonização italiana e alemã do sul do país, ou seja, descendentes de europeus que ocuparam e povoaram parte de território gaúcho no século XIX. Mas tal processo não se deu de forma tão pacífica.

Os conflitos pela terra ocorreram em praticamente todo o Paraná. No período entre 1947 e 1961 as principais disputas envolveram grileiros e seus jagunços contra os posseiros. Algumas companhias privadas também se envolveram em conflitos com caboclos que já ocupavam as terras que seriam loteadas. Os casos mais conhecidos foram verificados em Porecatú e Jaquapitã no norte e Francisco Beltrão e Pato Branco no sudoeste.

A grilagem de terras foi outro grande problema. Os posseiros foram os mais prejudicados, visto que já estavam cultivando a terra há muitos anos e seus interesses entravam em conflito com grileiros que com base em títulos falsos de propriedades reivindicavam as terras.

A maior presença do capital - a partir de 1950 através de companhias colonizadoras e empresas imobiliárias que transformaram a terra em um lucrativo negócio - entraram em choque com os caboclos, posseiros e indígenas que já viviam no local e foram forçados a abandonar suas terras.

Com referência ao norte do Paraná Wachowicz (2002) escreveu que as primeiras iniciativas de colonização oficial dataram de 1846. O objetivo era estabelecer uma ligação entre o litoral brasileiro e a Província do Mato Grosso, bem como o desejo de ocupar as terras férteis localizadas no norte paranaense. A Colônia Militar do Jataí, atualmente município de Jataizinho, criada pelo decreto imperial nº 751 de 2 de janeiro de 1851 e com fundação em 1854, foi a primeira iniciativa concreta realizada pelo Estado.

A partir da segunda metade do século XIX, se iniciou um fluxo de população vindo de Minas Gerais e São Paulo para ocupar o Norte Pioneiro. O movimento resultou na formação de pequenos núcleos populacionais como a Colônia Mineira, hoje Siqueira Campos

e o município de Tomasina. Outros núcleos importantes foram Santo Antonio da Platina (1866), Wenceslau Brás e São José da Boa Vista (1867), Jacarezinho (1900), Bandeirantes (1921) e Cornélio Procópio (1924). (PADIS, 1981; WESTPHALEN, *et al.* 1988).

Conforme Monbeig (1984), a ocupação no norte do Paraná foi uma extensão da frente paulista. A marcha pioneira seguia na direção noroeste no estado de São Paulo, porém no início do século XX ocorreu significativa alteração no fluxo:

Ora, essa penetração nas terras a oeste do Paranapanema revela uma modificação no andamento geral da progressão paulista. Até por 1920, ela tinha sido perfeitamente fiel às linhas do relevo. Avançando em cada um dos planaltos que dividem os vales dos afluentes dos rios Grande-Paraná, os desbravadores tinham progredido para o rio que forma a fronteira noroeste de São Paulo. Na outra margem do rio, no Mato Grosso, as condições geográficas mudam totalmente: à floresta tropical dos planaltos paulistas e paranaenses, sucedem-se os campos e os cerrados; o domínio da pecuária substitui as terras de cultura. Quando os plantadores viram que se estreitava o espaço livre entre a frente pioneira e a linha rio Grande-Paraná, tomaram outra direção, não mais a noroeste; em vez de caminhar paralelamente aos rios, prosseguiram eles perpendicularmente, transpondo o Paranapanema, em seguida o Tibagi, e até o Ivaí. (MONBEIG, 1984, p. 29).

A mudança na direção estava relacionada ao fato de que ao penetrar no estado do Mato Grosso (atualmente Mato Grosso do Sul), os colonizadores se depararam com a vegetação de cerrados, considerada na época imprópria para a agricultura e onde se praticava a pecuária extensiva. Assim, uma parte significativa da frente pioneira se dirigiu para as terras roxas existentes no norte paranaense. Conforme atestou os estudos realizados por Bernardes (1953):

O que mais favorece, no entanto, o Norte do Paraná é a existência da já famosa terra roxa, abrangendo uma área vastíssima, contínua, de extensão muito superior à das zonas paulistas beneficiadas por sua presença. É verdade que no extremo noroeste o solo é arenoso e algumas pequenas manchas de terra roxa misturada encontram-se disseminadas pela zona. A terra roxa, de grande fertilidade, valorizou todo o norte do Paraná e tem sido o chamariz para os milhares de indivíduos que para aí ocorrem desde o começo do século. (BERNARDES, 1953, p. 25).

Outro fator que contribuiu para a ocupação foi a associação entre o capital internacional em busca de reprodução ampliada e o Estado brasileiro. Desta forma, desembarcou no Brasil missão oriunda da Inglaterra interessada, entre outros temas, em produzir algodão para a indústria inglesa. Os mesmos foram atraídos para o norte do Paraná,

onde adquiriram terras. A expansão espacial tornou-se uma necessidade para a sobrevivência do capitalismo a partir da criação de espacialidades cada vez mais abrangentes para a transferência de valor excedente. Assim, fundaram os ingleses:

[...] uma empresa para atuar no Brasil: a *Brazil Plantations Syndicate* e uma companhia subsidiária, a Companhia de Terras Norte do Paraná. Em 1925, os ingleses entraram em contato com o presidente do Estado, Caetano Munhoz da Rocha. Este concordou com a venda de terras aos ingleses no norte do estado. Adquiriu então a Companhia de Terras Norte do Paraná inúmeras glebas situadas entre os rios Tibagi, Paranapanema e Ivaí. (WACHOWICZ, 2002, p. 268).

A Companhia de capital inglês adquiriu do governo estadual 515.000 alqueires paulista localizados a oeste do Tibagi, entre os rios Paranapanema e Ivaí. Também comprou a Estrada de Ferro São Paulo-Paraná. Logo os ingleses abandonam o interesse em produzir algodão e resolvem partir para os negócios imobiliários que julgaram mais lucrativos. Dividiram as terras em pequenos lotes e venderam aos brasileiros fazendo divulgação e propaganda em vários estados do país. Ao núcleo instalado para receber os escritórios da Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP, deu-se o nome de Londrina (fundada em 1931). Com o desencadear da Segunda Guerra Mundial, o governo brasileiro proibiu a propriedade de terra por estrangeiros, desta forma os ingleses resolveram vender a Companhia.

Foi a mesma adquirida em 1944 por grupos de capitalistas paulistas. Nascia a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Resolveram então os novos proprietários não se dedicar exclusivamente à venda de terras. A companhia Melhoramentos abriu-se à agricultura, pecuária e ao desenvolvimento industrial. Se Londrina foi um marco na atividade dos ingleses, Maringá veio simbolizar a atividade da Companhia Melhoramentos. Esta cidade foi fundada em 1947, depois de minucioso estudo do seu traçado. (WACHOWICZ, 2002, p. 271).

Com a saída dos ingleses o capital paulista em ascensão devido a industrialização em São Paulo procurou se expandir para o norte do Paraná através de negócios imobiliários e agropecuários. A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, conforme relatou Moro (1998), colonizou uma área de 546.078 alqueires, ou o equivalente a 13.166 Km², fundando 63 cidades e patrimônios, vendendo lotes e chácaras para 41.741 compradores (com área entre 5 e 30 alqueires) e cerca de 70.000 datas urbanas. Todo o processo foi minuciosamente planejado (o traçado das estradas de ferro, as rodovias construídas nos

espigões, a disposição das cidades e povoados em distancias regulares, as áreas urbanas, etc.).

As principais cidades originadas da colonização realizada pelas companhias de terra foram: Londrina, Cambé, Rolândia, Arapongas, Mandaguari, Apucarana, Jandaia do Sul, Maringá, Cianorte e Umuarama. De acordo com os estudos de Moro (1998):

[...] enquanto na região do Cinzas no Norte Pioneiro a grande propriedade e o povoador de origem mineira foram uma constante, nas “terras roxas” do Terceiro Planalto a leste do Tibagi, os povoadores paulistas com sua tradicional fazenda cafeeira foram a marca característica. No Norte Central e a seguir no Noroeste Paranaense, as companhias imobiliárias colonizadoras traçaram um novo aspecto com a colonização dirigida, a pequena propriedade, o intenso processo de desenvolvimento da cafeicultura [...]. (MORO, 1998, p. 05).

O modelo adotado foi a pequena propriedade rural apoiada no trabalho familiar e na parceria. As pequenas e medias propriedades eram menos sucessíveis ao advento de uma crise cafeeira do que as grandes propriedades. O pequeno estabelecimento produtor de café, usando intensamente mão-de-obra e, secundariamente praticando outras atividades produtivas como a cotonicultura, culturas de subsistência, pastagens de fundo de vale, entre outras, contribuiu para o povoamento rural da região com elevados índices de densidade demográfica, favorecendo o comércio local e o desenvolvimento das cidades.

Segundo Endlich (2009) o modelo implementado estabeleceu uma densa rede urbana com inúmeros pequenos núcleos, onde a centralidade estava ligada com o contingente populacional formado por pequenos produtores e trabalhadores rurais.

Maringá foi criada pela Companhia de Terras com o objetivo de ser um grande centro comercial na região, o que lhe atribuiu um caráter dinâmico desde sua origem possibilitando o florescimento de um centro urbano voltado para atender o comércio regional e a prestação de serviços. Funções estas que foram sendo aprimoradas e fazem da cidade, juntamente com Londrina, os mais importantes centros do norte do Paraná.

Os fatores que possibilitaram a prosperidade do café no Paraná foram: a proibição da plantação de novos cafezais no estado de São Paulo; a estrutura fundiária assentada na pequena e média propriedade com uso de mão-de-obra familiar; a recuperação dos preços no mercado a partir da metade da década de 1930 e elevação dos preços após o final da Segunda Guerra até o inicio da década de 1970. (TRINTIN, 2006).

Conforme planejamento prévio realizado pelas companhias colonizadoras as cidades destinadas a se tornarem núcleos de maior importância foram localizadas, aproximadamente, de cem em cem quilômetros. Como exemplo: Londrina, Maringá, Cianorte Paranavaí e Umuarama. Entre as cidades centrais foram fundados centros urbanos menores destinados para atender as demandas locais - especialmente da população rural - a uma distância de aproximadamente quinze ou vinte quilômetros. O ordenamento influenciou sobremaneira na configuração de municípios dinâmicos capazes de prosperar economicamente como centros comerciais e de prestações de serviços de maior complexidade, e municípios que tem por finalidade apenas atender as necessidades locais.

Para Endlich (2009) a atuação da CTNP não se restringiu a estabelecer cidades isoladas, planejou um conjunto de cidades articuladas. A autora também sinalizou os conflitos fundiários entre as empresas colonizadoras com posseiros, grileiros e fazendeiros, demonstrando que o processo não foi tão pacífico como se fez crer.

Na região Centro Ocidental do Paraná a primeira apropriação de terras data de 1893, através de registro ou declaração de posse que relacionou o nome de 30 pecuaristas de Guarapuava. No entanto a ocupação tem início com a construção da estrada ligando Campo Mourão - Guarapuava (conhecida como Boiadeira) em 1921 (SORIANO, 2002). A estrada abriu novas possibilidades para a penetração de guarapoavanos interessados na prática da pecuária.

A ocupação somente ganhou impulso a partir dos anos 1940, com a implantação das chamadas colônias pelo governo do estado. Enquanto no norte e no oeste do estado predominaram os empreendimentos privados, na região centro ocidental os empreendimentos foram estatais. As colônias implantadas, de acordo com Soriano (2002), ficaram a cargo do Departamento de Geografia Terras e Colonização - DGTC, distribuindo as terras de Campo Mourão nas seguintes colônias agrícolas: Colônia Mourão, Piquiri, Cantú, Goio-Erê, Goio-Bang, Muquilhão, Mamborê e Tapejara.

É importante argumentar que também atuaram na colonização, no entanto em menor escala, companhias privadas como a Sociedade Técnica e Colonizadora Engenheiro Beltrão Ltda., a Companhia Melhoramento Norte do Paraná, a Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná Ltda, entre outras.

A população veio principalmente de duas frentes pioneiras. Uma oriunda do norte e a outra do sul. A primeira relacionada a expansão do café e a segunda formada por descendentes de colonos europeus de terceira e quarta geração vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

O encontro entre as frentes possibilitou a assimilação de características econômicas, sociais e culturais de regiões distintas. Os indivíduos vindos da Guarapuava (Paraná tradicional), no início do século XX estabeleceram as primeiras ligações efetivas para a ocupação dos campos de cerrado, das matas de araucária e da floresta subtropical objetivando a prática da agropecuária, porém não constituíram uma frente pioneira. Os sulistas vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina ocuparam o sudoeste, oeste e chegaram até próximo do rio Ivaí, onde se depararam com os migrantes vindos do norte ligados a expansão da cafeicultura. “Aí se vão encontrar, nas margens do grande rio, a frente pioneira do oeste e do norte do estado.” (BERNARDES, 1953, p. 25).

O estudo elaborado por Westphalen *et al.* (1988), vão ao encontro dos autores referenciados argumentando que o processo de ocupação do Paraná ocorreu através de três ondas de povoamento: tradicional, norte e sudoeste. A figura 1 ilustra o ocorrido.

Referente ao crescimento da população, Padis (1981), argumentou que enquanto entre 1854 e 1930, a população brasileira se multiplicou cinco vezes a paranaense aumentou quase três vezes mais. Com os grandes movimentos ocupacionais a partir da década de 1920, o Paraná obteve um crescimento de proporções até então jamais vistas. Os dados estão alocados na tabela 1.

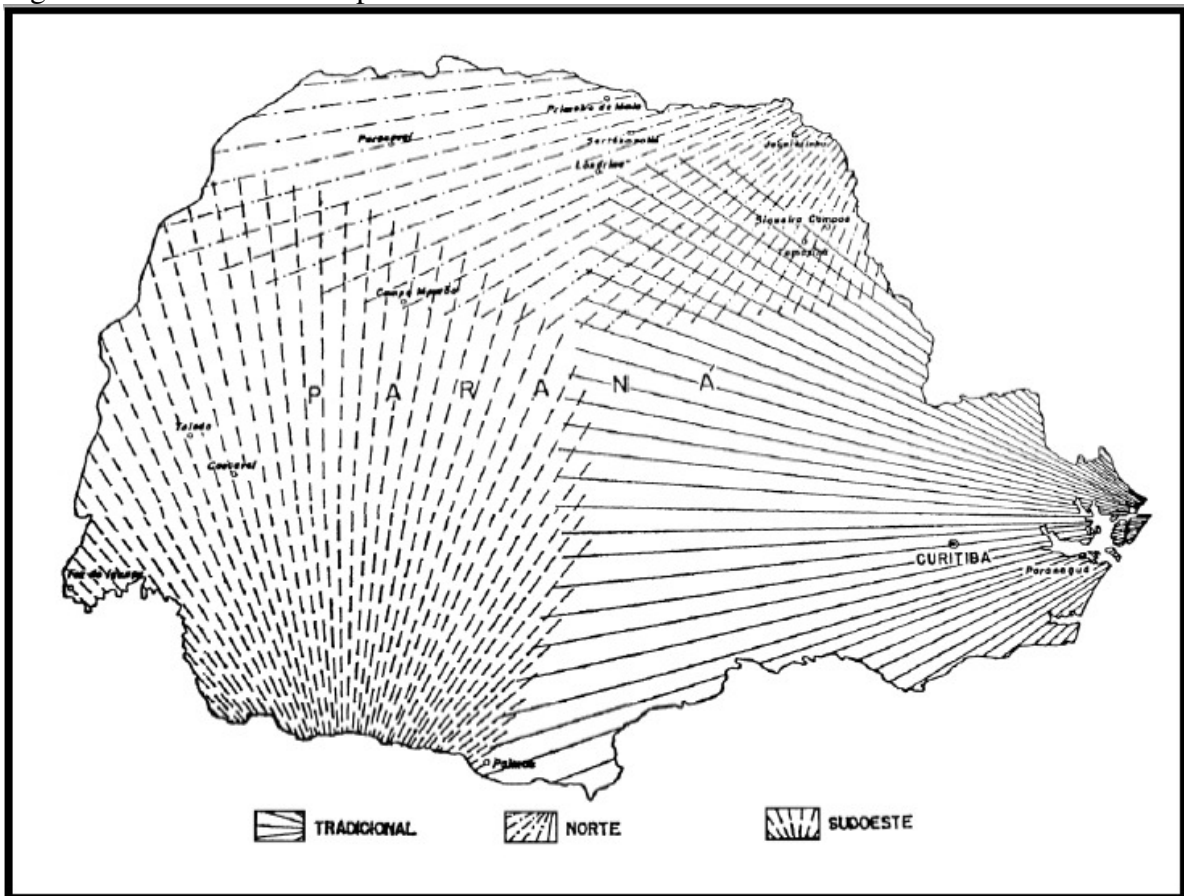
Tabela 1 - População do Brasil e do Paraná entre 1920 e 1960

<i>Censos</i>	<i>Brasil</i>	<i>Paraná</i>	PR/BR %
1920	30.635.605	685.711	2,24
1940	41.236.315	1.236.276	3,00
1950	51.944.397	2.115.547	4,07
1960	70.967.185	4.277.763	6,03

Fonte: IBGE – Censos Demográfico

No período entre 1940 e 1950, a população paranaense cresceu na ordem de 70%, já no período entre 1950 e 1960, avaliado como de maior fluxo migratório a população total cresceu em mais de 100%. O Paraná junto com os estados de São Paulo e Rio de Janeiro foram as principais áreas de atração populacional do país. É importante relatar que os fluxos migratórios tinham como destino principal as áreas rurais, uma vez que foram as terras ocupadas para a prática da agropecuária que atraíram a população bem como os capitais em busca de expansão. No entanto, também é notório o desenvolvimento das cidades e o crescimento da população urbana no período.

Figura 1 - As três ondas de povoamento



Fonte: Westphalen (1988)

Com base nos estudos realizados entendemos que o setor primário foi o grande responsável pela atração da população. A cidade teve como função, inicialmente, atender as necessidades do campo, porém, gradualmente foi adquirindo maior complexidade e importância. Sobre a temática apresentada Trintin (2006) contribuiu afirmando que:

Em razão das especificidades históricas de sua colonização, o Paraná caracterizou-se como um Estado receptor de populações que migraram de várias partes do país, de nordestinos, mineiros, paulistas, que formaram a frente colonizadora do norte cafeeiro, a migrantes catarinenses e gaúchos, que colonizaram a região denominada oeste paranaense. [...] houve um acelerado ritmo de crescimento da população tanto no meio rural quanto no meio urbano, tornando o Paraná, até a década de 60, um grande receptor de populações. (TRINTIN, 2006, p. 58).

Verificamos no Paraná a atuação em maior escala e volume do capital inglês, paulista e gaúcho, articulados com a participação do Estado na produção do espaço, subordinados a estes agentes aparecem as elites locais com interesses próprios.

Westphalen *et al.* (1988) e Wachowichz (2002), embasados em fatores históricos, econômicos, sociais e culturais apresentaram a teoria dos “três Paranás”. Para os autores pode-se dividir o Estado em três áreas histórico-culturais: o Paraná Tradicional, o Norte do Paraná, e o Sudoeste e Oeste paranaense.

A classificação proposta é um importante ponto de referência para entendermos o processo histórico-geográfico de ocupação, bem como suas singularidades regionais. No entanto, como alertou Hespanhol (1990), profundas mudanças ocorreram no espaço paranaense com a intensificação do processo de modernização da agricultura a partir da década de 1970, tornando os critérios de regionalização fluidos e sem apresentar atualmente rigidez absoluta.

As características dos “três Paranás” ainda estão presentes no espaço geográfico através da cultura e da organização social de cada região, porém, hoje o espaço se apresenta mais fluido, interligado e articulado tanto regionalmente como em nível nacional e internacional. Não é mais possível analisar o Paraná a partir de um quadro isolado. Os novos fluxos de informação, conhecimento, capital, serviços, etc. se estabelecem em redes e necessitam de certa contiguidade espacial para atender as demandas de reprodução ampliada. Assim, as regiões paranaenses estão mais conectadas.

Padis (1981) em seu estudo chamou a atenção para o caráter periférico ocupado pelo Paraná em razão da polarização exercida pelo estado de São Paulo. O autor enfatizou o papel de destaque e o dinamismo econômico paulista no cenário nacional e a função secundária exercida pelo Paraná desde a ocupação até o ciclo do café.

No entanto, devemos fazer o seguinte questionamento: o estudo do autor é um importante esforço intelectual de análise sobre a economia paranaense até o ano de 1970, contudo, passadas quatro décadas, o papel periférico desempenhado pelo Paraná ainda se mantém?

Inúmeras transformações ocorreram pós 1970, entre elas a desconcentração espacial da atividade industrial, especialmente em relação a São Paulo, ocorrida entre 1970 e 1990, que possibilitou a inserção do Paraná no âmbito industrial. Este processo conduziu, gradualmente, a profundas transformações políticas, econômicas e sociais. Entendemos que a modernização da agricultura e a industrialização atribuíram maior dinamismo e autonomia para o Paraná, sem desconsiderar que São Paulo continua sendo o maior centro econômico do país. No entendimento de Francisco de Oliveira (1977):

A estrutura do poder sofre importantes mutações; depois de um breve período de transição, quando as necessidades da acumulação tornaram imperiosa a convivência do capital industrial com a oligarquia do café, tem início um período em que a hegemonia do capital industrial e seu controle sobre o aparelho produtivo, as relações de produção e o próprio Estado são claramente reconhecíveis. A “região” do café passa a ser a “região” da indústria: São Paulo é o seu centro, o Rio de Janeiro seu subcentro, Minas Gerais e o Paraná seus limites [...]. (OLIVEIRA, 1977, p. 37).

A economia agro-exportadora embasada no café foi praticamente acrescida pelo processo de industrialização. São Paulo passou a ser o centro industrial brasileiro e o capital procurou se expandir para os espaços adjacentes. Neste contexto o Paraná se apropria de parte do valor excedente através da modernização da agricultura, processo que subordinou a agricultura aos interesses da indústria. Para que o novo modelo de reprodução do capital se tornar viável foi necessário promover uma maior integração no território. Novas rodovias foram construídas permitindo maior penetração e conduzindo a integração econômica.

O desenvolvimento desigual e combinado caracterizado a partir da maior penetração do capital no território paranaense produziu espaços desiguais e contraditórios, porém articulados. O moderno e o tradicional, o novo e o velho; se reúnem, se confundem e se misturam.

Como podemos verificar foi através da articulação e da contradição entre os agentes produtores do espaço que ocorreu a produção e reprodução do espaço paranaense. Atuaram no processo os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Enquanto que alguns grupos se firmaram no poder e se beneficiaram dos resultados, os excluídos sociais (povos indígenas, caboclos, posseiros, trabalhadores rurais, pequenos proprietários, entre outros) foram expropriados ou espoliados da terra, forçados a migrar para outras regiões ou estados, assassinados, ou explorados das mais variadas formas.

1.2 A MODERNIZAÇÃO DA BASE TÉCNICA NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Para discutir as transformações desencadeadas pela modernização da base técnica da produção agrícola é preciso contextualizar as mudanças econômicas ocorridas a partir de 1945, que conduziram a maior intensificação das relações capitalistas em nível mundial representadas pelo avanço das empresas multinacionais/transnacionais e penetração do capital financeiro. As mudanças ocorridas no campo brasileiro e paranaense não estão

desconectadas das novas diretrizes internacionais. Restringir a modernização da agricultura apenas a dinâmica interna conduz a um reducionismo que impede entender as complexas e profundas tramas socioeconômicas.

A conferência de *Bretton Woods* realizada nos Estados Unidos em 1944, nas vésperas do final da Segunda Guerra Mundial estabeleceu a criação do Fundo Monetário Internacional – FMI, do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, conhecido como Banco Mundial, e a definição do padrão dólar ouro. Tal orientação trouxe novas diretrizes para o comércio mundial e impulsionou os Estados Unidos ao posto de principal credor mundial e potência capitalista.

O principal interesse dos Estados Unidos foi garantir o livre comércio com redução das barreiras para seus produtos, visto que era o único país do norte a dispor de mercadorias excedentes. Também tinham como objetivo facilitar e abrir novos mercados para os seus investimentos no exterior. Assim, foram traçados os direcionamentos políticos que permitiram a reestruturação do capitalismo e sua expansão geográfica através da mundialização.

Segundo Berman (1982) com a industrialização da produção o conhecimento científico se transforma em tecnologia gerando novas formas de poder empresarial, impulsionando as pessoas e as instituições ao mercado mundial capitalista em constante expansão e oscilação.

A expansão das relações capitalistas se tornou possível em razão do valor excedente apropriado e acumulado que é reinvestido. Marx e Engels (2007b), já apontavam que a burguesia pressionada pela necessidade de mercados sempre mais extensos para seus produtos conquista a Terra inteira, instalando e criando relações capitalistas em toda parte.

Sobre a entrada de capitais externos nos países subdesenvolvidos, especialmente no caso do Brasil:

Após a Segunda Guerra Mundial o sistema capitalista experimentou uma grande expansão, apresentando como resultado uma maior incorporação da economia de vários países, dentre elas a do Brasil. [...] Esse movimento de internacionalização da economia provocou alterações significativas na forma de inserção do Brasil na nova divisão internacional do trabalho. A economia brasileira, crescentemente vinculada e subordinada aos interesses do grande capital oligopólico transnacional, passou por profundas reformulações, destacando-se a intensificação do processo de industrialização e a adequação dos demais setores produtivos às novas determinações. (HESPANHOL, 1990, p. 68).

O aprofundamento das relações capitalistas no país embasada na ação do Estado, do capital internacional e do capital nacional (OLIVEIRA, 2000) estimulou o processo de industrialização, especialmente a partir da segunda metade da década de 1950. Paralelamente a esse processo e sobre a mesma base econômica houve a instalação de indústrias de tratores, implementos agrícolas e adubos, o que impulsionou a modernização da agricultura brasileira a partir da segunda metade da década de 1960.

Santos (2007, p. 26), explicou que “[...] entre as medidas que visam à promoção da penetração do capital, a necessidade de modernização das áreas rurais parece imperativa.” Desta forma, a intensificação das relações capitalistas via penetração do capital internacional atingiram a agricultura.

Marx (1984, p. 866) estudando o processo de industrialização inglesa e seus efeitos no meio rural considerou que: “Só a indústria moderna, com as máquinas, proporciona a base sólida da agricultura capitalista [...]” A industrialização estimulou o processo de mecanização do campo e o estabelecimento de uma agricultura comercial. No caso brasileiro, para Graziano da Silva (1982):

Queremos destacar que é apenas após se haver consolidado a hegemonia do capital industrial com a industrialização pesada que se **deslança o processo de “modernização” da agricultura brasileira**. Ou seja, é por força do próprio processo de industrialização do País que a agricultura deixa de ser um setor “quase-auto-suficiente” da economia para se tornar parte integrante de um conjunto maior de atividades inter-relacionadas. Em poucas palavras, no processo de desenvolvimento capitalista brasileiro do pós-guerra, a agricultura se converteu gradativamente num setor subordinado à indústria e por ela transformada. [...] É por isso que chamamos o **processo de industrialização da agricultura brasileira**, num duplo sentido: o da elevação da composição técnica nas suas unidades de produção e o da subordinação do setor aos interesses do capital industrial e financeiro. (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 46, grifo do autor).

O desenvolvimento do capitalismo em sua etapa monopolista apresentou como característica a formação de grandes complexos industriais integrados com a produção agropecuária. “Esse processo contínuo de industrialização do campo traz na sua esteira transformações nas relações de produção na agricultura, e, conseqüentemente, redefine toda a estrutura socioeconômica e política no campo.” (OLIVEIRA, 1986, p. 05).

O que permitiu a agricultura responder as necessidades da industrialização foi: a) elevação da oferta de matérias-primas e de alimentos no mercado interno sem comprometer as exportações, b) maior integração da agricultura ao circuito global da economia onde a

agricultura passou a utilizar em maior quantidade insumos e máquinas obtidas no setor industrial. (GRAZIANO DA SILVA, 1982). A modernização atuou de forma seletiva escolhendo os espaços e as culturas consideradas dinâmicas (destinadas a exportação) e/ou à agroindústria.

O modelo básico tinha origens nas formas de produção já implantadas na agricultura norte-americana deste a década de 30, e vinha sendo parcialmente aplicado no mundo inteiro. Entretanto, na década de 60, constatou-se um avanço qualitativo propiciado pela conjugação de dois fatores complementares. Por um lado, o aperfeiçoamento da metodologia de pesquisa por produto permitiu maior agilidade na descoberta e produção de sementes melhoradas apropriadas, assim como na identificação empírica das combinações adequadas de fertilizantes e defensivos em cada ambiente [...]. Por outro lado, dadas as exigências técnicas desse pacote em termos de máquinas agrícolas, fertilizantes, herbicidas, fungicidas e outros defensivos, a internacionalização das grandes empresas de máquinas e insumos agrícolas foi fator fundamental na extensão do novo modelo agrícola. Nesse sentido, a expansão e internacionalização do parque industrial brasileiro ocorreu num momento decisivo para a adoção do novo pacote tecnológico. (MARTINE; BESKOW, 1987, p. 20-21).

A integração entre a pesquisa na área da agricultura, a industrialização e o crédito agrícola possibilitaram a expansão da modernização pelo país. Delgado (1985), em seus estudos apontou três momentos da modernização da agricultura no Brasil, a saber:

O primeiro momento do processo de modernização agropecuária se caracteriza, grosso modo, pela elevação dos índices de tratorização e consumo de NPK, estimulada e facilitada pelo governo e empresas norte-americanas. Introduce-se nessa primeira década de inovações que é basicamente a década dos 50, um novo padrão tecnológico para a produção rural com base na importação de meios de produção industriais. A demanda de insumos é atendida por importações. O segundo momento é o da industrialização dos processos de produção rural propriamente, com a implantação dos setores industriais de bens de produção e de consumos básicos para a agricultura, e o favorecimento financeiro pelo Estado ao consumo desses novos meios de produção [...]. Um terceiro momento das relações agricultura-indústria é o processo de fusão ou integração de capitais intersetoriais. Essa integração se distingue da integração técnica agricultura-indústria, embora se realiza como suporte dela. Mas a integração de capitais terá um raio de abrangência mais amplo, compreendendo não apenas o aprofundamento das relações interindustriais, mas outras formas de integração e conglomeração sob o comando do grande capital. (DELGADO, 1985, p. 33-34).

Para por o plano modernizador em prática foi necessário desestimular a cafeicultura no país, visto que a mesma vinha sofrendo com seguidas oscilações nos preços. Trintin

(2006) esclareceu que como resultado do programa de erradicação dos cafeeiros foram eliminados mais de um bilhão e trezentos milhões de pés de café entre 1962 e 1967, o que equivale a 33% das plantações brasileiras.

Moro (2001, p. 92), alertou que o processo é o resultado de uma política oficial: “[...] já a partir de meados da década de 1960, o governo brasileiro coloca em ação uma política de desestímulo à cafeicultura e de incentivo à cultura de oleaginosas.” Como estratégia para modernizar a agricultura o Estado desenvolve uma política de crédito rural subsidiado. Para Andrade (2005), o Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR está entre as políticas públicas com objetivos de modernização da agricultura.

[...] o SNCR se constitui num importante viés para implementação da modernização agropecuária, já que para se modernizar, o agricultor necessitava de capital para aquisição de equipamento, máquinas, fertilizantes, entre outros, necessários ao processo produtivo. Isso se tornou possível com o investimento de capital externo [...]. Nesta perspectiva, o SNCR cumpria o seu papel, porém, os benefícios atingiram de modo diferenciado os vários segmentos da agricultura. (ANDRADE, 2005, p. 51).

De acordo com Graziano da Silva (1982) o crédito rural privilegiou o grande proprietário de terras em detrimento dos pequenos, visto que os primeiros além de possuírem garantias tinham melhor acesso à rede bancária. A quantidade de crédito estava relacionada com a disponibilidade de garantias. Porém Santos (2007) expõe que os pequenos proprietários também foram inseridos:

Programas oficiais garantem empréstimos a pequenos proprietários de terra para a compra de sementes, fertilizantes, equipamentos etc. e encorajam a comercialização e a administração modernas. Isto é feito sob o pretexto de ajudar a solucionar problemas de abastecimento de alimentos e de pobreza rural, mas a finalidade verdadeira é modernizar a economia rural e aumentar a composição técnica e orgânica do capital na agricultura. [...] O desencadeamento dos mecanismos de “ajuda” logo eleva a necessidade de capital na agricultura, não apenas na esfera de produção mas também em outras atividades. Ocorrem concentrações no mercado atacadista, no transporte, no frete, e de novo na propriedade da terra, formando-se verdadeiros monopólios rurais. Na verdade, tais programas não fazem senão ajudar os já favorecidos. (SANTOS, 2007, p. 190).

A dinâmica revelada pelo autor fez com que a terra fosse concentrada nas mãos de menos proprietários cada vez mais inseridos no processo agro-exportador. As relações capitalistas no campo conduziram à diminuição das pequenas propriedades e a consolidação das médias e grandes propriedades inseridas no mercado internacional.

O novo modelo penetrou, pelo menos inicialmente, com mais intensidade na região Centro Sul do país (MORO, 1998). A modernização não atuou de forma homogênea, pois a região Nordeste permaneceu por mais algumas décadas sem verificar mudanças significativas e o Norte e parte do Centro-Oeste atuaram como nova fronteira agrícola.

Para Delgado (1985), no início a modernização atingiu apenas entre 10 e 20% dos estabelecimentos rurais brasileiros que passaram a responder pelo maior volume e valor da produção. A modernização atuou com maior intensidade nos espaços capitalizados e com elevada capacidade de valorização e ampliação dos capitais. A soja foi o carro chefe da modernização da agricultura brasileira sendo expressa através de:

- a) implantação de modernos equipamentos de infraestrutura nas áreas produtoras (telecomunicações, sistema de transportes, energia elétrica, etc.);
- b) alterações na base técnica da produção (utilização de máquinas e insumos industriais);
- c) processo de concentração fundiária;
- d) mudanças nas relações de trabalho (tendência à incorporação do trabalho assalariado);
- e) articulação dos produtores rurais com as cooperativas e as agroindústrias; com o sistema bancário; com organismos de assistência técnica especializada; com representantes de indústrias de máquinas, implementos, fertilizantes, defensivos, etc. (HESPANHOL, 1990, p. 77-78).

No Paraná o processo de modernização das técnicas adentrou com vigor a partir da década de 1970 e foi desencadeado pela incorporação do binômio soja/trigo em Ponta Grossa, Toledo, Cascavel, Maringá, Assis Chateaubriand, Campo Mourão, Paranavaí e Cambé.

A tabela 2 apresenta os indicadores da modernização da agricultura entre 1970 e 1985. A delimitação do período tem como objetivo demonstrar o marco histórico da entrada de um novo modelo agrícola no campo paranaense.

Tabela 2 - Indicadores da modernização da agricultura no Paraná

INDICADORES	1970	1985
Arados – Tração animal	283.215	306.617
Arados – Tração Mecânica	18.883	97.570
Área média por trator (ha)	785	165
Área irrigada (ha)	9.176	31.477
Consumo de energia elétrica – mil kwk	34.286	396.996
Consumo de óleo diesel – mil l.	40.831	332.523
Estabelecimento com uso de fertilizantes	89.828	248.166
Estabelecimento com uso de força mecânica	16.285	203.490
Máquinas de plantio e colheita	----	96.607
Tratores	18.619	100.919

Fonte: MORO (1998), adaptado pelo autor.

---- Informação não disponível

Em um período de apenas quinze anos, conforme retratado na tabela, o consumo de energia elétrica aumentou em mais de dez vezes, o de óleo diesel em oito vezes e o número de tratores foi ampliado em mais de cinco vezes. Com a modernização as culturas cultivadas também sofreram profundas alterações. A tabela 3 apresenta as principais culturas produzidas no Estado.

Tabela 3 - Principais culturas em toneladas no Paraná 1970-2012

<i>Culturas</i>	<i>1970</i>	<i>1985</i>	<i>1996</i>	<i>2006</i>	<i>2012</i>
Algodão	397.063	846.682	267.433	20.384	1.096
Arroz	375.605	186.785	142.068	94.883	177.841
Feijão	457.096	412.460	381.793	488.726	700.371
Mandioca	3.426.388	4.150.534	1.437.760	2.846.420	3.869.080
Milho	1.016.609	930.207	6.597.903	9.195.417	16.515.836
Soja	411.641	4.161.322	6.046.293	8.402.609	10.924.321
Trigo	205.325	2.366.997	849.695	948.179	2.098.673
Café	116.898	230.000	109.470	163.532	90.520
Cana-de-açúcar	1.686.254	10.373.983	18.442.306	22.177.003	47.940.989

Fonte: IBGE (1970, 1985, 1996, 2006) – Censos agropecuário, IBGE SIDRA (2012).

A partir de 1970 o café deixou de ser a principal cultura no Paraná e o arroz perdeu importância na produção, já o feijão e a mandioca - destinados para abastecer o mercado interno - sofreram com a oscilação. Na década de 1980 o algodão ganhou destaque, porém nas décadas seguintes sofreu significativa redução, já o cultivo da soja, do trigo e da cana-de-açúcar cresceram impulsionados pelos incentivos oferecidos. Na década de 1990, o binômio soja/trigo é substituído pelo binômio soja/milho. A produção de trigo voltou a crescer a partir de 2006. Em 2012 o Paraná ficou em segundo lugar na produção nacional com destaque para os cultivos de cana-de-açúcar, milho e soja.

A concentração fundiária, agora reforçada pela modernização, continuou a ser uma marca do espaço rural paranaense. Os dados estão alocados na tabela 4.

Tabela 4 – Número de estabelecimentos agropecuários segundo grupos de área

<i>Área (ha)</i>	<i>1970</i>	<i>Part. %</i>	<i>1985</i>	<i>Part. %</i>
0 – 10 ha.	298.272	53,3	229.015	49,1
10 – 100 ha.	240.936	43,5	212.247	45,5
100 – 1.000 ha.	17.158	3,1	23.425	5,0
+ de 1.000 ha.	1.087	0,2	1.548	0,3
Não declarado	35	0,0	162	0,0
Total	554.488	100,0	466.397	100,0

Área (ha)	1996	Part.%	2006	Part.%
0 – 10 ha.	154.620	41,8	165.513	44,6
10 – 100 ha.	188.305	50,9	170.403	45,9
100 – 1.000 ha.	25.435	6,9	25.113	6,8
+ de 1.000 ha.	1.450	0,4	1.191	0,3
Não declarado	68	0,0	8.832	2,5
Total	369.875	100,0	371.051	100,0

Fonte: IBGE – Censos agropecuários *apud* IPARDES (2009). Adaptado pelo autor.

No período entre 1970 e 2006 a pequena propriedade com até 10 ha. sofreu redução de 132.759 estabelecimentos, enquanto as propriedades entre 100 e 1.000 ha. aumentaram em 7.955 estabelecimentos. O aumento no número total de estabelecimentos no período entre 1996 e 2006, não significou que a concentração fundiária tenha diminuído. Pelo contrário, continuou aumentando conforme análise realizada por Cintra *et al.* (2009):

[...] é importante colocar que os resultados do Censo apontam para a continuidade do movimento de concentração fundiária. Tanto é assim que as unidades com menos de 10 hectares respondiam por 4,7% da área total dos estabelecimentos em 2006, abaixo da participação de 5,0% referente a 1996. Da mesma maneira, constata-se declínio da representatividade da faixa que abrange as propriedades de 10 a menos de 100 hectares, passando de um peso relativo de 33,9% em 1996, para 31,3% em 2006. (CINTRA *et al.*, 2009, p. 04).

Um problema detectado no censo agropecuário de 2006 é o elevado número de estabelecimentos que não declararam a sua área (2,5%), o que prejudica a análise, pois pode esconder ainda mais a concentração de terras nas mãos de poucos. A área dos estabelecimentos está disponível na tabela 5.

Tabela 5 – Área dos estabelecimentos agropecuários no Estado do Paraná 1970-2006

Área (ha)	1970 (área ha)	Part.%	1985 (área ha)	Part.%
0 – 10 ha	1.575.025	10,8	1.129.366	6,8
10 – 100 ha	6.097.371	41,7	5.843.783	35,0
100 – 1.000 ha	4.220.751	28,9	6.017.690	36,0
+ de 1.000 ha	2.715.563	18,6	3.704.890	22,2
Total	14.608.710	100,0	16.695.729	100,0

Área (ha)	1996 (área ha)	Part.%	2006 (área ha)	Part.%
0 – 10 ha	792.119	5,0	725.549	4,7
10 – 100 ha	5.405.907	33,9	4.791.744	31,3
100 – 1.000 ha	6.550.666	41,1	6.814.290	44,6
+ de 1.000 ha	3.197.940	20,1	2.954.951	19,3
Total	15.946.632	100,0	15.286.534	100,0

Fonte: IBEGE Censos agropecuários *apud* IPARDES (2009). Adaptado pelo autor

Como resultado da concentração fundiária o Índice de Gini referente à distribuição da terra atingiu 0,770 em 2006, maior que os 0,741 de 1996, lembrando que quanto mais próximo de 1, maior é a concentração (CINTRA *et al*, 2009).

Segundo Graziano da Silva (1982, p. 40), o que se viu no campo brasileiro foi uma modernização conservadora que privilegiou algumas regiões e culturas, bem como as médias e grandes propriedades. “Nunca uma transformação dinâmica, auto-sustentada; pelo contrário, uma modernização induzida através de pesados custos sociais e que só vinga pelo amparo do Estado.”

O processo conduziu a subordinação e alienação dos próprios agricultores aos interesses das grandes corporações internacionais. É o mercado internacional controlado por poucos e poderosos grupos quem decide o que será plantado, os insumos utilizados para a plantação, o preço final (o preço da soja, por exemplo, é estipulado pela bolsa de Chicago nos Estados Unidos da América) e o comprador.

A modernização não ocorreu de forma homogênea no tempo e no espaço. Foi gradativamente se expandindo pelo território paranaense impulsionada pelos interesses do Estado e do capital. O norte e o oeste são os primeiros a sentir com mais intensidade o processo modernizador, posteriormente, outras regiões, conforme as suas especificidades vão se inserindo no modelo.

Dentro dessa ótica Hespanhol (1990), analisou que as regiões Norte e Oeste apresentavam produtores rurais melhor capitalizados e mais integrados ao mercado, o que somado com as vantagens naturais do solo e do relevo permitiu o pioneirismo no processo modernizador. Os antigos latifúndios presentes no Paraná Tradicional retardaram a penetração da modernização, porém gradualmente se inseriram no processo.

A prioridade foi para os espaços capitalizados com solos férteis e relevos adequados para a mecanização. Nos espaços onde o relevo é caracterizado por elevadas declividades ainda estão presentes propriedades familiares. Mas, temos o caso do Sudoeste do Paraná onde a modernização da agricultura ocorreu a partir da propriedade familiar. De acordo com os estudos realizados por Santos e Saquet (2010):

Geralmente, a ideia de modernização da agricultura está associada a áreas com predomínio de grandes propriedades e com relevo plano que facilitam o deslocamento das grandes máquinas, símbolos da modernização: tratores e colheitadeiras. No Sudoeste do Paraná, essas não são características predominantes, todavia, a modernização agrícola tem se efetivado, especialmente, a partir do cultivo da soja [...]. (SANTOS; SAQUET, 2010, p. 207).

O processo de modernização no Sudoeste por questões próprias e peculiares não alterou significativamente a estrutura fundiária que permanece marcada por pequenos estabelecimentos familiares com o uso de mão-de-obra com laços de parentesco com o produtor. A propriedade familiar passou a absorver de forma plena ou parcial o pacote modernizador. Assim:

Há uma conjugação de tempos lentos e rápidos, conforme as condições materiais e imateriais de cada agricultor. Tempo lento do movimento do arado à tração animal, do carro de bois, do cultivo de subsistência; tempo rápido da plantadeira mecânica, da colheitadeira, do pulverizador e do trator. Nem todos são envolvidos pela modernização agrícola ao mesmo tempo; os que são, não o são com a mesma intensidade e velocidade. (SANTOS; SAQUET, 2010, p. 206).

Mesmo levando em consideração as particularidades regionais do Sudoeste, com a implementação do novo pacote tecnológico ocorreu sensível redução do número de pessoas ocupadas no campo (em 1996 eram 159.560, em 2006 passou para 127.450), aumento no uso de tratores e redução do número de estabelecimentos agropecuários (em 1996 eram 47.277, em 2006 passou para 44.632 estabelecimentos).

A região Noroeste paranaense não incorporou o pacote tecnológico modernizador como ocorreu em outras regiões. Os solos oriundos do arenito Caiuá sofreram com a erosão e o esgotamento e a substituição do café se deu pela ampliação das pastagens extensivas, desarticulando a estrutura fundiária marcada pela presença de pequenos estabelecimentos.

As áreas de solos argilosos passaram pelo processo [modernização da agricultura], porém os solos resultantes do arenito Caiuá, de forma geral, tiveram como opção imediata a pecuária extensiva. Observando essa área, na porção mais a noroeste da região, não há como explicar que o café foi retirado por causa da modernização da agricultura. Nessa área, a modernização da agricultura acontece lentamente, com tentativas relacionadas a vários produtos e cultivos (sericicultura, avicultura, fruticultura etc.), moldando pequenas ilhas de agricultura em meio à pecuária extensiva. (ENDLICH, 2009, p. 100).

O café cedeu lugar a pecuária extensiva que se tornou a principal atividade econômica pós 1970. Em menor escala estão às culturas de citrus e a mandiocultura. Recentemente a cana-de-açúcar vem se expandindo pelo Noroeste. A entrada da cana ocorreu a partir da década de 1980, após a criação do Programa Nacional do Alcool.

As políticas do governo federal voltadas para a produção do Etanol e o desenvolvimento da tecnologia de motores flex estão estimulando a construção de novas usinas e destilarias. A instalação de novas agroindústrias do ramo sucroalcoolerio está impulsionando o plantio de cana nos municípios sedes ou próximos das usinas/destilarias. (RIBEIRO, 2011).

A discussão apresentada evidenciou as profundas transformações verificadas no espaço rural com o processo de modernização da base técnica. As técnicas de produção foram inovadoras e promoveram modificações estruturais no campo, como a redução das pequenas propriedades, o êxodo rural, a substituição de culturas, etc. fatores estes que estão inter-relacionados com industrialização. Não podemos deixar de mencionar que as transformações também foram irradiadas para as cidades, se estabelecendo novas relações entre cidade e campo, entre urbano e rural³.

1.3 A DISPARIDADE ESPACIAL DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO

No Brasil o processo de industrialização ganhou impulso a partir da década de 1930. Contudo é somente na década de 1950, com o apoio e orientação do Estado que ocorreu sua efetivação. Nas palavras de Suzigan (1988), o desenvolvimento industrial foi limitado nos anos 30, onde o crescimento da produção industrial estava relacionado com o desempenho do setor agrícola-exportador. Na década de 1940, o Estado investiu diretamente em algumas indústrias (siderurgia, mineração, álcalis) e na produção de motores pesados. Nos anos 50 o Estado passou a atuar ativamente na estruturação do setor industrial a partir da articulação entre o capital privado nacional, o capital estrangeiro e o próprio Estado. A consolidação da industrialização se deu a partir da constituição de uma burguesia industrial. Para Francisco de Oliveira (1977):

[...] é que havia surgido, se consolidado pela expansão, uma burguesia industrial cujos interesses de reprodução do seu capital, de forma geral, não podia mais ser confundidos com a forma de reprodução do capital controlado pelas oligarquias, e que, por isso mesmo, havia capturado o Estado, levando-o a implementar sistematicamente políticas econômicas cujos objetivos eram o reforço da acumulação industrial e cujos resultados, em grau surpreendente, corresponderam aqueles objetivos. (OLIVEIRA, 1977, p. 83).

³ A temática exposta é tratada com propriedade em SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. **Cidade e Campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

Para atingir os objetivos foi estabelecida uma nova tarifa aduaneira protecionista, o controle do mercado de câmbio e taxas de câmbio diferenciadas, créditos bancários bem como a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE, em 1952 que viria a ser a principal agência pública de financiamento industrial.

O BNDE financiou as indústrias de base (especialmente siderúrgicas) e a implantação de infraestrutura (energia e transportes). Nos anos 60 passou a financiar o investimento privado voltado para as indústrias de transformação. O resultado foi a substituição das importações de insumos básicos, máquinas, equipamentos, automóveis e eletrodomésticos. (SUZIGAN, 1988).

No Paraná o início da industrialização esteve diretamente ligado ao impulso econômico gerado pela expansão da cafeicultura ocorrida a partir da segunda metade da década de 1940, uma vez que parte dos recursos provenientes da produção do café foram canalizados para o financiamento da infraestrutura que tornou possível a industrialização (TRINTIN, 2006).

A indústria paranaense que estava estagnada até a primeira metade da década de 1940, recebeu significativo impulso com os recursos gerados pela cafeicultura. No entanto, é necessário esclarecer que até 1960, a estrutura produtiva ainda era pequena e marcada pelo predomínio da produção de poucos gêneros. As principais atividades estavam embasadas no beneficiamento da madeira e na produção de alimentos que respondiam por 63,64% do valor da transformação industrial. A participação paranaense no total nacional era de 3,0%, estando concentrada nas seguintes microrregiões: Curitiba (34,66%), Londrina (12,37%), Ponta Grossa (8,76%) e Maringá (5,81%).

O cenário apresentado começou a ser alterado a partir da primeira metade da década de 1960, quando foi verificado maior impulso e incentivo por parte do governo do Paraná para a construção da infraestrutura necessária e das condições de financiamento para desencadear o processo industrial. Lourenço (2009) esclareceu que a industrialização esteve embasada:

[...] na década de 1960, durante o primeiro governo Ney Braga, marcado pela montagem da infraestrutura econômica (rodovias, ferrovias, porto marítimo, rede de telecomunicações, energia elétrica e armazenagem pública), sustentada na atuação do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) e da Companhia de desenvolvimento do Paraná (CODEPAR), instituída por intermédio da Lei nº 4.529, de 1962. Com a reforma do sistema financeiro nacional, em 1967, a CODEPAR deu lugar ao Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP), que passou a operar em 1968. [...] na primeira metade dos anos 70, ancorado na modernização agrícola (com a

introdução da soja e do trigo) e agroindustrial, e na implantação de um pólo cimenteiro na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). [...] no segundo quinquênio dos anos 70, com a implantação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e da Refinaria de Petróleo de Araucária. (LOURENÇO, 2009, p. 61-62).

A mudança é explicada em virtude do retorno no crescimento econômico nacional e da possibilidade de articulação dentro da divisão do trabalho no espaço brasileiro. A economia paranaense contou com os investimentos oriundos da política de desenvolvimento regional.

Foi através do II PND⁴, no governo Geisel, no segundo quinquênio dos anos 1970, que ocorreu a diversificação agroindustrial e a implantação da Cidade Industrial de Curitiba - CIC, permitindo ao Paraná reproduzir parte da desconcentração industrial vivida pelo país (IPARDES, 2005).

A década de 70 representa para o Paraná o marco das grandes transformações. Essas mudanças são oriundas de dois grandes movimentos, distintos e ao mesmo tempo complementares, ligados ao movimento de maior integração da economia nacional. O primeiro resultou da política de modernização e diversificação da agropecuária nacional, cabendo ao Sul do país papel relevante nesse processo. O segundo decorreu de um movimento mais geral de integração do mercado nacional, com conseqüente desconcentração da produção industrial, fortemente ancorada nos investimentos públicos, seguidos de um movimento de espraiamento da economia industrial paulista. (TRINTIN, 2006, p. 88, grifo nosso).

A necessidade de integrar o mercado nacional fez o governo brasileiro estimular a descentralização industrial. No Paraná o fato se deu no sentido de complementação do pólo industrial de São Paulo, haja vista que não era possível concorrer com a densa estrutura produtiva paulista. Assim, a indústria paranaense foi estruturada com base na potencialidade produtiva do setor primário, complementando as demandas do estado vizinho.

Dentro dessa nova lógica produtiva ocorreu forte surto de industrialização na região de Curitiba. Para Singer (1980), as cidades que se industrializaram são, na maioria das vezes, as que já tinham significativa expressão urbana por terem sido importantes centros

⁴ O II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979) foi, conforme Mantega (1997), “provavelmente o mais amplo programa de intervenção estatal de que se tem notícias no país, e que transformou significativamente o parque industrial brasileiro com a implantação de um pólo de insumos básicos e de bens de capital (p. 3) [...] os segmentos econômicos eleitos pelo II PND foram alvo de um conjunto de privilégios que compreenderam desde tarifas alfandegárias mais elevadas para a importação de produtos concorrentes do exterior, até linhas especiais de financiamento do BNDE com taxas de juros que se revelariam irrisórias (p. 35) [...] o II PND gerou uma estrutura industrial muito mais integrada e dotada de uma dinâmica intersetorial complementar, que reduziu a dependência da economia brasileira dos centros capitalistas hegemônicos (p. 35).

comerciais. Esses centros possuíam parte dos serviços e da infraestrutura necessária. Com a industrialização ampliam-se os setores já existentes e surgem novos serviços como educação, pesquisa científica, governamentais, finanças, contabilidade, entre outros.

Desta forma, o processo de industrialização se desenvolveu sobre os espaços que já apresentavam as condições básicas para a instalação. No caso paranaense recai em maior escala sobre Curitiba e o Norte Central, visto que os mesmos já atuavam como importantes centros urbanos. A cidade de Curitiba foi a mais beneficiada por ser a capital do Paraná, concentrar recursos e investimentos, infraestrutura prévia (rodovias, ferrovias, energia, etc.) proximidade com a cidade de São Paulo e com o porto de Paranaguá (estratégico para as importações e exportações). Já no Norte Central foi motivado pelo crescimento econômico desencadeado pelo café e por ser o mais importante centro comercial e de prestação de serviços do interior. As vantagens competitivas oferecidas por Curitiba foram decisivas para a construção da cidade industrial.

A criação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), em 1973, é o marco inicial do processo de industrialização da região metropolitana de Curitiba. Antes do advento da CIC, a capital do Estado já abrigava algumas indústrias, mas nada que fosse bastante significativo na balança econômica paranaense, pois, até este período, a atividade predominante era a agricultura, com ênfase no cultivo do café. (TAVARES, 2005, p. 36).

A criação da CIC estimulou e incentivou a industrialização. A participação do poder público municipal foi significativa. A prefeitura ofereceu benefícios para as indústrias se instalarem em Curitiba através da isenção de impostos prediais e de serviços, inseridos dentro de um contexto nacional de atração de investimentos para o país.

A instalação da refinaria de petróleo em Araucária, na região metropolitana, também contribuiu para o desenvolvimento do pólo industrial. O crescimento do setor secundário foi reflexo de políticas praticadas em nível nacional, estadual e municipal. A criação da CIC é um marco das transformações produtivas verificadas no Paraná. Fresca (2008) também confirma a importância da CIC como potencializadora do crescimento do setor secundário.

O processo de industrialização até o final dos anos 1970 foi importante para o Brasil bem como para o Paraná, porém é válida a crítica elaborada por Suzigan (1988):

Acima de tudo, o desenvolvimento industrial brasileiro se ressentiu: 1) de melhor articulação com uma política agrícola que promovesse, sobretudo o crescimento da produção de alimentos básicos, de modo a viabilizar o crescimento econômico com ganhos de salário real e incorporação ao

mercado de contingentes populacionais marginalizados; 2) de melhor articulação setorial, de modo a evitar o atraso relativo de alguns setores, a heterogeneidade tecnológica e as substanciais diferenças nos níveis de produtividade; 3) do desenvolvimento de um sistema financeiro privado capaz de mobilizar recursos para créditos de longo prazo para investimentos, até hoje dependentes das agências públicas de fomento; 4) de melhor articulação social, que promovesse melhor distribuição de renda e maior acesso das camadas mais baixas de renda ao mercado e a serviços sociais básicos como educação, saúde e habitação. (SUZIGAN, 1988, p. 11).

Os fatores analisados pelo autor permitem compreender as lacunas no processo de industrialização brasileiro e paranaense no período avaliado, contribuindo para o entendimento dos fatores que levaram ao estabelecimento de municípios periféricos a partir da década de 1970.

Outro aspecto que deve ser realçado foram os baixos investimentos em ciência e tecnologia. Enquanto os países desenvolvidos do Norte (Estados Unidos, Alemanha, Suécia, Inglaterra, Japão, entre outros), e os países asiáticos em ascensão (China, Coreia do Sul, Índia, etc.) investiram no desenvolvimento de novas tecnologias para a produção industrial, comunicações, transportes, informática, energia, robótica e saúde; o Brasil pouco se preocupou em estabelecer uma política de médio e longo prazo direcionada para o desenvolvimento científico e tecnológico.

No decurso dos anos 1980, a desconcentração industrial foi quase paralisada devido à redução no crescimento nacional. A situação econômica se agravou de tal forma que a década de 1980 passou a ser adjetivada de “década perdida” (FRESCA, 2008). As taxas médias de crescimento do PIB brasileiro passaram de 8,63% no período entre 1971-1980, para 1,57% no período entre 1981-1990 (SILVA; SILVA, 2009). A redução do PIB esteve vinculada ao imenso crescimento da dívida externa que o país havia adquirido em razão da elevação nas taxas de juros, que durante os anos 1980 chegou a comprometer mais de um terço do Produto Nacional Bruto – PNB. (OLIVEIRA, 2000).

Após o segundo choque do petróleo em 1979, teve início a elevação das taxas de juros no mercado internacional. A situação de balanço de pagamento se deteriorou e o estrangulamento externo impôs-se como restrição macroeconômica ao crescimento. A realização de saldos comerciais para o pagamento da dívida externa foi o principal objetivo da política econômica. O Estado não somente deixou de orientar com também retardou o desenvolvimento industrial através de cortes nos investimentos públicos e privados e a redução na incorporação técnica.

A partir de meados da década de 1990 ocorreu a retomada do crescimento econômico brasileiro. As taxas médias de crescimento do PIB atingiram 2,54% entre 1991-2000 e 3,57% entre 2001-2008 (SILVA; SILVA, 2009). No ano de 2010 o PIB brasileiro cresceu 7,5% (IBGE, 2011). Porém, no ano de 2011 cresceu 2,7% e em 2012 cresceu apenas 0,9% (IBGE, 2013), refletindo a crise internacional. A oscilação no crescimento do PIB não impediu a expansão industrial no Paraná nas décadas seguintes.

Nos anos 1990 uma nova onda de industrialização atingiu o Paraná marcado pela instalação no Distrito Industrial de São José dos Pinhais das montadoras de automóveis Renault (francesa), Chrysler⁵ (norte-americana) e posteriormente Audi/Volkswagen (alemã). Os eixos formados através da BR-277 fazendo a ligação com Paranaguá, e a BR-376, em direção ao sul do país, contribuíram e impulsionaram a expansão industrial (TAVARES, 2005).

Segundo o IPARDES (2005, p. 25): “[...] o Estado do Paraná utilizou um conjunto de atrativos formados por localização geográfica privilegiada, estoque adequado de infraestrutura e mecanismos institucionais para a viabilização da expansão e implantação de indústrias.” Sobre a temática Lourenço (2009) afirmou que:

A presente reorientação na base da economia paranaense está ancorada em seis vetores estreitamente articulados: a modernização do agronegócio (com forte presença das cooperativas); a ampliação quantitativa e qualitativa do complexo madeireiro e papelero; a expansão da fronteira internacional, incluindo o Mercosul; o melhor aproveitamento das vocações e o desenvolvimento das aptidões regionais, a retaguarda infraestrutural, sobretudo na área de ciência e tecnologia, e na otimização do tripé transportes, energia e telecomunicações; e a implementação do pólo automobilístico na RMC. (LOURENÇO, 2009, p. 62).

A nova onda de industrialização possibilitou o crescimento, a diversificação e o aprofundamento da modernização tecnológica do parque industrial. O que traz consigo a concentração da produção nas mãos das grandes corporações. Para atrair novas indústrias o governo paranaense fez uso de uma série de estímulos fiscais, financeiros e físicos.

Singer (1980), explicou da seguinte forma o processo de modernização tecnológica e de concentração de capital:

⁵ A montadora de veículos norte-americana Chrysler encerrou suas atividades no Paraná em 2001.

O progresso técnico e a concentração do capital são duas tendências que se alimentam mutuamente. O progresso técnico requer escalas cada vez mais amplas de produção, proporcionando deste modo vantagens às empresas maiores. Estas, por sua vez, tratam de acelerar ao máximo o progresso tecnológico, na medida em que uma oferta abundante de capital (proporcionada pelo subsidiamento estatal e/ou pelo aperfeiçoamento do sistema financeiro) torna economicamente vantajosa a substituição de trabalho por capital. É inegável que a concentração do capital é uma condição necessária ao progresso tecnológico, mas é inegável também que o quadro institucional apropriado à industrialização capitalista leva a uma concentração do capital ainda muito maior, ao favorecer uma acumulação do capital em escala geométrica dentro das empresas e ao permitir que, nos períodos de baixa conjuntural, as empresas maiores absorvam um grande número de empresas médias e pequenas. (SINGER, 1980, p. 220-221).

A concentração de capital cada vez maior nas mãos de poucos e fortes grupos, especialmente os de origem internacional, é uma das características do capitalismo atual marcado pela elevada integração dos mercados em virtude dos progressos técnicos verificados nos últimos anos. No Paraná o capital industrial foi se concentrando cada vez mais na região de Curitiba. O crescimento possibilitou sua internacionalização.

De acordo com Firkowski (2004, 2009) o processo de internacionalização que vem ocorrendo a partir de 1990 está relacionado com as novas funções metropolitanas destinadas ao atendimento da demanda das empresas, principalmente de capital internacional. A autora destaca os novos conteúdos que passaram a se materializar no espaço, enfatizando o setor hoteleiro, *shopping centers*, os hipermercados, publicidade e propaganda, moda, bancos, serviços especializados para empresas e os serviços corporativos.

Na dimensão interurbana, Curitiba passou a se destacar como uma metrópole capaz de atrair importantes investimentos diretos, tanto em relação às indústrias como ao comércio e serviços, o que é um indicativo de que a mesma mudou sua participação na rede urbana, **sendo atrativa para os investimentos que se deslocam pelo mundo e que buscam se fixar nas cidades que têm importante papel no cenário.** (FIRKOWSKI, 2004, p. 105, grifo nosso).

Ao atuar como metrópole capaz de atrair investimentos nacionais e internacionais nos setores industriais, comerciais e de prestação de serviços, Curitiba também atrai população que procura emprego e renda. Dessa forma, a metrópole, bem como outras cidades localizadas no seu entorno passaram a concentrar a maior parcela da população paranaense. Singer (1980) expõe densa análise sobre a concentração espacial regional e seus problemas:

Como a concentração espacial de atividades que resulta da industrialização capitalista é, via de regra, muito maior do que a exigida pela tecnologia industrial, os esforços em prol do “desenvolvimento regional” são, em principio, economicamente viáveis. Reproduz-se, no entanto, neste caso, nas novas áreas favorecidas, o mesmo fenômeno de concentração espacial urbana acarretado pela industrialização capitalista no plano nacional. A grande maioria das novas atividades produtivas, suscitadas pelas medidas de “desenvolvimento regional” acaba se localizando em uma ou duas áreas urbanas, desviando para estas os fluxos migratórios provocados por fatores de estagnação que antes se dirigiam, diretamente ou por etapas, aos grandes centros nacionais. (SINGER, 1980, p. 225).

O problema está no fato de que o desenvolvimento regional, que é concebido com o objetivo de reduzir as migrações internas, acabou por intensificá-las. Cada novo pólo de desenvolvimento construído encurta a distância das migrações. No caso do Paraná a industrialização em Curitiba apenas modificou o predomínio dos fluxos migratórios que deixaram de ser para São Paulo e foram canalizadas para a capital paranaense e as cidades localizadas no seu entorno.

Porém, mesmo o planejamento e os intensos investimentos que a Região Metropolitana de Curitiba recebeu não foram capazes de minimizar as desigualdades sociais, “Ao contrário, o processo de planejamento fez aprofundar as diferenças sociais, na medida em que valorizou o solo urbano e, conseqüentemente, restringiu o acesso de certos segmentos sociais.” (FIRKOWSKI, 2009, p. 53).

O Paraná tem na Região Metropolitana de Curitiba o maior centro industrial, comercial e de prestação de serviços do Estado, no entanto, a flexibilização produtiva abriu espaço para o espraiamento da atividade industrial para outros locais. Algumas cidades do interior passaram a desempenhar significativo papel no desenvolvimento industrial paranaense, seja através de iniciativas locais ou a partir da atração dos excedentes de capital aplicados com a intenção de reprodução ampliada.

Cabe destacar os Arranjos Produtivos Locais – APLs, que compõem um conjunto de empresas com a mesma especialização produtiva e localizados em um mesmo espaço geográfico. As empresas mantêm vínculos de interação, cooperação e articulação e procuram formar um grupo articulado.

No Paraná atuam 16 APLs (SEBRAE, 2011), assim distribuídas: Apucarana (Bonés) – é referencia neste setor e responsável por 50% da produção nacional, são cerca de 200 empresas com mais 10.000 empregados; Araçongas (Móveis) – abrange Araçongas, Apucarana, Cambé, Rolândia e Sabáudia, é o segundo pólo moveleiro do Brasil e conta com 576 indústrias; Campo Largo (Louças e porcelanas) – são aproximadamente 140 empresas

com mais de 2.200 funcionários; Campo Mourão (Instrumentos médicos e odontológicos) – atua nas áreas odontológica e produção de insumos médico-hospitalares, é referência no Brasil; Cascavel (Máquinas, equipamentos e implementos agrícolas do Oeste do Paraná) – abrange Cascavel, Toledo e Palotina e possui mais de 100 empresas atuando na produção de silos, colheitadeiras, plantadeiras e máquinas de pré-limpeza; Cianorte/Maringá (Confecções) – são cerca de 1.650 empresas que geram 20.000 empregos diretos e indiretos; Curitiba (Software) – produtos e aplicações em informática; Curitiba (Instrumentos médico-Hospitalares); Imbituva (Malhas) – aproximadamente 60 empresas; Loanda (Metais sanitários) – abrange Loanda, Santa Isabel do Ivaí, Santa Cruz do Monte Castelo e São Pedro do Paraná, conta com 34 empresas que geram 2.200 empregos diretos em cerca de 3.000 indiretos; Londrina (Vestuário) – cerca de 430 empresas e 12.000 empregos gerados; Londrina (Software) - mais de 110 empresas; Maringá (Software); Paranavaí (Mandioca) – abrange Terra Rica, Amaporã, Nova Londrina, Querência do Norte, Loanda e Mirador, são 80 empresas e 15.000 empregos; Ponta Grossa (Móveis de metal e sistemas de armazenamento e logística); Região Metropolitana de Curitiba (Cal e Calcário); Rio Negro (Móveis e Madeira) – abrange Campo do Tenente, Quitandinha, Lapa, Mandirituba e Agudos do Sul; Terra Roxa (Moda Bebê) – são 48 empresas especializadas na produção de roupas para bebês; União da Vitória (Esquadria e Madeira); Sudoeste do Paraná (Confecções); Sudoeste do Paraná (Móveis); Sudoeste do Paraná (Alumínio) e Sudoeste do Paraná (Software).

Mesmo com o processo de desconcentração industrial a partir do espraiamento das atividades e a importância da agroindústria para o interior do estado ainda é preocupante a concentração industrial em um número reduzido de municípios, enquanto que uma parcela significativa não consegue desenvolver mecanismos capazes de manter a população e promover o bem estar social. Além do que, o crescimento industrial não significou redistribuição de renda e melhoria na condição de vida para toda a população.

Com relação ao Valor Adicionado Fiscal Indústria - VAFI 2010 a Mesorregião Metropolitana de Curitiba deteve 56,18%, seguida da Norte-Central com 11,99%, Oeste com 9,46%, Centro-Oriental com 7,28%, Sudoeste com 4,66%, Noroeste com 3,50%, Centro-Sul com 2,04%, Norte Pioneiro 2,01%, Sudoeste com 1,88% e Centro-Occidental com apenas 0,98% (IPARDES, 2012).

No ano de 2010 os dez municípios mais dinâmicos do Paraná concentravam 58,39% do PIB, estando assim distribuídos: Curitiba 24,40%, São José dos Pinhais 6,30%, Araucária 5,69%, Londrina 4,57%, Maringá 3,80%, Paranaguá 3,31%, Foz do Iguaçu 3,11%, Ponta

Grossa 2,75%, Cascavel 2,39% e Pinhais 2,07%. Os demais 389 municípios apresentavam menos da metade do PIB. (IBGE, IPARDES, 2012).

Analisando os principais investimentos no setor industrial no Paraná, publicados pelo IPARDES nos Destaques Econômicos entre 2011 e 2012, percebemos que os maiores capitais foram direcionados para a Região Metropolitana de Curitiba e Ponta Grossa.

Os destaques na Região Metropolitana foram: Sumitomo (pneus) em Fazenda Rio Grande; Sig Combibloc (embalagens para alimentos) em Campo Largo; em Curitiba a Electrolux (eletrodomésticos), Leax (autopeças), Peróxidos do Brasil (peróxido de hidrogênio), Volvo (motor e câmbio), CNH (divisão do grupo FIAT controladora das marcas Case e New Holland), Megawere (computadores), Cavo e Grupo Solvi (fabricante de reciclagem), Spaipa (bebidas), Visum (produtos eletrônicos) e Eismann (alimentos). Em São José dos Pinhais: MVC (compostos plásticos), Tremec (caixas de câmbio), Brose (componentes automotivos), Mondragon (peças plásticas para automóveis) e O Boticário (cosméticos e perfumes).

Em Ponta Grossa: Cimpor (cimento e clínquer), B O Packaging (embalagens), THK (material para indústria de veículos), Paccar (fabricante de caminhões), Ambev (bebidas), Continental (pneus), Winner (produtos químicos), Tetra Park (embalagens).

Outros destaques foram: Unifrango (abatedouro) em Apucarana, San Disk (memórias para computadores) em Londrina, Spaipa (bebidas) em Maringá, Margem Cimentos (cimentos) em Adrianópolis, Cocari em Mandaguari, Movix (GPS) e GX – Audio (componentes eletrônicos) em Pato Branco, Arauco (painéis de madeira) em Jaguariaíva, Klabim (produção de celulose) em Ortigueira, Copacol (esmagamento de soja) em Cafelandia, Cotriguaçu (agroindústria) Cascavel, BR Frango (abatedouro) Santo Inácio, Coamo (agroindústria) Campo Mourão, Kürten Madeiras e Probel Colchões (madeira e colchões) em Palmeira.

1.4 A MOBILIDADE DA POPULAÇÃO A PARTIR DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

A mobilidade da população é um tema relevante para a compreensão das novas dinâmicas no estado do Paraná. No estudo de Rocha (1998), encontramos a complexidade do termo mobilidade humana, que segundo o autor se desdobra em mobilidade física, mobilidade centrada no trabalho e mobilidade social:

a) *mobilidade física*, que se subdivide em macromobilidade física e micromobilidade física, são mobilidades horizontais, ou seja, se reproduzem no espaço concreto, físico apresentando um perfil histórico-geográfico. Funda-se nos estudos migratórios a partir de uma avaliação histórica de tais fluxos. [...] b) *mobilidade centrada no trabalho*; esta ordem de mobilidade é uma mobilidade horizontal, ou seja, o deslocamento se dá no âmbito da qualificação dos indivíduos, de seu status profissional, da produtividade do trabalho, de sua condição funcional e de sua submissão à lógica capitalista de acumulação. [...] Esta força de trabalho é entendida como uma mercadoria especial que se desloca em função da dinâmica do mercado e; c) *mobilidade social*; entendida como mobilidade vertical, trata de interpretar a mudança de status social dos indivíduos, sua posição e estrutura de classes e o movimento de polarização das classes sociais. Aqui a fonte de reflexão parte de sociólogos marxistas que, a partir da crítica à escola de estratificação social de cunho funcionalista, constroem um referencial teórico para tratar esta questão. (ROCHA, 1998, p. 14-15, grifo do autor).

A mobilidade física, mobilidade centrada no trabalho e mobilidade social estão imbricadas e atuam em conjunto nos novos fluxos da população paranaense. Nesta etapa da pesquisa vamos destacar os fluxos migratórios interestaduais e intra-estaduais efetuados a partir da década de 1970, motivados pela modernização da agricultura, urbanização e industrialização.

Para que a população se desloque, segundo Singer (1980), é necessário à existência de fatores de atração e de expulsão. Sobre os fatores de atração:

Entre os fatores de atração, o mais importante é a demanda por força de trabalho, entendida estas não apenas como a gerada pelas empresas industriais, mas também a que resulta da expansão dos serviços, tanto dos que são executados por empresas capitalistas como os que são prestados por repartições governamentais, empresas públicas e por indivíduos autônomos. (SINGER, 1980, p. 226).

Com relação aos fatores de atração a demanda por força de trabalho na indústria (especialmente nas cidades dinâmicas), no comércio e nos serviços é apontada como uma das principais causas da atração populacional exercida por algumas cidades. Podemos dizer que quanto mais desenvolvido e complexo for o setor secundário e o terciário, maior será a atração exercida. Ainda para o autor, agora sobre os fatores de expulsão:

O número de migrantes que contribui para expandir a oferta de força de trabalho urbano depende, predominantemente, dos fatores de expulsão: os fatores de mudança criam uma espécie de desemprego tecnológico na área rural, sendo a dimensão deste desemprego uma função do aumento da produtividade do trabalho agrícola e da sua especialização, ao passo que os fatores de estagnação produzem um fluxo de emigração cujo volume depende da taxa de crescimento vegetativo da população em economia de subsistência em confronto com a sua disponibilidade de terra. (SINGER, 1980, p. 227).

Mesmo que o principal fator de expulsão de população nas áreas rurais a partir de 1970, esteja ligado às profundas mudanças tecnológicas, não podemos desconsiderar os fatores de estagnação, visto que a pressão exercida pelo crescimento populacional sobre a disponibilidade de áreas cultiváveis e a incapacidade dos produtores de subsistência de elevarem a produtividade da terra e da renda também contribuíram para a migração com destino à cidade.

As migrações internas devem ser entendidas como um processo social e são inúmeras vezes forçadas. Porém não podemos desconsiderar a migração que ocorre por vontade própria do sujeito motivado por questões pessoais. Sobre a mobilidade forçada Gaudemar (1977), explicou que é uma característica do capitalismo contemporâneo:

São impostos, a maior parte das vezes, o êxodo rural e a proletarização dos camponeses por um sistema que apenas considera a exploração do solo e da natureza na medida do lucro que daí extrai. São impostos, a maior parte das vezes, os modos de acesso aos empregos e às formações profissionais por um sistema que considera os homens apenas como instrumentos de valorização do capital. (GAUDEMAR, 1977, p. 31-2).

A mobilidade da força de trabalho é introduzida pelo sistema capitalista “como condição de exercício da sua «liberdade» de se deixar sujeitar ao capital, de se tornar a mercadoria cujo consumo criará o valor e assim produzirá o capital.” (GAUDEMAR, 1977, p. 190). No capitalismo o trabalhador dispõe da sua força de trabalho, mas tem absoluta necessidade de vendê-la. Desta forma, interessa ao capital que o trabalhador seja “livre”, livre para se sujeitar às condições e necessidades do capital.

Com relação ao Paraná até o ano de 1970 ocorreu atração de população em razão da ocupação das terras para a agricultura e a utilização de grandes quantidades de trabalho braçal. “Por três décadas consecutivas (entre 1940 e 1970), o ritmo de expansão da população paranaense suplantou em muito a média nacional, garantindo uma elevação substancial nos

índices de participação da população estadual no total do contingente.” (MAGALHÃES; KLEINKE, 2000, p. 29). Entre 1950/60 o saldo migratório paranaense foi de 1.329.272 habitantes e entre 1960/1970 foi de 886.345 habitantes.

A partir da década de 1970 ocorreu elevada mobilidade em direção a São Paulo, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Curitiba. A mesma foi motivada pela nova configuração econômica do meio rural paranaense, pela incapacidade dos pequenos centros urbanos locais em absorver a população que deixou o campo, pela formação de uma nova fronteira agropecuária nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, e pela necessidade de trabalhadores operários e formação de exército de reserva para a indústria em crescimento nas cidades dinâmicas. Conforme Magalhães e Kleinke (2000), no período entre 1970/1980 o saldo migratório paranaense foi de -1.376.188 habitantes.

Moura e Kleinke (1999), explicam da seguinte forma o processo de (re)produção espacial, ocorrido a partir dos anos de 1970, que conduziu ao esvaziamento em determinados espaços e a concentração de população em outros:

A estrutura do sistema urbano da Região Sul configura uma rede de centros bem distribuídos no território, porém com nítidas áreas de concentração. A trajetória da organização desse sistema resulta da ocupação econômica da Região e se consolida com a reestruturação de sua base produtiva. Os anos 70 constituem o marco dessa reestruturação, com mudanças ocorridas no setor agropecuário gerando o esvaziamento de extensas áreas rurais e o direcionamento dos fluxos migratórios para diversos centros urbanos. Num processo seletivo, alguns desses centros se consolidam em áreas de elevada densidade, outros não tiveram sustentação econômica para manter o acréscimo populacional. (MOURA; KLEINKE, 1999, p. 04).

No período entre 1981 e 1991, deixaram o Paraná 1.081.534 habitantes, enquanto que o número de imigrantes foi de 588.089, com uma troca líquida negativa de -493.445. As migrações intra-estaduais no mesmo período foram ainda mais intensas atingindo 1.425.360 habitantes (MAGALHÃES, 1997).

Kleinke *et al.* (1999) argumentam que de 1986-91 para 1991-96 a dinâmica migratória se caracterizou por um movimento de redução da saída para outras Unidades da Federação - UFs (de 475.190 para 291.427) e por uma diminuição, menos expressiva, no movimento de ingresso de UFs (269.540 para 234.004). Ainda assim o Paraná continua entre as com maior contingente de população migrante. No período 1986-91, a saída de paranaenses representou 9% da emigração nacional e em 1991-96 representou 7%, com fluxos apenas menores que os de São Paulo, Minas Gerais e Bahia.

São Paulo e Santa Catarina se constituíram no principal destino dos paranaenses que deixaram o estado, seguidos pelos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Porém São Paulo e Santa Catarina também são os responsáveis pelo maior fluxo de entrada de população no Paraná. Pereira (s/d) entende que nos anos 1990 a migração se caracterizou por:

- a continuidade dos deslocamentos com destino urbano, com peso significativo daqueles com origem também urbana;
- a importância de trocas de curta distância, indicando movimentos de circularização;
- a configuração da atratividade metropolitana e, secundariamente, das principais aglomerações urbanas interioranas;
- os movimentos de partida da metrópole e dos principais pólos, majoritariamente na direção de suas periferias imediatas. (PEREIRA, p. 07, s/d.).

A dinâmica dos fluxos migratórios na década de 1990 revelou o predomínio das migrações intra-estaduais sobre as interestaduais, especialmente para o entorno das áreas metropolitanas. Também chamam a atenção às migrações de curta distância e a mobilidade de Curitiba em direção às cidades adjacentes.

A diminuição da migração para outros estados e o aumento da mobilidade de curta distância podem ser explicados em virtude da retomada no crescimento econômico verificada na década de 1990, e o espraiamento da atividade industrial pelo interior do estado. A mobilidade de Curitiba para os municípios no entorno está relacionada a valorização do solo urbano na capital e a chegada de novas indústrias que se localizaram nos municípios contínuos a capital.

Entre 1995-2000 as emigrações intra-estaduais continuaram elevadas e foram da ordem de 753.685 habitantes. Já a emigração interestadual somou 322.655 habitantes e as imigrações 297.311, totalizando troca líquida negativa de -25.344 habitantes.

Conforme o IPARDES (2005), enquanto nas décadas de 1970 e 1980 o predomínio eram as migrações interestaduais, na década de 1990, a emigração interestadual perdeu força, predominando as migrações internas. Os dados condizem com a análise de Singer (1980) na qual o desenvolvimento regional apenas encurta as distâncias da migração.

A intensificação das migrações de origem urbana para destinos urbanos também caracterizaram o período. Com o declínio populacional no campo também ocorreu o esvaziamento de pequenos núcleos urbanos, levando a mobilidade de população das cidades estagnadas em direção, especialmente, a centros maiores.

Com a mobilidade espacial as pessoas deixaram para trás o que conseguiram construir. Municípios com pequenas cidades, a partir de onde o fluxo emigratório foi mais intenso, eram espaços onde estavam estabelecidas conquistas materiais, além de laços afetivos e sociais. Deles se foram muitos levando apenas a esperança de conseguir vender sua força de trabalho em outro local [...]. (ENDLICH, 2006, p. 103).

A significativa redução na migração de origem rural para destino urbano a partir da década de 1990, não significou a redução na mobilidade da população paranaense, pois o que se verificou foi o predomínio da migração urbano – urbano, especialmente das pequenas cidades para as mais dinâmicas. Analisando os primeiros resultados do censo 2010, Moura e Cintra (2011) entendem que:

As transformações demográficas da década de 2000 consolidam um processo de transição e projetam um país cada vez mais urbano – não só em relação ao crescente grau de urbanização e horizontalidade do processo, mas principalmente do ponto de vista da estrutura e distribuição da população. Ao mesmo tempo, reforçam e ampliam as porções já densamente povoadas, particularmente grandes cidades e aglomerações urbanas, com poucas, mas importantes, novas aglomerações no interior do território. Consolidam, portanto, as dinâmicas concentradoras de população iniciadas nas décadas anteriores e evidenciam que o movimento do capital no território, materializado nas atividades econômicas, segue impulsionando movimentos populacionais, seja de atração, expressa em muitos centros urbanos com taxas de elevado crescimento, ou de esvaziamento, particularizada nas extensas áreas que ainda apresentam perdas. (MOURA; CINTRA, 2011, p. 07).

No estado no Paraná no período entre 1970 e 2012 ocorreu redução da participação do percentual da população em relação a brasileira. Observando a tabela 6, notamos que até o ano de 1970 o estado respondia por 7,40% da população do país, com a mobilidade da população para outros estados o valor foi reduzindo, alcançando 5,33% em 2012.

Tabela 6 – População total do Brasil e do Paraná entre 1970 e 2012

Censo	Brasil	Paraná	PR/BR %
1970	93.139.037	6.997.682	7,40
1980	119.070.865	7.749.752	6,40
1991	146.825.475	8.443.299	5,75
2000	169.544.443	9.563.458	5,64
2010	190.732.694	10.439.601	5,47
2012*	198.360.943	10.577.755	5,33

Fonte: IBGE - Censos Demográficos (1970, 1980, 1991, 2000, 2010), 2012* estimada.

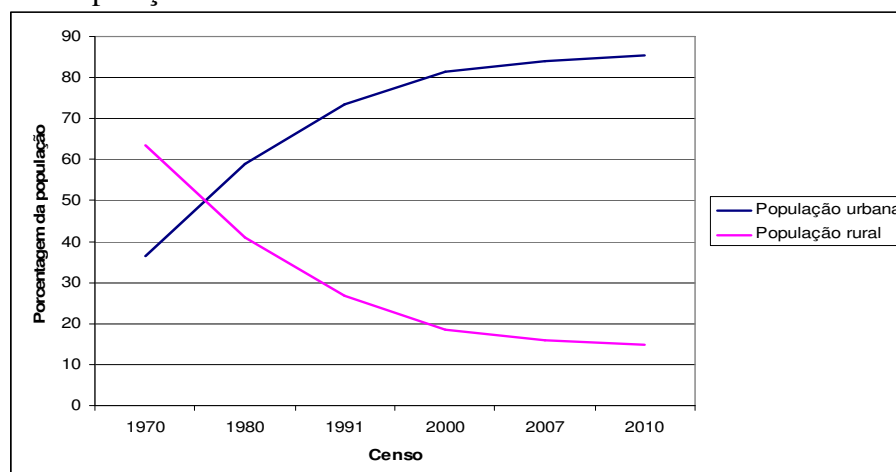
A população paranaense até 1970 era predominantemente rural (tabela 7 e gráfico 1). Essa configuração vai ser alterada com a modernização da agricultura. Assim, em 1980, a população urbana já é superior a rural, fato que se intensificou nas décadas seguintes.

Tabela 7 - Relação entre a população urbana e rural no Paraná

Ano	População Urbana (%)	População Rural (%)
1970	36,40	63,60
1980	58,93	41,07
1991	73,35	26,65
2000	81,40	18,60
2007	84,10	15,90
2010	85,31	14,69

Fonte: IBGE - Censos Demográficos (1970, 1980, 1991, 2000, 2007, 2010).

Gráfico 1 - População rural e urbana do Paraná entre 1970 e 2010



Fonte: IBGE – Censos Demográficos

Quando observamos o total de população por mesorregiões geográficas no período entre 1970 e 2010, conforme tabela 8 verificamos diminuição nas mesorregiões: Noroeste (-284.326 habitantes), Centro Ocidental (-212.133 habitantes) e Norte Pioneiro (-158.083 habitantes). As mesorregiões que obtiveram crescimento de população foram: Norte Central (515.651 habitantes), Centro Oriental (334.123 habitantes), Oeste (466.956 habitantes), Centro Sul⁶ (122.382 habitantes), Sudeste (137.037 habitantes), Sudoeste (136.965 habitantes) e Metropolitana de Curitiba (2.437.644 habitantes).

⁶ A mesorregião Centro Sul verificou significativa queda da população no período entre 2000 e 2010, passando de 533.317 para 454.012 habitantes.

Quando observamos a participação das mesorregiões no total de população do Paraná (tabela 9) as que mais perderam participação foram: Noroeste, Centro Ocidental, Norte Pioneiro e Sudoestes. O Norte Central, mesmo com crescimento de população, perdeu com relação à participação no total paranaense. O mesmo pode ser dito em relação a Sudeste. As mesorregiões Centro Oriental e Oeste obtiveram pequenos aumentos em relação à participação total. A Metropolitana de Curitiba apresentou crescimento vertiginoso, mas com redução no ritmo no período entre 2000 até 2010.

Tabela 8 – População total do Estado do Paraná entre 1970 e 2010 por mesorregiões

Mesorregiões Geográficas	Total				
	1970	1980	1991	2000	2010
Noroeste Paranaense	962.798	746.472	655.304	641.084	678.472
Centro Ocidental	546.387	415.222	445.905	346.648	334.254
Norte Central	1.521.500	1.459.089	1.632.600	1.829.068	2.037.151
Norte Pioneiro	704.201	571.679	554.572	548.190	546.118
Centro Oriental	355.253	472.643	546.914	623.356	689.376
Oeste Paranaense	752.433	960.709	990.517	1.138.582	1.219.389
Sudoeste Paranaense	450.540	487.205	477.993	472.626	587.505
Centro Sul Paranaense	331.630	475.721	500.442	533.317	454.012
Sudeste Paranaense	267.830	302.521	348.335	377.274	404.867
Metropolitana de Curitiba	1.050.813	1.709.228	2.306.856	3.053.313	3.488.457
Total do Paraná	6.943.435	7.600.489	8.459.438	9.563.458	10.439.601

Fonte: Censos demográficos do IBGE (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).

Tabela 9 – Participação por mesorregiões no total de população do Estado do Paraná entre 1970 e 2010

Mesorregiões Geográficas	Décadas				
	1970(%)	1980 (%)	1991 (%)	2000 (%)	2010 (%)
Noroeste Paranaense	13,9	9,8	7,7	6,7	6,5
Centro Ocidental	7,9	5,5	5,3	3,6	3,2
Norte Central	21,9	19,2	19,2	19,1	19,5
Norte Pioneiro	10,5	7,5	6,6	5,7	5,2
Centro Oriental	5,1	6,2	6,5	6,5	6,6
Oeste Paranaense	10,8	12,6	11,7	11,9	11,7
Sudoeste Paranaense	6,5	6,4	5,7	4,9	5,7
Centro Sul Paranaense	4,8	6,3	5,9	5,6	4,3
Sudeste Paranaense	3,8	4,0	4,1	3,9	3,9
Metropolitana de Curitiba	15,1	22,5	27,3	31,9	33,4
Total do Paraná	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censos demográficos do IBGE (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).

Podemos perceber que as mesorregiões mais afetadas com o esvaziamento populacional foram as que tinham uma densa população rural ligada a um modelo de agricultura caracterizada pelo uso intenso de trabalho, como foi o caso do Norte Pioneiro, do Noroeste Paranaense e de parte do Centro Ocidental. A exceção é a Mesorregião Norte Central na qual houve sensível aumento de população no espaço urbano. No entanto Rocha (1998) chamou a atenção para o esvaziamento da população na maioria dos municípios e concentração no Eixo Maringá-Londrina, intermediado por Apucarana Cambé e Arapongas. O crescimento populacional no Norte Central está concentrado em poucos municípios dinâmicos. Tal fato também é válido para as demais mesorregiões que obtiveram crescimento.

Nos municípios que perdem população os problemas sociais e econômicos são intensos, visto que os investimentos por parte do setor privado são escassos, com exceção para os pequenos capitais locais reinvestidos. Nos municípios com concentração populacional também ocorrem grandes discrepâncias, visto que não existe infraestrutura nem empregos para atender toda demanda, o que caracteriza o surgimento de favelas, segregação, entre outros problemas urbanos como explicou o estudo do IPARDES (2005):

Migrantes oriundos do campo ou de pequenos municípios deixaram seu modo de vida tipicamente agrário ou peculiar de pequenas vilas para se somarem aos habitantes urbanos na acirrada disputa ao trabalho, bens e serviços, acesso ao solo e à cidade. Se nas cidades as contradições sociais já se faziam presentes, a urbanização, em tal intensidade, ampliou as malhas construídas, fazendo surgir novos loteamentos densificando os bairros existentes, verticalizando as habitações e agudizando os conflitos e a segregação sócio-espacial ao criar áreas servidas e equipadas, ao lado de favelas e periferias carentes. (IPARDES, 2005, p. 38).

Mesmo com os intensos problemas existentes os centros urbanos dos municípios dinâmicos ainda apresentam indicadores sociais mais elevados, além de melhores possibilidades de salário, o que atraiu e continua atraindo a população.

Gaudemar (1977) enfatizou em seu estudo a necessidade e o direito a imobilidade ou automobildade:

Este direito à imobilidade colectiva é o direito a manter-se no lugar escolhido e aí encontrar trabalho e condições de vida, é também de recusar um êxodo com promessas ilusórias, é também o direito de escolher, o direito à automobildade, o direito a uma mobilidade individual livremente assumida. É o direito de partir sem a isso ser constrangido, assim como o de ficar. (GAUDEMAR, 1977, p. 58).

O direito a imobilidade ou automobilidade se refere ao direito dos seres humanos de serem realmente livres para escolher ficar ou partir. Para o capitalismo o que interessa é a reprodução ampliada do capital e não a qualidade de vida da população, por isso coloca milhões de pessoas em movimento para atingir seus objetivos. É preciso romper com as amarras ideológicas historicamente produzidas em busca da autonomia humana. É necessário que as pessoas sejam verdadeiramente livres para migrarem ou não. No cenário atual o que verificamos é o contrário, a mobilidade forçada é que predomina nos fluxos migratórios.

1.5 OS NOVOS FLUXOS TERRITORIAIS

A ação expansionista do capital pelo estado do Paraná exigiu e exige maior integração para a ampliação, o que estabeleceu novos fluxos territoriais. Observando a rede urbana paranaense (figura 2) está em evidência o caráter dinâmico exercido por Curitiba. A capital exerce influência direta sobre as principais cidades: Londrina, Maringá, Umuarama, Cascavel, Ponta Grossa, Guarapuava, Pato Branco, União da Vitória e Paranaguá. A mesma extrapola os limites do Paraná e juntamente com Porto Alegre exerce influência sobre Joinville e Florianópolis, no Estado de Santa Catarina.

Em Curitiba está localizada a sede do Poder executivo e legislativo estadual, bem como as Secretarias de Estado responsáveis pela implementação das políticas de governo cujas ações propostas se materializam, com maior ou menor ênfase, em todo território. A cidade também é o principal centro industrial, financeiro, comercial e de prestação de serviços. Curitiba centraliza uma rede urbana bem desenvolvida e integrada com o interior, apresentando relativa autonomia com relação a São Paulo, grande metrópole nacional.

O norte e noroeste do Paraná constituem densa rede urbana tendo nas capitais regionais B (Londrina e Maringá), nos centros sub-regionais A (Umuarama, Apucarana, Campo Mourão e Paranaíba) e no centro sub-regional B (Cianorte), as principais áreas de influência. Londrina e Maringá se destacam constituindo uma rede urbana que influencia e centraliza inúmeras cidades. Isso é explicado em razão das mesmas se constituírem em importantes centros agroindustriais, comerciais e de prestação de serviços. Como exemplo a importância do ensino superior, com destaque para a UEL e UEM. Também vale destacar a prestação de serviços médicos especializados, o dinâmico centro comercial, a presença de redes de televisão, rádios, jornais e os aeroportos com rotas para importantes centros do país.

No oeste Cascavel é o maior centro de influência e vem se destacando pela prestação de serviços. Também se configura como um complexo urbano importante que se manifesta através de uma espacialidade internacional a partir de Foz do Iguaçu, mantendo estreitas ligações com Puerto Iguazu (Argentina) e Ciudad del Este (Paraguai).

No centro sul o município de Guarapuava detêm a maior centralidade atuando sobre Pitanga, Prudentópolis e Quedas do Iguaçu. No sudoeste o destaque vai para os municípios de Francisco Beltrão e Pato Branco. No centro oriental Ponta Grossa é a cidade de maior influência, atuando sobre os centros de zona Telêmaco Borba, Jaguariaiva e São Mateus do Sul. O último localizado no sudoeste do Estado.

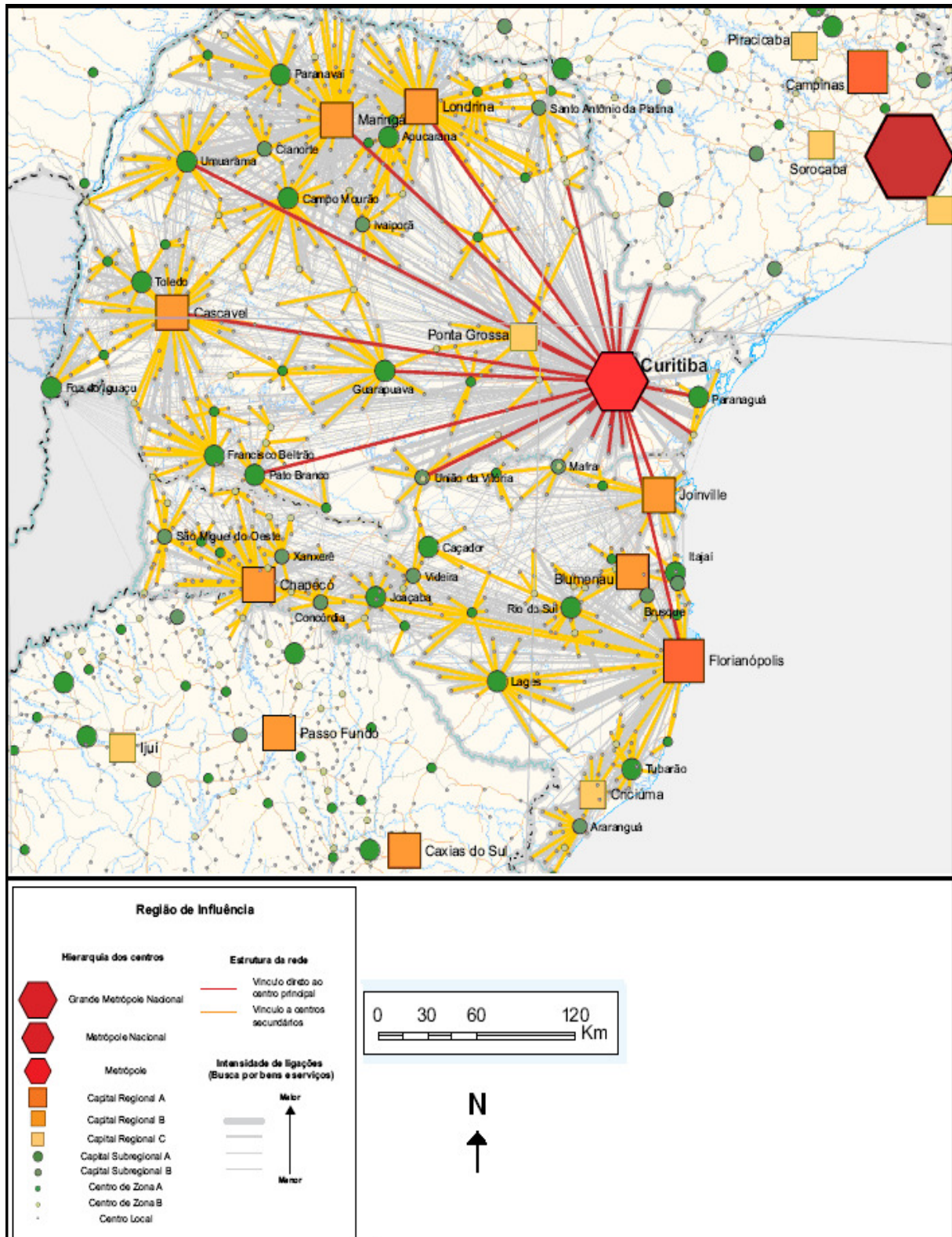
O REGIC (2008), também demonstra que em razão do aperfeiçoamento dos meios de transportes e de comunicação a rede urbana paranaense não apresenta rigidez absoluta no que tange à hierarquia das cidades. Existe paralelamente hierarquia e não-hierarquia. Um pequeno centro local mantém relações diretas com maior ou menor intensidade com Curitiba (metrópole regional), ao mesmo tempo em que é influenciado pelo centro de zona ou centro sub-regional localizado nas suas proximidades.

Levando em consideração um conjunto de indicadores selecionados o IPARDES (2005) verificou os seguintes espaços como de alta relevância: o 1º espaço encontra-se com dois pólos nas pontas (Paranaguá e Ponta Grossa) e um adensamento central (Curitiba e entorno); o 2º espaço se alonga entre Londrina e Maringá com participação significativa de Apucarana, Araongas e Cambé; o 3º espaço foi identificado no oeste, representado por Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo, Marechal Cândido Rondon e Palotina.

O 1º espaço é caracterizado como de extrema relevância e participa da divisão social do trabalho integrado com a dinâmica nacional e internacional. Desempenha um conjunto de atividades econômicas diversificadas. É considerado espaço receptor e difusor das decisões, inovações e capital. Apresenta atividades ligadas aos segmentos modernos tanto da indústria como dos serviços, além de desempenhar importante papel político, econômico e ideológico.

O 2º espaço já foi o mais importante do Paraná, porém perdeu o posto a partir da década de 1970. Assemelha-se ao 1º espaço, mas com elevada discrepância com relação aos volumes de geração de riqueza, ativos institucionais, diversidade produtiva e de comércio e serviços. As atividades agropecuárias ainda mantêm participação significativa, contudo está ocorrendo nítidas transformações oriundas da diversificação industrial, evolução das atividades de comunicação e consolidação da meio educacional e de pesquisas.

Figura 2 - Rede urbana Paranaense



Fonte: REGIC (2008)

O 3º espaço apresenta articulação na divisão social do trabalho a partir de um número menor de atividades ligadas à produção agroindustrial e a prestação de serviços. Em razão da fronteira internacional, fundamentalmente em Foz do Iguaçu, vem desempenhando importantes funções nas relações internacionais, comércio e turismo, estreitando os vínculos paranaenses com os países do Mercosul (figura 3).

São quatro as espacialidades de média relevância segundo o IPARDES (2005). No Centro-Oriental estão alguns municípios ligados a atividade papelreira. No Noroeste englobam, principalmente, Cianorte, Paranavaí e Umuarama, além de alguns outros municípios no entorno. Nesse espaço começam a se consolidar atividades possivelmente irradiadas do 2º espaço, bem como a presença importante da agropecuária. Na porção Sudoeste predomina a produção e transformação agropecuária com tentativa de integração através de produtos e atividades do setor primário (vinhos, embutidos etc.); são verificadas tentativas locais de diversificação através de poucas e novas indústrias, porém sem condições de gerar excedentes mais expressivos. Guarapuava e Campo Mourão se constituem em pontos relevantes localizados em porções do território com nítidos problemas socioeconômicos, funcionam como receptáculo da produção do entorno sem nítidos desdobramentos regionais.

As espacialidades com mínima relevância estão na fronteira com o estado de Santa Catarina e no Norte Pioneiro. A primeira espacialidade se caracteriza por pequenas aglomerações ou ocupações contínuas entre os dois estados e representa um vetor de entrada das atividades catarinenses, além de receber os efeitos econômicos da região metropolitana. O Norte Pioneiro esteve ligado ao apogeu e decadência da economia cafeeira, o que possibilitou a consolidação de poucos, mas significativos ativos institucionais. Nas duas espacialidades mesclam-se condições de relevância e criticidade.

As espacialidades socialmente críticas apresentam nítida precariedade e estão localizadas na porção central do Estado, em parte do Vale do Ribeira/Guaraqueçaba e na fronteira Noroeste com o Mato Grosso do Sul.

Essas áreas em nenhuma hipótese estão dissociadas dos espaços economicamente relevantes, colocando-se em posições limites a esses e, também permeando-os, participando, em grande medida, de sua dinâmica como periferias [...] Ressalte-se que, somada à limitação física, barreiras políticas também se colocam com obstáculos à inserção dessas áreas na divisão social do trabalho. Essas espacialidades críticas representam um fato estrutural próprio da dinâmica seletiva da expansão do capital. (IPARDES, 2005, p. 188, grifo nosso).

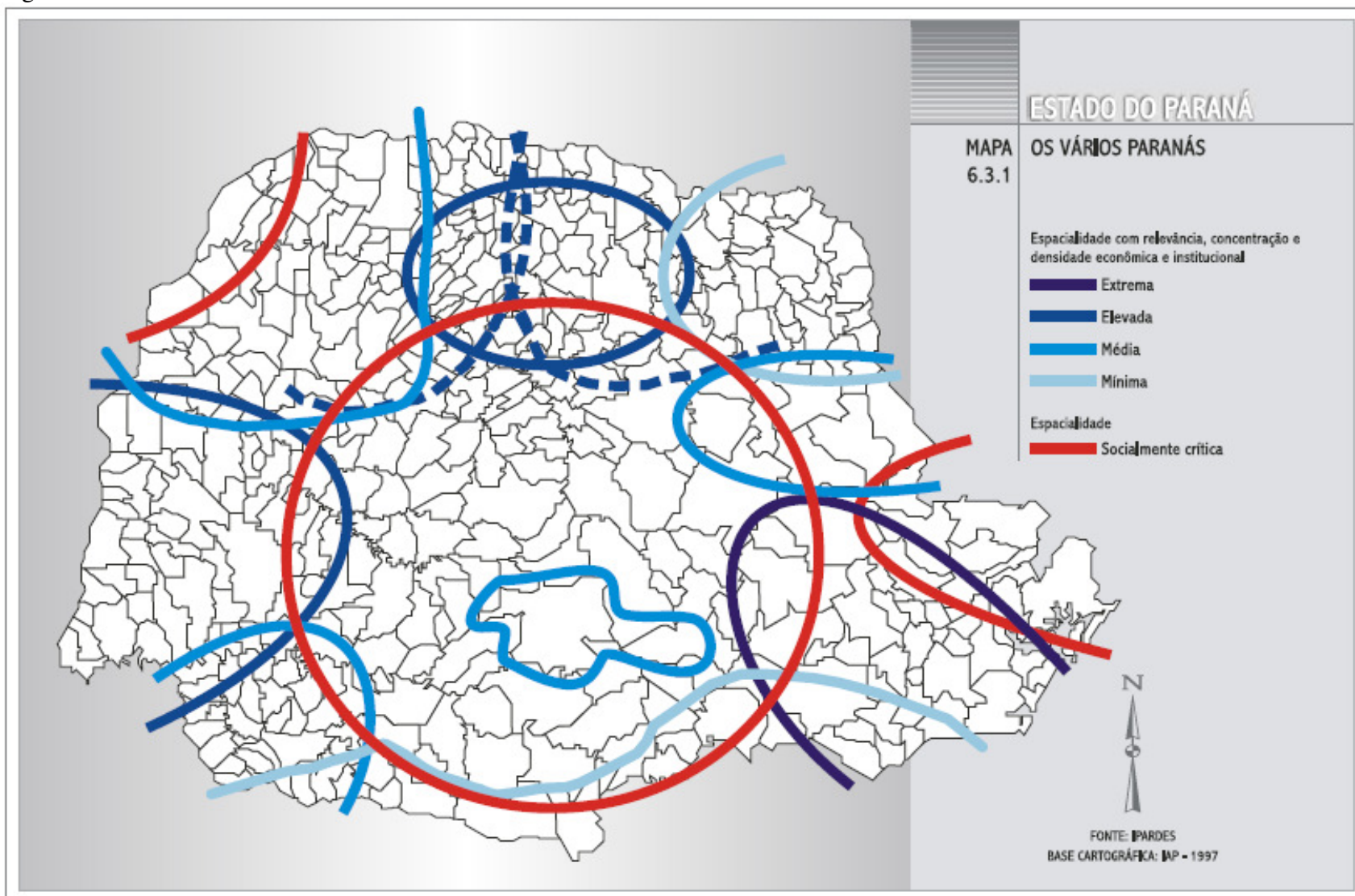
No Paraná são nítidas e evidentes as grandes discrepâncias sociais e econômicas que atingem e afligem os municípios formando espacialidades em que “[...] a pobreza e a riqueza convivem em proximidade; ou seja, a produção da riqueza se faz gerando desigualdades, excluindo municípios, bairros e segmentos da população” (IPARDES, 2005, p. 182).

Moura (2009) avaliou que salvo os pequenos municípios inseridos nas aglomerações urbanas dinâmicas, os demais não vêm manifestando atrativos a novos moradores ou de que contemplam as exigências dos vários segmentos da própria população residente.

Também entendemos que algumas das dificuldades atualmente enfrentadas por algumas regiões e municípios paranaenses estão relacionados com a gestão territorial política praticada pelos sucessivos governos. Entre os pontos que merecem destaque estão: i) dificuldade de acesso e estradas precárias, ii) localização fora dos principais eixos-rodoviários do estado, iii) inexistência de uma rede ferroviária bem estruturada e articulada, iv) falta de auxílio técnico ao pequeno proprietário rural, v) precariedade das políticas de integração, vi) precariedade nas condições de trabalho, vii) ineficiência do planejamento a médio e longo prazo, viii) formação de uma elite local (econômica e política) que não se preocupa efetivamente em promover o desenvolvimento, ix) necessidade de qualificação e inovação técnica, x) reduzido apoio e incentivo a economia solidária.

Os pontos mencionados atuam como obstáculos limitadores para o desenvolvimento social dos municípios periféricos. A questão política é elementar, pois dependendo do grupo que se encontra no poder, as prioridades a serem postas em prática mudam, ou seja, os interesses que predominam podem não ser os mais apropriados para a comunidade.

Figura 3 – Os Vários Paranás



Fonte: IPARDES (2005)



Diego Rivera
(El campesino oprimido)



Diego Rivera
(The flower carrier)

Diego Rivera
(The exploiters)



2 O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E A ELABORAÇÃO DA NOÇÃO DE MUNICÍPIOS PERIFÉRICOS

A produção do espaço no Paraná a partir das premissas da reestruturação produtiva resultou na constituição de municípios fortemente dinâmicos, dinâmicos, intermediários e municípios periféricos. Para compreender tal processo partimos da abstração da realidade empírica e gradualmente inserimos os elementos que permitem dar concretude ao estudo. Foi necessário superar as aparências e desvendar as relações econômicas, políticas, culturais e espaciais, nas diferentes escalas, que produziram espaços contraditórios, desiguais e articulados, no qual o moderno e o arcaico se combinam.

A riqueza e a pobreza estão dialeticamente presentes tanto nos municípios dinâmicos como nos periféricos, as diferenças estão nas singularidades e especificidades próprias, nas articulações políticas capazes de se materializar no espaço, nas relações de poder político (re)estabelecidas entre as classes e em uma maior ou menor integração econômica.

Isto posto partimos na sequência para a exposição e explicação de como desenvolvemos a noção de municípios periféricos, qual a sua fundamentação teórica e os procedimentos metodológicos para o estudo empírico.

2.1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

A discussão teórica sobre produção do espaço a partir da dialética materialista marxista é relativamente recente, visto que até a década de 1960, os pesquisadores estiveram mais preocupados com as questões históricas, econômicas e políticas. Pouca atenção foi direcionada para a análise dialética das relações espaciais tanto por parte dos geógrafos como pelos pesquisadores sociais. Segundo avaliação elaborada por Soja (1993):

Relativamente pequena, entretanto, foi a atenção dada à explicação do motivo pelo qual a análise espacial continuava tão precariamente desenvolvida durante tanto tempo. De fato, até recentemente, o marxismo ocidental se assemelhou ao desenvolvimento da ciência social burguesa, ao encarar a organização do espaço como um “continente” ou um reflexo externo, um espelho da dinâmica social e da consciência social. De um modo quase durkheimiano, a espacialidade da vida social foi externalizada e neutralizada em termo de seu impacto nos processos sociais e históricos, e vista como pouco mais do que um pano de fundo ou um palco. (SOJA, 1993, p. 107).

O espaço era compreendido como fixo e separado da sociedade, visto como um palco no qual se desenvolviam e se organizavam as relações históricas. A tendência que compreendia o espaço como morto e não-dialético obstruiu uma sensibilidade crítica à espacialidade, que vê o mundo não apenas como construção histórica, mas também como construções geográficas, onde o ser social está ativamente posicionado no espaço e no tempo.

Soja (1993) também sinalizou que a partir da década de 1970 vem emergindo uma teoria crítica que encontra a história com a produção social do espaço, gerando novas possibilidades como um materialismo histórico e geográfico, uma trílice dialética (espaço, tempo e ser social). A espacialidade, a temporalidade e o ser social em conjunto envolvem todas as facetas da existência humana, produzem a realidade empírica e são simultaneamente produzidos por ela.

As principais contribuições teóricas entre as décadas de 1970 e 1980 são encontradas nas obras do filósofo francês Henri Lefebvre (1973, 1974) que reconheceu a importância do espaço na análise dialética, assim como no filósofo e historiador francês Michel Foucault, e também na obra de John Berger e Nicos Poulantzas.

Harvey (2006a, p. 43) é outro geógrafo que expôs sua preocupação com relação ao desprezo do espaço nas análises. Argumentou que Marx em seus textos admite a importância do espaço e do lugar. Mas nada disso está realmente integrado em suas formulações teóricas que são poderosas com respeito ao tempo, mas frágeis em relação ao espaço. “No entanto, o exame atento de suas obras revela que ele reconheceu que a acumulação de capital ocorria num contexto geográfico, criando tipos específicos de estruturas geográficas.” Afirmou que “A geografia histórica do capitalismo deve ser o objeto de nossa teorização, enquanto o método de inquirição deve ser o materialismo histórico-geográfico.” A proposta é ambiciosa e difícil de fazer, como apontou o autor, porém de fundamental validade para o aprofundamento dos estudos sobre as contradições capitalistas.

Carlos (2009, 2011a, 2011b), também elaborou uma significativa discussão sobre o espaço, especialmente a produção do espaço, analisando a espacialidade como imanente à existência constitutiva da sociedade. Entendeu que é necessário considerar a reprodução da sociedade em sua totalidade através da produção/reprodução do espaço. A autora procurou sustentação em Karl Marx e Henri Lefebvre. Sobre Marx argumentou que sua obra tem significado especial, pois permitiu refletir o sentido e a noção de produção em profundidade.

A produção como categoria central de análise abre a perspectiva de desvendar, antes de tudo, a vida humana – a produção como atividade/ação essencial do humano – ao mesmo tempo em que permite pensa-la em cada momento, circunscrita a um determinado grau de desenvolvimento da história da humanidade, o que significa dizer que a produção se define com características comuns, em diferentes épocas, fundada em relações reais que se desenvolvem no bojo de um movimento real e, em cada momento dessa história, em suas particularidades. (CARLOS, 2011a, p. 55).

Para Marx (1984) o trabalho é uma atividade humana fundamental. A força de trabalho ou capacidade de trabalho é o conjunto das faculdades físicas e mentais do ser humano posta em ação. A partir do trabalho o homem produz e no capitalismo a força de trabalho aparece como mercadoria no mercado. Isso não é natural nem comum a todos os períodos históricos, é o resultado do desenvolvimento de períodos históricos anteriores e produto de muitas revoluções econômicas.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. (MARX, 1984, p. 202).

A produção, mediada pelo trabalho, é dinâmica e fundada em relações reais, com características diferentes em tempos históricos distintos. O homem modifica a natureza e modifica também sua própria natureza estabelecendo relações cada vez mais complexas. Embasado no conceito de produção como categoria de análise marxista, Lefebvre remeteu a discussão para o espaço e desenvolve o conceito de produção do espaço:

Lefebvre, em vários momentos de sua longa obra, insiste na dupla determinação da noção de produção: de um lado, a produção de objetos, produtos, mercadorias (o que significa dizer que o processo gera um mundo objetivo) e também a produção do espaço como condição da reprodução da vida social. Aqui, a prática sócio-espacial aponta para essa objetividade. De outro lado, a noção de produção contempla o processo de subjetivação: a produção do mundo da mercadoria, com sua linguagem e representação. Mas, ao mesmo tempo em que o homem produz o mundo objetivo (real e concreto), produz igualmente uma consciência sobre si – assim ele se produz no processo, como humano, consciência, desejos; um mundo de determinações e possibilidades capaz de metamorfosear a realidade (como possibilidade de realização do negativo). (CARLOS, 2011a, p. 56).

Lefebvre (1974), na obra “*La Production de l’espace*” designou ao espaço uma materialidade fundamental estabelecendo um vínculo indissociável com a produção e reprodução da vida social, uma conexão essencial entre a espacialidade e o ser.

O espaço deixou de ser compreendido apenas como palco das ações humanas, como espaço fixo; para ser compreendido a partir de relações dialéticas mais abrangentes. Dentro dessa discussão Soja (1993) apresentou uma sequência de premissas que explicam como a constituição da sociedade é espacial e temporal:

1. A espacialidade é um produto social consubstanciado e reconhecível, parte de uma “segunda natureza” que incorpora, ao socializá-los e transformá-los, os espaços físicos e psicológicos.
2. Como produto social, a espacialidade é, simultaneamente, o meio e o resultado, o pressuposto e a encarnação da ação e da relação sociais.
3. A estruturação espaço-temporal da vida social define o modo como a ação e a relação sociais (inclusive as relações de classe) são materialmente constituídas, concretizadas.
4. O processo de constituição/concretização é problemático, repleto de contradições e de lutas (em meio a muitas coisas recorrentes e rotinizadas).
5. As contradições decorrem, primordialmente, da dualidade do espaço produzido, como resultado/encarnação/produto e meio/pressuposto/produtor da atividade social.
6. A espacialidade concreta – a geografia humana efetiva – é, pois, um terreno competitivo de lutas pela produção e reprodução sociais, de práticas sociais que visam, quer à manutenção e reforço da espacialidade existente, quer a uma reestruturação significativa e/ou a uma transformação radical.
7. A temporalidade da vida social, desde as rotinas e eventos da atividade cotidiana até a construção da história em prazo mais longo (*évènement e durée*, para usarmos a linguagem de Braudel), radica-se na contingência espacial, exatamente do mesmo modo que a espacialidade da vida social se enraíza na contingência temporal/histórica.
8. A interpretação materialista da história e a interpretação materialista da geográfica são inseparavelmente entremeadas e teoricamente concomitantes, sem nenhuma priorização intrínseca de uma em relação à outra. (SOJA, 1993, p. 158-159).

O espaço é considerado como condição para a realização da produção, mais do que isso, é condição para a reprodução da sociedade para além da sua sobrevivência. O espaço se produz como materialidade, mas também como reprodução da sociedade em um sentido mais amplo e complexo.

Com referencia a produção do espaço Corrêa (2011) contribuiu para a temática argumentando que:

A produção do espaço, seja o da rede urbana, seja o intraurbano, não é o resultado da “mão invisível do mercado”, nem de um Estado hegeliano, visto como entidades supraorgânica, ou de um capital abstrato que emerge de fora das relações sociais. É consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais, próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade. (CORRÊA, 2011, p. 43).

O espaço é produzido por agentes reais com interesses e estratégias delimitadas. Os interesses entram muitas vezes em conflitos, pois as classes sociais historicamente definidas possuem objetivos divergentes. As condições estabelecidas pelo capitalismo - sociedade dividida em classes contraditórias - atuam como determinações para a (re)produção do espaço, que deve ser compreendido como realidade em construção, em transformação e em continuo movimento dialético.

2.2 A VALORIZAÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO

Para entendermos o valor que o espaço adquire no modo de produção capitalista verificaremos inicialmente como ocorreu a acumulação primitiva, processo que estabeleceu as bases para a valorização nos moldes capitalista.

Quaini (1979, p. 66) apresentou a seguinte argumentação: “[...] em termos geográficos pode ser expressa como progressiva dissociação do homem em relação ao território, após a transformação do território de valor de uso em valor de troca ou mercadoria.” No processo a maior parte da população é expropriada ou espoliada. Marx (1985), fez referência a tal processo argumentando que:

O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista. (MARX, 1985, p. 830).

Ainda para Marx (1985, p. 831) “A expropriação do produtor rural, do camponês, que fica privado de suas terras, constitui a base de todo o processo.” A terra se tornou propriedade privada e mercadoria que pode ser comprada e vendida e está concentrada nas

mãos de poucos. O princípio da produção sob o capitalismo é que tanto a força de trabalho como as condições e meios de trabalho se tornem mercadorias.

Com isso o território deixou definitivamente de ser um bem comum da sociedade e se tornou uma mercadoria dotada de valor de troca. O trabalho também passou a ser uma mercadoria e os trabalhadores, antes fixos, passaram a ser moveis e livres, porem livres apenas para atender aos desígnios do capitalista. Com a consolidação do modo de produção capitalista tanto o território como o trabalho se tornaram mercadorias negociáveis.

A ocupação e a apropriação podem ser consideradas como momento prévio para a valorização. A fixação deu inicio a produção e o excedente de trabalho de gerações sucessivas possibilitou a acumulação de trabalho. Em um segundo momento ocorreu os movimentos de expansão, sendo o Estado, geralmente, o gestor da política e o promotor da expansão estimulada pela ação do capital. O processo de colonização atuou na ampliação e expansão das relações econômicas ao anexar novos territórios no circuito produtivo.

No modo capitalista de produção o espaço tende a ser cada vez mais privatizado e negociado como mercadoria, é a sua privatização que permite a valorização nos moldes do capital. Assim, a história do capitalismo é um processo de privatização crescente de porções da superfície terrestre e de tudo que ela contém. As necessidades de produção é que comandam todo o ordenamento espacial, definindo o uso das velhas formas como a construção das novas. (MORAES; COSTA, 1999).

A expansão territorial e a valorização capitalista produzem espaços com características próprias, porém inseridos em um processo mais amplo que é caracterizado pela dialética entre o local e o global, entre a singularidade e a universalidade.

No capitalismo os espaços são continuamente produzidos e reproduzidos através do trabalho social, porém não apresentam a mesma capacidade de valorização. O que verificamos é o direcionamento dos maiores investimentos para os espaços que o capitalista julga de maior potencialidade. Desta maneira o capital se movimenta na procura dos espaços que melhor atendem as suas necessidades.

O que determina a disposição ou não do capital em se instalar neste ou naquele espaço é muito mais a “viabilidade” econômica da produção que se pretende realizar ali. [...] É sabido que o capital tem condições (técnicas) de subverter o papel dos chamados obstáculos naturais à produção; contudo, o que vai definir se ele realizará ou não a valorização de determinados espaços é a sua possibilidade de autovalorizar-se. (MORAES; COSTA, 1999, p. 178).

O objetivo de valorização faz com que os investimentos sejam dirigidos para os espaços que apresentam as melhores condições, segundo os interesses capitalistas e conforme as necessidades e recursos disponíveis. Os obstáculos naturais não são grandes empecilhos para o capital, visto que os avanços nos meios de comunicação e transportes permitem a apropriação de praticamente qualquer território para a produção. O que realmente vai definir a atuação são as possibilidades de retorno. Dentro desta lógica:

Pode-se afirmar que as determinações gerais do capitalismo na sua relação com o espaço, substantivam um modo geral de valoriza-lo que poderíamos definir como uma verdadeira *valorização da valorização*. Sob esse modo de produção, o espaço é, antes de tudo, objeto, veículo e produto do capital. Por isso mesmo, em termos de determinações gerais, o processo de valorização capitalista do espaço não é outro que a própria valorização do capital. Por outro lado, como o espaço real é um atributo da materialidade, o próprio movimento do capital, enquanto história de homens e lugares reais, manifesta-se espacialmente desigual. (MORAES; COSTA, 1999, p. 168, grifo do autor).

O resultado do processo é a produção de espaços valorizados com intensa capacidade de atrair mais investimentos ocorrendo a valorização da valorização, e espaços pouco valorizados ou desvalorizados onde os investimentos são restritos, mesmo estando pelo menos parcialmente integrados e articulados na dinâmica de produção, circulação e comercialização.

O que interessa é a acumulação de capital e não de espaço, mesmo que o espaço seja uma necessidade e uma condição para a valorização, a mobilidade do capital ou transferência geográfica de valor tornou possível seu deslocamento em busca da ampliação dos lucros.

Tudo o que é necessário para definir uma transferência geográfica de valor é dar ao capitalismo uma geografia concreta, deslocar a produção e a troca da cabeça a-espacial de um alfinete para uma espacialidade diferenciada e desigualmente desenvolvida. Na paisagem geográfica do capital, existem áreas de maior e menor produtividade, razões capital/trabalho altas e baixas (ou seja, a composição orgânica), e taxas variáveis de lucro, todas dentro do mesmo mercado integrado de mercadorias. Assim, as trocas de mercado transformam-se num veículo, não somente de transferência de valor entre empresas e setores, mas também de uma transferência geográfica de valor. Algumas áreas obtêm um lucro líquido em termos de valor, enquanto outras incorrem num prejuízo líquido, e isso tem um certo efeito na geografia da acumulação, **na formação de centros e periferias em todas as escalas espaciais**. (SOJA, 1993, p. 139, grifo nosso).

A transferência geográfica de valor é o processo no qual uma parte do valor produzido em um local é realizado em outro, agregando-se a acumulação da região receptora. Sobre a tensão entre fixidez e movimento do capital Harvey (1984), analisou que:

The tensions between fixity and motion in the circulation of capital, between concentration and dispersal, between local commitment and global concerns, put immense strains upon the organization capacities of capitalism. The history of capitalism has, as a consequence, been marked by continuous exploration and modification of organizational arrangements that can assuage and contain such tensions. The result has been the creation of nested hierarchical structures of organization which on link the local and particular with the achievement of abstract labour on the world stage. (HARVEY, 1984, p. 422).

Mais adiante afirmou que a produção de configurações espaciais é necessariamente um momento ativo da dinâmica de acumulação.

We have seen that spatial configurations are produced and transformed though the variegated mobilities of different kinds of capital and labour power (including the motion of capital through immobile social and physical infrastructures). The complementarities and antagonisms within the necessary unity of these mobilities produce an uneven, unstable and tension-packed geographical landscape for production, exchange and consumption. (HARVEY, 1984, p. 440).

As configurações espaciais são produzidas pela movimentação de diferentes tipos de capital e força de trabalho. Essa mobilidade resulta na produção de desigualdade, instabilidade e tensão. Enquanto que alguns setores como os proprietários de terra, construtores e o estado local apresentam maior dificuldade de mobilidade e buscam alianças locais, outros setores possuem maior fluidez e migram na procura de lucros mais elevados.

Santos (2007), avaliando o processo de concentração do capital e a ação dispersora do consumo argumentou que:

A produção, especialmente aquela que requer um alto nível de tecnologia, tende a se concentrar em pontos específicos. O consumo responde a forças de dispersão, mas a seletividade social age como um freio sobre essa dispersão porque a capacidade de consumir varia qualitativa e quantitativamente através do espaço. (SANTOS, 2007, p. 126).

A citação demonstrou outra contradição presente no espaço, visto que a produção necessita de determinada infraestrutura prévia para se instalar, o que conduz a concentração. Ao mesmo tempo o consumo atua como força dispersora. Porém, a desigualdade social impede que todas as regiões, municípios e cidades tenham igual acesso ao consumo, o que atua como um empecilho para a dispersão industrial, comercial e de prestação de serviços. O que verificamos é que o capital se concentra onde existe infraestrutura prévia, mão-de-obra disponível e elevada capacidade de consumo. Tal concentração em restritos locais contribuiu para o estabelecimento de municípios periféricos nas áreas pouco inseridas na dinâmica de crescimento. Porém, nada impede que uma nova reestruturação produtiva ocasione a mobilidade do capital.

2.3 O DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL

As primeiras contribuições para uma teoria marxista do desenvolvimento desigual são encontradas em Lênin, Luxemburgo, Bakharin, Bauer e Trotsky, a partir da análise do capital monopolista, do poder das empresas e do Estado imperialista. A expansão espacial do capitalismo, especialmente a partir das bases estabelecidas pelo imperialismo e pela constituição de monopólios estimulou os pensadores a investigarem e analisarem o desenvolvimento desigual.

Lênin (1987, p. 16-17), avaliou a desigualdade a partir da expansão espacial capitalista em sua fase imperialista através da concentração da produção, da constituição dos monopólios e da fusão entre indústrias e bancos: “[...] o enorme desenvolvimento da indústria, e o processo de concentração extremamente rápido da produção, em empresas cada vez mais importantes, constituem uma das características mais marcantes do capitalismo.” Na sequência afirmou que: “[...] a concentração, atingindo certo grau de seu desenvolvimento, conduz, por ela própria, permita-se a expressão, diretamente ao monopólio.” A transformação da etapa concorrencial para a monopolista é um dos fenômenos mais importantes da economia capitalista moderna.

A integração das empresas de diferentes setores no final do século XIX, porém com maior amplitude no XX, e a formação de cartel caracterizaram o capitalismo. Os cartéis estabeleceram as condições de venda, o preço e os mercados, definiram a quantidade de mercadoria a ser produzida e dividiram os lucros entre as empresas. Os monopólios se

expandiram espacialmente em razão da necessidade de matéria-prima e mercado consumidor estabelecendo um mercado mundial.

A necessidade de expansão do capitalismo na fase imperialista promoveu o desenvolvimento desigual. Conforme Lênin:

O aumento das trocas, tanto nacionais como, sobretudo internacionais, é um traço distintivo, característico do capitalismo. O desenvolvimento desigual, e por saltos, das diferentes empresas, das diferentes indústrias e dos diferentes países é inevitável em regime capitalista. [...] a irregularidade de seu desenvolvimento e a subalimentação das massas são condições e premissas fundamentais, inevitáveis deste modo de produção. (LÊNIN, 1987, p. 60).

Leon Trotsky elaborou uma base teórica expressiva para a compreensão do desenvolvimento desigual. Com a lei do desenvolvimento desigual e combinado é possível entender as contradições sociais e econômicas existentes nos países periféricos, rompendo com a proposta determinista.

Em seus estudos analisou industrialização vigente na Rússia e as transformações econômicas e políticas. Explicou como um país atrasado conseguiu assimilar e combinar as características dos países mais adiantados.

Um país atrasado assimila as conquistas materiais e ideológicas dos países adiantados. Não significa isto, porém, que siga servilmente este país, reproduzindo todas as etapas de seu passado. [...] O caráter provincial e transitório de todo *processus* admite, efetivamente, certas repetições das fases culturais em meio ambiente sempre novos. O capitalismo, no entanto, marca um progresso sobre tais condições. Preparou e, em certo sentido, realizou a universalidade e a permanência do desenvolvimento da humanidade. Na contingência de ser rebocado pelos países adiantados, um país atrasado não se conforma com a ordem de sucessão: o privilégio de uma situação historicamente atrasada – e este privilégio existe – autoriza um povo ou mais exatamente, o força a assimilar todo o realizado, antes do prazo previsto, passando por cima de uma série de etapas intermediárias. Renunciam os selvagens ao arco e à flecha e tomam imediatamente o fuzil, sem que necessitem percorrer as distâncias que, no passado, separam estas diferentes armas [...] O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversas fases do *processus* histórico. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado. (TROTSKY, 1967, p. 24-25, grifo do autor).

Um país “atrasado” com o objetivo de se integrar no novo processo econômico é “forçado” a queimar etapas e assimilar o mais rápido possível às conquistas e os avanços

técnicos que já foram realizados pelos países mais adiantados, o que conduz a combinação de diferentes fases históricas.

[...] A desigualdade de ritmo, que é a lei mais geral do *processus* histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha. (TROTSKY, 1967, p. 25).

O arcaico é parte constitutiva do moderno, ele nutre sua reprodução. Não existe dualismo, pois ambos estão interligados no processo de expansão capitalista. O caso da Rússia foi caracterizado pela penetração tardia do capitalismo e a lei do desenvolvimento desigual e combinado permitiu entender não somente o caso russo, mas também o de outros países.

A entrada do capitalismo na Rússia estava relacionada com necessidades internas e externas, a partir das premissas do desenvolvimento econômico. O capitalismo avançou em saltos, porém em ritmos internos desiguais marcados por contradições, rupturas e avanços. Trotsky (1967) revelou que o caráter desigual e combinado repousa na articulação entre o capital urbano-industrial e a propriedade rural, entre as classes possuidoras da cidade e do campo. Em países capitalistas periféricos o desenvolvimento da economia urbana e da economia rural é marcado por ritmos e velocidades distintos, por contradições e por rupturas abruptas.

Theis (2009) analisou e procurou explicar qual é a diferença entre a lei do desenvolvimento desigual e combinado e a teoria do desenvolvimento desigual:

[...] enquanto a preocupação da primeira está em explicar porque uma formação social periférica/atrasada, cujas forças produtivas não estão desenvolvidas e nem sob o controle de uma burguesia nacional consolidada, pode experimentar uma revolução política; a segunda constitui uma tentativa teórico-metodológica que busca captar a espacialidade do desenvolvimento desigual, portanto, a natureza especificamente geográfica da desigualdade socioeconômica entre regiões e países. (THEIS, 2009, p. 245).

Para a realização da presente tese buscamos subsídios na lei do desenvolvimento desigual e combinado e na teoria do desenvolvimento desigual, pois entendemos que as

mesmas permitem em conjunto esclarecer as grandes desigualdades nacionais, regionais e locais, como também apresentam os subsídios teóricos e metodológicos necessários para a elaboração da noção de municípios periféricos.

Smith (1988) está entre os geógrafos que se debruçaram nos estudos sobre o desenvolvimento desigual. Para o autor a teoria do desenvolvimento desigual é uma tentativa de descobrir os padrões e processos gerais que engendram as desigualdades geográficas do desenvolvimento no modo capitalista de produção:

[...] o desenvolvimento desigual é a marca registrada da Geografia do Capitalismo. Não exatamente que o capitalismo não possa se desenvolver uniformemente, pois devido a fatores acidentais e casuais o desenvolvimento geográfico do capitalismo representa um desvio um tanto estocástico de um processo geralmente uniforme. O desenvolvimento desigual do capitalismo é antes estrutural que estatístico. Os padrões geográficos resultantes são completamente determinados (no sentido oposto de “determinista”) e são, assim, peculiares ao capitalismo. **[...] o desenvolvimento desigual é a expressão geográfica sistemática das contradições inerentes à própria construção e estrutura do capital.** (SMITH, 1988, p. 16, grifo nosso).

O desenvolvimento pré-capitalista também foi desigual, no entanto, diferente das pertinentes ao capitalismo. As vantagens naturais explicariam o desenvolvimento inicial da produção em um determinado lugar em razão, por exemplo, da disponibilidade de matéria-prima. Porém, com o estabelecimento das forças produtivas sob o capitalismo a lógica da localização geográfica se distancia das condições naturais. O que ligava o desenvolvimento econômico às condições geográficas era, inicialmente, a dificuldade em vencer as distâncias e a necessidade de estar próximo das matérias-primas.

Sob a lógica capitalista de produção a natureza não aparece mais como principal responsável pela divisão territorial do trabalho. Assim, a divisão pré-capitalista subsiste apenas como herança e relíquia de organizações pretéritas. Os avanços nos meios de comunicação e transporte, necessidade intrínseca para a própria ampliação do capital, permitem maior fluidez espacial e temporal.

De acordo com as discussões propostas por Smith (1988) a divisão de trabalho e a divisão de capital aparecem juntas em pelo menos quatro escalas: a) a divisão social *geral* do trabalho (e do capital) em diferentes departamentos; b) a divisão do trabalho (e do capital) em diferentes setores *particulares*; c) a divisão do capital social entre diferentes capitais *individuais*; d) a divisão *específica* de trabalho no interior da fábrica. As quatro escalas contribuem para a diferenciação geográfica, no entanto não são igualmente importantes. As

mais relevantes para o desenvolvimento desigual são a escala dos capitais individuais e a escala da divisão particular do trabalho.

Na escala dos capitais individuais, o processo de diferenciação é bastante direto; o capital é concentrado e centralizado em alguns lugares em detrimento de outros. Na escala da divisão particular do trabalho – a divisão da economia em setores específicos – a diferenciação do espaço geográfico é menos direta. Ela ocorre de maneira cíclica de acordo com a igualização da taxa de lucro dentro de dado setor, e com o movimento resultante do capital entre os setores, daqueles com uma baixa taxa de lucros para aqueles com uma taxa de lucro mais alta. (SMITH, 1988, p. 168).

Os capitais individuais estão distribuídos de forma desigual no espaço, visto que estão concentrados e centralizados em determinados lugares que melhor atendem e se enquadram na lógica do capital em um determinado momento. Com relação aos setores, o capital se movimenta entre eles e o movimento gera uma dimensão espacial em razão da sua expansão ou deslocamento. Novos setores da economia podem atrair o capital e os setores velhos ficam estáveis ou perdem capitais ocorrendo desvalorização.

O capital também busca a igualização, ou seja, atua como um nivelador visto que exige igualdade nas condições de exploração do trabalho. Assim, “[...] em constante oposição à tendência para a diferenciação, a tendência para a igualização e a contradição resultante são os fatos determinantes mais concretos do desenvolvimento desigual (SMITH, 1988, p. 170). A tendência para a diferenciação e para a igualização atuam contraditoriamente, em um movimento dialético, para o estabelecimento do desenvolvimento desigual.

Outro ponto importante diz respeito à concentração do capital. A acumulação de investimentos conduz à concentração do próprio capital em unidades existentes, o que conduz a um processo mais poderoso que é a centralização do capital. Ela se torna possível quando dois ou mais capitais independentes se combinam em um único capital. Isso ocorre de forma direta através da incorporação, ou de forma indireta através do sistema de crédito. Com a centralização do capital ocorre uma expansão mais rápida na escala da produção.

O capital monetário é mais importante na esfera social do que na esfera espacial. Assim, o movimento geográfico do capital monetário pode acelerar a tendência para a igualização ou diferenciação que surjam no processo de acumulação. Desta forma, o desenvolvimento das forças produtivas conduz a um crescimento na escala do processo de produção.

Com a contínua divisão do trabalho, um número cada vez maior de processos produtivos tem de ser agrupados e mesmo quanto setores inteiros do processo de produção estão espacialmente dispersos – como, por exemplo, na separação de unidades auto-estruturadas de produção básica – a tendência é para as indústrias serem cada vez maiores. Esse agrupamento ocorre internamente, no âmbito de um único capital, mas também externamente. Quanto mais avançada esteja a divisão do trabalho, maior tende a ser o número de serviços e atividades acessórias exigido por um dado processo de produção e maior será a esfera de capital produtivo que pode ser empregado em comum, comandando os poderes de cooperação geográfica. Há, assim, uma tendência para o agrupamento espacial de capitais em locais de produção determinados. (SMITH, 1988, p. 181).

Continuando com a análise sobre o desenvolvimento desigual explicou que três escalas primárias surgem com a produção do espaço sob o sistema capitalista, são elas: o espaço urbano, a escala da nação-Estado e o espaço global.

No espaço urbano com a expansão do capital industrial se verificou a concentração da atividade produtiva. Os limites geográficos da escala urbana são impostos pelo mercado de trabalho local e pelos limites de deslocamento diário para o trabalho. O custo do deslocamento em direção ao trabalho é um componente do valor da força de trabalho e assume importância, pois os limites geográficos aos mercados de trabalho diários expressam os limites para a integração espacial na escala urbana. O espaço urbano está dividido entre espaços de produção e espaços de reprodução, que conduzem à concentração local de atividades de uso do solo específicas. Assim, o uso residencial, industrial, de lazer e outros usos do solo resultam da cooperação de uma função diferente do capital.

A divisão do mundo em nações-Estados vem da necessidade de se proteger internamente da desvalorização e da crise, visto que quando o capital nacional é ameaçado na economia mundial, cabe ao Estado defender com todas as forças, utilizando tarifas, embargos comerciais, tributos e até a guerra. Sobre a escala global, o capitalismo produz um mercado mundial e o transforma em uma economia mundial baseada na produção e na universalidade do trabalho assalariado. A partir das escalas espaciais do capital o autor caminha para o desfecho final da sua teoria do desenvolvimento desigual explicando como se dá o movimento “em vaivém” do capital:

No embasamento do padrão existente do desenvolvimento desigual está a lógica e a tendência do capital em direção àquilo que chamaremos de movimento “em vaivém” do capital. Se a acumulação do capital acarreta o desenvolvimento geográfico e se a direção desse desenvolvimento é guiada pela taxa de lucro, então podemos pensar no mundo como uma “superfície de lucro” produzida pelo próprio capital em três escalas separadas. O capital

se move para onde a taxa de lucro é máxima (ou, pelo menos, alta), e os seus movimentos são sincronizados com o ritmo de acumulação e crise. **A mobilidade do capital acarreta o desenvolvimento de áreas com alta taxa de lucro e o subdesenvolvimento daquelas áreas onde se verifica baixa taxa de lucro.** (SMITH, 1988, p. 212, grifo nosso).

A mobilidade do capital na procura das melhores condições para obter lucro conduz ao processo de desenvolvimento desigual. O capital se direciona para os espaços que permitem as melhores taxas de lucro e sai dos espaços com baixa taxa de lucro ou em processo de estagnação.

O subdesenvolvimento, como o desenvolvimento, ocorre em todas as escalas espaciais e o capital tenta se movimentar geograficamente de tal maneira que continuamente explora as oportunidades de desenvolvimento, sem sofrer os custos econômicos do subdesenvolvimento. Isto é, o capital tenta fazer um “vaivém” de uma área desenvolvida para uma área subdesenvolvida, para então, num certo momento posterior voltar à primeira área que agora se encontra subdesenvolvida, e assim sucessivamente [...]. O capital busca não um equilíbrio construído na paisagem, mas um equilíbrio que seja viável precisamente em sua capacidade de se deslocar nas paisagens de maneira sistemática. Este é o movimento em vaivém do capital, que está subjacente ao processo mais amplo de desenvolvimento desigual. (SMITH, 1988, p. 213).

Notadamente o movimento “em vaivém” do capital não apresenta a mesma amplitude e fluidez em todas as escalas. É no espaço urbano que se torna mais evidente, estando presente na escala da nação-Estado e sendo menos fluido na escala global, pois a riqueza e o desenvolvimento capitalista estão concentrados em algumas prósperas e poucas nações e a pobreza capitalista está da mesma forma segregada, embora em escala mundial. Com isso:

O desenvolvimento desigual é tanto o produto quanto a premissa geográfica do desenvolvimento capitalista. Como produto, o padrão é altamente visível na paisagem do capitalismo, tal como a diferença entre espaços desenvolvidos e subdesenvolvidos em diferentes escalas: o mundo desenvolvido e o subdesenvolvido, as regiões desenvolvidas e as regiões em declínio, os subúrbios e o centro da cidade. Como premissa da expansão capitalista, o desenvolvimento desigual pode ser compreendido somente por meio de análise teórica da produção capitalista da natureza e do espaço. O desenvolvimento desigual é a desigualdade social estampada na paisagem geográfica e é simultaneamente a exploração daquela desigualdade geográfica para certos fins sociais determinados. (SMITH, 1988, p. 221).

Entre as regiões no interior de um país e no espaço urbano o capital encontra boas condições de mobilidade. Por exemplo, o centro antigo de uma cidade pode ser parcialmente

abandonado pelo capital que se direcionou para a construção de um novo centro mais moderno e integrado as novas exigências de reprodução. Uma região industrial entra em decadência em razão da fuga dos capitais que migraram para um novo ramo de produção industrial, ou uma região agropecuária que entra em declínio em virtude da substituição do paradigma econômico.

Harvey (1982, p. 416) neste sentido defende que: “Geographical differentiations then frequently appear to be what they truly are not: mere historical residuals rather than actively reconstituted within the capitalist mode of production.” As diferenças espaciais no capitalismo são ativamente produzidas ao invés de passivamente recebidas como uma concessão natural, como se quer fazer crer.

The theory of uneven geographical development needs further development. The extreme volatility in contemporary political economic fortunes across and between spaces of the world economy (at all manner of different scales) cry out for better theoretical interpretation. The political necessity is just as urgent since convergence in well-being has not occurred and geographical as well as social inequalities within the capitalist world appear to have increased in recent decades. (HARVEY, 2006b, p. 71).

É necessário ampliar o entendimento teórico do desenvolvimento desigual, visto que as desigualdades sociais no mundo capitalista aumentaram nas últimas décadas. A teoria do desenvolvimento geográfico desigual está alicerçada em dois componentes fundamentais: o primeiro refere-se “a produção de escalas espaciais” e o segundo “a produção da diferença geográfica.”

No que tange a produção de escalas espaciais, as mesmas não são imutáveis ou totalmente naturais e sim produtos das mudanças tecnológicas, das formas de organização dos seres humanos e das lutas políticas. As escalas não são espacialmente fixas e estão em contínua redefinição.

As escalas em que a atividade humana pode ser orquestrada é algo que depende pesadamente, é claro, das inovações tecnológicas (sendo vital o sistema de transporte e comunicações), bem como de várias condições político-econômicas mutáveis (o comércio, as rivalidades e alianças geopolíticas etc.). Elas resultam igualmente de lutas de classes e de outras formas de luta política/social, ao mesmo tempo que definem as escalas em que se tem de travar a luta de classes. (HARVEY, 2004, p. 109).

Assim, por exemplo, as relações de poder de organizações internacionais em escala global têm como motivações os interesses políticos e econômicos do capital. Já as forças de

oposição se movem geralmente no sentido contrário, buscando autonomia local. É equivocado o modo de pensar que atua apenas em uma escala, pois é demasiadamente importante o reconhecimento da imbricação entre as escalas, visto que diferentes atores e agentes operam em diferentes escalas intermediadas entre o global e o local.

Sobre a produção de diferenças geográficas compreende que são bem mais do que os legados histórico-geográficos da ocupação humana da superfície terrestre. Estão sendo continuamente reproduzidas, solapadas e reconfiguradas por meio de processos político-econômicos e socioecológicos que ocorrem no momento presente. Como exemplos temos a atuação de especuladores que procuram elevar os ganhos a partir do aluguel da terra em espaços metropolitanos criando diferenças geográficas proporcionais a quantidade de investimentos.

Através da produção de escalas espaciais e da produção da diferença geográfica é possível compreender as intensas contradições produzidas pelo sistema capitalista em seu processo de expansão.

[...] por meio da compreensão dos desenvolvimentos geográficos desiguais que podemos avaliar de modo mais pleno as intensas contradições hoje existentes no âmbito das trajetórias capitalistas de globalização. Isso ajuda a definir campos possíveis de ação política. A globalização envolve, por exemplo, um alto nível de autodestruição, de desvalorização e de falência em diferentes escalas e distintos lugares. Ela torna populações inteiras seletivamente vulneráveis à violência da redução de níveis funcionais, ao desemprego, ao colapso dos serviços, à degradação dos padrões de vida e à perda de recursos e qualidades ambientais. [...] A globalização faz tudo isso ao mesmo tempo que concentra riqueza e poder e promove oportunidades político-econômicas numas poucas localidades seletivamente escolhidas e no âmbito de uns poucos estratos restritos da população. (HARVEY, 2004, p. 115).

Para Harvey (2006b), há diferentes interpretações para o desenvolvimento desigual. Apontou como principais: historicista/difusionista, construtivista, ambientalista e geopolítica. A interpretação historicista/difusionista entende o desenvolvimento geográfico desigual como produto de um processo de difusão diferenciada a partir do centro, através do qual populações e territórios inteiros, com exceção de poucos lugares, são incapazes de construir a sua própria história e muito menos capazes de influenciar outros lugares. Os argumentos construtivistas focam no desenvolvimento do subdesenvolvimento. As práticas de exploração do capitalismo (colonialismo, neo-colonialismo e imperialismo), apoiadas pela política e pelo exército dos Estados-nação mais poderosos levou a exploração de territórios e de populações

inteiras. Tais fatos estariam na raiz do desenvolvimento desigual. Existem argumentos conservadores (na tradição de Edmund Burke), liberais e marxistas (teoria da dependência, troca desigual, desenvolvimento do subdesenvolvimento e produção do espaço). As explicações ambientalistas atribuem as diferenças de desenvolvimento às condições naturais. Esta abordagem não desapareceu por completo e atualmente está ligada à pressão dos “verdes” com relação a limites naturais, capacidades ambientais e exposição diferencial aos problemas de saúde. As interpretações geopolíticas vêem o desenvolvimento geográfico desigual como resultado da luta política e social entre poderes territorialmente organizados operando em várias escalas. Esses poderes podem estar organizados em estados ou blocos de estados. A luta também ocorre entre regiões, cidades, comunidades, vizinhança local, etc. As versões mais recentes se concentram no jogo do poder político (militar, político, econômico) e na concorrência entre as organizações pela riqueza, poder e recursos. As versões imperialistas salientam a capacidade dos estados ou grupos de estados em extrair excedentes e reduzir grande parte do mundo a uma divisão do trabalho conveniente às necessidades do poder hegemônico.

O autor chamou a atenção para a limitação das interpretações descritas em razão do reducionismo. Sozinhas não são capazes de explicar os amplos e complexos processos que conduzem ao desenvolvimento geográfico desigual no capitalismo, é necessário buscar as ligações entre elas para a construção de uma teoria unificada. A argumentação foi elaborada em torno de quatro condicionantes distintas: i) a incorporação material no processo de acumulação de capital na teia da vida sócio-ecológica; ii) acumulação por expropriação (uma generalização da concepção de Marx de acumulação primitiva sob o qual são montadas os ativos já existentes – força de trabalho, dinheiro, capacidade de produção – e colocados em circulação como capital; iii) o caráter da lei de acumulação no espaço e no tempo; iv) Política e luta de classes em uma variedade de escalas geográficas.

Dentro dessa discussão, Corrêa (2003), procurou conectar a lei do desenvolvimento desigual e combinado ao conceito de região. Fez isso com o objetivo de entender as desigualdades regionais. Assim:

A lei do desenvolvimento desigual e combinado expressa particularmente uma das leis da dialética, a da interpenetração dos contrários. Refere-se ao fato de ser cada aspecto da realidade constituído de dois processos que se acham relacionados e interpenetrados, apesar de serem diferentes e opostos. A contradição que daí decorre é característica imanente à realidade e o elemento motor de sua transformação. Na lei que nos interessa, os dois processos são, primeiro o da desigualdade e, depois, o da combinação.

Permite que se considere as diferenciações resultantes da presença de fenômenos originados em tempos históricos diferentes coexistindo no tempo presente... e no espaço. (CORRÊA, 2003, p. 43).

A lei tem uma dimensão espacial verificada por meio do processo de regionalização. São dois os aspectos a serem considerados: i) a gênese e difusão do processo de regionalização e ii) os mecanismos nos quais se realiza, sendo que ambos estão interligados.

Em relação ao primeiro aspecto, é conveniente notar que a diferenciação de áreas vincula-se à história do homem, não se verificando de uma vez para sempre. Tem uma gênese encontrada nas comunidades primitivas indiferenciadas, que implicava uma semelhança do espaço enquanto resultado da ação humana. Estas sociedades originárias tiveram, ao longo do tempo e do espaço, um desenvolvimento diferenciado [...] o aparecimento da divisão do trabalho, da propriedade da terra, dos meios e das técnicas de produção, das classes sociais e suas lutas, tudo isto se deu com enorme distância em termos espaço-temporais, levando a uma diferenciação intra e intergrupos. Do mesmo modo, a difusão dos processos de mudança fez-se desigualmente, reforçando a diferenciação de áreas. (CORRÊA, 2003, p. 42).

O primeiro aspecto vincula-se com a história do homem desde as comunidades primitivas. As mudanças foram ocorrendo de modo desigual no tempo e no espaço, caracterizando a diferenciação de áreas.

Iniciado o processo de regionalização a partir de contatos comerciais, migrações e conquistas, assume ritmos distintos, isto é, a duração e intensidade variam. Em determinados momentos e áreas a regionalização dá-se com maior rapidez e profundidade: a diferenciação de áreas é aí mais notável. Simultaneamente, em outras áreas não ocorreu este processo ou ele é extremamente lento.

O segundo aspecto está vinculado aos mecanismos utilizados pela regionalização. O autor compreende que é no modo de produção capitalista “que a regionalização se acentua, marcada pela simultaneidade dos processos de diferenciação e integração, verificadas dentro da progressiva mundialização da economia [...]” (CORRÊA, 2003, p. 44). Sob o comando e ação do capital a diferenciação de áreas torna-se mais nítida:

- a) a divisão territorial do trabalho, que define o que será produzido aqui e ali;
- b) o desenvolvimento dos meios e técnicas de produção e a combinação das relações de produção originadas em momentos distintos da história, que definem como se realizará a produção;

- c) a ação do Estado e da ideologia que se espacializa desigualmente, garantindo novos modos de vida e a pretensa perpetuação deles;
- d) a ampla articulação, através dos progressivamente mais rápidos e eficientes meios de comunicação, entre as regiões criadas ou transformadas pelo e para o capital. (CORRÊA, 2003, p. 44-45).

A expansão do capitalismo sobre a superfície da Terra insere novos elementos que devem ser analisados, entre eles se destacam a divisão territorial do trabalho, o desenvolvimento da técnica, a ação do Estado e do capital na produção do espaço e os novos fluxos de informação e comunicação. Com base na argumentação exposta concluiu que:

A lei do desenvolvimento desigual e combinado traduz-se, assim, no processo de regionalização que diferencia não só países entre si como, em cada um deles, suas partes componentes, originando regiões desigualmente desenvolvidas mas articuladas. Sob o capitalismo queremos crer que a noção de combinação deve ser explicitamente referida não apenas à coexistência no mesmo território de diferentes modos de vida, mas também à articulação espacial destes territórios. (CORRÊA, 2003, p. 45).

A região deve ser entendida como uma entidade concreta, sendo o resultado de múltiplas determinações. Não é única, mas particular, ou seja, se trata da especificação de uma totalidade da qual faz parte através de articulações funcionais e espaciais. É a realização de um processo geral e universal em um quadro territorial menor. Nele se combinam o geral (o sistema capitalista) e o particular (próprio e singular de cada lugar).

A análise permitiu entender as desigualdades regionais existentes no interior de um país, pois levou em consideração a divisão territorial do trabalho, o desenvolvimento das técnicas de produção, a ação do Estado como gestor territorial atrelado aos interesses capitalistas, as articulações possíveis em razão dos avanços nos meios de comunicação e transporte e as especificidades próprias de cada lugar.

Theis (2009) também procurou analisar como o modo de produção capitalista (re)configura o espaço para atender as suas necessidades, produzindo profundas diferenças regionais e locais. Quando uma região se torna desenvolvida na produção passa a ser modelo e referência:

Com o tempo, a competição intercapitalista promove realocações da atividade econômica em direção a regiões mais vantajosas, isto é, mais lucrativas, para formas específicas de produção de mercadorias. De fato, a competição intercapitalista reconfigura, permanentemente, o território. Espaços urbanos são privilegiados por concentrarem funções de comando e

controle, pesquisa e desenvolvimento, *marketing* e finanças, assim, se tornando particularmente atrativos para certos capitais e certas formas de produção – o que pode levar a economias de aglomeração [...] Se uma dada região se torna a mais dinâmica e bem-sucedida na produção de um certo bem, ela passa a ser referência para o mundo em termos de custos, condições de trabalho, padrão tecnológico, organização sindical. (THEIS, 2009, p. 248).

As desigualdades estabelecidas entre as regiões levaram ao estabelecimento de regiões bem-sucedidas e regiões perdedoras:

Regiões bem-sucedidas são espaços nos quais a economia tende a crescer e a sociedade a se tornar mais rica; *regiões perdedoras*, em contrapartida, constituem espaços nos quais o processo de acumulação parece estar travado e sua sociedade, em consequência, parece empobrecer além da pobreza herdada. De fato, regiões bem-sucedidas e regiões perdedoras conformam a paisagem do capitalismo mundializado, expressão concreta do *desenvolvimento geográfico desigual*. O capital ignora os espaços em que as perspectivas de lucro são baixas e, por entre as diversas escalas, se move em direção aos espaços em que as perspectivas de lucro são as mais altas. (THEIS, 2009, p. 248, grifo do autor).

Regiões bem-sucedidas e regiões perdedoras são a expressão materializada da produção do espaço sob o capitalismo. “A co-existência simultânea e dinâmica, de espaços mais desenvolvidos e menos desenvolvidos é *resultado* do desenvolvimento geográfico desigual. Mas, também, é *condição* para o processo de continuada valorização do capital (THEIS, 2009, p. 249). Com o desenvolvimento desigual, nas diferentes escalas geográficas, o que se verificou é a co-existência – através de múltiplas conexões e relações – de espaços dinâmicos e espaços periféricos.

O ponto essencial é que o capitalismo se baseia nas desigualdades regionais ou locais como uma necessidade para sua sobrevivência, temática também tratada por Lefebvre (1973). É através da expansão espacial, da produção e reprodução do espaço e da reprodução ampliada de capitais que o modo capitalista vem conseguindo sobreviver. A existência do capitalismo pressupõe a presença e manutenção do desenvolvimento geograficamente desigual.

Que é que se torna geograficamente diferenciado? A lista começa pelas taxas de lucro, parâmetro crucial, mas inclui também a composição orgânica do capital, a produtividade do trabalho, os índices salariais, o custo dos materiais necessários à reprodução da força de trabalho, os níveis de tecnologia e mecanização, a organização do trabalho e a incidência da luta

de classes. Esses diferenciais são mantidos através de distribuições geográficas e setorialmente desiguais dos investimentos de capital e da infraestrutura social, da concentração localizada de centros de controle de mão-de-obra e dos meios de produção, dos circuitos entrosados do capital no processo de urbanização e das formas particulares de articulação entre as relações capitalistas e não-capitalistas de produção. Todos eles fazem parte da espacialização complexa e distintiva que tem marcado o desenvolvimento histórico do capitalismo desde sua origem. (SOJA, 1993, p. 132).

As metrópoles e mais recentemente nas regiões metropolitanas por apresentarem um aparato comercial, político, bancário, de serviços e de informação que responde às necessidades das atividades modernas apresentam, geralmente, as melhores condições para a valorização. Os demais espaços não se beneficiam da mesma maneira do desenvolvimento econômico, mais isso não significa a inexistência de desigualdade.

Conforme exposto, entendemos que o desenvolvimento desigual é produto e premissa do desenvolvimento capitalista em sua busca constante por novos mercados e mais lucros. A espacialidade do desenvolvimento desigual se manifesta em diferentes escalas que estão imbricadas. No presente estudo consideramos quatro escalas principais, são elas: global, nacional, regional e local. Nossa ênfase será a escala local através do estudo do município.

Em nível global, já a partir do final do século XIX com o imperialismo, porém, especialmente a partir dos grandes avanços tecnológicos verificados na segunda metade do século XX (satélites artificiais, comunicação rápida, computadores, internet, entre outros), o capital se expandiu cada vez mais atrás de mão-de-obra e mercado consumidor com o objetivo de gerar mais-valia. Assim, existem profundas discrepâncias entre o nível de desenvolvimento dos países, pois o comando das ações econômicas e das decisões políticas ainda se concentra em alguns poucos e restritos países (devemos levar em consideração as relações entre o Estado e os grandes oligopólios, bem como a ação de organizações internacionais subordinadas aos interesses do capital – ONU, FMI, BIRD, OMC). O resultado foi a formação de espacialidades centrais que ainda exercem forte influência política e econômica no Norte, e espacialidades periféricas que devem ser resignificadas no Sul.

A expansão capitalista pelo mundo estabeleceu uma divisão internacional do trabalho e da produção que reforçou a desigualdade. Os países centrais e suas empresas transnacionais produzem produtos mais sofisticados e com maior valor agregado e investem grandes quantidades de recursos financeiros no desenvolvimento de pesquisa e tecnologia. A maioria dos países periféricos, com exceção para alguns poucos que se industrializaram, exportam

matéria-prima (minérios, grãos, carne, etc.), ou produtos com pouco valor agregado e importam produtos mais elaborados. A relação estabelecida a partir das trocas desiguais criou déficit comercial, dependência tecnológica e subordinação econômica. É importante esclarecer que a partir de década de 1980, se deu o rompimento das rígidas hierarquias e uma mobilidade acelerada do capital. Com isso novos países industrializados se inseriram nas dinâmicas internacionais. Um exemplo recente são os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

No interior de um país, mais especificamente na escala regional, as diferenças também são amplas e marcantes. Algumas regiões concentram investimentos e população sendo caracterizadas como regiões ganhadoras. Outras não conseguem atrair grandes investimentos e perdem população, são regiões perdedoras. Ambas estão conectadas e integradas em níveis mais abrangentes. A mobilidade do capital também é verificada regionalmente, algumas regiões centrais antes prósperas têm experimentado uma desindustrialização econômica acentuada, enquanto que algumas regiões periféricas se tornaram novos centros industriais e de expansão econômica.

Na escala local também aparecem diferentes níveis de desenvolvimento entre os municípios, e no interior dos municípios (bairros, distritos, áreas rurais, etc.). No espaço urbano - com maior evidência para as grandes e médias cidades verificamos a produção de espaços diferenciados com características e peculiaridades próprias (centro, subúrbio, bairros e distritos destinados para atender determinado nicho cultural).

Assim, o que verificamos nas diferentes escalas é a constituição de espacialidades diferenciadas e desiguais, porém conectadas e articuladas para atender as demandas e necessidades do capital.

2.4 A NOÇÃO DE MUNICÍPIOS PERIFÉRICOS

A elaboração da noção de municípios periféricos é oriunda de abstrações e reflexões que realizamos no transcorrer do estudo e permitem analisar as contradições econômicas, políticas, sociais e espaciais que configuram o espaço geográfico paranaense.

Um dos primeiros esforços para compreender os papéis periféricos dos municípios paranaenses foi realizado por Rocha (1999) no estudo “Distribuição Populacional na Mesorregião Norte Central Paranaense - o perfil concentrador como resultante de um modelo de desenvolvimento econômico” no qual procurou compreender as contradições no processo

de desenvolvimento que resultaram na concentração de população em poucos municípios considerados dinâmicos e o esvaziamento populacional em municípios estagnados.

Rocha (2004) apresentou um estudo mais específico sobre a temática. No texto destacou a concentração dos investimentos e de população no eixo dinâmico Maringá-Londrina, intermediado por Arapongas, Cambé e Apucarana, e o esvaziamento populacional, a carência de investimentos e problemas sociais críticos em um grande número de municípios no Norte Central.

A produção de espaços periféricos no Paraná também foi abordada por Rocha (2008), atentando para os estudos populacionais e de mobilidade. A pesquisa evidenciou o esvaziamento populacional e a estagnação econômica vivenciada por um número significativo de municípios paranaense e atentou para a perspectiva de reversão do quadro economicamente estabelecido a partir de outra economia, a economia solidária.

Dentro da temática apresentada Costa e Rocha (2009), analisaram o processo de esvaziamento populacional e os indicadores sociais em sete municípios com menos de cinco mil habitantes na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense (Fênix, Corumbataí do Sul, Altamira do Paraná, Farol, Boa Esperança, Rancho Alegre do Oeste e Quarto Centenário). Os resultados da pesquisa indicaram que:

São áreas de estagnação econômica que dificilmente conseguem se integrar efetivamente na dinâmica econômica nacional e estadual. A evasão populacional é reflexo das precárias condições econômicas e de longas décadas de desinteresse político por parte das esferas federal e estadual. Constituem-se em espaços que necessitam de políticas públicas sérias e comprometidas com o desenvolvimento local autogerido e autossustentado. (COSTA; ROCHA, 2009, p. 111-112).

O estudo verificou que o contínuo esvaziamento populacional nas últimas décadas está relacionado com a modernização agrícola praticada no campo e com o desemprego e a precariedade do trabalho nas cidades estudadas.

[...] tanto os espaços capitalizados de agricultura moderna (municípios de Farol, Boa Esperança, Rancho Alegre d'Oeste, Quarto Centenário e Fênix), como os espaços de capital fraco (Corumbataí do Sul e Altamira do Paraná), estão marcados pelo decréscimo de população, estagnação econômica e subordinação hierárquica a áreas urbanas de economia mais dinâmica. Nos espaços capitalizados a modernização da agricultura conduziu ao êxodo rural e ao decréscimo da população. No segundo caso, a falta de perspectiva e de apoio público para que o agricultor se mantivesse no campo conduziu a migração e ao decréscimo da população. (COSTA; ROCHA, 2009, p. 122).

Costa e Rocha (2010) também analisaram o desenvolvimento desigual e as contradições socioeconômicas presentes no espaço geográfico paranaense. A pesquisa revelou que apenas um pequeno número de municípios do interior e outros na Região Metropolitana de Curitiba (inseridos no dinamismo da capital) são capazes de atrair os grandes investimentos públicos e privados.

Outro trabalho relevante para a presente tese foi o Relatório sobre Áreas Deprimidas (2008), que estudou as características econômicas e sociais dos municípios brasileiros. Avaliou 5.507 municípios e classificou 2.625 como economicamente deprimidos (sendo 1.785 com baixo potencial endógeno, 706 com médio potencial endógeno e 134 com alto potencial endógeno). As áreas economicamente deprimidas se caracterizam por: infraestrutura básica inexistente ou em precárias condições; baixas taxas de crescimento econômico; insuficiência de absorção de mão-de-obra (elevadas taxas de desemprego aberto, de subemprego ou de desemprego disfarçado); elevados índices de pobreza e de carência de serviços sociais; e fortes desequilíbrios socioeconômicos intra-regionais (entre as zonas urbanas e as zonas rurais).

As regiões ou áreas deprimidas são partes do país com nível de desenvolvimento e ritmo de crescimento abaixo da média nacional. Nestas áreas o subdesenvolvimento é crônico e não existem reações de crescimento. O referido estudo sinalizou os intensos problemas econômicos e sociais vivenciados no país, pois 47,7% dos municípios brasileiros foram considerados como economicamente deprimidos, sendo que destes 68% possuem baixo potencial endógeno.

Por sua vez García e Valverde (2012), estudando os Programas de Desenvolvimento Rural – PDR, na Espanha (mais especificamente na Província de Granada) verificaram que os investimentos públicos e privados foram direcionados, na grande maioria das vezes, para os territórios mais dinâmicos. Enquanto que:

Los pequeños municipios periféricos, deprimidos, montanos y/o con fuerte base agraria son los menos favorecidos por estos PDRs. Ello es así en la medida en que cuentan inicialmente con una menor capacidad económica a la vez que los agricultores, en su vertiente empresarial, son los que menos proyectos presentan. El objetivo diversificador para este *rural profundo* no sólo no se está consiguiendo sino que se está agravando en la medida en que se está potenciando - queremos creer que inconscientemente - los procesos de vaciamiento demográfico de estos territorios. Es evidente para el caso de Granada que la lógica centro-periferia actúa acrecentando las debilidades y disparidades dentro de las diferentes áreas rurales y que estos programas, lejos de corregirla, la favorecen. (GARCÍA; VALVERDE, 2012, s.p. grifo do autor).

As dificuldades para melhorar as condições de vida da população e conter o esvaziamento populacional também são grandes desafios na Espanha. Os primeiros projetos remontam a meados da década de 1990, porém, conforme o argumento dos referidos autores, questões de influência política e de poder local e regional direcionam os investimentos para os espaços dinamizados com empresários inseridos na dinâmica de produção e circulação regional e nacional. Se o objetivo dos Programas era reduzir as disparidades regionais e locais, os resultados foram até agora parciais e em alguns casos contrários, visto que a desigualdade aumentou.

Na Argentina o esvaziamento populacional também é um grande problema como alertou Benítez (2009, p. 69): “[...] casi la mitad de los pequeños pueblos rurales corren riesgo de desaparecer.” A maior parte dessas pequenas localidades surgiu entre o final do século XIX e principio do XX no entorno das estações ferroviárias em rotas econômicas tradicionais. “Todo aquel dinamismo generó cientos de pueblos que cubrieran el territorio, con una población que crecía en función de las oportunidades que las nuevas actividades ofrecían.” As mudanças na orientação política e econômica resultaram em um contínuo esvaziamento populacional.

Ainda na Argentina Tetamanti (2006), alegou que:

Los cambios en las reglas económicas del juego del ámbito nacional y la ausencia de políticas sociales destinadas a la población rural, han impactado en las localidades con fuerte vinculación al espacio rural; ejerciendo presión sobre la población estable y ocasionando de manera continua entre 1976 y 2004, una profunda emigración. Estos cambios demográficos, se vinculan estrechamente con la expresión singular de la cuestión social en nuestro país. Entre los factores consecuentes, se pueden mencionar la precarización del empleo, las dificultades de acceso a la salud, a la educación, a bienes culturales, tecnologías de información, etc. (TETAMANTI, 2006, p. 10).

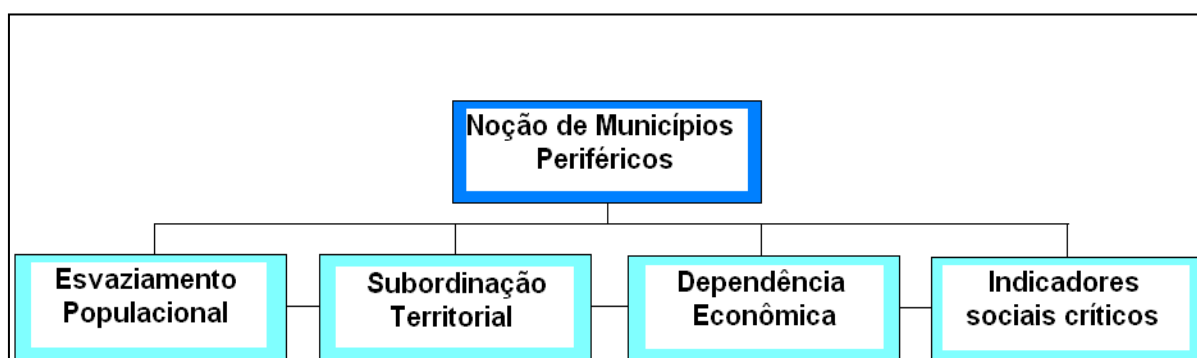
O autor da sequência em sua linha de pensamento argumentando que:

Dentro de esta serie de problemas, el despoblamiento implica una clara singularidad, que se manifiesta en movimientos de población que van desde las pequeñas localidades, a las ciudades de cabecera y desde allí a los grandes aglomerados urbanos, originándose una serie de inconvenientes que muestran nuevas y caracterizadas formas de organización social, las que impactan directamente en las condiciones de vida de la población. Así, la distribución espacial resultante del movimiento poblacional es, en sí misma, problemática. El éxodo rural, al generar un descenso en la cantidad de población, trae como consecuencia características especiales al proceso del despoblamiento que se expresan, entre otras cosas, en: el envejecimiento de

la población, la pérdida de servicios y equipamiento y el desaprovechamiento de la capacidad instalada, que llevan entre otras dificultades a una desertización socioeconómica y a una desarticulación del territorio. (TETAMANTI, 2006, p. 10).

Com base nas argumentações apresentadas oriundas de estudos sobre esvaziamento populacional e problemas sociais existentes no Brasil, Argentina e Espanha entendemos que seja válido aprofundar a análise sobre o caso paranaense e as suas contradições.

Desenvolvemos a noção de municípios periféricos com base nas discussões teóricas sobre produção do espaço e desenvolvimento desigual. Consideramos quatro critérios que estão inter-relacionados e devem ser analisados em conjunto, são eles: esvaziamento populacional, subordinação territorial, dependência econômica e indicadores sociais críticos. O quadro 1 apresenta os quatro critérios utilizados.



Quadro 1 – A noção de municípios periféricos

O esvaziamento populacional está entre os problemas mais sérios enfrentados por um significativo número de municípios no Paraná, não sendo diferente, guardadas as devidas peculiaridades e proporcionalidades, da dinâmica enfrentada no país. É o efeito da orientação econômica e política adotada pelo Estado, concomitantemente com a ação do capital, que incentivou a modernização das técnicas de produção agrícolas ocorridas a partir das décadas de 1960 e 1970 e potencializou a industrialização em restritas cidades escolhidas para a reprodução do capital.

Os trabalhadores rurais foram forçados a se descolar para a cidade, especialmente para as grandes cidades, com o objetivo de atender a expansão industrial que necessitava de mão-de-obra e formação de um exército de reserva para a manutenção dos baixos salários. Um duplo objetivo foi atingido: i) a reprodução ampliada de capital no campo via modernização e ii) a disponibilidade de trabalhadores nas cidades para a indústria.

Moura e Kleinke (1997) também chamaram a atenção para o crescimento insignificante ou redução de população entre os municípios recém emancipados (década de 1990), pois a maioria apresentou taxas negativas ou inferiores a 1,0% a.a. No período entre 1988 e 1996 a conjuntura política estabelecida pela nova constituição intensificou a criação de municípios. Apenas no Paraná foram criados 81 novos municípios, sendo que 79 tinham menos de 20 mil habitantes. Entre os novos municípios os poucos que cresceram estavam localizados nos aglomerados urbanos ou nas regiões metropolitanas. A partir de 1996 o Estado ampliou os quesitos necessários para a formação de novos municípios e desde o final da década de 1990 o número se mantém.

Entre os 399 municípios paranaenses ocorreu perda de população em 186, ou seja, 46,6% do total entre os censos de 2000 e 2010. Com relação aos municípios com até cinco mil habitantes 65 de um total de 98 possuem crescimento geométrico da população negativo, o que equivale a 66,3% do total (IBGE, 2011). Os valores apresentados são preocupantes e apontaram para uma problemática complexa.

Enquanto a maioria dos municípios com menos de cinco mil habitantes enfrentam o processo de esvaziamento ocorreu forte concentração de população nas cidades dos municípios com mais de 100 mil habitantes. Os dados do censo 2010 demonstraram que 45,72% da população paranaense moram nos 15 municípios⁷ mais populosos (IBGE, 2011).

Sobre a subordinação territorial é preciso, inicialmente, tecer algumas considerações sobre a rede urbana brasileira e paranaense, pois com o processo de urbanização a população foi se concentrando cada vez mais nas cidades, que atuam como centros industriais, financeiros, de comercialização de mercadorias, prestação de serviços, gestão pública e privada. Assim, os estudos sobre rede urbana são necessários para entender a dinâmica de fluxos e as articulações presentes no espaço geográfico.

Entre as primeiras contribuições está a teoria das localidades centrais atribuída ao geógrafo de origem alemã Walter Chistaller em 1933. Na análise de Chistaller a centralidade de um núcleo urbano diz respeito à capacidade e extensão atingida com relação à distribuição de mercadorias e prestação de serviços para a população. Quanto mais complexos são os produtos comercializados e os serviços prestados, maior a centralidade e a área de influência. Quanto mais básicos são os produtos comercializados e os serviços prestados menor é a

⁷ Os 15 representam apenas 3,79% do total de municípios, são eles: Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, São José dos Pinhais, Foz do Iguaçu, Colombo, Guarapuava, Paranaguá, Apucarana, Toledo, Araucária, Pinhais e Campo Largo.

centralidade. A proposta está assentada sobre uma visão econômica e espacial enfatizando a distribuição e consumo de mercadorias.

Na interpretação de Corrêa (1994), para a existência de uma rede urbana devem estar presentes e serem atendidas pelo menos três condições: i) existir uma economia de mercado e uma produção que é negociada por outra que não foi produzida localmente ou regionalmente; ii) existência de pontos fixos no território no lugar em que os negócios são realizados, mesmo que de modo não contínuo; e iii) existência de um mínimo de articulação entre os núcleos urbanos, às atividades político-administrativas, à importância como pontos focais em relação ao território exterior a elas e ao tamanho demográfico.

A rede urbana constitui um conjunto de centros urbanos articulados, sendo um produto social historicamente construído que interliga a sociedade que vive em certa porção do espaço. Através da rede urbana as ações capitalistas se tornam mais fluidas, pois as articulações entre os centros urbanos permitem uma maior circulação de mercadorias, dentro da lógica de expansão e ampliação de capitais.

As desigualdades sócio-espaciais próprias do modo de produção capitalista produzem redes urbanas com diferentes padrões espaciais e distintos graus de articulação e complexidades funcionais internas e externas.

Conforme Santos (2008) são três os elementos de base que constituem a própria substância das redes: as massas, os fluxos e o tempo. As massas se decompõem em massa de população, massa de produção, massa da poupança, massa do consumo e massa do equipamento. Os fluxos expressam os movimentos de população, das produções agrícolas e industriais e dos fluxos monetários de informação e de ordens. A população não é somente uma massa, mas também um fator gerador de fluxos. O tempo pondera dos dois outros critérios e explica os fenômenos de desigualdade e se faz sentir no domínio do equipamento, pelo grau de arcaísmo de infraestrutura agrícola, industrial, dos transportes e dos serviços conforme as regiões, assim como pelo nível cultural da população encarado em sentido amplo. O autor também se preocupou com as diferenças socioeconômicas da população:

Existem, pois, segundo a categoria socioeconômica da população urbana que se considera, “redes urbanas” muito diferentes, tanto mais distintas quanto mais estratificada esteja a estrutura social da cidade: na grande cidade, a classe privilegiada corresponde ao escalão de uma rede que, em escala superior, vincula-se à rede mundial das cidades dos países industriais, mas da qual as classes populares ficam praticamente excluídas. Na pequena cidade, a população urbana e regional pobre encontra a parte essencial dos serviços de que necessita, devido à sua *facies* econômica e cultural (consumo, festas tradicionais etc.) ela os encontraria também na

cidade grande, mas não teria acesso a outros de categoria superior, em virtude de seu fraco poder de compra [...]. (SANTOS, 2008, p. 170).

Na análise apresentada a categoria socioeconômica da população apresenta grande impacto, visto que a quantidade de capitais disponíveis nas mãos de determinados grupos estabelece “redes urbanas” diferentes.

Oliveira (2008) contribuiu para o debate argumentando sobre as significativas transformações ocorridas após 1970, especialmente no que diz respeito aos países subdesenvolvidos. Desta forma, a rede urbana:

Tornava-se cada vez mais diferenciada e complexa, haja visto que cada cidade e seu campo passaram a responder por relações específicas, próprias a sua realidade sócio-econômica e, dessa forma, percebemos que toda a reestruturação sócio-espacial e econômica pela qual o território tem passado, além do processo de urbanização, contribuíram para que houvesse uma extrema diferenciação entre os tipos urbanos e sua hierarquia de tamanho e funções [...] o desenvolvimento da produção, circulação, informação e de novas formas de consumo, tem gerado novas funcionalidades entre os centros urbanos e uma nova configuração no interior das redes urbanas. Diante disso, é possível uma relação de complementaridade e prestação de serviços entre a pequena cidade local com a cidade média, com a metrópole regional ou, em certos níveis, mesmo diretamente com a metrópole nacional. (OLIVEIRA, 2008, p. 106).

Uma pequena cidade local pode manter relações diretas com a metrópole regional ou até mesmo nacional, assim como relações com a cidade média mais próxima. Os avanços nos meios de transportes e comunicação permitiram maior fluidez no espaço e acabaram por romper com a rígida hierarquia proposta por Chistaller, na qual um centro local é influenciado por um centro de zona e assim sucessivamente até a metrópole. Conforme Oliveira (2008) fica perceptível uma hierarquia flexível, a mundialização não implica o desaparecimento de uma estrutura hierarquizada, mas permite interações entre elas. Segundo Endlich (2006):

Outro ponto a ser destacado é que as interações interurbanas estão acontecendo com padrões desconhecidos anteriormente. Podem ser assinaladas duas mudanças qualitativas. A primeira diz respeito às possibilidades técnicas e à natureza das relações econômicas que ampliam e tornam comuns fluxos entre espaços não contíguos, ampliando alcances espaciais além de trazer novos elementos para se pensar a hierarquia urbana, não mais estreitamente vinculada ao tamanho demográfico. Assim, se a rede urbana podia ser compreendida na dimensão espacial contígua da região, já que as relações interurbanas ocorriam basicamente com fluxos materiais de

pessoas e mercadorias, a rede atual ficou mais complexa, pois além desses fluxos, outros se sobrepõem aos mesmos, imateriais ou virtuais, em virtude da circulação das informações e dos investimentos de capital. Estes novos fluxos prescindem da contiguidade espacial já que se realizam por redes geográficas, nas quais a distância física pouco ou nada representa [...]. (ENDLICH, 2006, p. 181).

A autora argumentou que a rede urbana atual se tornou mais complexa e fluida em razão dos novos fluxos imateriais ligados a circulação de informação e investimentos. Neles as distâncias físicas representam muito pouco. Corrêa também contribuiu para um melhor discernimento:

A industrialização, a melhoria geral da circulação, o desenvolvimento de uma estratificação social mais complexa, criando níveis de demanda mais diferenciados, a modernização do campo e a incorporação de novas áreas, levaram a uma complexificação funcional dos centros urbanos brasileiros. A posição de cada centro na hierarquia urbana não é mais suficiente para descrever e explicar a sua importância na rede de cidades. É necessário que se considere suas especializações funcionais, sejam industriais ou vinculadas aos serviços, muitos dos quais criados recentemente. (CORRÊA, 2005, p. 100).

A crescente complexidade funcional permitiu que um centro estivesse simultaneamente em mais de uma rede. Como exemplo uma cidade pode estar subordinada a outra maior e ao mesmo tempo atuar como um centro industrial especializado na produção de mercadorias para o mercado nacional e internacional. Sobre as novas interações o REGIC (2008) defendeu que:

[...] na configuração da rede urbana, coexistem redes hierárquicas e redes não-hierárquicas. **A gestão-pública e empresarial mantém relações de controle e comando entre centros urbanos, propagando decisões, definindo relações e destinando investimentos.** As cidades, contudo, mantêm relações horizontais, de complementaridade, que podem ser definidas pela especialização produtiva, pela divisão funcional de atividades, e pela oferta diferencial de serviços. (REGIC, 2008, p.09, grifo nosso).

A hierarquia urbana não desapareceu por completo e é a partir da centralização e do controle exercido por alguns poucos pontos sobre a gestão-pública e empresarial através da tomada de decisão e encaminhamento dos investimentos que compreendemos a existência da subordinação territorial. O processo de concentração e centralização do capital resultado da

urbanização capitalista estabeleceu hierarquias territoriais na medida em que os capitais de maior magnitude são alocados nos maiores centros.

Os municípios periféricos estão subordinados, pois as ações e comandos são exógenos ao seu território. A administração local ficou na prática restrita a poucas ações e decisões, mesmo que na teoria tenha certa autonomia, conforme previsto na constituição de 1988. As principais decisões são tomadas em outros pontos do território nacional ou até mesmo vem de fora do país. Sobre esta temática Santos (2009), argumentou que:

[...] há, também, o acontecer hierárquico, resultante das ordens e da informação provenientes de um lugar e realizando-se em outro, como trabalho. É a outra cara do sistema urbano. Não é que haja um lugar comandando um outro, senão como metáfora. Mas os limites à escolha de comportamentos num lugar podem ser devidos a interesses sediados em um outro. (SANTOS, 2009, p. 166, grifo nosso).

O acontecer hierárquico se faz sob um comando e tende a ser concentrado. Assim, “[...] a relevância aqui não é da técnica, mas da política” (SANTOS, 2009, p. 167). É através da política, ou seja, o controle do poder político concentrado em alguns pontos propagando e irradiando decisões e definindo ações é que se dá a subordinação territorial. No caso do acontecer homólogo e complementar o que se verifica é a criação de horizontalidades, já com relação ao acontecer hierárquico, verticalidades⁸. Também:

Vale lembrar que uma rede urbana hierarquizada espelha justamente uma organização entre centros, na qual municípios desempenham papéis específicos. Sistemas hierarquizados, na lógica não são excludentes, mas racionalizadores de funções e serviços. Isso significa que estar em um nível de subordinação não corresponde a estar à margem, mas, sim, estar integrado e beneficiado por tal ordem hierárquica que pressupõem que as funções básicas permeiam todos os integrantes da rede, enquanto as de maior complexidades, localizadas nas centralidades principais, são acessáveis por todos. (MOURA, 2009, p. 26).

Uma rede urbana hierarquizada não deveria ser excludente e sim ter a função de integrar e tornar acessível às funções urbanas. Porém, a autora complementou seu pensamento realizando o seguinte questionamento: “Resta saber se os pequenos municípios

⁸ Segundo Santos (2009) “As segmentações e partições presentes no espaço sugerem, pelo menos, que se admitam dois recortes. De um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidades, como na definição tradicional de região. São as *horizontalidades*. De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as *verticalidades*. O espaço se compõe de uns e de outros desses recortes inseparavelmente. (SANTOS, 2009, p. 284).

brasileiros efetivamente respondem pelas funções básicas requeridas por sua população e se viabilizam acesso a funções de maior complexidade ofertadas por centros vizinhos [...]. (MOURA, 2009, p. 27).

Como muitos municípios paranaenses não atendem adequadamente a todas as necessidades e funções básicas requeridas pelos seus moradores e as decisões político-administrativas provem de outros pontos do território entendemos que existe uma subordinação territorial. Os municípios periféricos possuem restrito poder de decisão sobre o direcionamento dos investimentos de origem pública e privada, uma vez que o capital estabelece as prioridades conforme os seus interesses.

Outro aspecto que consideramos é a perda de centralidade e de funções urbanas elementares para atender as necessidades básicas da população nos municípios periféricos em razão do esvaziamento populacional e da subordinação territorial.

A centralidade está relacionada com a complexidade, quantidade e qualidade dos serviços prestados e mercadorias comercializadas. Nos municípios periféricos em razão do significativo esvaziamento ou estagnação populacional e das relações de subordinação vem ocorrendo perda da centralidade, pois os serviços e as mercadorias oferecidos a população algumas vezes não atingem as necessidades básicas, tornando-se necessário o descolamento para centros urbanos maiores.

Mesmo cientes de que a rede urbana atua integrada e que as cidades mais dinâmicas devem ser capazes de articular minimamente as necessidades regionais, os municípios periféricos deveriam ter condições de oferecer a população melhores condições de vida. A perda de funções urbanas elementares está inter-relacionada com a perda de centralidade. Funções importantes como os prestados em agências bancárias e rodoviárias estão sendo reduzidos significativamente.

Para entender e discutir sobre a dependência econômica buscamos, inicialmente, subsídios na teoria da dependência, que trata da subordinação dos países periféricos em relação aos países centrais. Na referida teoria a escala de análise é a nacional e a internacional, porém entendemos que a dependência também se estabelece em nível local e regional.

A teoria da dependência veio para criticar a teoria do desenvolvimento elaborada pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL, apresentada na década de 1940. São duas as versões principais. A primeira ficou conhecida como capitalismo dependente-associado e foi elaborada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, sendo de orientação weberiana. A segunda é de orientação marxista e tem como principais expoentes Ruy Mauro Marini e Theotonio dos Santos. Atentaremos para o entendimento da dependência

a partir das orientações apresentadas pela segunda orientação, sem desconsiderar as contribuições oferecidas por outras correntes.

A dependência é compreendida como uma relação de subordinação entre nações, sendo os países periféricos subordinados aos países centrais. A teoria procurou explicar a subordinação da América Latina à economia capitalista mundial a partir de uma relação desigual de controle dos mercados.

Conforme o entendimento de Duarte e Gracioli (2009) há três formas históricas de dependência:

[...] pode-se distinguir três formas históricas de dependência. A primeira seria a dependência colonial, caracterizada pela exportação de produtos naturais e na qual o capital comercial e financeiro, associado aos estados colonialistas, domina as relações entre a Europa e as colônias. A segunda seria a dependência financeiro industrial, caracterizada pela dominação do grande capital nos centros hegemônicos e cuja expansão se deu por meio de investimentos na produção de matérias-primas e produtos agrícolas para seu próprio consumo; nesse sentido a produção, por ser voltada à exportação, era determinada de acordo com a demanda dos centros hegemônicos. A terceira seria a dependência tecnológico-financeira, caracterizada pela presença de corporações multinacionais que investem na indústria voltada para o mercado interno dos países subdesenvolvidos; nesse caso, a possibilidade de gerar novos investimentos depende da existência de recursos financeiros em moeda estrangeira para a compra de máquinas não produzidas internamente, de forma que tal compra é limitada pelos recursos provenientes do setor exportador e pelas imposições dos monopólios e patentes. (DUARTE; GRACIOLI, 2009, p. 07).

Devemos considerar a teoria da dependência articulada com o desenvolvimento desigual e inserir os novos fluxos de capitais visando compreender a dinâmica internacional, nacional, regional e local. Com relação à escala regional e local, a dependência econômica também está associada às contradições e desigualdades estabelecidas pelo modo de produção capitalista. Os investimentos nos setores industriais, comerciais e de prestação de serviços foram canalizados para alguns poucos centros urbanos que se tornaram complexos e dinâmicos. Foi constatado pelo estudo do IPARDES (2005) que:

As disponibilidades e combinações diferenciadas oferecidas e pactuadas pelos agentes hegemônicos e estados, de aplicação do capital, circulação de mercadorias, desenvolvimento industrial e ativos tecnológicos resultam em regiões que movem as economias e as que se subordinam a esse dado movimento. Frutos da mesma lógica, surgem as regiões de “mandar” com maiores possibilidades técnicas, em posição de comando e as de “fazer”, submissas e dependentes. (IPARDES, 2005, p. 167).

Como a economia mundial está cada vez mais integrada a fluidez das ações permite uma intensa expansão dos interesses capitalistas. Desta forma o comando está concentrado nas mãos de poucos grupos (internacionais ou nacionais). Esses grupos atuam em uma ou várias atividades (informática, automóveis, energia, equipamentos eletrônicos, alimentos, bebidas, agropecuária, finanças, comércio, petróleo, mineração, comunicação, etc.), constituindo inúmeras vezes poderosos monopólios e oligopólios que estão legitimados pelo apoio e comprometimento político do Estado. Tais grupos possuem efetivo poder de negociação para colocarem em prática seus planos e encaminhar os investimentos.

As burguesias locais reproduzem as relações determinadas pelos grupos hegemônicos de poder, pois esta é a possibilidade de sua sobrevivência enquanto tal. Estes grupos nacionais e internacionais estabelecem uma ação orquestrada entre as grandes corporações e suas representações políticas nas diversas escalas de poder. Assim, entendemos que os municípios periféricos para captar recursos são dependentes dos interesses políticos e econômicos dos grupos hegemônicos.

Outro exemplo de dependência são as transferências realizadas a partir dos fundos de participação. Inúmeros municípios se tornaram dependentes dos repasses estabelecidos pelo governo federal e estadual. Sobre o sistema tributário municipal e o fundo de participação, Schöntag (2009) expôs que:

O sistema tributário municipal está estruturado nos seguintes tributos: os impostos, as taxas e a contribuição de melhoria, em conformidade com o artigo 145 da Constituição. Com base neste preceito, ao Município compete, através das leis municipais, instituir: o IPTU – imposto sobre propriedade predial e territorial urbana; o ITBI – imposto sobre a transmissão de bens imóveis; o ISSQN – imposto sobre serviços de qualquer natureza; as taxas de polícia e as taxas de serviços, como por exemplos, as de conservação e limpeza públicas e as de coleta de lixo; e as contribuições de melhorias. (SCHÖNTAG, 2009, s. p.).

A correta arrecadação dos referidos tributos é fundamental para que o município obtenha os recursos necessários para investir nos setores estratégicos com o objetivo de promover melhorias. Conforme a Constituição Federal (BRASIL, 2010), compete aos municípios: arrecadar os tributos de sua competência; organizar e prestar os serviços públicos de interesse local; manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e ensino fundamental; prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, atendimento à saúde da população; promover ordenamento territorial através de planejamento e controle do uso.

[...] a Constituição promulgada em 1988 não só aumentou a base de tributação dos governos municipais, como também, incrementou a sua participação nos tributos federais através do mecanismo de transferência aos fundos de participação. E, exatamente neste ponto, é que se justifica a presente reflexão: **os municípios estão exercendo com comprometimento e eficiência as suas atribuições no devido recolhimento do dinheiro público aos cofres ou continua, ainda, dependentes da famigerada “mesada” oriunda do onipotente governo federal?** (SCHÖNTAG, 2009, s.p., grifo nosso).

As reflexões do autor fazem sentido. Isso porque existem municípios que não implementaram na prática o recebimento dos tributos de direito. A atuação política local, através dos prefeitos e vereadores tem a responsabilidade e o dever de tornar eficiente o recolhimento dos tributos municipais. A omissão ou descaso prejudica a própria população. Também podemos atentar para o fato problemático de que nos municípios onde a economia é precária, a arrecadação de tributos é baixa, o que torna difícil melhorar a infraestrutura local.

Para Schlesinger e Rolim (2008), a união é responsável pelo Fundo de Participação dos Municípios – FPM, composto por 22,5% do valor de arrecadação do Imposto de Renda - IR e do Imposto Sobre Produtos Industrializados - IPI. Os estados são responsáveis por repassar 25% do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS. O FPM é distribuído conforme o tamanho do município, e a cota-parte do ICMS, de acordo com o valor gerado dentro do próprio município. O FPM distribui mais recursos quanto maior for a população do município, porém conforme o algoritmo de cálculo, os municípios menores recebem mais recursos per capita.

Alguns autores como Citadini (1998) *apud* Magalhães (2001) demonstraram que o sistema de transferência constitucional estabelece vínculos de dependência e afirmam que há várias centenas de municípios quase inviáveis em termos financeiros, pois tem dificuldades em cobrar os tributos de sua competência. Segundo Magalhães (2001), a participação das receitas próprias na receita total corrente dos municípios brasileiros de até 5 mil habitantes era de apenas 9%, enquanto municípios com mais de um milhão de habitantes tinham receitas próprias de cerca de 56%. Assim, os pequenos municípios dependem fortemente do Fundo de Participação para custear suas despesas.

Schöntag (2009) analisando os dados oficiais do Ministério da Fazenda constatou que entre os anos de 1998 a 2007, as receitas de transferência foram responsáveis por 63% das Receitas Líquidas Municipais. Os municípios dinâmicos que estão inseridos efetivamente nas articulações capitalistas de maior complexidade apresentam percentagens inferiores ao valor exposto. Já os municípios periféricos com população inferior a cinco mil habitantes no

Paraná, conforme dados disponibilizados no IPARDES (2011), apresentam valores acima de 85% da receita líquida.

Haddad (2007) levantou como hipótese para a sobrevivência dos municípios deprimidos as transferências extraídas do excedente gerado pelos municípios mais prósperos. Tais transferências se manifestam através da aposentadoria rural, Bolsa Família, Fundo de Participação Municipal, cota-parte livre do ICMS, fundos especiais de saúde e educação. Desta forma uma significativa quantidade de municípios acaba por depender fortemente da transferência de receitas para custear as suas despesas.

Outro aspecto que merece atenção são as relações e redes de poder politicamente estabelecidas e sedimentadas que permitem maior ou menor visibilidade ao município. O fator político e a influência exercida pelo grupo local podem assegurar ou não o encaminhamento de algum investimento tanto públicos como privados.

O desenvolvimento das potencialidades locais é outro fator que muitas vezes é desconsiderado e negligenciado pela administração municipal. Algumas prefeituras estabelecem uma relação de dependência tão forte com as transferências da união e do estado e não se preocupam em articular e incentivar o desenvolvimento local a partir das potencialidades endógenas.

No que se refere aos indicadores sociais, os mesmos são relevantes para a caracterização e análise socioeconômica dos municípios, visto que oferecem suporte estatístico e permitem compreender a situação em que a população vive. Como explicou Beaujeu-Garnier (1971, p. 19), “os números são a chave insubstituível da precisão e das comparações, que constituem elementos para a classificação.” Mesmo que se pese toda crítica com relação aos dados quantitativos, as comparações e as classificações hierárquicas; os mesmos ainda são importantes, pelo menos em um primeiro momento, para a análise e o entendimento da situação socioeconômica. A conjugação de uma interpretação quantitativa articulada com uma interpretação qualitativa é a perspectiva para uma investigação científica crítica e precisa.

Nos municípios com indicadores sociais críticos a população enfrenta intensos problemas. Entre os principais podemos destacar a falta de equipamentos de infraestrutura básica (saneamento, lazer, iluminação pública, transportes, asfalto, etc.), desemprego, baixos salários, elevada taxa de pobreza e IDH inferior a média do Paraná.

A produção do espaço no sistema capitalista conduz ao desenvolvimento desigual e combinado conforme análise realizada por Trotsky (1967), sendo que os diferentes estágios se articulam, se combinam, se amalgamam. Desta forma, ao mesmo tempo em que os municípios

periféricos estão incluídos no processo de mundialização, também estão parcialmente excluídos. Estão incluídos porque os fluxos de informações e de capitais que permeiam necessitam de certa continuidade espacial (recepção de televisão, rádio, internet, telefonia fixa e móvel, serviços bancários, correios, comércios, estradas, etc.) e permitem a circulação de informações e mercadorias transformando a população em consumidores. Porém, estão excluídos dos benefícios gerados, pois estão expostos ao esvaziamento populacional, a subordinação territorial, a dependência econômica e a indicadores sociais críticos.

A reversão do quadro atual requer a valorização das potencialidades locais a partir do estímulo à produção autóctone, também exige ações de planejamento e consolidação de políticas públicas, bem como de uma intervenção social do poder local que considerem os aspectos culturais, ecológicos, turísticos, norteando o desenvolvimento para os interesses da comunidade local.

Com vistas à escolha dos municípios para realização da análise empírica delimitamos três etapas, a saber:

- Primeira: Classificação dos 399 municípios paranaenses em quatro grupos:
i) fortemente dinâmico, ii) dinâmico, iii) intermediário e iv) periférico;
- Segunda: Delimitação dos municípios periféricos com população total inferior a cinco mil habitantes.
- Terceira: Delimitação aleatória por sorteio de 10% dos municípios periféricos com população total inferior a cinco mil habitantes para realização de análise empírica.

A classificação dos municípios levou em consideração os seguintes indicadores: influência das cidades, relevância econômica, Índice IPARDES de Desempenho Municipal - IPDM, taxa de pobreza e crescimento geométrico da população. Dados no apêndice A.

A influência das cidades foi verificada a partir do estudo REGIC (2008), elaborado pelo IBGE. Para investigar o nível de influência e de centralidade das cidades brasileiras o REGIC utilizou: a função de gestão do território, através da avaliação dos níveis de centralidade do Poder Executivo e do Poder Judiciário no nível Federal; a centralidade empresarial e a presença de equipamentos e serviços. O estudo permitiu o levantamento das ligações entre as cidades e as suas respectivas áreas de influência.

Segundo o REGIC (2008), são considerados equipamentos e serviços capazes de dotar uma cidade de centralidade: ligações aéreas, deslocamento para internações hospitalares, áreas de cobertura das emissoras de televisão, oferta de curso superior, diversidade de

atividades comerciais e de serviços, oferta de serviços bancários e presença de domínios da Internet. De acordo com a metodologia utilizada os municípios brasileiros foram classificados em:

- 1 Metrôpoles
- 2 Capital Regional (Capital regional A, Capital regional B, Capital regional C)
- 3 Centro sub-regional (Centro sub-regional A, Centro sub-regional B)
- 4 Centro de Zona (Centro de zona A, Centro de zona B)
- 5 Centro local

Para a relevância econômica usamos o estudo ‘os Vários Paranás’ realizado pelo IPARDES (2005). O mesmo sinalizou grande disparidade social e espacial no território paranaense, coexistindo espaços que exercem forte centralidade e relevância e espaços economicamente e socialmente críticos. Utilizou as seguintes informações: participação do município na formação do valor adicionado fiscal estadual total, da indústria e dos serviços, e a participação do faturamento das empresas entre as 300 maiores do Paraná, existindo no município, no total do faturamento das empresas do Estado. Classificou os municípios como:

- 1 Altíssima relevância
- 2 Alta relevância
- 3 Relevância média superior
- 4 Relevância média inferior
- 5 Baixa relevância
- 6 Sem relevância

A taxa de pobreza ou pessoas em situação de pobreza é a população calculada em função da renda familiar *per capita* de até 1/2 salário mínimo. Os dados sobre situação de pobreza são provenientes dos microdados do censo demográfico realizado pelo IBGE.

O IPDM considerou, com igual ponderação, três áreas do desenvolvimento econômico e social: a) emprego, renda e produção agropecuária, b) educação e c) saúde. O índice final é feito a partir de valores variando de 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, melhor o desempenho. Com base nos índices os municípios foram classificados como:

- 1 Baixo
- 2 Médio baixo
- 3 Médio
- 4 Alto

A taxa de Crescimento geométrico faz referência ao crescimento da população de um local considerando duas datas sucessivas e o intervalo de tempo entre essas datas medido em ano. Segundo o IBGE (2012), a taxa média geométrica de crescimento anual da população é medida pela expressão:

$$\sqrt[n]{\frac{P(t+n)}{P(t)}}$$

Sendo $P(t+n)$ população correspondente a duas datas sucessivas, e n o intervalo de tempo entre essas datas, medido em ano e fração de ano. Para os valores de 2010, foram considerados os dados disponibilizados pelo censo 2000 e pelo censo 2010.

Para cada um dos cinco critérios foi atribuída uma pontuação variando de 0 a 10:

• **Influência das cidades⁹ (IC):**

Metrópole = 10

Capital Regional A = 8

Capital Regional B = 7

Capital Regional C = 6

Centro sub-regional A = 5

Centro sub-regional B = 4

Centro de zona A = 3

Centro de zona B = 2

Centro local = 0

⁹ Para os municípios da Região Metropolitana de Curitiba que não foram classificados pelo estudo do IBGE (2008), foram repetidos os valores da relevância econômica.

- **Relevância econômica (RE):**

Altíssima relevância = 10

Alta relevância = 8

Relevância média superior = 6

Relevância média inferior = 4

Baixa relevância = 2

Sem relevância = 0

- **Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM):**

Alto (0,8 a 1,0) = 10

Médio (0,6 < 0,8) = 6

Médio Baixo (0,4 < 0,6) = 3

Baixo (< 0,4) = 0

- **Taxa de Pobreza (TP):**

$\leq 9,99 = 10$

10,00 a 19,99 = 8

20,00 a 29,99 = 6

30,00 a 39,99 = 4

40,00 a 49,99 = 2

$\geq 50,00 = 0$

- **Crescimento geométrico da população (CG):**

$\geq 3,00\% = 10$

$2,00\% < 3,00\% = 8$

$1,00\% < 2,00\% = 6$

$0,50\% < 1,00 = 4$

$0,01\% < 0,50\% = 2$

$\leq 0\% = 0$

Com base nos valores apresentados estabelecemos a seguinte expressão matemática:

$$\frac{\text{IC+RE+IPDM+TP+CG}}{5} =$$

Sendo o resultado:

7,5 até 10,0 = Fortemente dinâmico

5,0 < 7,5 = Dinâmico

2,5 < 5,0 = Intermediário

0 < 2,5 = Periférico

Definidos os municípios periféricos para o estudo empírico foram obtidos dados indiretos e diretos analisados a partir da perspectiva qualitativa. Os dados indiretos são: população total, rural e urbana provenientes dos censos (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010) efetuados pelo IBGE. Os indicadores: grau de urbanização, IPDM, IDH-M, PIB per capita, taxa de pobreza, mortalidade geral, taxa de analfabetismo, Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM, receitas de contribuição, receitas de serviço, receitas patrimonial, receitas tributárias, receitas de transferência, produção primária, produção industrial, comércio e serviços. Os dados foram tabulados e utilizados na confecção de gráficos e tabelas através do programa Exel. A elaboração de mapa temáticos foi confeccionada com o Programa de Cartografia Temática Digital Philcarto e Corel Draw.

Os dados diretos foram obtidos por meio de entrevistas semi-estruturadas que combinam perguntas abertas e fechadas. O pesquisador segue um conjunto de questões previamente definidas, mas o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados. (BONI; QUARESMA, 2005).

Para atingir os objetivos propostos delimitamos dois conjuntos/grupos de entrevistados a saber:

- Primeiro: aplicação em cada município estudado de entrevistas com a população residente em diferentes bairros para verificar os principais problemas evidenciados pelos moradores e a mobilidade da população.
- Segundo: realização de entrevistas junto a pessoas com representatividade no município com o intuito de investigar quais fatores são atribuídos ao processo de esvaziamento populacional, dependência econômica, subordinação territorial e indicadores sociais críticos e se estão sendo realizadas políticas para reverter o quadro.

Para o primeiro grupo foram aplicadas 30 entrevistas. Posteriormente verificamos a representatividade das respostas, caso a problemática não fosse verificada de forma adequada mais 20 entrevistas seriam aplicadas e assim sucessivamente.

Para o segundo grupo foram escolhidas pessoas de representatividade no município e aplicado um roteiro de entrevistas semi-estruturadas. As entrevistas eram repetidas até que os resultados atingissem os objetivos elencados.

O objetivo principal foi analisar o nível de integração dos municípios periféricos na dinâmica capitalista e suas articulações nas diferentes escalas geográficas. Também é de interesse saber qual é a articulação e a abrangência do setor econômico local, as principais dificuldades enfrentadas para melhorar as condições de vida da população, a dependência em relação aos repasses do governo federal e estadual e a mobilidade da população. O roteiro de entrevistas está disponível no apêndice B.



José Clemente Orozco (muraux)



José Clemente
Orozco (muraux)



José Clemente
Orozco (muraux)

3 CONTRADIÇÃO E DESIGUALDADE NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO PARANAENSE

O esvaziamento populacional em municípios periféricos está relacionado com a nova dinâmica do capitalismo internacional estabelecida a partir do final da Segunda Guerra Mundial em 1945, que definiu os rumos da economia mundo com a ascensão dos Estados Unidos da América como principal potência capitalista. Deste momento em diante o capital buscou expandir os excedentes para as regiões subdesenvolvidas com a finalidade de ampliação dos lucros. O referido modelo chegou ao Brasil e também no Paraná conduzindo a reestruturação das bases produtivas a partir da década de 1960. O processo contou com a participação do Estado que atuou como organizador territorial e gestor político para as ações do capital, o que contribuiu para o estabelecimento de intensas desigualdades.

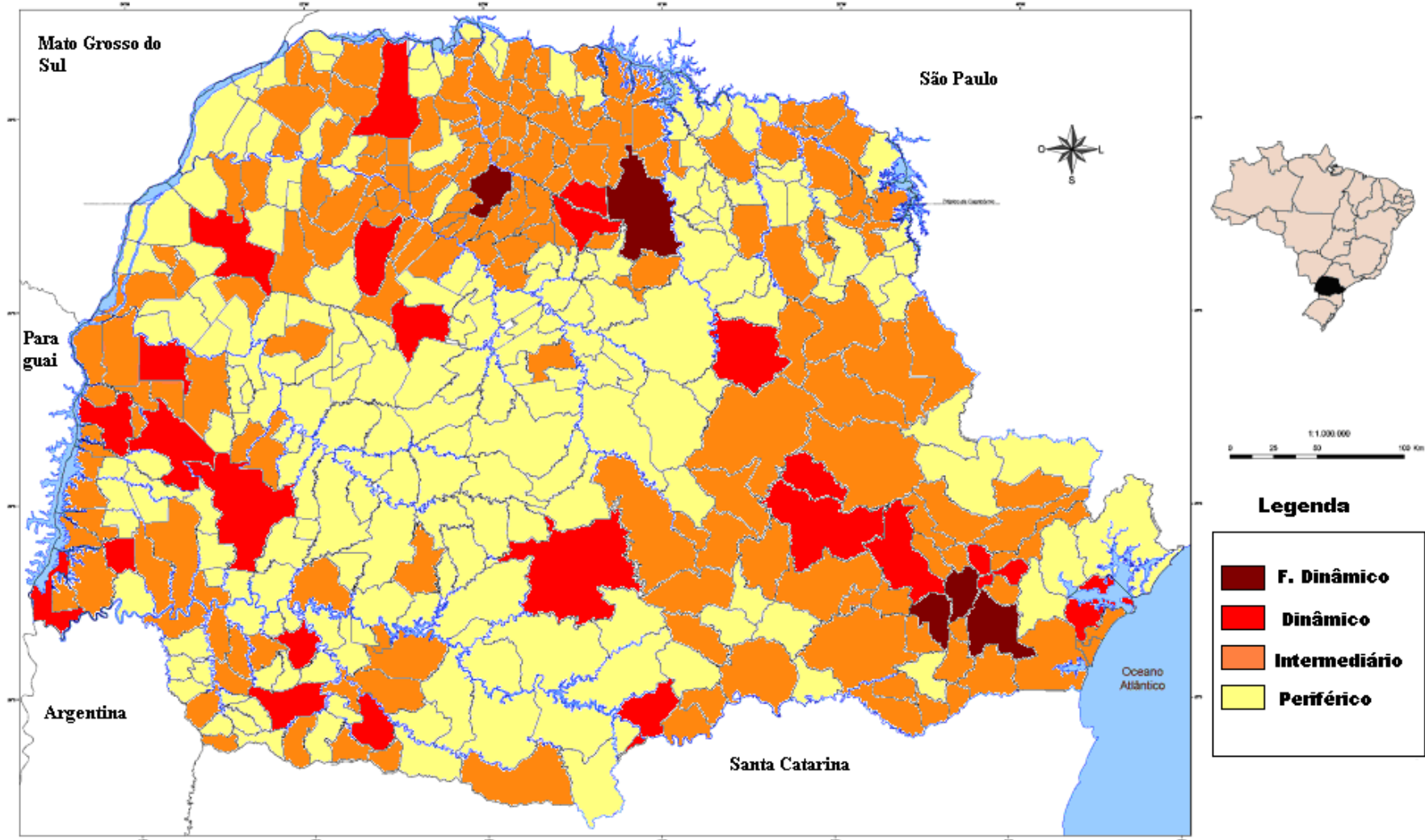
As transformações estabeleceram novas interações a partir do uso de técnicas que ampliaram as relações entre a escala local e global. Os fluxos materiais e imateriais necessitam de uma dimensão espacial contígua e se realizam em redes. Com isso podemos repensar e resignificar a ideia de periferia, pois os novos fluxos que se estabelecem através de redes geográficas integraram a periferia na lógica global de ampliação dos capitais. Tal processo se estabeleceu de forma desigual e combinada, no qual o moderno e o tradicional se amalgamam.

A atual fase do capitalismo exige maior velocidade, fluidez e abrangência dos mercados, o que favorece a integração. Porém, as desigualdades não desaparecem. A explicação para isso, em escala local, está no fato de que em determinados municípios o capital encontrou condições mais adequadas para os investimentos, outros não apresentaram tanta fluidez. Com investimentos privados menores, pouco apoio do governo estadual e falta de iniciativas para o desenvolvimento local, inúmeros municípios foram perdendo continuamente população, se tornaram subordinados e dependentes dos interesses externos, ou seja, desempenhando funções periféricas, ainda que articulados com a dinâmica capitalista.

A figura 4 foi elaborada conforme metodologia já citada levando em consideração os critérios: influência das cidades, relevância econômica, IPDM, taxa de pobreza e crescimento geométrico da população e apresenta uma classificação dos municípios paranaenses em quatro grupos: i) fortemente dinâmico, ii) dinâmico, iii) intermediário e iv) periférico.

Os municípios **fortemente dinâmicos** apresentaram as melhores condições para a reprodução ampliada do capital (Curitiba, São José dos Pinhais, Araucária, Londrina e Maringá). Exercem elevada influência na rede urbana paranaense e são os principais centros industriais, comerciais e de prestação de serviços. Apresentam elevada relevância econômica contribuindo ativamente para a composição do PIB e possuem significativo crescimento populacional atuando como áreas de atração. A baixa taxa de pobreza e o elevado IPDM, indicam melhor condição de vida para a população. Estão fortemente inseridos na dinâmica regional, estadual, nacional e até mesmo internacional, atraindo investimentos públicos e privados que extravasam as suas imediações e dinamizam as áreas adjacentes. Os aeroportos permitem ligações e conexões para as principais cidades do país. Estão presentes instituições de ensino superior, pesquisa e desenvolvimento tecnológico. O sistema de saúde é complexo e especializado. A geração de empregos é um importante fator de atração populacional, pois além do abrangente setor de serviços e comércios, também estão presentes indústrias de pequeno, médio e grande porte. O setor de comunicações é bem estruturado e desenvolvido com cobertura de internet banda larga, emissoras de televisão, rádio e jornais. A atividade cultural disponibilizada é ampla (teatro, cinema, shows, eventos, etc.). Disponibilizam de infraestrutura adequada e em contínua expansão com rodovias que permitem ampla circulação de mercadorias e pessoas. Mesmo com todos os aspectos levantados é necessário pontuar que também existem problemas sociais. Como alegou Marx (1985), “Acumulação de riqueza num pólo é ao mesmo tempo acumulação de miséria, de trabalho atormentante, de escravatura, ignorância, brutalização e degradação moral, no pólo oposto, constituído pela classe cujo produto vira capital.” (MARX, 1985, p. 749). Entre os principais problemas estão à violência urbana, congestionamentos, trabalho informal e a exploração da força de trabalho.

Figura 4 – Espacialização dos municípios no Estado do Paraná



Fonte: Elaborado a partir de base cartográfica do IBGE
 Organização: COSTA (2012)

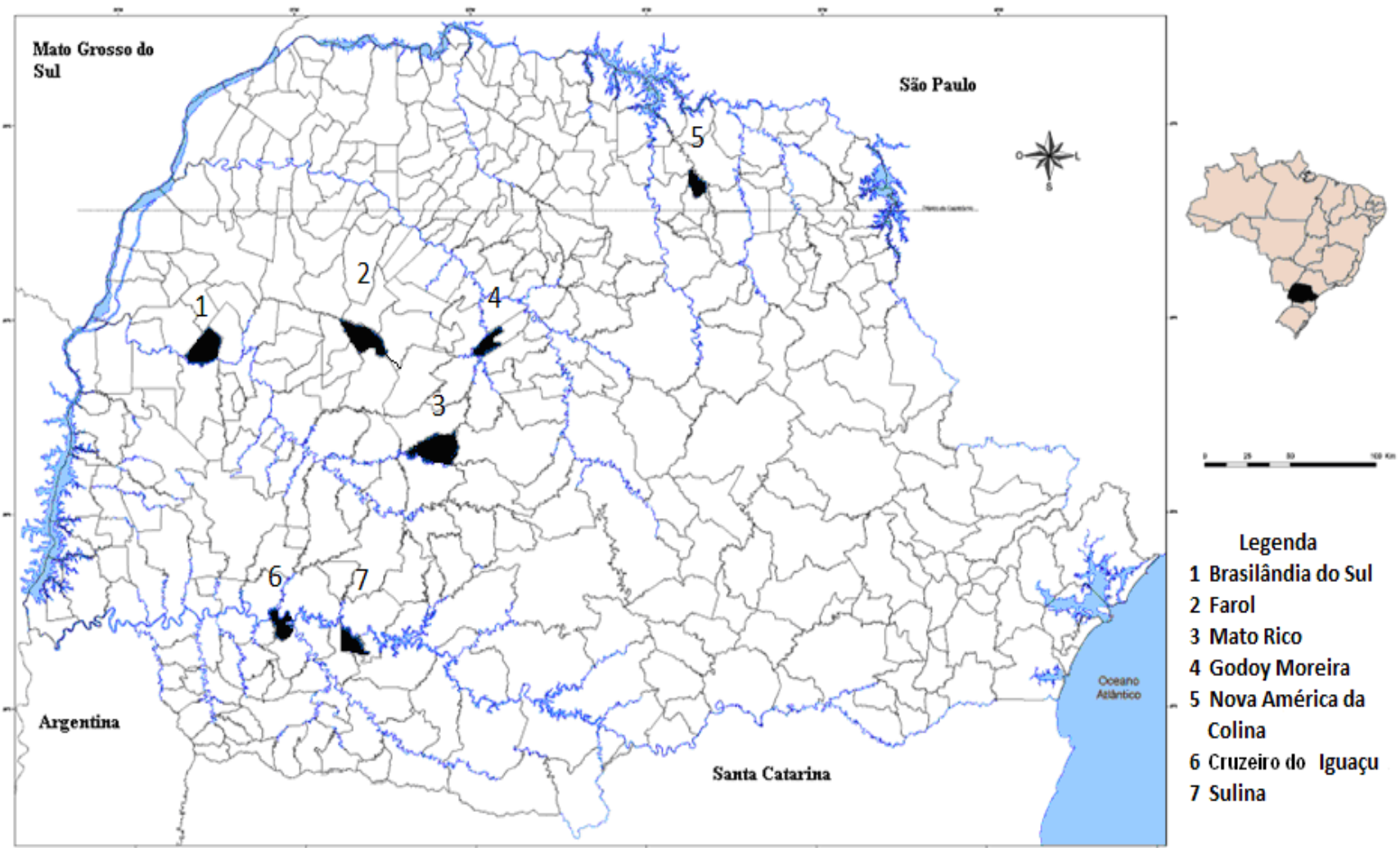
Os municípios **dinâmicos** exercem influência regional atuando como importantes centros industriais, comerciais e de prestação de serviços, porém menos complexos do que os presentes nos municípios fortemente dinâmicos. Também atuam como áreas de atração populacional e apresentam alta ou média relevância para a composição do PIB paranaense. Estão integrados na economia estadual com presença em nível nacional, contudo em menor escala. Apresentam boa qualidade de vida para a população em razão da infraestrutura disponível (educação, saúde, moradia, parques e praças, etc.). São espaços em desenvolvimento que conseguem atrair os investimentos públicos e privados. A maioria dos municípios dinâmicos está localizada no interior (ligados a atividades agroindústrias, prestação de serviços, comércio, moda, indústria e desenvolvimento de tecnologia) ou no entorno de Curitiba. No litoral o destaque recai sobre Paranaguá em razão do porto.

Os municípios **intermediários** apresentam pouca ou média dinamicidade. Atendem as necessidades básicas da população e oferecem serviços e produtos de média complexidade. São centros locais ou centros de zona com influência local ou regional. A maioria apresenta crescimento populacional. Uma pequena parte dos recursos privados e públicos são canalizados para esses municípios, porém possuem significativo potencial endógeno de crescimento e desenvolvimento em médio prazo.

Os municípios **periféricos** atuam como centros locais cuja influência não extrapola seus limites territoriais ou como centros de zona com pequena influência. Possuem dificuldades para atender as necessidades básicas da população (saúde, educação, emprego, renda, moradia, consumo, serviços e lazer). Existe evasão da população, elevada taxa de pobreza e são considerados sem relevância ou com baixa relevância para a composição do PIB estadual. Nos últimos anos vem ocorrendo perda de centralidade e de funções urbanas em razão do esvaziamento populacional e da nova dinâmica capitalista que modernizou a agricultura e alterou a rede urbana. Os municípios periféricos enfrentam inúmeras dificuldades para captar recursos e se integrar ativamente no ciclo de crescimento paranaense e brasileiro. Estão subordinados as decisões políticas e econômicas provenientes de outros pontos do território e são dependentes dos recursos repassados pelo governo Estadual e Federal através dos fundos de participação, pois não conseguem gerar quantidade suficiente de recursos próprios.

Para a realização da análise empírica foram selecionados sete municípios periféricos com população inferior a cinco mil habitantes: Brasilândia do Sul, Cruzeiro do Iguaçu, Farol, Godoy Moreira, Mato Rico, Nova América da Colina e Sulina (figura 5).

Figura 5 – Localização dos municípios estudados



Fonte: Elaborado a partir de base cartográfica do IBGE
 Organização: COSTA (2012)

3.1 A DINÂMICA DO ESVAZIAMENTO POPULACIONAL

Nesta etapa da pesquisa procuramos discutir o processo de esvaziamento populacional nos municípios periféricos selecionados para a análise empírica. O período delimitado abrangeu os censos demográficos realizados pelo IBGE (1970, 1980, 1991, 2000, 2010), e permite compreender as transformações produtivas no campo e nas cidades. Também procuramos identificar a macromobilidade física da população e os principais destinos, para isso o indicador utilizado foi se existe alguma pessoa na família que se mudou para outra cidade.

Brasilândia do Sul foi fundada na década de 1950, associada ao ciclo econômico do café e a extração da madeira no noroeste do Paraná. O primeiro nome atribuído foi gleba 14 e o atual foi em homenagem à capital federal Brasília que estava sendo inaugurada na época. No ano de 1965 tornou-se distrito de Alto Piquiri. Através da Lei Estadual n.º 9351/90 de 23 de agosto de 1990, ocorreu a criação do município. (PREFEITURA DE BRASILÂNDIA DO SUL, 2012).

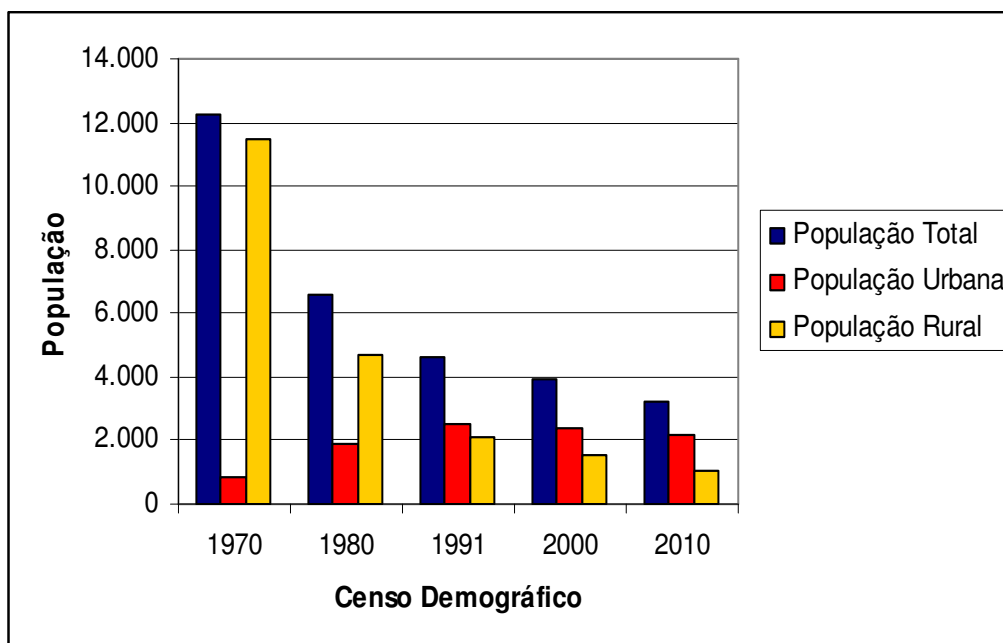
Está localizado na Mesorregião Noroeste Paranaense e na Microrregião Geográfica de Umuarama e possui área territorial de 291,03 km² e densidade demográfica de 11,03 hab/km² (IBGE-CIDADES, 2012).

Em 1970 era distrito de Alto Piquiri e sua população contabilizava 12.284 habitantes, sendo 93,2% rurais. Do citado período em diante ocorreu forte êxodo, especialmente durante as décadas de 1970 e 1980 (ver gráfico 2). A modernização da agricultura atingiu o município trazendo a soja, o trigo e o milho como principais cultivos em substituição ao café. A topografia suavemente ondulada e os incentivos governamentais favoreceram a substituição da mão-de-obra braçal (muito usada no cultivo do café) por máquinas. O processo intensificou a migração campo-cidade. O censo de 2010 contabilizou 3.209 habitantes. Enquanto a população do campo sofreu forte redução, a população urbana aumentou, contudo a cidade em razão da estagnação do comércio, da prestação de serviços e ausência de estratégias de desenvolvimento local não foi capaz de absorver toda população oriunda do meio rural, que acabou por migrar para outras cidades mais dinâmicas.

Entre a população entrevistada 63,3% responderam que possuem alguma pessoa da família que se mudou para outra cidade por falta de oportunidade, especialmente emprego. O destino principal da macromobilidade foi para o Estado de São Paulo e para a cidade de Foz

do Iguaçu, o destino secundário para Cascavel e Toledo, o terciário para Assis Chateaubriant, Umuarama e Curitiba.

Gráfico 2 – População total, urbana e rural de Brasilândia do Sul.



Fonte: IBGE, Censos Demográficos (1970*, 1980*, 1991*, 2000 e 2010).
*Distrito de Alto Piquiri.

Referente ao esvaziamento da população que ainda continua ativo, porém com um ritmo inferior ao verificado da década de 1970 para a de 1980, uma das entrevistadas (senhora de meia idade que vive no município) respondeu que:

Eu tenho quatro filho, um trabalha na C. Vale [Brasilândia do Sul] três foi embora por falta de oportunidade de serviço. Já tem uns quatro ano que eles tão em Indaiatuba – São Paulo. [...] É muito difícil, aqui é muito difícil ter emprego, até pelo lugar que é muito pequeno e não tem nada que oferece emprego, segurança pra pessoa que fica aqui [...] (M. S., 2013¹⁰).

É comum no município a macromobilidade física da população mais jovem (entre 18 e 30 anos) para os centros dinâmicos na procura de melhores condições de vida, visto que as oportunidades locais são restritas. Porém, a pesquisa de campo revelou que 73,3% dos entrevistados não têm o desejo de se mudar para outra cidade. As respostas confirmaram o fato de que entre os que já estão estabilizados financeiramente (pequenos comerciantes, funcionários públicos, empregados e os aposentados), a motivação para migrar é pequena.

¹⁰ Entrevista realizada em Brasilândia do Sul no dia 30 de janeiro de 2013.

Entre os 26,7% que pensam em se mudar os motivos alegados foram: emprego, crescimento profissional e estudo. A capital Curitiba apareceu como o principal destino para as possíveis migrações, seguida por São Paulo, Umuarama e Toledo.

Em Cruzeiro do Iguaçu os primeiros relatos da ocupação colonizadora datam de 1935, oriundo de famílias provenientes do estado de Santa Catarina. Um maior fluxo de população ocorreu no final dos anos 1950, quando foram abertas as primeiras estradas, intensificando a vinda de catarinenses e gaúchos que se deslocaram em busca de terras agricultáveis em virtude da divisão no estado de origem em virtude das sucessões familiares. Em 1965 passou para a categoria de distrito de Dois Vizinhos. Foi elevado a município pela Lei Estadual n.º 9.232 de 26 de abril de 1990. (PREFEITURA DE CRUZEIRO DO IGUAÇU, 2012). Está localizado na Mesorregião Sudoeste Paranaense e na Microrregião Geográfica de Francisco Beltrão e possui área territorial de 161,86 km² e densidade demográfica de 26,43 hab/km² (IBGE-CIDADES, 2012).

A população cresceu em valores absolutos até 1980, quando o censo contabilizou 9.892 habitantes, dos quais 91,3% viviam no campo. No transcorrer da década de 1980 para 1990 o êxodo rural foi elevado e manteve-se, contudo em menor proporção até 2010, quando foram verificados 4.278 habitantes, destes 61,3% vivem na cidade.

Segundo a Prefeitura de Cruzeiro do Iguaçu (2012) existe uma grande preocupação com a produção rural, visto que 86% dos produtores se declararam insatisfeitos com o setor agropecuário que está em rápido declínio. A insatisfação com a produção agropecuária e a incapacidade da cidade em absorver os trabalhadores estão entre os fatores que explicam a forte redução da população absoluta. Os dados podem ser visualizados no gráfico 3.

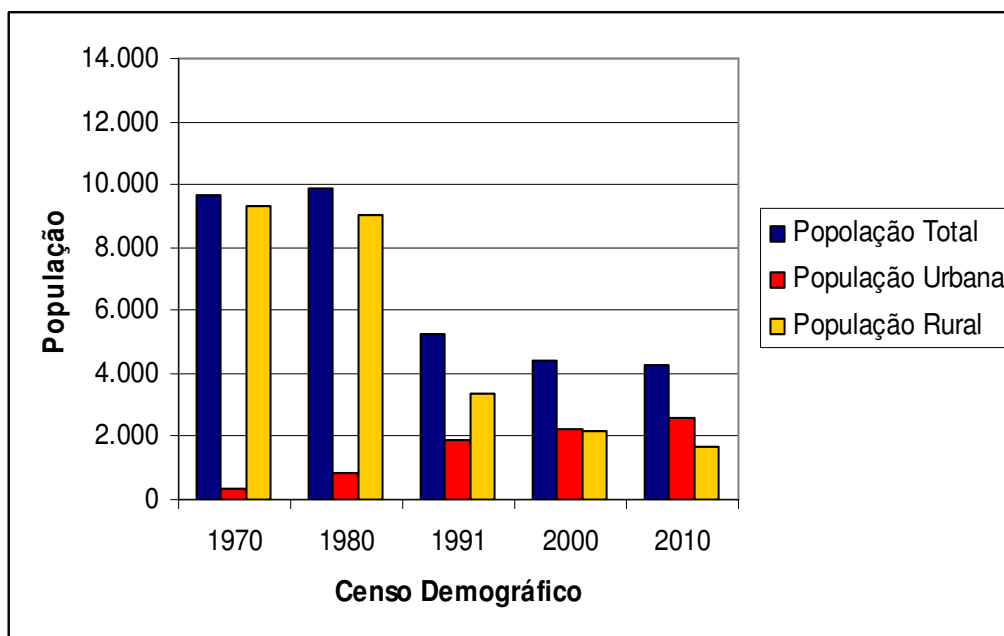
Entre a população entrevistada 53,3% indicarem possuir alguma pessoa na família que se mudou por falta de oportunidade, sendo o mais baixo percentual entre os municípios estudados. O fluxo principal de mobilidade foi para o Estado de Santa Catarina e para Curitiba, o secundário para o Estado de São Paulo e a cidade de Dois Vizinhos, e o fluxo terciário para Foz do Iguaçu.

A presença da propriedade rural familiar, de algumas pequenas indústrias e a proximidade com Dois Vizinhos estimulando a micromobilidade física para o trabalho estão entre os fatores que reduzem a migração, porém o esvaziamento ainda continua ativo, especialmente de população jovem.

Quando perguntado ao entrevistado se pensa em se mudar para outra cidade apenas 16,7%, responderam que sim pontuando como motivo a procura por emprego. Os possíveis

destinos seriam Santa Catarina, Curitiba, Cascavel e Mato Grosso. Entre os que não desejam mudar os motivos foram a qualidade de vida, raízes históricas e as amizades estabelecidas.

Gráfico 3 – População total, urbana e rural de Cruzeiro do Iguaçu.



Fonte: IBGE, Censos Demográficos (1970*, 1980*, 1991, 2000 e 2010).

* Distrito de Dois Vizinhos

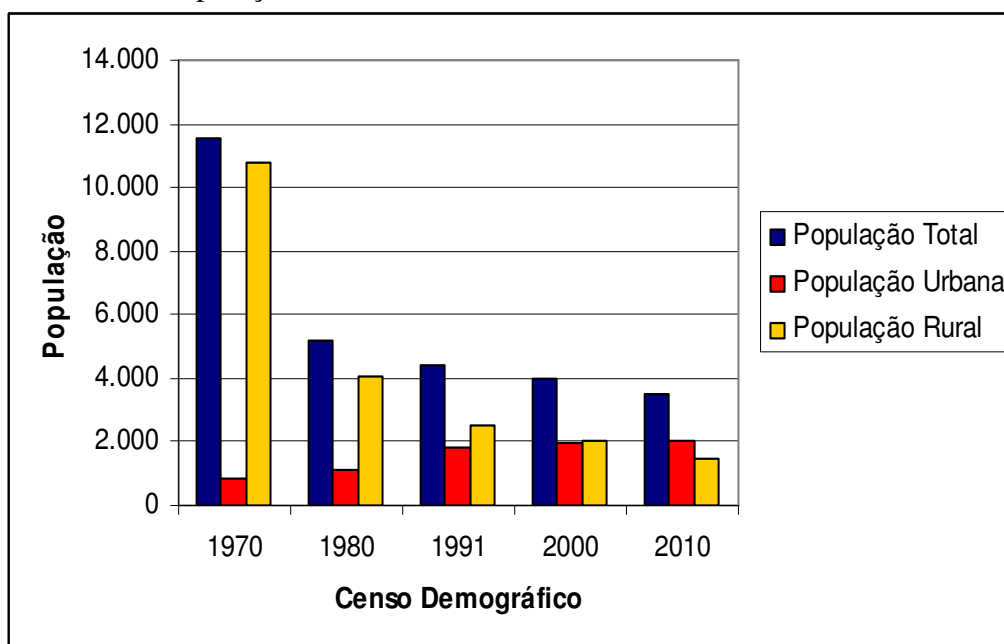
O município de Farol surgiu como povoado em 1942 e no ano de 1948 foi elevado a patrimônio. Passou para distrito de Campo Mourão em 1955 e a emancipação ocorreu através da Lei Estadual n.º 9.785 de 25 de outubro de 1991 (PREFEITURA DE FAROL, 2012). O nome Farol está relacionado com a localização em um entroncamento rodoviário, no qual havia sinalizações indicando os caminhos. A colonização foi marcada pela presença de duas frentes principais, uma proveniente no norte composta por paulistas, mineiros e nordestinos, e a outra proveniente do sul composta por migrantes gaúchos.

Está localizado na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense e na Microrregião de Campo Mourão. Apresenta área territorial de 289,23 km² e densidade demográfica de 12 hab/km² (IBGE-CIDADES, 2012).

No transcorrer da década de 1960 a existência de terras férteis e adequadas para a agricultura atraíam população. O censo de 1970 apontou para a existência de 11.577 habitantes, dos quais 92,9% rurais. A década de 1970 foi marcada por um intenso êxodo que reduziu a população para 5.212 habitantes em 1980 (gráfico 4). O número total de habitantes continuou em declínio nas décadas seguintes. A introdução da agricultura moderna sustentada pelo cultivo de soja, trigo e milho, a redução e estagnação econômica da pequena

propriedade e a limitação na geração de empregos estão entre os fatores que explicam o esvaziamento populacional. O censo de 2010 contou 3.442 habitantes (58,1% são urbanos e 41,2% rurais).

Gráfico 4 – População total, urbana e rural de Farol



Fonte: IBGE, Censos Demográficos (1970*, 1980*, 1991*, 2000 e 2010).

*Distrito de Campo Mourão

Segundo entrevista realizada com o professor e ex-prefeito Martins (2012):

Nós estamos hoje com menos de quatro mil habitantes e a gente acaba observando que em razão de não haver grandes oportunidades de emprego, aproveitamento de mão-de-obra e renda, quais são as principais empresas que empregam em Farol? A prefeitura municipal e o entreposto da COAMO. Tirando isso nós não temos um comércio que em termos de organização ainda necessita de maiores investimentos, que é lógico, aproveitando a mão de obra das famílias já é muito importante, que dá de repente, que oferta de repente uma oportunidade de emprego, mas nós temos uma indústria que ainda é incipiente, está engatinhando, nós temos a questão da farinha no município e nós implantamos durante o mandato a confecção comunitária investindo no treinamento de mão-de-obra para costura de jeans e malha, mas tudo isso anda é pouco diante da demanda, em razão de que os jovens terminando o ensino médio eles acabam indo em busca de emprego. Automaticamente vai esvaziando o município que vai ficando com uma população, vamos dizer assim, de mais idade que não tem como manter seus filhos ali. Eles vão para outras localidades, especialmente Curitiba. Tem muita gente nossa aqui que foi para Curitiba. Eles acabam casando lá, tendo os filhos lá, e só voltam no fim do ano para passear. (MARTINS, 2012¹¹).

¹¹ Entrevista realizada em Farol no dia 28 de novembro de 2012.

Quando perguntado a população se existe alguma pessoa da família que se mudou para outra cidade por falta de oportunidade 80% responderam que sim. O destino principal da mobilidade identificado foi para as cidades de Curitiba e São Paulo, o secundário para Maringá e Campo Mourão e o terciário para Araruna e o Estado de Tocantins. Com baixa representatividade os Estados do Mato Grosso e Pará.

Quando questionamos os entrevistados se pensam em se mudar para outra cidade, 40% responderam que sim e indicaram como principal motivo emprego e renda. As cidades indicadas em ordem decrescente foram Curitiba, Campo Mourão, Araruna e Maringá. Entre os 60% que não desejam se mudar as razões são: estão estabilizados financeiramente, são aposentados ou funcionários públicos, possuem fortes vínculos afetivos com o lugar e com a família.

Os vínculos afetivos estabelecidos e as relações no núcleo familiar são fatores que repelem a macromobilidade física, porém a impossibilidade de encontrar trabalho força a população a mudar para os centros urbanos dinâmicos.

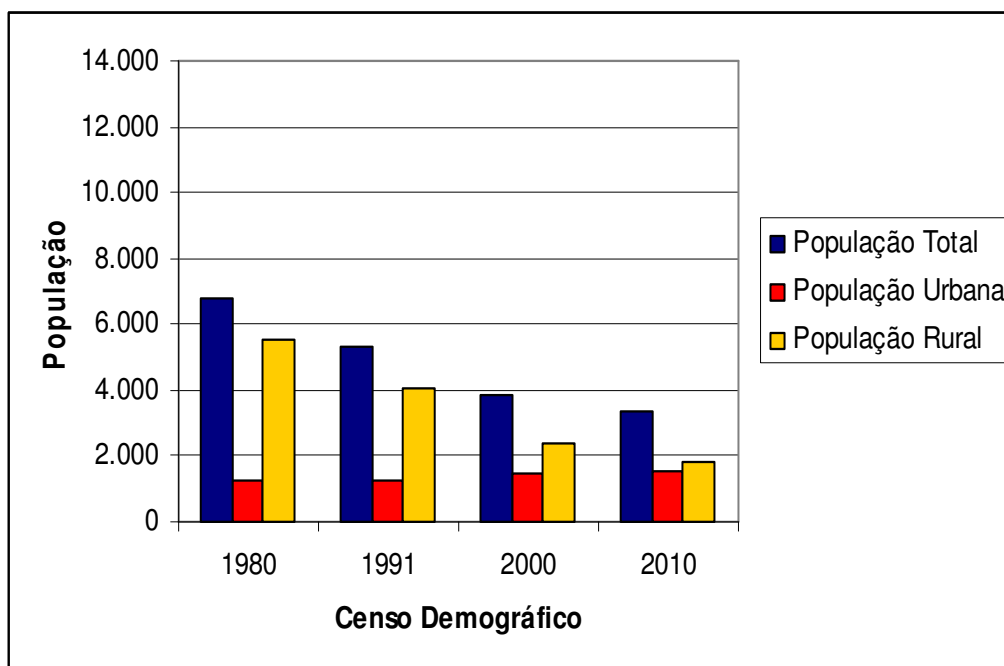
Godoy Moreira foi instituído como distrito de São João do Ivaí em 1979 e criado como município pela Lei Estadual n.º 8.947 de 05 de abril de 1989, instalado em 01 de janeiro de 1990 (IBGE – CIDADES, 2012). Está localizado na Mesorregião Norte Central Paranaense e na Microrregião de Ivaiporã com área territorial de 131,01 km² e densidade demográfica de 25,47 km².

A contagem populacional realizada pelo censo demográfico de 1980 indicou a presença de 6.785 habitantes, dos quais 81,4% eram rurais e 18,6% urbanos. No censo seguinte a população sofreu significativa redução e atingiu 5.294 habitantes. O esvaziamento populacional continuou em curso e no ano de 2010 foram contabilizados 3.337 habitantes, sendo 53,6% rurais e 46,4% urbanos. No período entre 1980 e 2010 foi constatado uma pequena elevação da população urbana e um rápido esvaziamento no campo. Os dados estão disponíveis no gráfico 5.

Dos entrevistados em Godoy Moreira 86,7% alegaram que possuem parentes que mudaram por falta de oportunidades. Os valores são elevados e o motivo da macromobilidade vai se repetindo - a falta de emprego. O destino principal foi para Curitiba, o secundário para Araçongas (que em razão da APL de móveis vem aumentando o número de empregos gerados e contratando funcionários de diferentes regiões paranaenses), a cidade de São Paulo e Maringá, o destino terciário foi para Rolândia. Sem representatividade apareceram Sarandi e Apucarana.

Quando perguntado aos entrevistados se pensam em se mudar para outra cidade 40% responderam que sim e indicaram a falta de empregos e a baixa renda como principal fator motivacional, na sequência vem os estudos. Os destinos em ordem decrescente foram Curitiba, Araçongas, Maringá e Rolândia. Os que não desejam mudar são aposentados, funcionários públicos ou pequenos comerciantes que alegaram estabilidade financeira.

Gráfico 5 – População total, urbana e rural de Godoy Moreira



Fonte: IBGE, Censos Demográficos (1980*, 1991, 2000 e 2010).

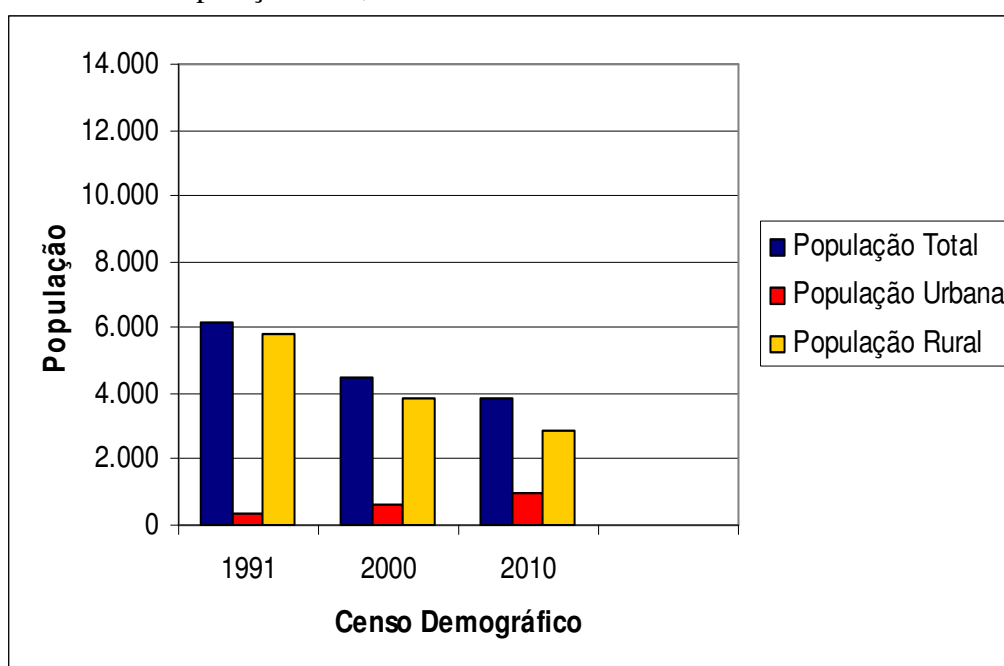
* Distrito de São João do Ivaí

Em Mato Rico, conforme estudo de ZAI (2009), a ocupação aconteceu em dois momentos distintos. O primeiro data de 1933 com a chegada de imigrantes poloneses na região de Palmital 43, e o segundo em 1938 com a vinda dos imigrantes ucranianos. Entretanto, a migração para o povoamento efetivo ocorreu apenas a partir de 1940. As atividades praticadas eram o cultivo de subsistência, a criação de animais, a caça e a derrubada da madeira.

Na década de 1980 o algodão passou a ser uma importante atividade econômica atraindo população e gerando renda, porém o ciclo entra em crise na década seguinte. O desmembramento oficial ocorreu através da Lei Estadual n.º 3445 de 5 de fevereiro de 1991. O município de Mato Rico foi emancipado de Pitanga. Está localizado na Mesorregião Centro-Sul Paranaense e na Microrregião de Pitanga e apresenta área territorial de 394,53 km² e densidade demográfica de 9,68 hab/km² (IBGE-CIDADES, 2012).

Até o final da década de 1980, Mato Rico apresentava um pequeno crescimento da população em razão das atividades desempenhadas no campo (cultivo de milho, algodão e criação de porcos e gado) em pequenas propriedades. A partir de meados da década de 1990 começou - tardiamente se comparado com outras regiões paranaenses - a modernização da agricultura nas áreas de platôs através do plantio da soja, o que contribuiu para o êxodo rural. Outro fator para o êxodo foi a crise econômica e a estagnação da pequena propriedade rural - encravada nas regiões de relevos mais acidentado - que caracteriza uma parte importante da paisagem rural no município. Sem muitas perspectivas de reprodução social uma parte dos pequenos agricultores e principalmente seus filhos se deslocam para centros urbanos mais dinâmicos. Assim, a população total passou de 6.141 habitantes em 1991, para 3.818 em 2010, uma redução de 37%. Os dados sobre população estão alocados no gráfico 6.

Gráfico 6 – População total, urbana e rural de Mato Rico



Fonte: IBGE, Censos Demográficos (1991*, 2000 e 2010). * Distrito de Pitanga

Sobre a problemática sinalizada de acordo com entrevista realizada com Zacante (2012):

A maioria dos nossos jovens após terminar o ensino médio eles acabam já indo buscar outras cidades. Muitos dos nossos jovens tão indo embora justamente por isso né, pela falta de oportunidade. De repente até saindo do Mato Rico indo prá morar em favela nas grandes cidades, mas é uma maneira de sobreviver com dinheiro mensal, sendo que a agricultura

familiar é um dos pontos fortes ainda no Mato Rico, mas não tem condições de permanecer todos os filhos de agricultores aqui. (ZACANTE, 2012¹²).

A macromobilidade física da população jovem para outras cidades está entre os principais problemas verificados. Sem perspectivas de crescimento profissional uma parte dos jovens após terminar o ensino fundamental ou médio migra para centros urbanos maiores na procura de emprego e/ou ensino superior com a finalidade de ascender verticalmente – mobilidade social. A agricultura familiar, predominante no espaço rural do município, não tem forças para fixar os filhos e netos dos produtores no campo em razão da falta de incentivos.

Entre a população entrevistada 90% alegaram possuir parentes que mudaram por falta de oportunidades. O destino principal foi para Curitiba e Jaraguá do Sul (um dos principais centros industriais de Santa Catarina com destaque para as seguintes empresas: WEG, Marisol, Lunender, Malwee, Duas Rodas, Arroz Urbano, que atraem muitos trabalhadores do interior do Paraná), o secundário para Maringá e o terciário para Pitanga, Campo Mourão, São Paulo e o Estado do Mato Grosso.

Quando questionado sobre o desejo de se mudar para outra cidade 43,3% dos entrevistados responderam que sim. Os motivos foram emprego e renda, melhor infraestrutura e estudos (cursos profissionalizantes e ensino superior). Os destinos apontados foram Curitiba, Santa Catarina, Maringá, Campo Mourão e Guarapuava.

O município de Nova América da Colina teve o nome atribuído pelo Engenheiro Ismael Geraldo Veloso Leite. América como referência ao continente e colina em razão da topografia do lugar. A ocupação tem início em 1947, quando a empresa Leon Israel Exportadora Agrícola Ltda., decidiu vender parte de suas terras para a formação dos primeiros loteamentos. Através da Lei Estadual n.º 790, de 14 de novembro de 1951, o povoado de Nova América da Colina foi elevado à categoria de Distrito Administrativo do município de São Sebastião da Amoreira, do qual foi desmembrado e estabelecido como município pela Lei Estadual n.º 4.245, de 25 de julho de 1960. (IBGE – CIDADES, 2012).

Está localizado na Mesorregião Norte Pioneiro Paranaense e na Microrregião de Cornélio Procópio. Possui área territorial de 129,47 km² e densidade demográfica de 26,86 hab/km². (IBGE – CIDADES, 2012).

Em 1970 foram contabilizados 6.891 habitantes, dos quais 85,9% viviam no campo e 14,1% eram urbanos. Nova América da Colina passou por um intenso processo de êxodo

¹² Entrevista realizada em Mato Rico no dia 22 de dezembro de 2012.

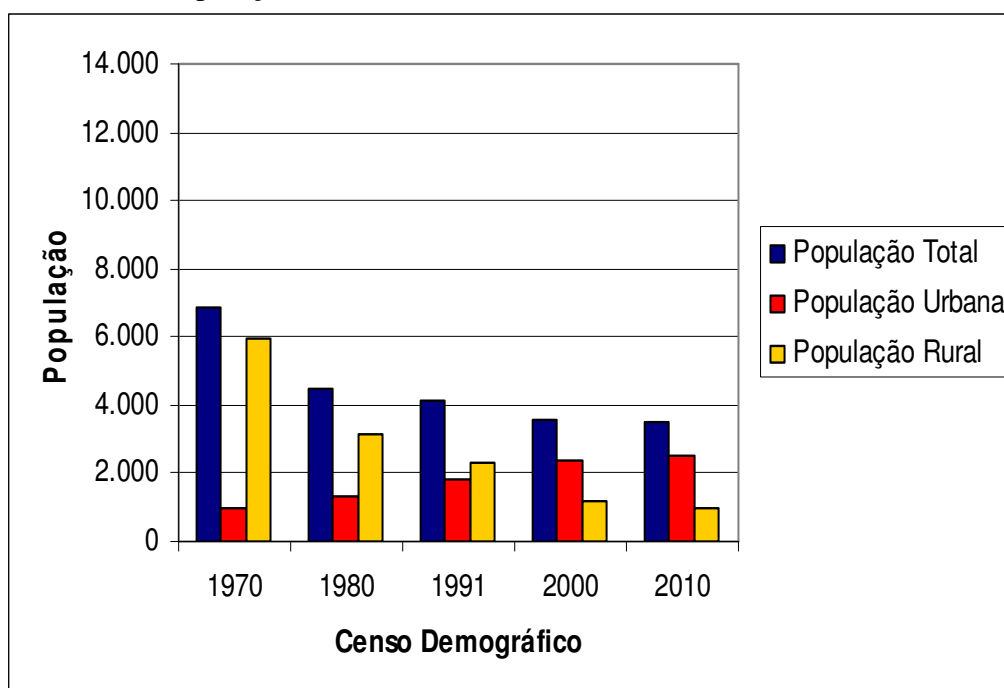
rural e esvaziamento populacional nas décadas seguintes. O censo de 2010 verificou a presença de 3.478 habitantes, sendo 27,4% rurais e 72,6% urbanos (gráfico 7).

Segundo o funcionário público e representante da prefeitura a macromobilidade de jovens:

Gera um problema muito grande, por... os nossos jovens, assim que eles terminam o segundo grau, terminam a faculdade, eles não tem opção de emprego, então eles vão para os grandes centros e é onde nós perdemos com isso. (MELO, 2013¹³).

Os resultados do trabalho de campo mostraram que 80% dos entrevistados possuem pessoa da família que se mudou por falta de oportunidade. O destino principal indicou que é forte a macromobilidade física de curta distância para Londrina e Cornélio Procópio e para as cidades do Estado de São Paulo. Como destino secundário a cidade de Maringá e o Estado de Minas Gerais, o terciário para Curitiba e para o Japão (fato que é explicado em razão da significativa presença da colonização japonesa na região, especialmente nos municípios vizinhos de Assaí e Uraí). Os destinos sem representatividade foram para Apucarana, Rondônia e Bahia.

Gráfico 7 – População total, urbana e rural de Nova América da Colina.



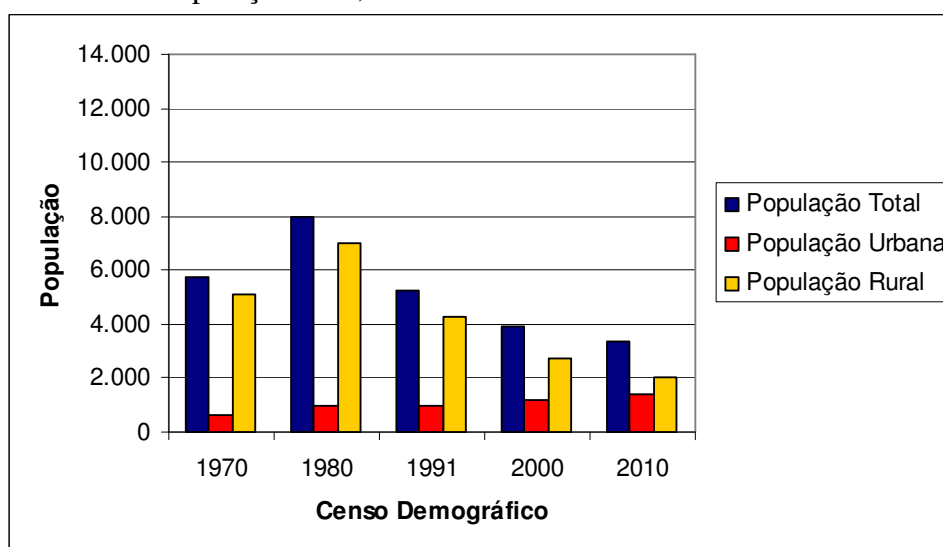
Fonte: IBGE, Censos Demográficos (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).

¹³ Entrevista realizada em Nova América da Colina em 18 de março de 2013.

Sobre o desejo de migrar para outra cidade 56,7% responderam que não possuem e alegaram como motivo: ter emprego, gostar da cidade, estabilidade financeira e a família. Entre os 43,3% que desejam mudar os motivos foram a procura por emprego, porém também apareceram como respostas estudo e melhor infraestrutura. Londrina e Cornélio Procópio apareceram como possíveis destinos, seguidos pelo Estado de São Paulo. A cidade de Curitiba somente apareceu na quarta posição, o que indica o predomínio dos destinos de curta distância sobre os de média e longa. Com pequena expressão como possível destino de migração está o Japão, que em razão dos fortes laços culturais e do intenso fluxo de brasileiros que ocorreu na década de 1980 e 1990, fez com que algumas pessoas ainda tenham familiares vivendo no exterior, o que estimula a vontade de mudar em busca de melhores salários.

Em Sulina o início da colonização ocorreu na década de 1950, em razão da mobilidade de descendentes de alemães e italianos provenientes do estado do Rio Grande do Sul. O município foi criado pela Lei Estadual n.º 8.467, de 21 de janeiro de 1987. Está localizado na Mesorregião Sudoeste Paranaense, na Microrregião de Pato Branco e conta com uma área territorial de 170,46 km² e densidade demográfica de 19,88 hab/km² (IBGE-CIDADES, 2012). Sulina verificou crescimento populacional até 1980, quando o censo contou 7.956 habitantes (87,6% rurais e 12,4% urbanos). Nas décadas seguintes ocorreu significativo esvaziamento populacional e no censo 2010 o número de habitantes caiu para 3.394, dos quais 59% vivem no campo e 41% na cidade.

Gráfico 8 – População total, urbana e rural de Sulina.



Fonte: IBGE, Censos Demográficos (1970*, 1980*, 1991, 2000 e 2010).

* Distrito de Chopinzinho

Entre a população entrevistada 80% responderam que possuem alguma pessoa na família que se mudou por falta de oportunidade. O fluxo principal foi para o Estado de Santa Catarina, o secundário para os Estados de São Paulo, Mato Grosso e a cidade de Pato Branco, e o terciário para o Estado do Rio Grande do Sul.

Sobre o desejo de se mudar apenas 13,3% responderam que sim e indicaram como possível destino a cidade de Pato Branco que é o principal centro dinâmico do Sudoeste possuindo um polo de desenvolvimento na área de informática e eletroeletrônica com significativo potencial de crescimento em razão da presença da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR.

Um fato comum verificado entre os municípios estudados foi o intenso êxodo rural entre as décadas de 1970 e 1980, continuando nas décadas de 1990 e 2000, porém com redução no ritmo. O êxodo rural deslocou uma parte da população inicialmente para a cidade sede, contudo a falta de perspectiva e de emprego estimulou a macromobilidade física para as cidades mais dinâmicas, especialmente a partir da década de 1990. Os valores de população total entre 1970 e 2010 sofreram redução média de 50%, e no caso mais crítico, município de Farol, chegaram 75%.

As pequenas propriedades rurais que no passado predominavam em número foram substituídas por médias ou grandes propriedades praticantes de uma agricultura comercial e voltada para exportação. As pequenas propriedades que restaram estão encravadas em áreas de topografia acidentada ou são fruto da resistência pessoal dos proprietários. Entre os principais problemas verificados nas pequenas propriedades estão a falta de apoio técnico e financeiro, a resistência dos mais velhos na introdução de técnicas mais eficientes para a produção e a migração da população jovem (filhos e netos dos proprietários).

As respostas obtidas com as entrevistas demonstraram que Curitiba foi um dos principais destinos da população. A criação da CIC, do pólo automobilístico e a forte internacionalização levaram a geração de novos postos de trabalho que atraíram a população do interior do Paraná. Curitiba foi indicada como o principal destino da macromobilidade em Farol, Mato Rico, Godoy Moreira e Cruzeiro do Iguaçu.

A capital ainda continua exercendo forte fascinação entre aqueles que desejam migrar por questões econômicas, visto que foi indicada como primeira opção entre os possíveis destinos em Farol, Mato Rico, Godoy Moreira e Cruzeiro do Iguaçu.

É possível argumentarmos que se criou no imaginário popular a ideia de que Curitiba é sinônimo de oportunidade de trabalho, crescimento profissional e qualidade de vida. Os próprios parentes que se deslocaram primeiro estimulam a mobilidade dos que ficaram.

Porém é necessário apontarmos algumas contradições presentes no processo: o preço dos imóveis é muito alto, o que conduz a ocupação de áreas inapropriadas ou o deslocamento para cidades da região metropolitana em crescimento; o congestionamento é um problema que vem aumentando de forma contínua dificultando a mobilidade urbana; o custo de vida é maior do que nas pequenas cidades do interior o que causa uma falsa impressão de melhores salários e; o estresse é mais elevado em razão de um ritmo de vida acelerado e da violência.

Nas décadas de 1970 e início de 1980 o estado de São Paulo e sua capital eram o principal destino da população do interior do Paraná. As entrevistas revelaram que esse destino ainda continua ativo, foi o segundo mais citado em Godoy Moreira, Farol, Nova América da Colina e Sulina, e o primeiro em Brasilândia do Sul. Atualmente o estado não exerce tanta fascinação entre os que desejam se mudar, visto que somente foi citado como possível destino em Brasilândia do Sul e Nova América da Colina.

O estado de Santa Catarina também foi indicado como um importante destino entre os que migraram em Mato Rico, Cruzeiro do Iguaçu e Sulina, especialmente para as regiões industrializadas e dinâmicas como Jaraguá do Sul, Joinville e região metropolitana de Florianópolis.

Os dados obtidos também indicaram a intensificação das trocas de curta distância, revelando movimentos de circularização através da atração exercida pelos centros dinâmicos do interior. Em Farol a migração da população de curta distância foi para Campo Mourão, Maringá e Araruna. Em Mato Rico para Maringá, Pitanga e Campo Mourão. Em Godoy Moreira para Arapongas, Maringá e Rolândia. Em Brasilândia do Sul para Cascavel, Toledo, Assis Chateaubriant e Umuarama. Em Nova América da Colina para Londrina e Cornélio Procopio. Em Cruzeiro do Iguaçu para Dois Vizinhos e em Sulina para Pato Branco.

As respostas obtidas são condizentes com a análise de Singer (1980), segundo a qual as políticas de desenvolvimento regional estabelecidas pelos gestores não resolvem os problemas locais e apenas encurtam os destinos da migração. Antes São Paulo e Mato Grosso, depois a região metropolitana de Curitiba e Santa Catarina e mais recentemente os centros fortemente dinâmicos e dinâmicos do interior. O estudo elaborado por Endlich (2009) também indicou destinos mais curtos e mobilidade em direção as cidades do interior do Paraná.

Apareceram em menor proporção a macromobilidade para os estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Pará, Minas Gerais, Rondônia e Bahia. Percebemos que a macromobilidade para outros estados da federação começou a perder força na década de 1990, processo que se manteve durante a década de 2000. O maior dinamismo

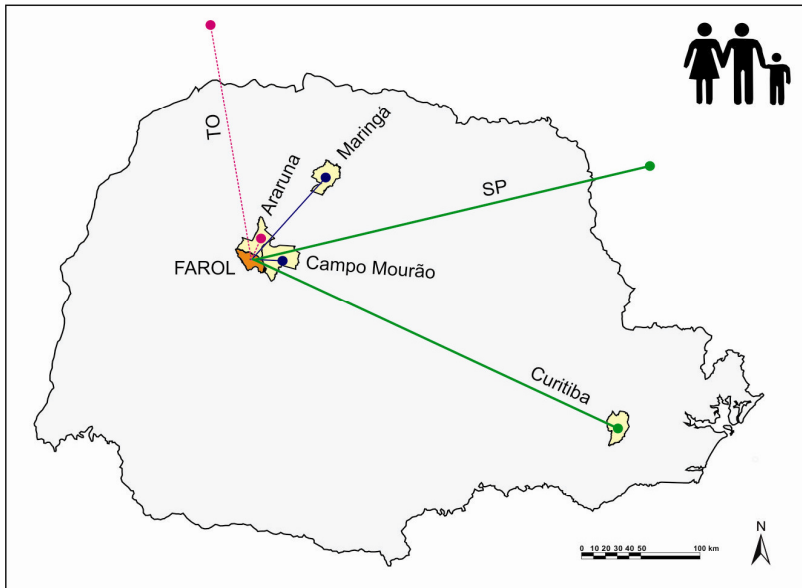
socioeconômico verificado no Paraná, mesmo que concentrado em alguns pontos do território é uma das respostas para a redução no fluxo para outros estados.

O principal motivo alegado para a migração foi a procura por emprego. A temática é discutida por Gaudemar (1977) na qual a mobilidade da força de trabalho é introduzida pelo capitalismo e considera o homem apenas como um instrumento de valorização do capital. A população, especialmente jovem, mas também acima dos 40 anos é forçada a se deslocar para trabalhar como mão de obra barata e servir de exército de reserva para as indústrias. Verificamos que os vínculos da população com o lugar de origem ou criação são elevados, porém as poucas oportunidades existentes para o desenvolvimento profissional acabam forçando a mobilidade. Os fluxos de macromobilidade física são apresentados na figura 6.

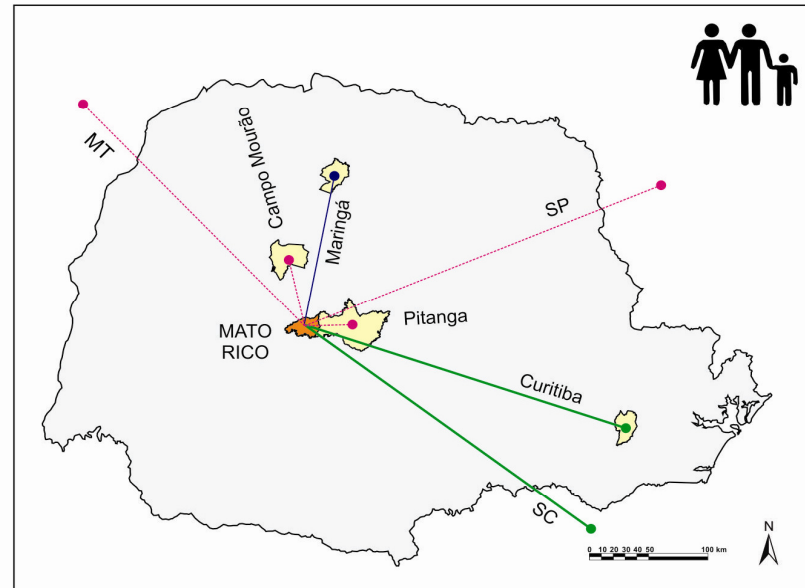
Os gestores municipais, bem como as pessoas com representatividade entrevistadas têm conhecimento e consciência do esvaziamento populacional e dos problemas que o mesmo acarreta para o município. Sabem que a população jovem parte em busca de melhores condições de renda e se deslocam para os maiores centros dinâmicos. O governo estadual sabe, por meio das pesquisas e estudos efetuados pelo IBGE e IPARDES, da dimensão da mobilidade. Porém, não constatamos a existência de um planejamento em âmbito local, regional ou estadual para tratar da questão. Apenas ideias soltas, sem uma política efetiva de desenvolvimento.

FIGURA 6 - PARANÁ: MACROMOBILIDADE FÍSICA DA POPULAÇÃO

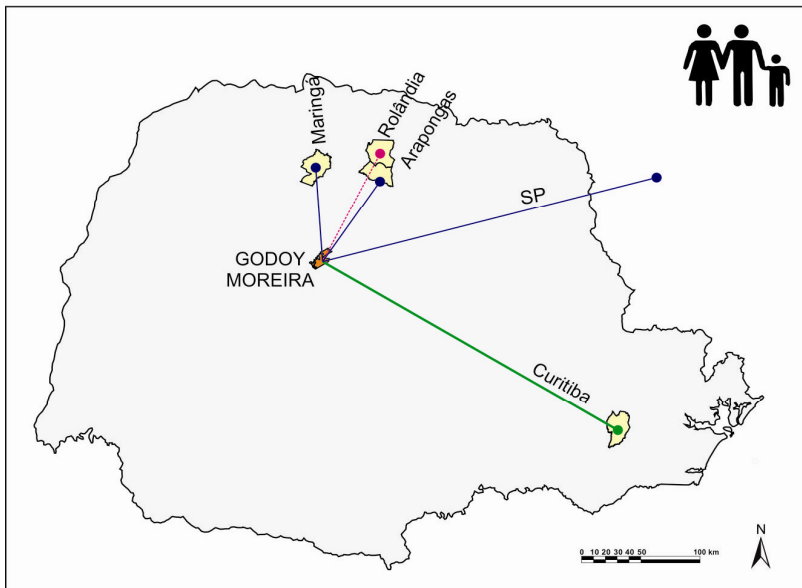
FAROL



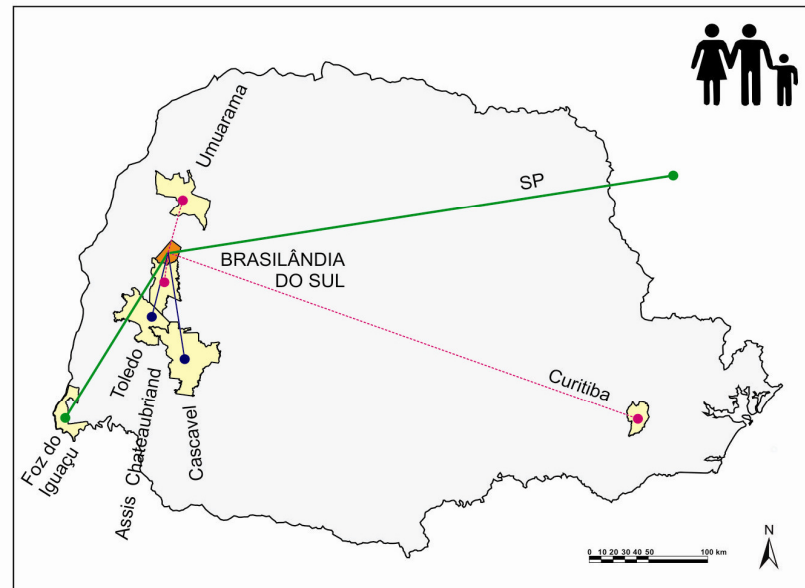
MATO RICO



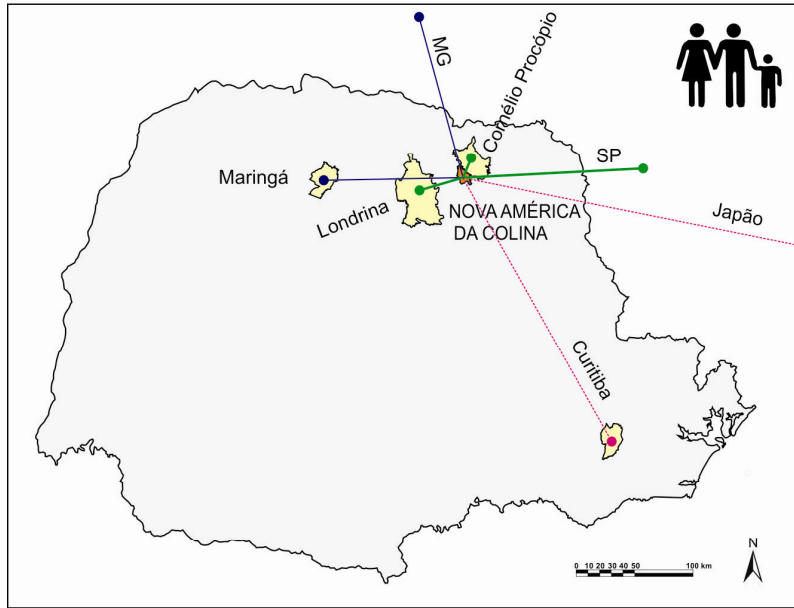
GODOY MOREIRA



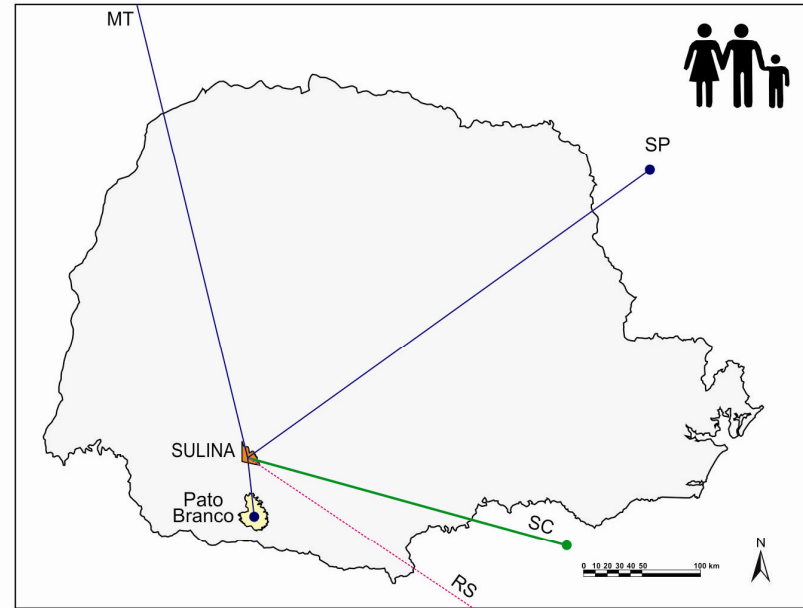
BRASILÂNDIA DO SUL



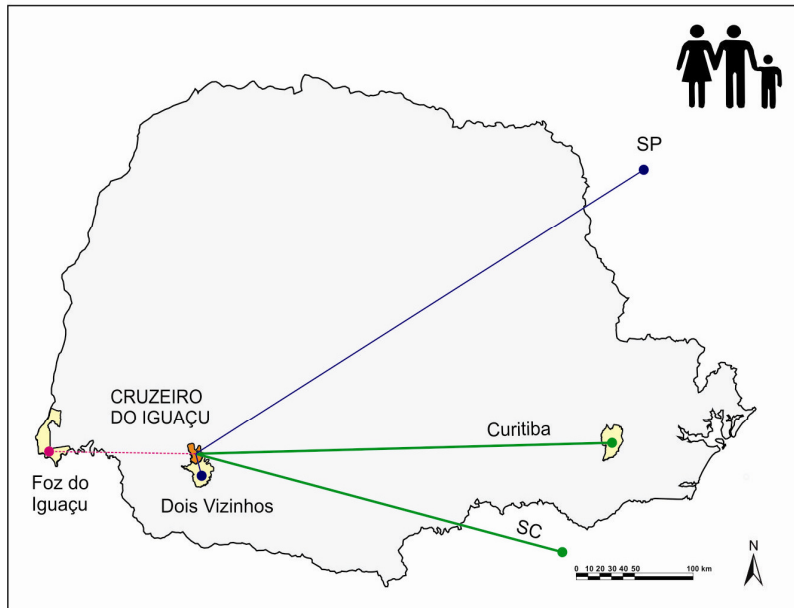
NOVA AMÉRICA DA COLINA




SULINA



CRUZEIRO DO IGUAÇU



Macromobilidades Física da População:

- Principal
 - Secundária
 - Terciária
- 

Fonte: Entrevistas do autor com moradores (2013)

Base Cartográfica: ITCG (2010)

Org. Por: BERNARDINO, V. M. P. / NEMO - UEM (2013)

3.2 ESPACIALIDADES SOCIALMENTE CRÍTICAS E DEPENDÊNCIA ECONÔMICA

Os municípios periféricos são considerados espacialidades socialmente críticas por que possuem indicadores sociais e econômicos inferiores a média paranaense e bem distante dos valores encontrados nos municípios fortemente dinâmicos e dinâmicos. Entre os principais problemas verificados a partir da avaliação de um conjunto de indicadores disponíveis na tabela 10, estão os elevados índices de taxa de pobreza. A taxa indica o número de famílias com renda per capita de até meio salário mínimo. A média paranaense é de 20,87% das famílias nessa situação e nenhum município estudado obteve valores melhores do que a média estadual. Alguns municípios chegam a ter mais do que o dobro desse valor, como foi o caso de Mato Rico, Godoy Moreira, Farol e Brasilândia do Sul. Os resultados demonstram que uma significativa parcela da população que habita os municípios periféricos convive com uma remuneração abaixo da recomendada para uma condição de vida digna, o que estimula a macromobilidade. Nova América da Colina foi o município estudado com a menor taxa (27,54%), número que ainda é considerado elevado, visto que quase um terço da população possui renda de até meio salário mínimo.

A taxa de analfabetismo de maiores de 15 anos foi outro indicador preocupante. O município de Mato Rico apresentou taxa quase três vezes superior a do Paraná, os demais municípios também não atingiram a média apresentando valores abaixo do ideal. Em uma sociedade em que a educação é fundamental para melhorar as condições de vida da população e para o desenvolvimento tanto em âmbito local como regional e nacional, o elevado número de analfabetos acaba por ser um obstáculo. A educação também tem o dever de promover o pensamento crítico e desmistificar as ideologias que marcam a sociedade capitalista, combatendo as desigualdades sociais.

Com relação ao IPDM, os municípios possuem valores entre 0,6017 e 0,7607 e foram classificados como de médio desenvolvimento. O IDH também se enquadrou como médio, variando entre 0,632 e 0,715. O IDH para o Paraná é de 0,749 e nenhum dos municípios periféricos estudados obteve valores superiores. Godoy Moreira e Mato Rico apresentaram os índices mais baixos. Um dos fatores que explicam a elevação destes indicadores nos últimos anos é a quantidade de alunos em idade escolar que estão frequentando a escola. As recentes políticas que estabeleceram a permanência dos alunos e escola e a continuidade dos estudos contribuíram para elevar o índice. No entanto, a renda baixa é um empecilho para melhorar o nível de desenvolvimento.

Tabela 10 – Indicadores selecionados

Municípios	Grau de Urbanização (2010)	IPDM (2009)	IDH-M (2010)	PIB per Capita (2009)	Taxa de Pobreza (2000)	Mortalidade Geral (2010)	Taxa de Analfabetismo (2010)
Brasilândia do Sul	67,93%	0,7031	0,681	15.282	41,32%	7,79 ‰	15,44 %
Cruzeiro do Iguaçu	61,31%	0,6702	0,709	9.815	39,88%	5,61 ‰	12,74 %
Farol	58,12%	0,7118	0,715	18.162	45,30%	6,34 ‰	14,87 %
Godoy Moreira	46,36%	0,6978	0,675	6.412	49,72%	9,29 ‰	15,38 %
Mato Rico	25,07%	0,6154	0,632	6.414	55,42%	9,17 ‰	18,09 %
Nova A. da Colina	72,57%	0,7607	0,698	14.032	27,54%	10,35 ‰	13,84 %
Sulina	40,95%	0,6017	0,693	12.375	37,05%	7,07 ‰	8,41 %
Paraná	85,33%	-	0,749	17.779	20,87%	6,39 ‰	6,28 %

Fonte: IPARDES/IBGE (2012)

Sobre a mortalidade no Brasil no ano de 2010 os valores foram de 6,36 mortes/mil habitantes e no Paraná de 6,28 mortes/mil habitantes. De acordo com a Organização Mundial da Saúde – OMS, as principais causas de óbitos são: infarto, derrame cerebral, infecções respiratórias, HIV, doenças pulmonares obstrutivas, doenças associadas à diarreia, tuberculose, malária, câncer e acidentes de trânsito. Algumas estão relacionadas com a ausência ou precariedade de saneamento básico como é o caso das doenças associadas à diarreia e poderiam ser evitadas. Apenas Cruzeiro do Iguaçu e Farol apresentaram valores abaixo da média. Já Nova América da Colina apresentou a mortalidade geral mais elevada.

O grau de urbanização dos municípios estudados é bem inferior a média do Paraná (85,33%). Os valores mais baixos de população urbana são encontrados em Mato Rico, Sulina, Godoy Moreira e Farol. Estes municípios ainda possuem uma parcela importante da população vivendo no campo o que faz necessário o estabelecimento de políticas públicas voltadas para melhorar as condições de produção das pequenas propriedades, caso contrário a população rural tende a continuar se deslocando para as cidades.

A renda, como indicou a taxa de pobreza, é um fator preocupante nos municípios periféricos. No Brasil o PIB per capita é de US\$ 10.716 (R\$ 21.432) considerado baixo quando comparado ao de alguns países desenvolvidos como a Suíça US\$ 68.880 (R\$ 137.760), Estados Unidos US\$ 46.546 (R\$ 93.092) e Canadá US\$ 46.361 (R\$ 92.722) conforme dados disponibilizados pelo IBGE (2012). No Paraná os valores são mais baixos (R\$ 17.779), mesmo com os avanços ligados a todas as transformações produtivas verificadas nas últimas décadas. A explicação pode ser encontrada na produção concentrada em produtos primários com pouco valor agregado, ainda que se considere que a produção de veículos e eletrodomésticos e o desenvolvimento de tecnologia em alguns centros dinâmicos vêm aumentando significativamente.

Entre os municípios estudados somente Farol apresentou renda per capita superior a do estado, porém inferior a média brasileira. No caso de Farol a maior parte da renda provem do setor primário, especialmente da agricultura comercial moderna. Os dados do IPARDES (2012) revelaram que 79,01% do Valor Adicional Fiscal provem da produção primária. Como no referido município predomina a agricultura praticada em médias e grandes propriedades produtoras de soja e milho, a renda está concentrada nas mãos de poucas famílias proprietárias da terra. Desta forma, os dados do PIB per capita mascaram a realidade que é marcada pela concentração. Já nos municípios de Godoy Moreira (R\$ 6.412) e Mato Rico (R\$ 6.414), foram detectados valores inferiores a média estadual.

O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM (2012) referente ao ano base de 2010, confirmou que o emprego e a renda estão entre os problemas mais sérios enfrentados pelos municípios (tabela 11). O índice acompanha três áreas: emprego & renda, educação e saúde. Varia de 0 até 1 sendo que quando mais próximo de 1, maior o desenvolvimento.

Tabela 11 – IFDM dos municípios estudados

Município	IFDM Total	Educação	Saúde	Emprego renda	Posição no Paraná
Brasilândia do Sul	0,7353	0,7967	0,9419	0,4671	97°
Cruzeiro do Iguaçu	0,7153	0,8457	0,8475	0,4527	147°
Farol	0,6989	0,8197	0,9085	0,3684	202°
Nova A. da Colina	0,6971	0,7849	0,8874	0,4188	209°
Sulina	0,6678	0,6870	0,9028	0,4136	301°
Godoy Moreira	0,6430	0,7597	0,9922	0,1769	347°
Mato Rico	0,6392	0,7341	0,8934	0,2902	355°

Fonte: Sistema FIRJAN (2012) ano Base de 2010.

O índice revelou que as condições de educação e principalmente saúde - que se encontram em um patamar elevado - estão bem posicionados e avançaram significativamente na última década, o que contribuiu para melhorar as condições de vida da população, mesmo considerando que foram realizadas reclamações sobre o sistema de saúde por parte da população nas entrevistas.

Outro fato verificado nos municípios periféricos estudados é a forte dependência econômica com relação às transferências realizadas pela união e pelo estado no total de receitas correntes. As receitas tributárias oriundas dos impostos (Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os Rendimentos do Trabalho – IRRF, Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, Imposto Sobre Serviços – ISS), e taxas e contribuições de melhoria não chegam a 5% do total (dados disponíveis da tabela 12). Já nos municípios fortemente dinâmicos os valores são superiores e em Londrina chegou a 27,65%, em Maringá 27,81% e em Curitiba 28,76%. Os dados são um indicativo da estagnação econômica e das dificuldades de inserção na dinâmica de crescimento.

A dependência com relação às transferências é tamanha que em seis dos sete municípios estudados os valores são superiores a 90%. Sem investimentos significativos no aproveitamento das potencialidades locais os municípios periféricos são fortemente dependentes das receitas de transferências para se manterem.

Tabela 12 – Receitas Correntes Municipais segundo as Categorias - 2010

Municípios	<i>Receitas de Contribuição</i>	<i>Receitas de Serviços</i>	<i>Receitas Patrimoniais</i>	<i>Receitas Tributárias</i>	<i>Receitas de Transferências</i>	<i>Outras receitas</i>	TOTAL (R\$ = 1,00)
Brasilândia	0,98%	0,05%	0,60%	4,21%	92,71%	1,42%	8.188.551,88
Cruzeiro do Iguaçu	0,64%	0,29%	0,32%	3,89%	94,43%	0,41%	12.453.920,42
Farol	1,10%	0,01%	0,01%	2,42%	95,89%	0,54%	9.601.611,19
Godoy Moreira	4,20%	0,01%	4,96%	2,09%	88,55%	0,13%	8.402.875,43
Mato Rico	0,46%	-	0,44%	1,82%	96,52%	0,73%	7.289.477,34
Nova A. da Colina	1,27%	-	0,71%	2,34%	95,65%	0,001%	7.561.456,14
Sulina	0,97%	-	0,26%	3,19%	95,43%	0,12%	9.930.909,81

Fonte: Prefeitura/IPARDES (2012)

Sobre o aspecto econômico, como demonstrou o valor adicionado fiscal disponível na tabela 13, a agricultura é a atividade responsável pela geração da maior parte da renda. A indústria, pequena e com baixo grau de tecnologia, é pouco expressiva em Brasilândia do Sul, Farol, Sulina, Mato Rico e Godoy Moreira. Apenas Cruzeiro do Iguaçu e Nova América da Colina apresentam valores significativos.

Tabela 13 – Valor adicionado Fiscal segundo os ramos de atividades 2010

Municípios	Produção Primária	Indústria	Comércio e Serviços	Recursos Autos	Total (100%)
Brasilândia do Sul	76,21%	1,25%	22,03%	0,48%	90.752.018
Cruzeiro do Iguaçu	39,56%	54,74%	5,66%	0,02%	123.707.561
Farol	79,01%	1,55%	17,32%	2,10%	75.054.981
Godoy Moreira	68,67%	12,06%	19,26%	-	12.621.508
Mato Rico	80,13%	11,10%	8,75%	-	20.534.983
Nova A. da Colina	32,71%	58,17%	9,11%	-	52.171.041
Sulina	78,39%	4,88%	16,72%	-	39.474.383
Paraná	17,04%	47,71%	34,89%	0,35%	155.590.815.056

Fonte: SEFA – PR/IPARDES (2012).

Em Brasilândia do Sul, segundo o IPARDES (2012), o setor primário respondeu por 37,65% da população ocupada, seguido pela indústria de transformação com 11,81% e pela administração pública 9,96%. No setor primário a atividade econômica predominante é lavoura temporária respondendo por 83,63% da área total ocupada com valores mais expressivos para o cultivo de soja e milho, a criação de animais atingiu 14,72% da área tendo como maiores efetivos galináceos e o rebanho bovino. Foram contabilizados 3 estabelecimentos industriais e 21 comércios varejistas.

Os pequenos produtores rurais sinalizaram nas entrevistas uma crise na produção de galináceos e suínos em razão do elevado custo da ração e do baixo preço pago pelos abatedouros. Alguns criadores estão abandonando o setor, pois enfrentam dificuldades financeiras. Na região o setor é controlado pela C. Vale e Copacol que estabelecem o valor da matéria-prima e o preço da produção, subordinando os pequenos criadores aos seus interesses de expansão. Toda cadeia produtiva é controlada direta ou indiretamente pelas duas empresas que se apropriam do trabalho local.

Cruzeiro do Iguaçu tem 44,35% da população ocupada em atividades do setor primário, a indústria responde por 13,31%, e o comércio é a terceira atividade mais importante para a geração de emprego com 8,81%. Referente a agropecuária predominam em área a criação de animais com 60,87% (aves, rebanho suínos, rebanhos bovinos e rebanho de vacas ordenhadas), seguido pelas lavouras temporárias com 36,16% (soja, milho, trigo e mandioca em maior escala e aveia, feijão e melancia em menor escala). São 03 indústrias têxteis e 01 de produtos alimentícios e 28 comércios varejistas. A avicultura está em ascensão em razão da presença do abatedouro de frangos da Sadia em Dois vizinhos, estimulando a ampliação do número de criadores na região. A maior parte de produção é voltada para exportação.

Em Farol o setor primário responde por 42,63 % do pessoal ocupado, seguido pela indústria de transformação 10,11%, comércio 8,51% e serviços domésticos 8%. As lavouras temporárias predominam em área com 95,85%, tendo na sequência a criação de animais com apenas 3,84% (o destaque recai sobre a pecuária leiteira). A soja, o milho e o trigo predominam em área colhida. Existe 1 indústria da madeira e do mobiliário e 12 estabelecimentos comerciais varejistas.

No município de Godoy Moreira o setor primário é o responsável por 67,23% da população ocupada, o comércio responde por 6,7%, a educação por 5,77% e a administração pública por 4,01%. Em área predominam as lavouras temporárias 53,62% e a criação de animais 42,59%. A soja, o milho, o trigo e o feijão predominam em área colhida e os galináceos, o rebanho bovino e o rebanho suíno aparecem como as principais criações. São 2 estabelecimentos industriais e 19 comércios varejistas.

Nova América da Colina apresenta 38,14% da população ocupada no setor primário, 9,90% no comércio, 9,41% na indústria de transformação e 7,70% em alojamento e alimentação. As lavouras temporárias predominam em área com 65,30% (soja, trigo e milho), seguidas pela criação de animais com 20,72% (rebanho bovino, galináceos, rebanho de suínos) e lavouras permanentes com 12,73% (cana-de-açúcar, laranja, café em coco, uva e maracujá). Foram contabilizados 1 estabelecimento industrial e 17 comércios varejistas.

No município de Mato Rico 68,8% da população está ocupada no setor primário, 9,17% em atividades mal especificadas, 5,72% na administração pública e 3,67% no comércio. No setor primário predominam em área a criação de animais 57,46% (galináceos, rebanho de bovinos, rebanho de suínos, rebanho de vacas ordenadas, rebanho de ovinos, e rebanho de equinos e caprinos), as lavouras temporárias 39,78% (soja, milho, trigo e feijão),

e horticultura e floricultura 2,25%. Foram contabilizados uma indústria de produtos alimentícios e 11 comércios varejistas.

Em Sulina 44,03% da população está ocupada no setor primário, 9,28% no comércio, 8,9% no serviço doméstico, 6,66% na construção, 5,36% na educação e 5,11% na administração pública. Com relação ao setor primário, predominam em área a criação de animais com 48,37% (galináceos, rebanho bovino, rebanho de suínos, codornas e rebanho de ovinos), as lavouras temporárias com 45,6% (soja, milho e trigo) e a horticultura e floricultura 4,98%. Existem 2 indústrias, 28 comércios varejistas, 8 serviços de alojamento, alimentação radiodifusão e televisão e 6 de transporte e comunicação.

3.3 CONDIÇÕES PERIFÉRICAS

Os municípios periféricos em razão dos novos fluxos de informação e circulação estão integrados na dinâmica capitalista, porém essa integração é parcial e não é capaz de articular melhorias efetivas para toda população. Isso não significa que são municípios sem perspectivas de desenvolvimento e que a população está isolada ou completamente abandonada. Existem inúmeros problemas e contradições, mas também existem aspectos positivos em viver nestes municípios como demonstrou os resultados das entrevistas aplicadas.

No município de Brasilândia do Sul as entrevista revelaram que a população considera a tranquilidade, a saúde pública, a amizade, a segurança e a educação como o que existe de melhor. O baixo número de ocorrências policiais faz com que os habitantes se sintam seguros tanto em suas casas, como no trabalho ou caminhando pelas ruas. O atendimento básico da saúde pública foi considerado adequado pela população, fato também evidenciado pelo IFDM. Os dados estão no quadro 2.

Quadro 2 - O que existe de melhor em Brasilândia do Sul?

1 - Tranquilidade
2 - Saúde Pública
3 - Amizade
4 - Segurança; Educação

Fonte: Pesquisa de campo (2013)

Referente aos problemas a população indicou a falta de empregos como o principal. Em segundo lugar a falta de asfalto, sendo que cerca de 40% das ruas da cidade não são asfaltadas, conforme exemplo da figura 7, o que ocasiona, entre outros transtornos para a população, acúmulo de poeira que dificulta a manutenção da limpeza, também citado como um problema. A falta de espaços para lazer é outra questão levantada, sendo relatado por alguns entrevistados que a única diversão para os jovens nos finais de semana é beber e ouvir música na praça.

Figura 7 - Avenida e rua sem asfalto em Brasilândia do Sul



Fonte: Arquivo do autor (2013)

Com relação à saúde pública a população entende que o atendimento básico é de boa qualidade, mas cobrou a presença de um maior número de especialidades, pois para quem está com algum problema sério de saúde é muito ruim ter que se deslocar de ônibus ou ambulância para outras cidades. Já a falta de serviços bancários está relacionada a presença de postos de atendimento (Bradesco, Caixa Econômica Federal na Lotérica e Banco do Brasil nos Correios) que não efetivam todos os serviços.

A população atribuiu a administração pública certo descaso, visto que boa parte da cidade não foi asfaltada e as promessas se repetem nos anos de eleição. Até o momento das entrevistas não existia um plano de desenvolvimento focado na geração de empregos, o que gerou fortes críticas por parte dos entrevistados. Os resultados estão disponíveis no quadro 3.

Quadro 3 - Quais são os principais problemas em Brasilândia do Sul?

1 - Falta de Empregos
2 - Ruas sem asfalto
3 - Falta de espaço para lazer; Saúde pública; Limpeza da cidade; Educação
4 - Administração pública
5 – Falta de serviços bancários; Desenvolvimento

Fonte: Pesquisa de campo (2013)

No município de Cruzeiro do Iguaçu os resultados indicaram que a tranquilidade é considerada pelos moradores como o que existe de melhor, seguido pela saúde, lazer, turismo segurança entre outros que estão disponíveis no quadro 4. As atividades de lazer e de turismo estão sendo incentivadas devido a instalação de infraestrutura na prainha artificial no lago da barragem da usina de Salto Caxias.

Quadro 4 - O que existe de melhor em Cruzeiro do Iguaçu?

1 - Tranquilidade
2 - Saúde Pública
3 - Lazer; Turismo
4 - Segurança
5 - Prainha; Educação; Amizade
6 - Agricultura; Comércio

Fonte: Pesquisa de campo (2013)

A figura 8 evidencia uma rua na qual as casas não possuem muro, grade, cercas elétricas ou qualquer outra forma de proteção, o que confirma o depoimento dos moradores sobre a tranquilidade e a segurança de se morar em Cruzeiro do Iguaçu.

Com referência aos principais problemas a dificuldade para encontrar emprego foi considerada a maior. Também relacionados com emprego aparecem a necessidade de qualificação profissional, os baixos salários, a falta de oportunidades para os jovens e a necessidade de instalação de novas fábricas.

Figura 8 - Casas sem muro e grade em Cruzeiro do Iguaçu



Fonte: Arquivo do autor (2013)

A saúde pública mesmo sendo considerada de boa qualidade foi indicada como problema. O fato está relacionado com a existência de atendimento médico no posto de saúde somente durante o dia, se alguém passar mal durante a noite tem que ser encaminhado para Dois Vizinhos, pois não existe médico de plantão. Assim, a população cobrou a construção de um hospital com atendimento 24 horas.

Outra cobrança da população foi a disponibilidade de atividades culturais entendendo que a cultura contribui para a formação intelectual do cidadão, assim como para a preservação da memória do município. Os resultados estão disponíveis no quadro 5.

Quadro 5 - Quais são os principais problemas em Cruzeiro do Iguaçu?

1 - Falta de Empregos
2 - Saúde Pública
3 – Qualificação profissional; Baixos salários
4 – Oportunidades para os jovens; Fabricas
5 – Cultura; Gastronomia; Creche

Fonte: Pesquisa de campo (2013)

Em Farol para a maioria dos entrevistados o que existe de melhor é a tranquilidade, seguido pela qualidade de vida, hospital da mulher, escola, creche e o posto de saúde. O modo de vida calmo e sossegado, como se o tempo passasse mais devagar, o bate papo com

amigos e o convívio familiar faz da cidade e da área rural um bom lugar para se viver conforme as respostas obtidas e disponibilizadas no quadro 6.

Quadro 6 - O que existe de melhor em Farol?

1 - Tranquilidade
2 - Qualidade de vida; Hospital da Mulher
3 - Escola; Creche
4 - Nada
5 - Posto de Saúde
6 - Estradas; Segurança; Amigos

Fonte: Pesquisa de campo (2012)

Sobre os problemas indicados pela população entrevistada (quadro 7) o principal foi a falta de empregos - independentemente da faixa etária ou do sexo. O desemprego e os baixos salários obtidos acabam estimulando a migração. Sobre a temática o ex-prefeito Martins (2012), argumentou que:

O principal problema de Farol é o mesmo problema de todos os municípios de pequeno porte: a geração de emprego e renda. A partir do momento em que a gente teve o êxodo rural e o jovem não encontra trabalho na cidade, ele acaba saindo do município e fazendo com que o município se esvazie, pro município gerar emprego ele precisa de um suporte para essa geração de emprego, ou seja, nós precisaríamos ter, em razão da farta produção, da abundante produção agrícola do município, especialmente em relação a soja, a transformação dessa matéria prima aqui no município, o que não acontece. A soja sai do município de Farol e vai ser transformada em outros. (MARTINS, 2012).

Em seguida veio a saúde pública, pois alguns atendimentos que poderiam ser feitos no próprio município não são realizados por falta de profissionais especializados, fazendo com que seja necessário acordar cedo, viajar de ônibus e passar o dia em outra cidade para realizar uma consulta ou fazer um exame.

A falta de cursos profissionalizantes também foi indicado, pois a população entende que é necessário estabelecer mecanismos de qualificação profissional. Referente aos espaços para lazer existe na cidade uma pequena praça central e um parque com equipamentos infantis. A população cobrou a instalação de novos equipamentos nas praças e quadras para a prática de esportes.

Quadro 7 - Quais são os principais problemas em Farol?

1 - Falta de Empregos
2 - Saúde Pública
3 - Faltam cursos Profissionalizantes
4 - Falta de indústrias; Falta de espaços para Lazer
5 - Renda Baixa
6 - Creche

Fonte: Pesquisa de Campo (2012)

Também existem problemas de infraestrutura, enquanto o centro e o seu entorno estão bem conservado (ruas asfaltadas, canteiros floridos, arborização, iluminação, sinalização e limpeza adequada), outra parte da cidade não está. Como a cidade é pequena em área em uma breve caminhada é possível visualizar a mudança na infraestrutura. A população com menor renda habita as áreas mais precárias e carentes. A figura 9 demonstra uma rua sem asfalto na periferia da cidade com uma grande quantidade de resíduos sólidos depositados em local inadequado e uma criança brincando com um carrinho produzido artesanalmente.

Figura 9 - Problemas de infraestrutura



Fonte: Arquivo do autor (2012)

Já a figura 10 evidencia o convívio do moderno com o arcaico. Uma residência de madeira em condições precárias de conservação com antena parabólica que possibilita o recebimento de informações e o bombardeamento de publicidade contribuindo para a

expansão dos fluxos capitalistas. A publicidade e a propaganda estão entre as principais estratégias para estimular o consumo e o consumismo na população e a televisão atua como o veículo de divulgação. As grandes marcas de alcance global, nacional ou regional investem milhões em *marketing* com o objetivo de criar potenciais consumidores para seus produtos e necessitam da televisão para a divulgação.

Assim, o uso de antena parabólica para sintonização de canais é muito comum no município, até mesmo por que só é possível a sintonização dos canais abertos com o uso da mesma. Com isso a população se torna possível consumidora das grandes marcas contribuindo para a expansão dos fluxos. Já está disponível na cidade o uso de internet, porém ainda são poucas as residências que possuem. A integração também é possível com o uso de telefonia móvel que está disponível a partir da operadora TIM.

Figura 10 - Circulação da informação



Fonte: Arquivo do autor (2012)

A população entrevistada em Godoy Moreira também apontou a tranquilidade como o que existe de melhor no município, na sequência veio a saúde pública. A tranquilidade está relacionada ao reduzido número de roubos e assaltos e ao modo de vida calmo. Sobre a saúde pública existe um posto de saúde e um hospital. No posto são realizados atendimentos de clínico geral, dentista e os encaminhamentos. No hospital (figura 11) os atendimentos de emergência, para isso existem três médicos clínicos gerais que se revezam. Os casos de maior complexidade são encaminhados para as cidades vizinhas. A educação e o transporte escolar

foram valorizados pela população entendendo que ambos funcionam adequadamente e atendem as suas necessidades. O quadro 8 apresenta os resultados obtidos.

Quadro 8 - O que existe de melhor em Godoy Moreira?

1 - Tranquilidade
2 - Saúde Pública
3 - As pessoas
4 - Educação
5 - Transporte escolar

Fonte: Pesquisa de campo (2013)

Figura 11 - Hospital 24 horas em Godoy Moreira



Fonte: Arquivo do autor (2013)

O atendimento básico é oferecido para a população de forma adequada, porém existem críticas sobre a inexistência de atendimentos mais especializados:

A doença não escolhe o dia para vir, então se a gente tivesse um ai [médico especialista] para ajudar, já ajudava aqui mesmo e não precisava ir pra fora [...] tem que ir nas ambulância, só que vai e fica lá o dia inteiro, só vem de noite, leva toda aquela turma inteira, enquanto não resolve tudo fica lá esperando. Outra hora é de ônibus que vai, tem dia que você caça uma ambulância aí e não tem, tá tudo ocupado pra fora, quer dizer, se tivesse aqui [médico especialista] não precisava ir pra fora, não é só eu, tem vários doentes [...]. (J. S., 2013¹⁴).

¹⁴ Entrevista realizada em Godoy Moreira no dia 05 de janeiro de 2013.

A necessidade de médicos especialistas e de leitos para internamento no hospital local foi cobrado por uma parcela da população, especialmente por parte dos que possuem problemas mais sérios de saúde e precisam se deslocar para outras cidades com frequência.

A falta de empregos foi o principal problema enfrentado pela população, fato confirmado pelo IFDM (2012). O difícil acesso vem em segundo lugar e os baixos salários em terceiro. O difícil acesso está relacionado às distâncias em relação aos principais centros urbanos dinâmicos. Já os baixos salários, segundo alguns entrevistados, atingem todo o município e a maioria dos empregados no comércio local recebe aproximadamente pouco mais de meio salário mínimo e não são registrados, ou trabalham nessas condições ou ficam desempregados e são forçados a migrarem para outras cidades.

Segundo Campos (2013), quando questionado sobre as dificuldades de geração de empregos:

Muita dificuldade, muita dificuldade mesmo, principalmente as pessoas mais jovens né, por exemplo, filhos de agricultores que toda vida viveram da agricultura hoje em dia vão trabalhar, por exemplo, em Arapongas que tem muitas pessoas trabalhando, em fim, Curitiba, todos os lugares. (CAMPOS, 2013¹⁵).

A inexistência de uma ponte para a travessia do rio Corumbataí na estrada que liga Godoy Moreira à Barbosa Ferraz é outro problema relatado. A travessia é feita por uma balsa. Além da falta da ponte são 10 km da estrada que estão sem asfalto, o que dificulta o transporte de mercadorias e pessoas para Barbosa Ferraz, Corumbataí do Sul e Campo Mourão, pois é necessário utilizar a estrada para São João do Ivaí, que torna o caminho mais longo. Os dados completos estão no quadro 9.

Quadro 9 - Quais são os principais problemas em Godoy Moreira

1 - Falta de empregos
2 - Difícil acesso (distâncias)
3 - Baixos salários; Infraestrutura
4 - Falta de espaço para lazer
5 - Comércio fraco; Ponte; Agropecuária; Segurança; Moradia; Evasão de Jovens; Saúde Pública

Fonte: Pesquisa de campo (2013)

¹⁵ Entrevista Realizada em Godoy Moreira no dia 05 de janeiro de 2013.

Em Mato Rico a população também identificou a tranquilidade como o que existe de melhor, seguido pela segurança. Segundo uma moradora informou é possível sair de casa sem a preocupação de fechar portas, janelas ou portão; além do mais, se começar a chover os vizinhos recolhem a roupa que está no varal e guardam. O relatado é pouco comum nas médias e grandes cidades, uma vez que a preocupação com a violência e a sensação de insegurança aflige a população com grande intensidade.

Segundo a população os maiores benefícios de se morar em Mato Rico são as amizades estabelecidas, a honestidade dos habitantes e a boa qualidade de vida que tudo isso proporciona. A escola estadual também foi indicada como adequada e de boa qualidade. Os dados estão disponíveis no quadro 10.

Quadro 10 - O que existe de melhor em Mato Rico?

1 - Tranquilidade
2 - Segurança; Saúde Pública
3 - Amigos; Qualidade de vida; População Honesta; Escola

Fonte: Pesquisa de campo (2012)

Entre os problemas enfrentados o primeiro lugar foi para a estrada de terra, visto que o acesso via Roncador (22 km de extensão) e via Pitanga (60 km de extensão) é feito por estrada sem asfalto. A população relatou que nos dias de chuva prolongada ou forte o acesso é muito difícil e os atolamentos são constantes, quando ocorre a queda da ponte a cidade fica isolada por alguns dias.

[...] e uma das dificuldades que tem também aqui é a acessibilidade né, por falta de asfalto, então quando chove as estradas ficam praticamente intransitáveis e a situação fica difícil e assim o acesso da população aqui. Como nós não temos um comércio que pode oferecer tudo aqui o pessoal tem que buscar fora e esse buscar fora acaba se tornando caro né, até mesmo pra chegar aqui as mercadorias acaba tendo dificuldade pelo fato do acesso ta. (ZACANTE, 2012).

Conforme relato dos moradores, ano após ano são feitas promessas de asfaltar a estrada e melhorar a acessibilidade, porém ainda não foi cumprida e a população continua sujeita ao isolamento. Segundo o portal de reportagens Mato Rico Web, a forte chuva ocorrida no dia 13 de março de 2013, impediu que os alunos que estudam na Faculdade UCP

de Pitanga voltassem para suas casas, tendo que amanhecer em um posto de gasolina. A estrada pode ser observada na figura 12.

A posição geográfica distante das principais vias de circulação do Paraná (95 km até a BR 369 e 135 km até a BR 277 que atravessa o Paraná no sentido leste-oeste e é considerada o corredor do Mercosul) e a dificuldade de acesso são obstáculos para o desenvolvimento. A falta de empregos veio em segundo lugar, sendo considerado pelos entrevistados como o principal motivo para a macromobilidade da população para outras cidades.

Figura 12 - Estrada de terra recém cascalhada ligando Roncador até Mato Rico



Fonte: Arquivo do autor (2012)

O que estimula a migração de jovens conforme relatou o estudante do ensino médio D. M. (2012) é:

[...] o desemprego e falta de oportunidade pra estudar, se quiser ter um estudo melhor tem que sair pra outra cidade. Por causa das condições das estradas, não tem ônibus, não tem carro pra levar, estimula as pessoas a ir embora [...] A maioria pra Santa Catarina, pra cidade grande, a maioria que eu conheço vai pra Santa Catarina (D. M, 2012¹⁶).

Também foram citados pela população como problemas sérios a falta de atendimento e assistência técnica para o agricultor, especialmente para os pequenos proprietários que possuem dificuldade para melhorar a produção e sustentar a família; descaso da administração pública municipal e estadual com a infraestrutura; fraco movimento no

¹⁶ Entrevista realizada em Mato Rico no dia 22 de dezembro de 2012.

comércio em virtude dos baixos salários; falta de espaços para lazer haja vista que não existem praças, parques, equipamentos para a terceira idade ou para crianças disponíveis. Os problemas indicados são apresentados no quadro 11.

Quadro 11 - Quais são os principais problemas em Mato Rico?

1 - Estrada de Terra
2 - Falta de empregos
3 - Saúde Pública
4 - Educação
5 - Falta de administração; Falta de Assistência para o pequeno agricultor
6 - Falta de indústrias; Baixo movimento no comércio; Falta de espaços para lazer

Fonte: Pesquisa de campo (2012)

A figura 13 apresenta a paisagem típica do município caracterizada pelo predomínio de revelo dobrado e em menor escala platôs. Em primeiro plano - áreas de platôs - verificamos a presença de uma agricultura moderna através do cultivo da soja em médias propriedades e em segundo plano - declividade mais acentuada - pastagem para a prática de pecuária extensiva. A agricultura é a principal atividade econômica no município empregando 68,8% da população ativa.

Figura 13 - Paisagem rural em Mato Rico



Fonte: Arquivo do autor (2012)

No município de Nova América da Colina a população indicou a tranquilidade como o que existe de melhor, seguido pela segurança. Chamou a atenção o fato de que a resposta nada apareceu como uma das mais citadas, o que indica a insatisfação de uma parte da população com a infraestrutura local. O sossego, as amizades e a família também apareceram nas respostas mais citadas. Os empregos gerados pela usina de álcool, a educação, a agricultura e os programas de assistência para a população de baixa renda também foram citados por uma parte da população. As respostas dos entrevistados estão no quadro 12.

Quadro 12 - O que existe de melhor em Nova América da Colina?

1 - Tranquilidade
2 - Segurança; Nada
3 - Saúde
4 - Sossego; Amizade
5 - Família
6 - Educação; Agricultura; Usina de álcool; Emprego; Assistência para as pessoas de baixa renda

Fonte: Pesquisa de campo (2013)

As respostas dadas sobre os problemas confirmaram que a população está insatisfeita e preocupada com a infraestrutura, visto que o asfalto e a falta de saneamento básico foram os mais indicados. O asfalto está em condição ruim sendo que apenas a Avenida Paraná (principal), e algumas outras ruas estão em boas condições. Em muitos trechos os buracos são tantos que o asfaltamento praticamente não existe. Outras ruas da cidade ainda não possuem asfalto, o que justifica as queixas. Os problemas estão alocados no quadro 13.

Quadro 13 - Quais são os principais problemas em Nova América da Colina?

1 - Asfalto
2 - Falta de Emprego
3 - Falta de Saneamento Básico
4 - Administração pública; Lazer
5 - Faltam moradias; Violência
6 - Educação; Saúde
7 - Falta de Indústrias; Transporte escolar

Fonte: Pesquisa de campo (2013)

As figuras 14 e 15 evidenciam uma rua próxima do centro que ainda não foi asfaltada e outra com buracos e um motociclista tentando desviar dos mesmos.

Figura 14 - Rua de terra em Nova América da Colina



Fonte: Arquivo do autor (2013)

Figura 15 - Buracos nas ruas



Fonte: Arquivo do autor (2013)

A dificuldade em encontrar empregos foi o segundo problema indicado pelos entrevistados. A própria administração pública municipal entende que um dos motivos do esvaziamento populacional é a dificuldade na geração de empregos:

O nosso maior problema é a geração de emprego em virtude de... ser um município pequeno e não tem muito, alias, não é muito, não tem assim opção de emprego. Onde hoje um pouco que gera emprego pra nós é a destilaria Americana e um grande empregador do nosso município é o Hotel Aguativa – Aguativa Resort (MELO, 2013).

Também foram indicados como problemas a falta de espaços para o lazer (especialmente para a prática esportiva), a falta de moradias, a saúde pública (necessidade de contratação de médicos de diferentes especialidades) e a falta de indústrias.

Em Sulina a população indicou a tranquilidade como o que existe de melhor. A saúde pública veio na sequência (atendimento médico disponível 24 horas e realização de exames laboratoriais no município). A segurança é outro ponto forte, alguns entrevistados argumentaram que a cidade ficou entre as 10 menos violentas do Estado do Paraná em reportagem recente apresentada na televisão, sendo possível sair de casa e deixar as portas e janelas abertas sem se preocupar com furtos. A existência de fonte termal com águas a uma temperatura de 37,5° C e a possibilidade de ampliação da infraestrutura turística é outro ponto de destaque para os entrevistados. Os dados estão no quadro 14.

Quadro 14 - O que existe de melhor em Sulina?

1 - Tranquilidade
2 - Saúde Pública
3 - Segurança
4 - Fontes termais
5 - Educação; Bom de morar
6 - Comércio

Fonte: Pesquisa de campo (2013)

Entre os problemas a população entrevistada indicou a falta de empregos, a necessidade de instalação de indústrias com a perspectiva de promover o desenvolvimento, as estradas rurais que precisam ser recuperadas, as poucas oportunidades de crescimento profissional e a ampliação do saneamento básico (quadro 15).

Quadro 15 - Quais são os principais problemas em Sulina?

1 - Falta de Emprego
2 - Falta de Indústrias
3 - Estradas Rurais
4 - Oportunidades para os mais jovens
5 - Saneamento Básico

Fonte: Pesquisa de campo (2013)

A figura 16 apresenta uma visão panorâmica de Sulina. No primeiro plano um bairro residencial e no segundo plano o relevo dobrado - predominante no município - no qual se pratica a criação de animais.

Figura 16 - Vista parcial de Sulina



Fonte: Arquivo do autor (2013)

O reduzido número de oportunidades de emprego é um problema indicado em todos os municípios periféricos estudados. São poucos os exemplos de jovens que depois de formados em cursos profissionalizante ou superior retornaram e conseguiram se estabelecer profissionalmente.

Com relação à saúde pública, a presença de médico clínico geral para a realização dos atendimentos no próprio município é um dos fatores que levaram a população a elogiar a saúde pública, visto que durante muito tempo os atendimentos básicos eram feitos nos

municípios pólos. Tal fato melhorou a condição de vida da população, entretanto a cobrança agora é para a presença de atendimentos de especialistas.

A carência de espaços destinados ao lazer é comum nos municípios periféricos estudados, com exceção de Cruzeiro do Iguaçu, nos demais as praças e alguns equipamentos para exercícios físicos são a única atividade disponibilizada. Em Mato Rico não existe nem mesmo uma praça para a população. Os jovens foram os que mais indicaram o problema.

3.4 REDES GEOGRÁFICAS E SUBORDINAÇÃO TERRITORIAL

Nesta etapa procuramos apresentar as redes geográficas estabelecidas a partir da mobilidade da população, especialmente a micromobilidade física (deslocamentos cuja escala é curta e cotidiana) conforme discutido por Rocha (1998). Os fluxos de mobilidade estudados possuem as seguintes finalidades: atendimento médico especializado, ensino superior, trabalho, serviços especializados e consumo. As discussões sobre mobilidade do consumo foram encontradas no estudo de Ghizzo (2012):

[...] diz respeito ao deslocamento que as pessoas realizam do local onde residem até outro na intenção de comprar e/ou consumir produtos e/ou espaços [...] a mobilidade do consumo envolve comportamento humano que acontece segundo prerrogativas que o sistema político-econômico impõe sobre o cotidiano dos indivíduos (GHIZZO, 2012, p. 15-16).

Nos casos estudados os fluxos de mobilidade estão relacionados com a posição e função desempenhada pela cidade na rede urbana e as condições de infraestrutura existente (rede viária, transporte, hospitais, postos de saúde, universidades/faculdades, comércios, prestação de serviços, indústrias, etc.).

O trabalho de campo demonstrou que Brasilândia do Sul é polarizada e mantém relações mais intensas com Assis Chateaubriant e Umuarama, e com menor intensidade com Toledo. Para Assis são 26 km pela BR- 486 sentido sul que está em boas condições, para Umuarama 62 km pela BR - 486 sentido norte e PR - 323, e para Toledo 70 km pela BR - 486 e PR - 317.

Com referência a mobilidade para atendimento médico especializado 86,7% dos entrevistados responderam que já se deslocaram para outras cidades. A prefeitura realiza os encaminhamentos para Umuarama. Se o caso exigir maiores cuidados a pessoa é encaminhada de Umuarama para Curitiba, sendo visível a presença de uma rede urbana

hierarquizada nesse quesito. Os que possuem plano de saúde privado se deslocam preferencialmente para Cascavel ou Toledo rompendo a hierarquia. A população entrevistada argumentou que a saúde pública básica no município é satisfatória e de boa qualidade, porém criticou a falta de especialidades e a necessidade dos constantes deslocamentos.

Considerando a existência de serviços especializados 26,7% dos entrevistados alegaram que encontram os serviços necessários na cidade contra 73,3% que encontram parcialmente. Segundo a população as maiores dificuldades estão relacionadas com a prestação de serviços bancários, pois os mesmos são realizados na Lotérica da Caixa, nos Correios e no Posto de atendimento do Bradesco. Não são todos os atendimentos que estão disponíveis e no período de pagamento muitas vezes não existe dinheiro para todos, o que estimula a micromobilidade para as cidades vizinhas. Assim, 76,7% dos entrevistados alegaram que já se deslocaram para outra cidade. O principal destino foi Assis Chateaubriant, o secundário Umuarama e o terciário Toledo.

Mesmo a cidade dispondo de um centro comercial com três mercados, panificadora, farmácia, loja de roupas e sapataria (figura 17), é comum a mobilidade do consumo visto que 63,3% dos entrevistados alegaram já ter se deslocado. Novamente o principal destino foi Assis Chateaubriant e o secundário Umuarama (ambos possuem um centro comercial dinâmico com preço melhor e maior variedade de produtos). O fluxo terciário foi para Toledo. A mobilidade do consumo é estimulada pelo maior custo dos produtos no comércio local. A frequência principal verificada foi de uma vez por mês.

Figura 17 - Centro comercial de Brasilândia do Sul



Fonte: Arquivo do autor (2013)

Conforme analisou GHIZZO (2012):

[...] a mobilidade física e a mobilidade do consumo se interpenetram, imbricando uma teia de relações no ambiente materializado, mesclando sentimentos, formas urbanas, compras e o processo do consumo em si, onde as pessoas associam a necessidade e o prazer de comprar e consumir com a satisfação de realizá-los num espaço que lhes confira status, pertencimento e um poder que, na maioria das vezes, significa alienação. Este processo normalmente resulta em produção de espaços, **concentração e acumulação de capital nas cidades polarizadoras, enquanto os respectivos lugares de seu cotidiano permanecem em inércia econômica e não acompanha o ritmo da cidade pólo.** (GHIZZO, 2012, p. 60, grifo nosso).

As motivações para comprar na cidade pólo não estão ligadas apenas a maior variedade de produtos disponíveis e ao preço, também se relaciona ao prazer e status que o consumir proporciona estabelecendo alienação e inércia econômica na cidade de origem.

A procura por ensino superior vem crescendo nas últimas décadas em virtude das perspectivas de mobilidade social e da exigência capitalista por maior qualificação profissional para inserção no mercado de trabalho, isso estimula a micromobilidade da população para as cidades em que estão presentes as Faculdades e Universidades públicas e privadas. Umuarama apareceu como destino principal, Assis Chateaubriant vem na sequência, seguidos por Toledo e Cascavel. Os deslocamentos são diários - característicos da micromobilidade física - e principalmente no período noturno, porém existem alguns estudantes que optaram por morar na cidade que oferece o curso.

Em virtude da pequena oferta de trabalho em Brasilândia do Sul, uma parte da força de trabalho realiza migração pendular - micromobilidade física - para Palotina e Cafelândia. Em Palotina o principal destino é o Abatedouro de Aves da Cooperativa Agroindustrial - C. Vale, que atua na produção de soja, milho, trigo, mandioca, leite, suínos e aves. Em Cafelândia o destino é a Cooperativa Agroindustrial Consolata - COPACOL, que atua na agricultura (soja, milho e trigo), avicultura, suinocultura e piscicultura. Os trabalhadores oriundos de Brasilândia do Sul atuam no Abatedouro de Aves. Verificamos que uma parte da força de trabalho do município de Brasilândia do Sul acaba criando riqueza em Palotina e Cafelândia.

O município de Cruzeiro do Iguaçu é polarizado por Dois Vizinhos e Francisco Beltrão, porém mantém relações significativas com Pato Branco e em menor escala com Cascavel.

Em razão de não existir atendimento médico disponível 24 horas no município 96,6% dos entrevistados alegaram que já se deslocaram para outra cidade, e o principal destino foi Francisco Beltrão e Dois Vizinhos. Em Francisco Beltrão são realizados os atendimentos de especialistas e exames, já no hospital de Dois Vizinhos os atendimentos de emergência. O fluxo secundário diagnosticado foi para Pato Branco e Cascavel no qual são realizados os atendimentos de maior complexidade. Para Curitiba vão os casos de grande complexidade podendo seguir uma hierarquia urbana ou não, isso depende da avaliação do médico.

Referente a disponibilidade de serviços especializados 46,7% responderam encontrar no município o que precisam, 40% encontram parcialmente e 13,3% têm dificuldades em encontrar os serviços que necessitam. Com isso 56,7% já se deslocaram para outra cidade, especialmente para atendimento bancário. O fluxo principal foi para Dois Vizinhos e o secundário para Francisco Beltrão.

Com relação às compras (mercado, calçados, vestuários, etc.) 60% dos entrevistados responderam que já se deslocaram para outra cidade indicando como destino principal Dois Vizinhos e secundário Francisco Beltrão. A variedade e diversidade de comércios disponíveis em Dois Vizinhos, a proximidade (são 23 km), o status social do deslocamento, o menor preço e a pequena variedade de mercadorias disponíveis no comércio local (figura 18), estimulam a mobilidade do consumo. A frequência da mobilidade varia entre uma vez por semana e quinzenalmente.

Figura 18 - Avenida principal em Cruzeiro do Iguaçu



Fonte: Arquivo do autor (2013)

Para a realização de um curso superior a micromobilidade principal foi para Dois Vizinhos e Francisco Beltrão, a secundária para Pato Branco e a terciária para Cascavel. Predominam os deslocamentos diários, com exceção para Cascavel onde os estudantes acabam permanecendo durante o período de realização do curso.

Em Cruzeiro do Iguaçu também foi verificada a micromobilidade física para o trabalho através dos deslocamentos diários para o abatedouro de aves da Sadia em Dois Vizinhos. A avicultura é uma atividade importante na região e a Sadia atua com grande intensidade em todos os setores da criação e abate de aves. A maior parte da produção em Dois Vizinhos é destinada para exportação.

O município de Farol está inserido em uma rede urbana que tem como cidade polarizadora Campo Mourão (distância de 27 km), também mantém relações secundárias com outras cidades e encontra-se subordinada a decisões políticas e econômicas que estão além das suas fronteiras físicas.

Quando perguntado a população se encontra atendimento médico especializado no município 86,6% responderam que não, 10% parcialmente e apenas 3,4% sim. Atualmente, segundo informações fornecidas pela Secretaria da Saúde os atendimentos foram ampliados e o município oferece as seguintes especialidades: psiquiatria, psicologia, genecologia, pediatria e odontologia. Em relação a mobilidade para outra cidade em busca de atendimento médico especializado 100% alegaram que já se deslocaram. O principal destino foi Campo Mourão. Como destinos secundários Goioerê e Maringá. Quando é necessário um atendimento de maior complexidade os encaminhamentos são feitos para Curitiba e Arapongas (cardiológico) caracterizando o estabelecimento de uma hierarquia urbana.

Sobre a presença de serviços especializados 50% responderam que os existentes atendem parcialmente as suas necessidades, 33,4% responderam que não são suficientes e 16,6% que são suficientes. Existe uma agência bancária do Sistema de Crédito Cooperativo - SICRED e um posto de atendimento do Bradesco. A população cobrou a instalação de outros bancos, especialmente o Banco do Brasil. Serviço odontológico e de advogado são oferecidos pela prefeitura, não existindo na cidade consultório odontológico, advocacia e de engenharia particulares. Com relação a micromobilidade para tais atendimentos 73,3% responderam já ter se deslocado e o destino principal foi Campo Mourão, seguido por Janiópolis.

A cidade de Farol durante a década de 1960 até meados da década de 1970, segundo o relato dos moradores era movimentada em razão do comércio local atender aos fazendeiros, sitiantes e trabalhadores rurais que faziam suas compras nos armazéns. O comércio empregava um significativo número de trabalhadores. Atualmente, a cidade possui um

pequeno centro comercial que atende parcialmente as necessidades da população. Entre os entrevistados 80% compram em outras cidades, especialmente em Campo Mourão e em menor escala em Janiópolis e Maringá. A maior frequência diagnosticada foi de cerca de 1 vez por mês com 66,7% das respostas e quinzenalmente com 16,6%.

A cidade vem apresentando significativa redução de centralidade nas últimas décadas. Hoje o comércio local e os serviços prestados são voltados para atender principalmente a população de menor renda ou que possui dificuldades para os deslocamentos. A proximidade com Campo Mourão e a estrada em bom estado de conservação estimulam a mobilidade do consumo e para o trabalho.

Outro fator verificado foi que uma parte significativa dos empresários rurais proprietários de médias e grandes fazendas modernas e produtoras de soja e milho não moram no município, tem residência em Campo Mourão e realizam os investimentos de capital fora de Farol.

Mesmo reduzida a centralidade não desapareceu por completo e está presente na agência do SICREDI, na EMATER, no entreposto da Agroindustrial Cooperativa - COAMO, no Hospital da Mulher e no pequeno centro comercial, conforme figura 19.

Figura 19 - Centro comercial de Farol



Fonte: Arquivo do autor (2012)

Uma parcela da força de trabalho atende as necessidades das cidades vizinhas, os fluxos principais são para Campo Mourão e Araruna. Em Campo Mourão o maior empregador é a empresa Tyson do Brasil pertencente ao grupo Tyson Foods. A multinacional

norte-americana está entre as grandes processadoras de carne de frango do mundo. Também em Campo Mourão o Paraná Supermercados, além de uma série de outros comércios que empregam em menor quantidade. Em Araruna o maior empregador é a empresa A. J. Rorato & Cia. LTDA, que produz pias, móveis para cozinha e banheiro.

O reduzido número de empregos gerados no município alimenta a mobilidade pendular para Campo Mourão e Araruna. Os empresários estimulam os deslocamentos em razão da necessidade de mão de obra para a linha de produção, especialmente o abate de frangos e a montagem de pias, no qual os salários são baixos.

Como não existe oferta de ensino superior em Farol, para ter acesso a um curso de graduação a população se desloca para Campo Mourão, Umuarama, Maringá e em pequena quantidade para Cascavel. Para Campo Mourão e Umuarama a mobilidade é diária, nos casos de Maringá e Cascavel a maioria dos estudantes opta por morar na cidade que oferece o curso.

Godoy Moreira está integrado em uma rede urbana que tem como cidades polarizadoras São João do Ivaí e Ivaiporã, mas também apresenta flexibilidade e mantém relações importantes com outras cidades. A distância até São João do Ivaí é de 33 km pela PR – 650 e até Ivaiporã a distância é de 73 km e o caminho é feito pela PR – 650 e Rodovia Natal Pessutti.

Sobre a disponibilidade de atendimento médico especializado 70% responderam não encontrar no município, 20% alegaram encontrar e 10% encontrar parcialmente. A cidade dispõe de um hospital 24 horas, porém a visita *in loco* revelou que somente são realizados atendimentos de clínico geral e emergência. Não existe atendimento de pediatria, de ginecologista ou ortopedista, os casos que requerem especialidades são encaminhados. Dos entrevistados 96,7% responderam que já se deslocaram para outra cidade em busca de atendimento médico especializado e apenas 3,3% não se deslocaram. Entre os que já se deslocaram o principal destino foi Ivaiporã e Londrina, Arapongas vêm como destino secundário. Já Apucarana, Curitiba e Jandaia do Sul foram indicadas por uma pequena parcela dos entrevistados.

Com relação a disponibilidade de serviços especializados em Godoy Moreira 46,7% indicaram que encontram parcialmente, 30% não encontram e 23,3% encontram. Sobre a micromobilidade 66,7% já se deslocaram e 33,3% não. Os principais destinos são as cidades de São João do Ivaí e Ivaiporã e em menor quantidade Londrina, Jandaia do Sul e Arapongas. Segundo um dos entrevistados a mobilidade reduziu significativamente depois da instalação da agência do Banco do Brasil, que facilitou o recebimento de salários e o uso de outros

serviços bancários. Também estão presentes no município um posto de atendimento do Bradesco, uma Lotérica da Caixa e um Posto Postal dos Correios.

Na cidade conforme a figura 20 estão presentes estabelecimentos comerciais que atendem as necessidades básicas da população (mercado, panificadora, sapataria, loja de roupas, papelaria, bar, restaurante, material de construção, farmácia e loja de presentes) o que reduz a mobilidade do consumo, visto que 60% responderam não se deslocar para outra cidade e realizar todas as suas compras no comércio local, já 40% realizam a mobilidade do consumo. Entre os que realizam a mobilidade a maior frequência foi de uma vez por mês e o principal destino Ivaiporã e São João do Ivaí, como destino secundário Maringá. A cidade de Apucarana apareceu com baixa intensidade.

Os dados indicam que o centro urbano de Godoy Moreira ainda consegue manter significativa centralidade, no entanto é necessário explicar que o município ocupou uma posição muito ruim no quesito emprego e renda elaborado pelo IFDM (2012). A baixa renda faz com que a população procure consumir apenas os produtos básicos, que estão disponíveis no comércio local. Os produtos de maior complexidade, disponíveis apenas nos centros dinâmicos, possuem preço maior, o que reduz o seu acesso para uma parte significativa da população.

Figura 20 - Centro comercial de Godoy Moreira



Fonte: Arquivo do autor (2013)

Com relação ao ensino superior o principal destino foi Jandaia do Sul. Os destinos secundários são Ivaiporã e Maringá, com menor frequência Arapongas e Apucarana. A

prefeitura ajuda com um ônibus que leva os estudantes até São João do Ivaí, lá uma parte segue em outro ônibus até Ivaiporã e a outra para Jandaia do Sul.

Mato Rico mesmo com a dificuldade de acesso existente está inserido em uma rede urbana com significativo fluxo de população. Os fluxos principais variam de acordo com os motivos da mobilidade destacando-se os deslocamentos para Roncado, Pitanga, Ivaiporã e Campo Mourão.

Dos entrevistados 80% responderam não existir atendimento médico especializado no município, 13,3% responderam encontrar parcialmente e 6,7% disseram encontrar. Existe na cidade um posto de saúde (figura 21) que realiza atendimento de clínico geral e os encaminhamentos. Sobre a mobilidade para outra cidade 97,7% responderam que já se deslocaram e indicaram como principal destino Ivaiporã. Os destinos secundários foram para Campo Mourão, Pitanga, Guarapuava e Curitiba. Com pouca frequência a mobilidade foi para Iretama.

Figura 21 - Centro de saúde de Mato Rico



Fonte: Arquivo do autor (2012)

Em Mato Rico 53,3% dos entrevistados responderam encontrar parcialmente serviços especializados, 33,3% alegaram não encontrar e 13,4% responderam encontrar. Quanto questionados sobre a micromobilidade 83,3% afirmaram que já se deslocaram para outras cidades. Os principais destinos foram Roncador e Pitanga, o fluxo secundário foi para Campo Mourão, o terciário para Maringá e Ivaiporã. Um comerciante local alegou que entre os principais motivos do deslocamento está a necessidade de serviços bancários, especialmente para o recebimento de salários. Afirmou que a agência lotérica local credenciada a Caixa

raramente tem dinheiro suficiente para realizar os pagamentos o que leva a mobilidade para a cidade de Roncador, lá as pessoas aproveitam para realizar compras, o que atrapalha o comércio local. Recentemente foi aberto um correspondente bancário do Bradesco, porém os deslocamentos continuam.

Para a realização de compras no comércio 50% dos entrevistados responderam que já se deslocaram para outra cidade. Os destinos indicados foram Roncador, Pitanga e Campo Mourão sendo a frequência mais respondida 1 vez por mês com 53,3% e no fim do ano com 20%. A outra metade dos entrevistados respondeu não se deslocar para outras cidades e realizar todas as suas compras no comércio local.

O trabalho de campo indicou que uma das explicações para a mobilidade do consumo não ser elevada é que a maioria da população habita a área rural (75% da população), deslocando-se no sábado para realizar compras no comércio local – que fica movimentado – adquirindo produtos de primeira necessidade (açúcar, arroz, biscoito, café, farinha de trigo, feijão, GLP, leite, macarrão, margarina, óleo de soja, sal) e de consumo em geral de baixa complexidade (produtos de higiene pessoal, produtos de limpeza, pães e bolos, bebidas, materiais de construção e outros). A estrada de terra atua como obstáculo para a mobilidade, mas não é o motivo principal. Entendemos que o principal motivo seja a renda familiar baixa.

Para a realização de um curso superior os principais destinos foram Campo Mourão e Pitanga. Na sequência Maringá, Guarapuava e Ivaiporã. Para Pitanga a mobilidade é principalmente diária. Para Campo Mourão e Ivaiporã uma parcela realiza mobilidade diária e outra optou por morar na cidade em que realiza o curso em virtude das dificuldades de transporte. Para Maringá e Guarapuava os fluxos são menores e os estudantes moram na cidade, retornando apenas nos finais de semana e nas férias.

Nova América da Colina (figura 22) apresenta uma rede urbana menos flexível e se encontra polarizada com maior intensidade por Cornélio Procópio, localizado a 24 km. Também mantém relações diretas com Londrina e com menor intensidade com Assaí e São Sebastião da Amoreira.

Com relação a disponibilidade de atendimento médico em diferentes especialidades 63,3% responderam não encontrar, 10% encontram e 26,7% encontram parcialmente. A mobilidade é intensa visto que 93,3% já se deslocaram para realizar uma consulta médica em outra cidade. O principal destino foi Cornélio Procópio, seguido por Londrina e com menor frequência para Curitiba.

Quando questionados sobre a disponibilidade de serviços especializados 70% alegaram encontrar parcialmente, 16,7% encontram o que precisam e 13,3% não encontram.

A mobilidade para outras cidades também é significativa, visto que 73,3% responderam que já se deslocaram. O principal destino continua sendo Cornélio Procópio. As cidades de Londrina e Assaí aparecem como destinos menos frequentes.

Figura 22 - Visão panorâmica de Nova América da Colina



Fonte: Arquivo do autor (2013)

A mobilidade do consumo é significativa visto que a cidade não dispõe de produtos de maior complexidade, porém a mobilidade também ocorre para a compra de produtos e serviços cotidianos. As respostas indicaram que 73,3% dos entrevistados vão às compras em Cornélio Procópio, sendo Londrina o destino secundário. Com baixa frequência apareceram São Sebastião da Amoreira e Assaí. A maioria dos entrevistados alegou ir pelo menos uma vez por mês as compras em outra cidade.

Os destinos para ensino superior são as faculdades públicas e privadas de Cornélio Procópio e Londrina. Os deslocamentos são diários e ocorrem principalmente no período noturno.

Também foi constatada a mobilidade do trabalho que é maior para Cornélio Procópio e menor para Londrina. O principal empregador em Cornélio Procópio é o Hotel Aguativa Resort que possui um amplo espaço (complexo aquático, fazendinha, trilhas ecológicas, lago para pesca e acomodações) e necessita de um grande número de funcionários para administração e manutenção. O comércio e o setor de serviços também empregam a população oriunda de Nova América da Colina.

O município de Sulina mantém relações mais efetivas com Chopinzinho e Pato Branco, bem como com Francisco Beltrão, porém em intensidade menor. Sobre a micromobilidade para atendimento médico especializado 86,6% responderam que já se deslocaram. O fluxo principal foi para Pato Branco, considerado como um dos principais centros do Sudoeste paranaense. O secundário para Chopinzinho e terciário para Curitiba.

A população entrevistada argumentou que encontra no município totalmente ou parcialmente os serviços necessários. Os deslocamentos para outras cidades foram na ordem de 40%. O destino principal foi Chopinzinho e secundário Pato Branco.

Com relação a mobilidade do consumo 50% dos entrevistados alegaram que já se deslocaram e indicaram como destino principal Chopinzinho, como fluxo secundário Pato Branco que oferece os serviços e as mercadorias de maior complexidade.

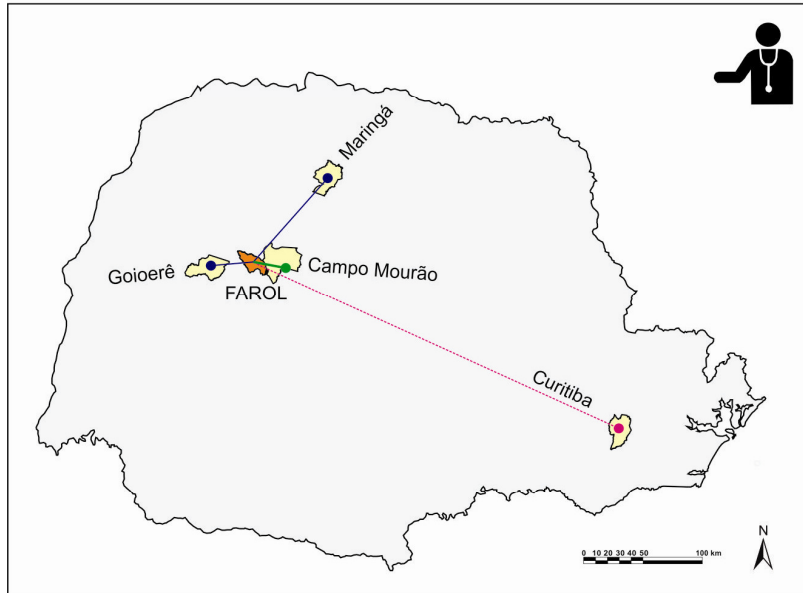
A mobilidade do consumo e para serviços especializados não é tão intensa em Sulina, visto que a população alegou dar preferencia para o comércio local e encontrar quase todos os produtos e serviços de que necessita (dentista, laboratório, informática, etc.).

A micromobilidade principal para cursar ensino superior foi para Dois Vizinhos, a secundária para Pato Branco e o fluxo terciário para Francisco Beltrão. Os fluxos dos municípios estudados na pesquisa estão disponíveis nas figuras 23, 24 e 25.

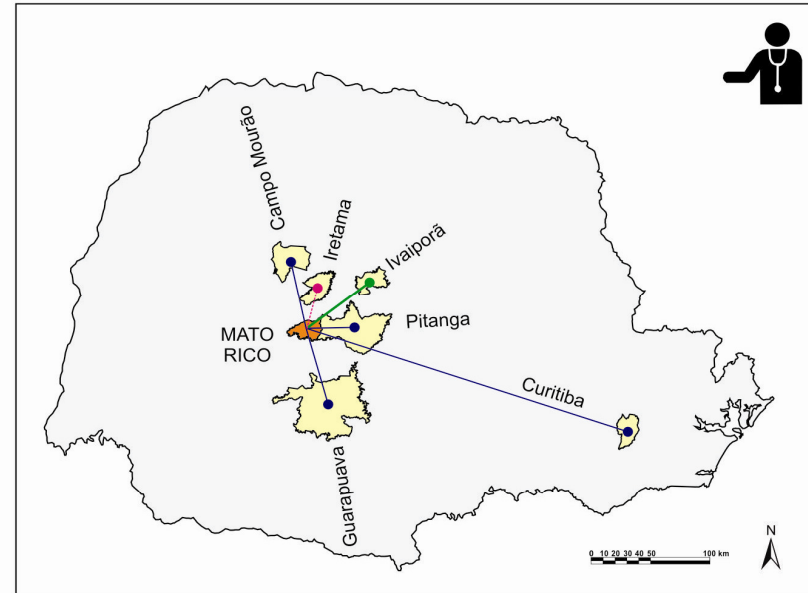
Os fluxos de micromobilidade física e mobilidade do consumo da população nos municípios periféricos indicaram que são significativos os deslocamentos para a cidade pólo mais próxima com o intuito de complementar as carências ou deficiências existentes na cidade local e a procura de mercadorias e serviços mais complexos. Os deslocamentos para os principais centros dinâmicos regionais também são representativos e nos caso estudados foram para Londrina, Maringá, Campo Mourão, Umuarama, Cascavel, Francisco Beltrão e Pato Branco. Para Curitiba a micromobilidade detectada foi para a realização de atendimentos médicos mais complexos e os encaminhamentos geralmente seguem os princípios de uma hierarquia urbana bem definida: do centro local para o centro sub-regional ou capital regional e desta para a metrópole. Dependendo da disponibilidade de recursos próprios as pessoas podem romper com a hierarquia e se direcionar diretamente para Curitiba e até mesmo São Paulo, grande metrópole nacional, porém tal fato não ocorre com tanta frequência.

Figura 23 - PARANÁ: MICROMOBILIDADE PARA ATENDIMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO

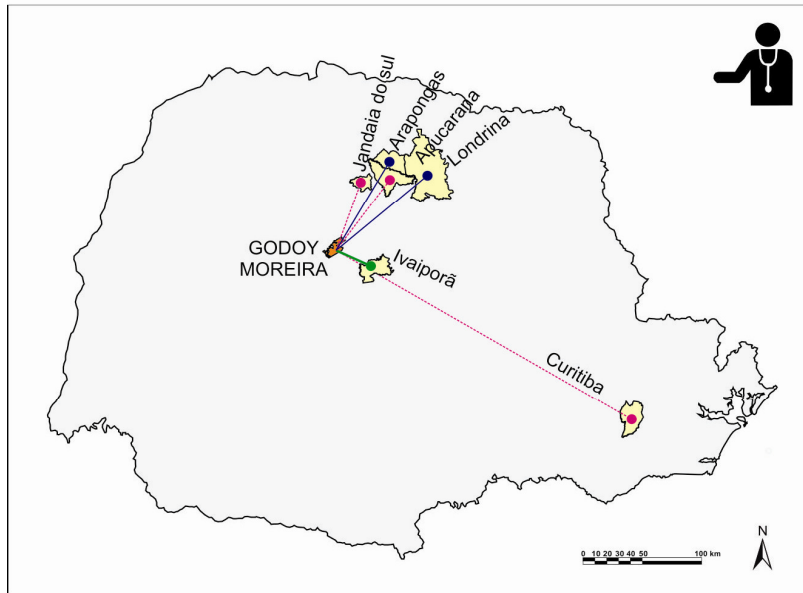
FAROL



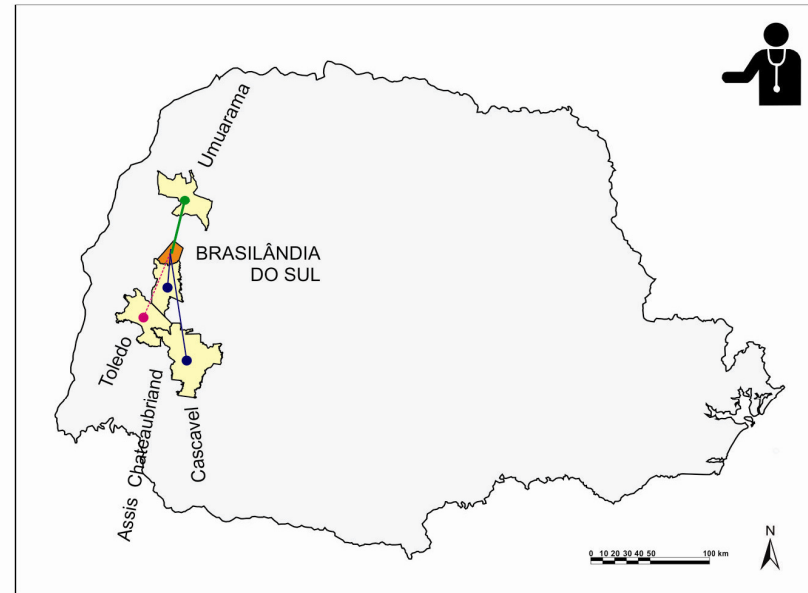
MATO RICO



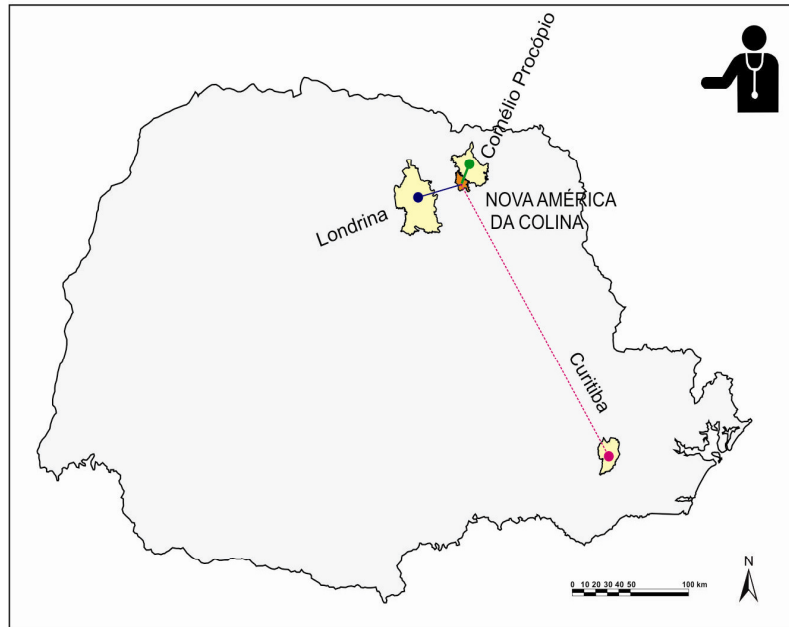
GODOY MOREIRA



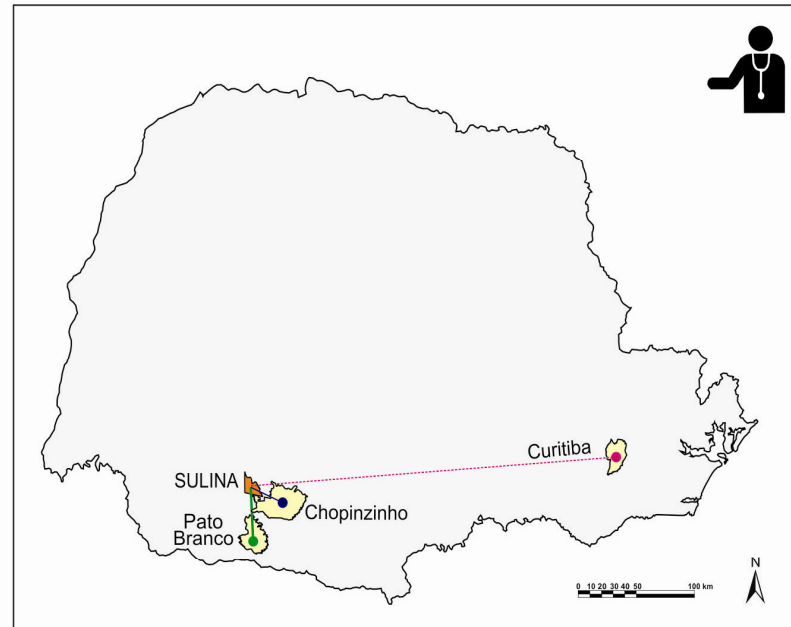
BRASILÂNDIA DO SUL



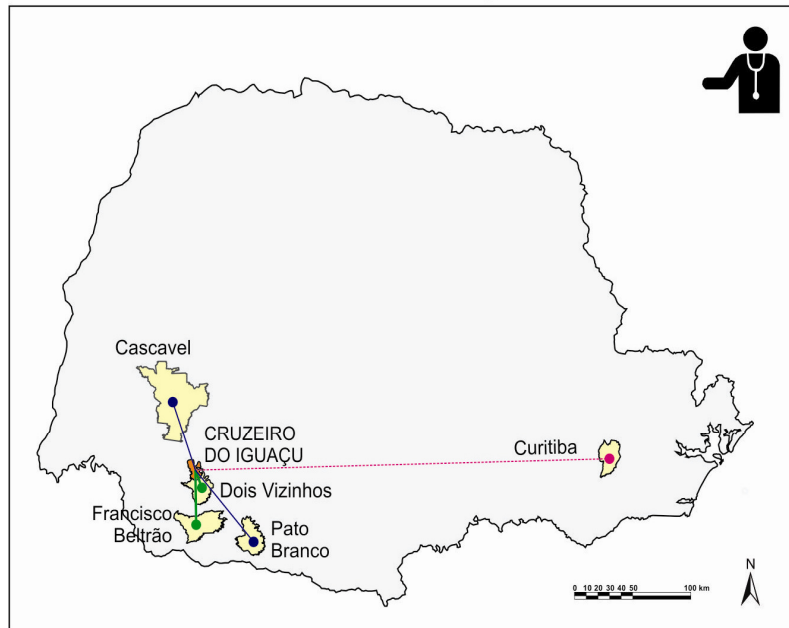
NOVA AMÉRICA DA COLINA



SULINA



CRUZEIRO DO IGUAÇU



Micromobilidade para atendimento médico especializado:

- Principal
- Secundária
- Terciária



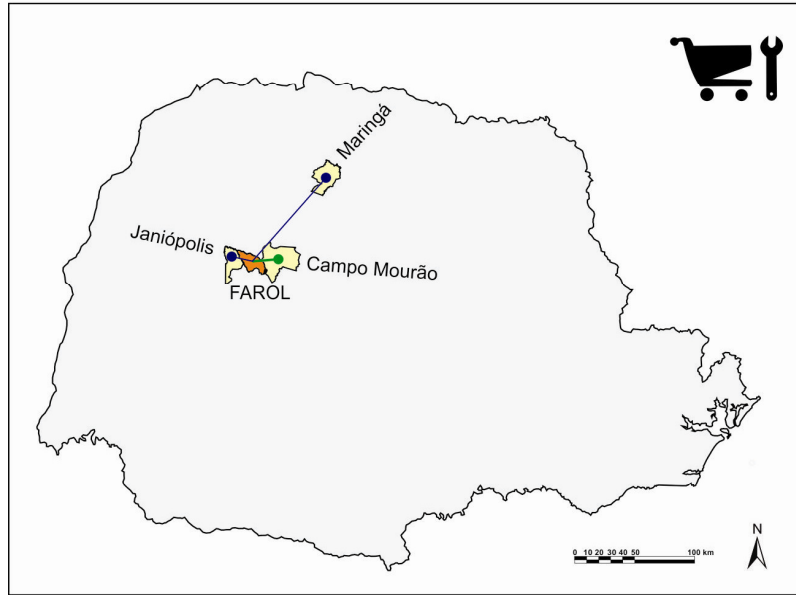
Fonte: Entrevistas do autor com moradores (2013)

Base Cartográfica: ITCG (2010)

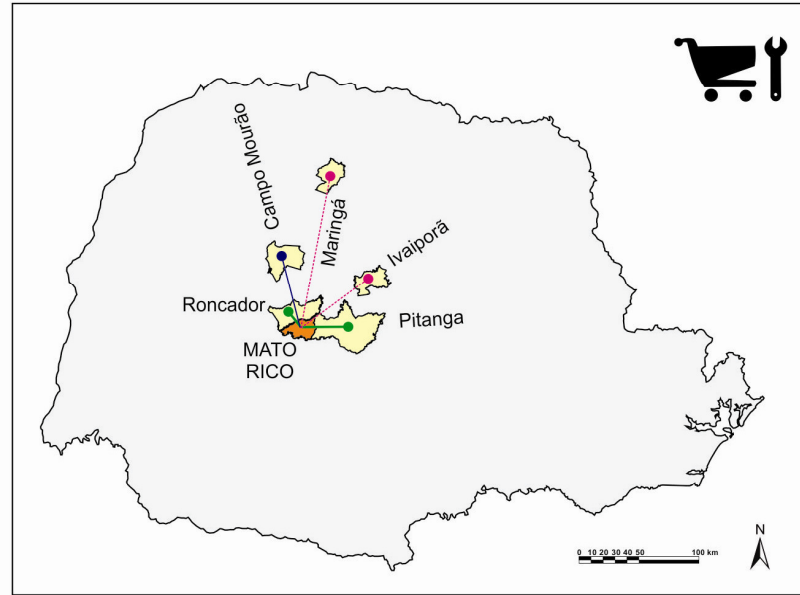
Org. Por: BERNARDINO, V. M. P. / NEMO - UEM (2013)

Figura 24 - PARANÁ: MOBILIDADES DO CONSUMO E PARA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

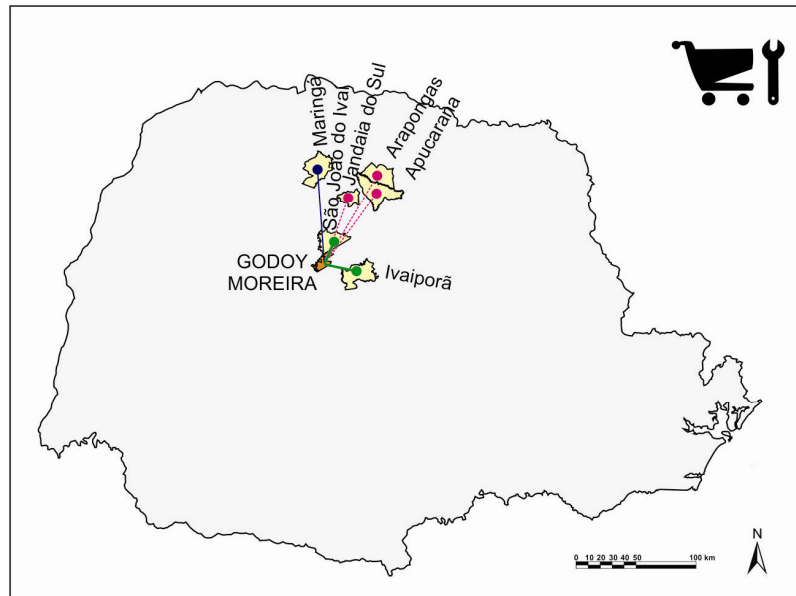
FAROL



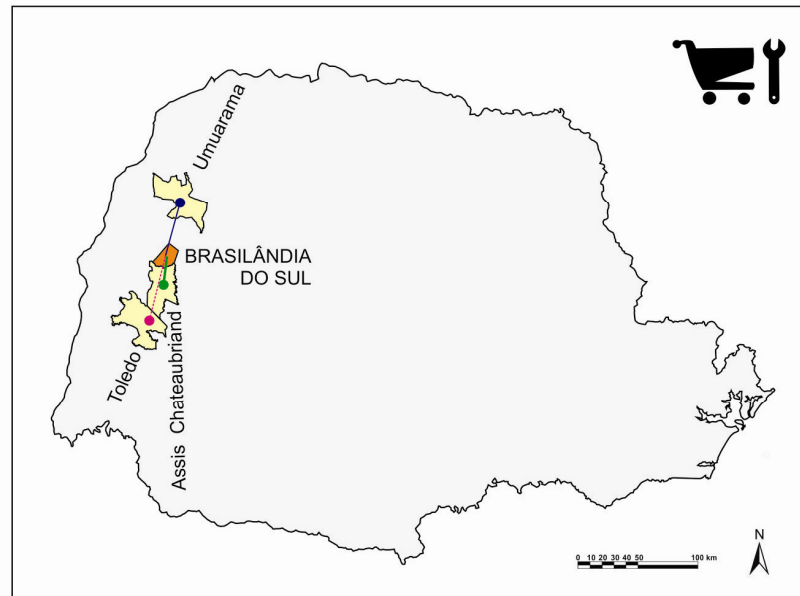
MATO RICO



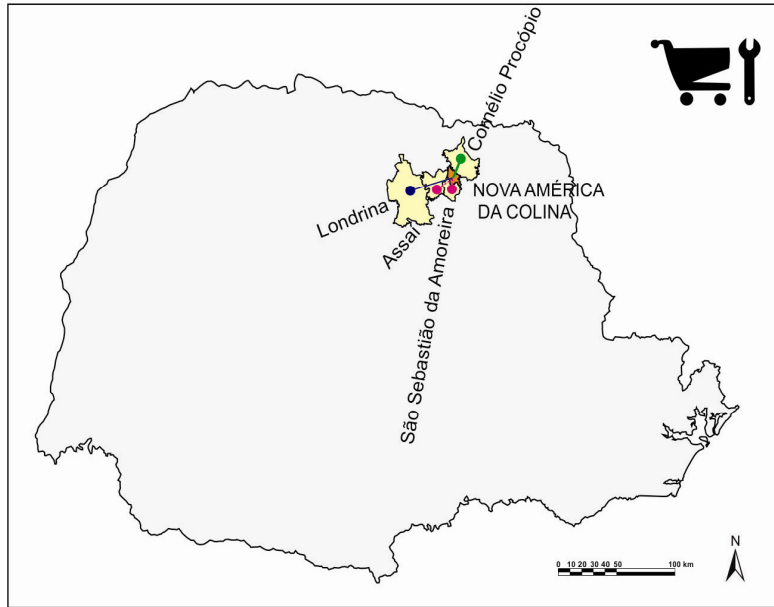
GODOY MOREIRA



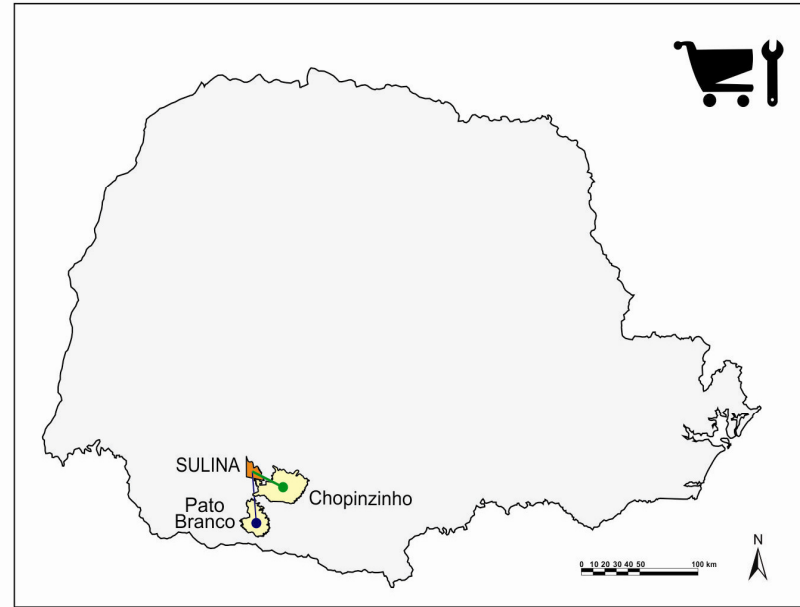
BRASILÂNDIA DO SUL



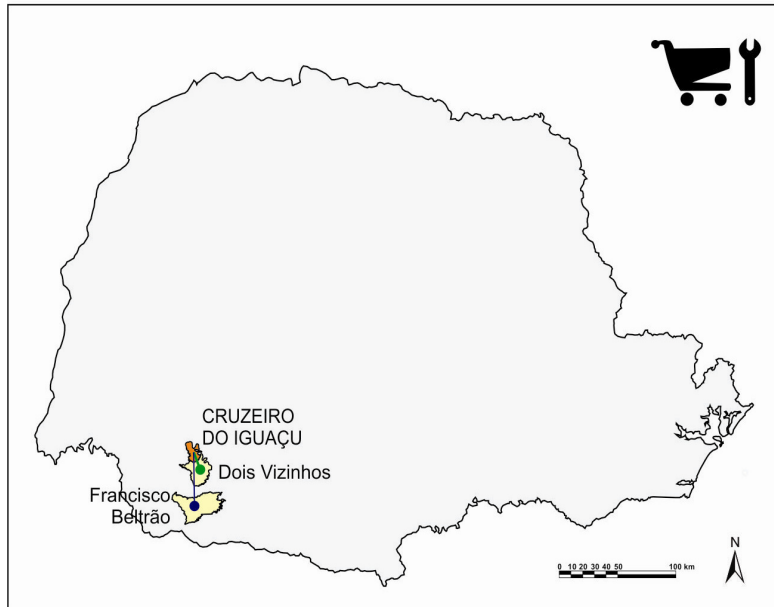
NOVA AMÉRICA DA COLINA



SULINA



CRUZEIRO DO IGUAÇU



Mobilidades do consumo e para serviços especializados:

Principal —●—

Secundária —●—

Terciária - - - ● - - -



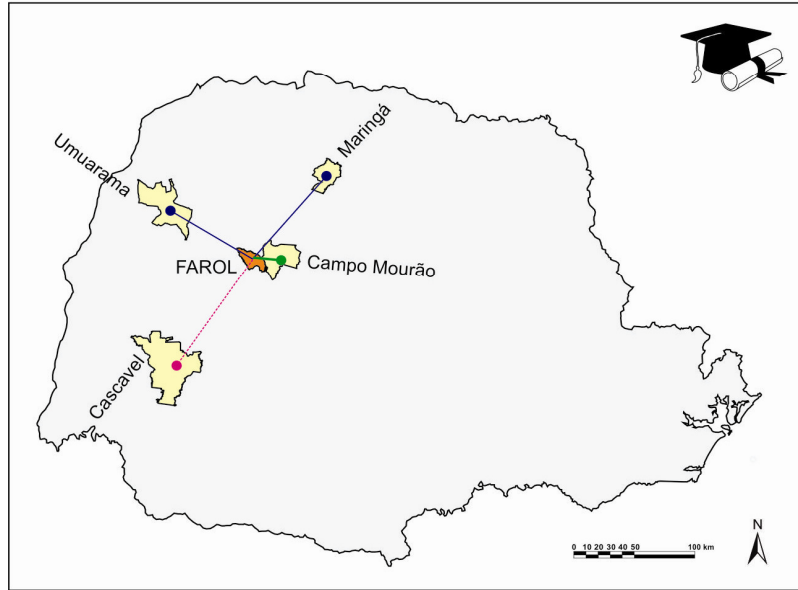
Fonte: Entrevistas do autor com moradores (2013)

Base Cartográfica: ITCG (2010)

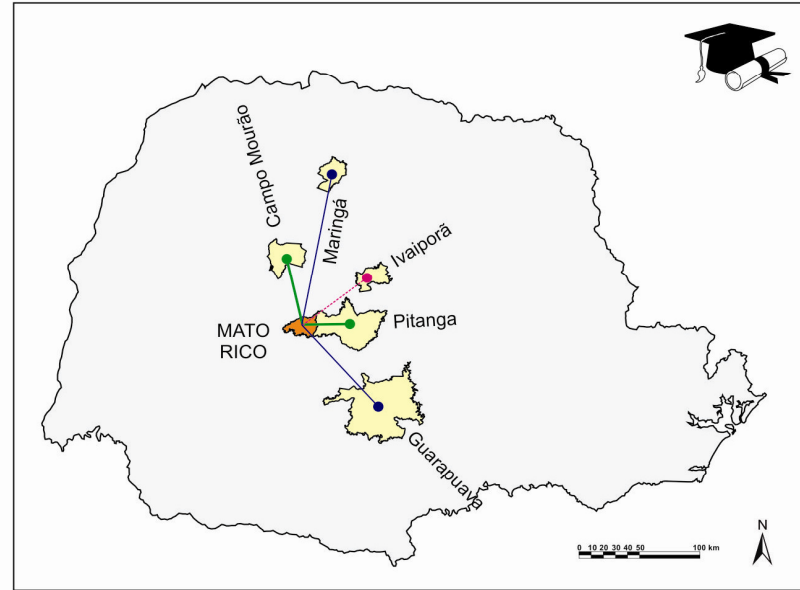
Org. Por: BERNARDINO, V. M. P. / NEMO - UEM (2013)

Figura 25 - PARANÁ: MICRMOBILIDADES PARA O ENSINO SUPERIOR

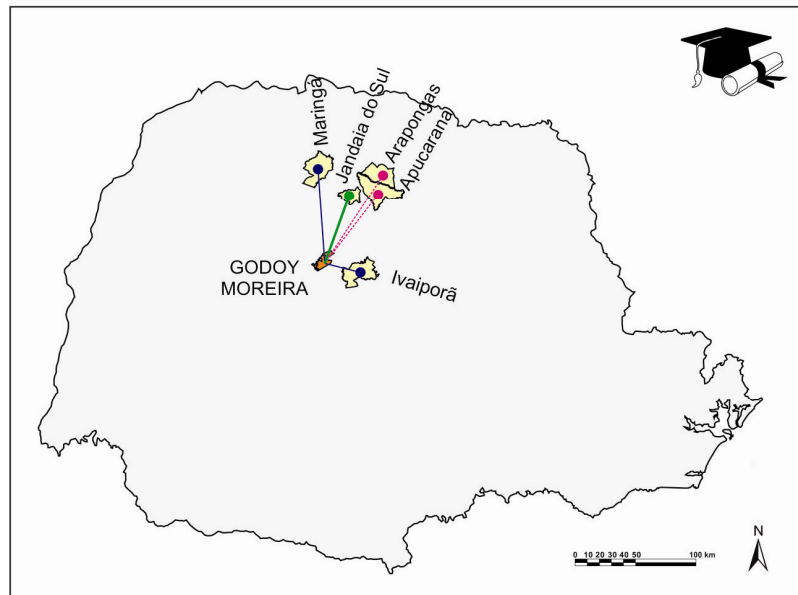
FAROL



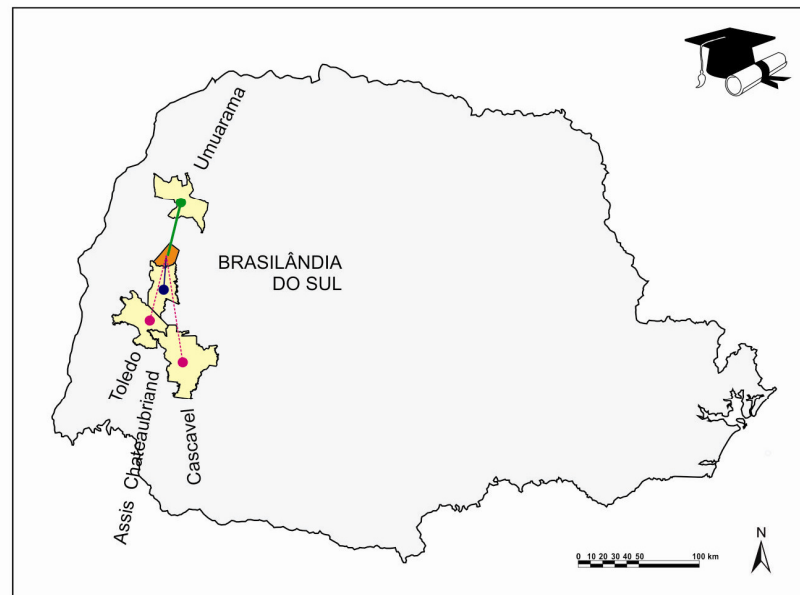
MATO RICO



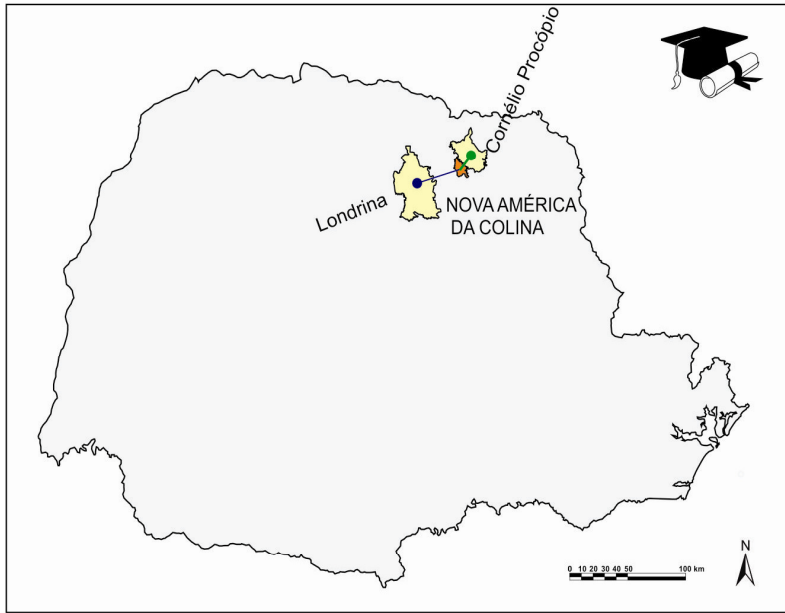
GODOY MOREIRA



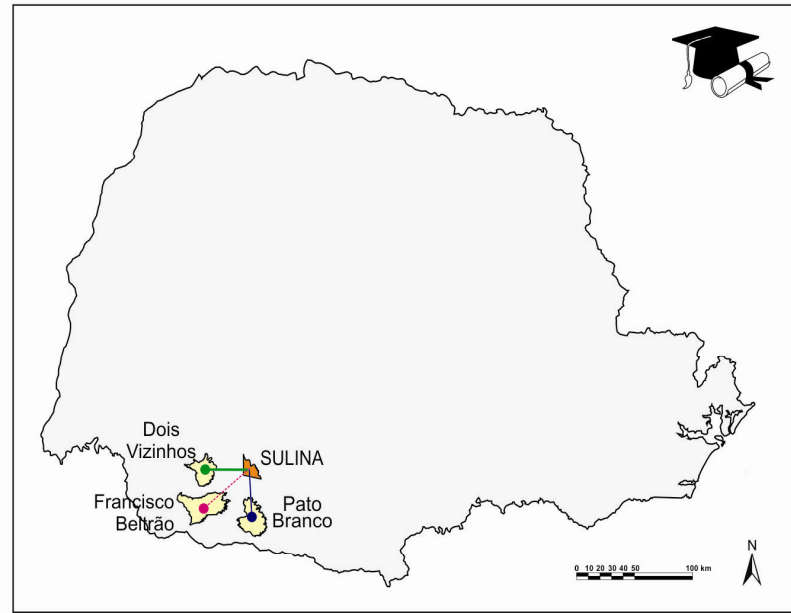
BRASILÂNDIA DO SUL



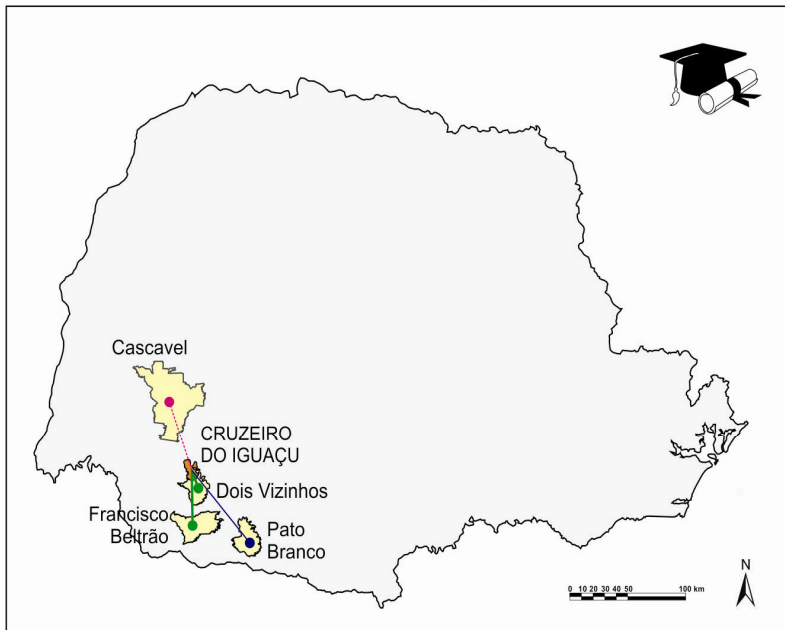
NOVA AMÉRICA DA COLINA



SULINA



CRUZEIRO DO IGUAÇU



Micromobilidade para o Ensino Superior:

Principal —●—

Secundária —●—

Terciária - - - ● - - -



Fonte: Entrevistas do autor com moradores (2013)

Base Cartográfica: ITCG (2010)

Org. Por: BERNARDINO, V. M. P. / NEMO - UEM (2013)

3.5 PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Inicialmente o termo desenvolvimento era atribuído apenas ao crescimento econômico, porém com o passar do tempo e o avanço nos debates novas interpretações foram necessárias. O *Novíssimo Dicionário de Economia*, por exemplo, define o desenvolvimento como crescimento econômico acompanhado de melhoria do padrão de vida da população (SANDRONI, 2004).

Oliveira (2002) considerou no seu estudo a existência de pelo menos duas correntes de pensamento. A primeira corrente entende o crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento e engloba pensadores de tradição clássica e neoclássica apoiados em taxas e indicadores econômicos. A segunda corrente argumenta que o crescimento é indispensável, mas não é suficiente, pois o desenvolvimento é caracterizado por modificações no modo de vida das pessoas e nas estruturas produtivas.

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras. (OLIVEIRA, 2002, p. 40).

Ávila (2000) apresentou uma crítica referente as políticas de desenvolvimento regional elaboradas entre finais da década de 1970 e 1980 pelo FMI, ONU e BIRD, que acabaram por concentrar os investimentos em poucas localidades inibindo o crescimento e a prosperidade da maioria dos lugares. No Brasil, também foram adotados macro projetos de desenvolvimento regional que não tiveram o potencial de reduzir as desigualdades.

Nos últimos anos vem ganhando destaque a idéia de desenvolvimento local. Conforme Pires *et. al.* (2006) o conceito de desenvolvimento territorial local é considerado como um dos mais recentes paradigmas do desenvolvimento e também é conhecido por desenvolvimento endógeno, integrado e comunitário.

Sousa (2011), investigando os intensos problemas enfrentados pela América Latina, argumentou ser necessário recuperar a importância do local para o estabelecimento de políticas públicas.

La realidad social y económica existente en las diferentes partes del territorio latinoamericano exige actuar con rapidez en la recuperación de la importancia de lo regional y lo local en el diseño de las políticas públicas, demanda que a su vez se sustenta en los nefastos efectos provocados por el nuevo entorno económico y político internacional en el cual América Latina se desenvuelve. En esta época de globalización neoliberal, la recuperación del territorio puede convertirse en un factor que contribuya a la consecución de objetivos tales como: crecimiento económico, empleo, equidad, competitividad, sustentabilidad y disminución de la pobreza, a la vez que contribuya a superar la crisis estructural de vieja data que le caracteriza. (SOUSA, 2011, p. 1361).

Para Pires *et. al.* (2006, p. 448) o desenvolvimento local: “[...] é um processo de mudança social de caráter endógeno, capaz de produzir solidariedade e cidadania, e que possa conduzir de forma integrada e permanente a mudança qualitativa e a melhoria do bem-estar da população de uma localidade ou uma região.” O desenvolvimento local é o resultado de uma ação coletiva intencional de caráter local, tendo em vista arranjos de regulação das práticas sociais.

A solidariedade deve ser o eixo norteador das ações. O grande diferencial do desenvolvimento local não está apenas em seus objetivos (endogenia, bem estar social, etc.), mas também assegurar à comunidade o papel de agente participativo e não somente beneficiário (MARTINS, 2002).

O modelo de desenvolvimento endógeno deve ser construído ‘de baixo para cima’, ou seja, parte das potencialidades sociais e econômicas do local; ao contrário do modelo de desenvolvimento ‘de cima para baixo’, que parte da intervenção do Estado Nacional através de grandes projetos estruturantes.

Com base no exposto podemos apontar as diferenças entre desenvolvimento no local e desenvolvimento local. O “desenvolvimento no local: quaisquer agentes externos se dirigem à ‘comunidade localizada’ para promover as melhorias de suas condições e qualidade de vida, com a ‘participação ativa’ da mesma.” Já o desenvolvimento local defende a ideia de que: “a comunidade mesma desabrocha suas capacidades, competências e habilidades de agenciamento e gestão das próprias condições e qualidade de vida, ‘metabolizando’ comunitariamente as participações efetivamente contributivas de quaisquer agentes externos.” (ÁVILA, 2000, p. 69).

A diferença principal está no fato de que no primeiro caso os agentes externos são os responsáveis por promover as transformações e a comunidade participa como coadjuvante. No segundo caso é a própria comunidade que assume a gestão e os agentes externos participam apoiando e orientando as ações.

Endlich (2007) vai ao encontro com a discussão apresentada argumentando que compreende como desenvolvimento local endógeno a utilização dos recursos e a própria capacidade dos atores locais em conduzirem o processo de desenvolvimento sem a dependência direta de atores exógenos.

Ao refletir sobre a temática Francisco de Oliveira (2001) chamou a atenção para a cidadania e para o governo local:

[...] a primeira dimensão substantiva do desenvolvimento local refere-se à capacidade efetiva de participação da cidadania no que podemos chamar o “governo local” e ela aparece como um resgate da ágora grega, posto que a forma democrática representativa é insuficiente para dar conta da profunda separação entre governantes e governados na escala moderna. Essa separação aparece como vantajosa para os grandes grupos econômicos e grupos políticos que formam uma verdadeira oligarquia, mas é inteiramente daninha para o cidadão comum. Essa separação tampouco é dada: ela é produzida exatamente pelos grupos citados, como uma forma da dominação e para evitar que a democracia seja, realmente, o governo de todos. O desenvolvimento local poderia criar um lócus interativo de cidadãos, recuperando a iniciativa e a autonomia na gestão do bem comum. Sugere-se assim, que o governo poderia estar ao alcance das mãos dos cidadãos. (OLIVEIRA, 2001, p. 14).

O tema da democracia representativa e da democracia direta volta à cena aliado às novas redes sociais de informação, permitindo o fortalecimento de ações diretas do cidadão nas decisões da nação. Esta discussão se fortalece quando avaliamos os abusos de poder praticados pelos representantes políticos em todo o mundo, mas de forma muito expressiva no Brasil. Este quadro traz para o desenvolvimento local uma possibilidade de resistência e transformação.

O segundo ponto é a possibilidade de corrigir a tendência de concentração capitalista no nível macro. O capital e a riqueza estão cada vez mais concentrados, sendo necessário efetivar formas de resistência e de ruptura. A luta pela cidadania abre a possibilidade de transformação, pois é a forma mais contemporânea do conflito de classes, é a luta pelos significados, pelo direito à fala e à política (OLIVEIRA, 2001).

A luta pela cidadania não ocorre de forma harmônica e linear, é um processo contraditório que envolve interesses divergentes. O desenvolvimento local também não ocorre harmonicamente, sem conflitos. O processo é complexo e envolve disputas políticas a partir de relações de poder historicamente estabelecidas tanto no nível local, como regional, nacional e global.

Entendemos que uma possibilidade efetiva de transformação pode ser encontrada na economia solidária. Enquanto que a economia capitalista está embasada na propriedade individual e no direito à liberdade individual, dividindo a sociedade em classes opostas, resultando na competição e na produção da desigualdade, os princípios da economia solidária segundo Singer (2002, p. 10): “são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual.” O resultado é a solidariedade e a igualdade.

O programa da economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidade de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante. O avanço da economia solidária não prescinde inteiramente do apoio do Estado e do fundo público, sobretudo para o resgate de comunidades miseráveis, destituídas do mínimo de recursos que permite encetar algum processo de auto-emancipação. Mas, para uma ampla faixa da população, construir uma economia solidária depende primordialmente dela mesma, de sua disposição de aprender e experimentar, de sua adesão aos princípios da solidariedade, da igualdade e da democracia e de sua disposição de seguir estes princípios na vida cotidiana etc. (SINGER, 2002, p. 112).

Para Rocha (2008) a economia solidária está fundada nos princípios da equidade, solidariedade, sustentabilidade e cooperação e busca incorporar no trabalho, na produção e na comercialização a consciência cidadã.

É introduzida a possibilidade de desenvolver uma ação solidária não mais no centro regional (cidades pólo), mas nas cidades periféricas visando a perspectiva de reversão da estagnação geoeconômica destas comunidades. Com o Diagnóstico de Potencialidades Locais podemos mapear quais são as potencialidades destas comunidades menores, o que estamos denominando de cidades periféricas. Quais são as possibilidades que essa força de trabalho autóctone, que ainda existe e que grande parte está desabilitada, sem emprego ou que está desenvolvendo uma atividade subalterna, tem de potenciar suas expertises. (ROCHA, 2008, p. 247, grifo nosso).

O desenvolvimento local estruturado sobre as bases teóricas e práticas da economia solidária emerge como possibilidade efetiva de transformação. As suas ações permitem a manutenção da população no município na medida em que dinamizam a economia a partir de empreendimentos econômicos solidários. Permite a articulação entre os elos da cadeia produtiva em redes que se apóiam e se complementam a partir do consumo solidário, das vantagens cooperativas, da partilha da decisão com representantes da comunidade e o desenvolvimento de redes de comércio a preço justo. É um projeto destinado a promover as

peças e a coletividade, reproduzindo e distribuindo as riquezas com o objetivo de responder às necessidades da comunidade.

Ainda existem grandes desafios pela frente para por em prática a economia solidária, visto que os conceitos capitalistas de individualidade, egoísmo, exploração e ganância estão fortemente enraizados. Porém, algumas iniciativas de desenvolvimento local que já estão em curso nos permitem acreditar na possibilidade de avançar rumo à outra economia. Porém, é preciso levar em consideração as grandes dificuldades enfrentadas pelas mesmas.

Em Farol uma iniciativa é a Bacia Leiteira. Conforme Martins (2012), no final do ano 2000 ocorreu a implantação do Programa de Inseminação Artificial – PIA, em parceria com a Secretaria de Estado de Abastecimento com a finalidade de ofertar um médico veterinário e um inseminador para atender aos pequenos produtores e melhorar o plantel. A iniciativa foi o primeiro passo para o estabelecimento da Bacia Leiteira. A figura 26 apresenta uma propriedade familiar produtora de leite.

Figura 26 – Prática de pecuária leiteira



Fonte: Arquivo do autor (2012)

O segundo passo foi a criação de uma associação com a finalidade de melhorar o preço da venda do litro de leite. Segundo o atual presidente da Associação Farolense de Produtores de Leite - AFAPROL, o senhor Mario Luiz Boilo¹⁷ (2012), a fundação se deu em 2009 através da iniciativa de nove produtores com capacidade de entregar 36 mil litros de leite por mês. Atualmente possui 61 produtores associados e entregam 360 mil litros de leite mês. Os

¹⁷ Entrevista realizada em Farol no dia 28 de novembro de 2012.

produtores tem de 5 a 50 vacas leiteiras e as propriedades variam entre 2 e 30 alqueires com média de 7 alqueires.

Os principais benefícios para os associados estão na elevação do preço para a venda do leite e a compra de novos equipamentos. Se um produtor for vender o leite sozinho recebe cerca de R\$ 0,65, já os associados em virtude da maior quantidade obtida o preço sobe para R\$ 0,88 (valores em novembro de 2012). Boilo (2012) também argumenta que a AFAPROL tem contribuído para a fixação da população: “[...] hoje a gente tem sessenta e um cooperados e tem assim, muitos que é o pai e o filho e isso ajuda bastante.”

Com o melhoramento genético, seleção de espécies e a inseminação artificial, a produção de leite por vaca aumentou significativamente passando de 10 litros por vaca dia para cerca de 30 litros, podendo chegar a 35 litros. O uso de técnicas mais eficientes como a ordenhadeira mecânica também contribuiu para melhorar a qualidade da produção. O apoio do poder público, o uso de novas tecnologias e a organização dos produtores a partir de lideranças locais aumentou a produção, elevou o preço do leite pago ao produtor e estabeleceu novas perspectivas para a fixação da população. Conforme Eduardo Campo Barbosa, técnico da EMATER:

Então, após a associação ter se estabilizado aí, se a gente for fazer um retroativo de uns cinco anos atrás, Farol não tinha quase leite, o leite era mais em algumas propriedades de subsistência. Então, depois da fundação da associação e dela já tá estabilizada e estar com um publico bom sendo atendido, o que a gente consegue perceber hoje é que o leite tem se tornado o carro chefe da propriedade e como o leite gera um pouco mais de mão de obra, de serviço dentro da propriedade, a gente percebe que os filhos dos agricultores tem permanecido dentro da propriedade pela questão do leite gerar uma renda mensal e ser uma coisa mais fixa do que a lavoura. A lavoura você tem aquela coisa, se você perder uma safra de verão você perde o ano. Já o leite você tem uma renda mensal dentro da propriedade e com poucas áreas de terra você consegue ter uma renda boa. Então com isso, com a atividade leiteira mesmo tendo uma mão de obra mais pesada em cima, os pais tem conseguido segurar os filhos dentro da propriedade e tem conseguido fazer uma sucessão familiar que é o que o governo deseja, que a gente deseja, que a propriedade passe de pais para filho. Que essa propriedade, esse conhecimento que os produtores tem não se perda com o passar do tempo. O objetivo nosso em trabalhar na EMATER hoje é a extensão rural, é fazer essa sucessão familiar dentro da propriedade, é fazer com que o filho veja que a propriedade é rentável e é sustentável, que ele consegue sobreviver daquilo. Hoje o nosso papel é fazer com que o produtor consiga sobreviver em cima da terra dele sem precisar ter que sair pra procurar outras fontes de renda. (BARBOSA¹⁸, 2012).

¹⁸ Entrevista realizada em Farol no dia 28 de novembro de 2012.

A iniciativa de constituição de uma Bacia Leiteira a partir das potencialidades do lugar vem apresentando bons resultados. Contudo existem problemas e desafios. A visita em uma propriedade de agricultores familiares revelou os seguintes problemas: grande quantidade de serviço diário para lidar com as vacas leiteiras sendo o serviço pesado e realizado 365 dias por anos, não tendo feriado ou férias, para um sair os outros tem que ficar; dificuldade para estudar em razão do trabalho o que faz com que muitos jovens da família ainda não tenham terminado o ensino médio; alto preço da matéria prima elevando os custos da produção, especialmente a soja que é controlada pelo mercado externo e que serve de ração para o gado, o que subordina os pequenos proprietários aos interesses externos; necessidade de avançar de uma associação para uma cooperativa para obter melhores condições de financiamento e apoio; elevação do preço do litro de leite para o produtor, visto que são os laticínios quem mais ganham com a revenda do leite.

O uso de novas tecnologias tem melhorado a quantidade e qualidade do leite e reduzido o peso do serviço braçal no campo. A associação é uma iniciativa importante e válida, no entanto, não apresenta amplitude e dinamismo suficiente para reverter o processo de esvaziamento populacional em curso.

No município de Godoy Moreira uma iniciativa que começou a apresentar resultados foi a instalação de uma filial da Cooperativa Agroindustrial de Produtores de Corumbataí do Sul e Região - COAPROCOR, com sede na cidade de Corumbataí do Sul. A cooperativa surgiu em razão da necessidade de diversificação da produção devido a crise do mercado do café. O cultivo do maracujá foi o escolhido e hoje Corumbataí do Sul é considerado o maior produtor do Paraná. A cooperativa se expandiu para a região atuando em Barbosa Ferraz, Iretama, Nova Tebas, Quinta do Sol, Peabiru e em Godoy Moreira.

A COAPROCOR em Godoy Moreira começou a atuar com maior intensidade em 2010, estimulando a produção em pequenas propriedades e contribuindo para a diversificação da produção. Na visita *in loco* verificamos que atende principalmente pequenos agricultores e os principais produtos entregues são o maracujá, a uva de mesa, o tomate e a batata doce.

A produção é encaminhada para Corumbataí do Sul onde uma parte é industrializada (fabrica de polpa para sucos) e a outra enviada para ser comercializada em mercados e mercearias de diversas cidades paranaenses. O estudo de Lima (2012) demonstrou:

[...] a viabilidade da cultura do maracujá, para os pequenos produtores rurais do Município de Corumbataí do Sul, e passa a ser uma alternativa de ganho rentável e também como forma de diversificação de cultura, trazendo um crescimento econômico para os produtores rurais do município, bem como de toda a região, não havendo a necessidade de seus filhos, migrarem para os grandes centros urbanos. (LIMA, p. 109, 2012).

A figura 27 apresenta o posto de recebimento de frutas da COAPROCOR localizado no município de Godoy Moreira, caracterizando a expansão regional da fruticultura.

Figura 27 - Posto de recebimento da COAPROCOR em Godoy Moreira



Fonte: Arquivo do autor (2013)

O cultivo do maracujá em um hectare de terra com 900 plantas tem como custos de plantio e colheita R\$ 9.001,13 e gera um valor bruto de R\$ 12.636,00 obtendo um resultado positivo de R\$ 3.634,87 (LIMA, 2012). Os resultados positivos indicam a viabilidade para o cultivo do maracujá na região, especialmente em pequenas propriedades familiares como possibilidade de diversificar a produção e melhorar a renda.

O problema em Godoy Moreira está no fato de que não existe agregação de valor da produção através de uma indústria de polpa e extração de óleos e essências, o que possibilitaria a geração de empregos e receita para o município.

A diversificação da produção nas pequenas propriedades familiares no município e sua comercialização é um ponto positivo e deve ser considerado como um avanço. No entanto, sem uma estratégia eficiente de agroindustrialização visando a agregação de valor na produção os resultados são pouco expressivos para o desenvolvimento municipal.

Em Nova América da Colina a iniciativa está voltada para a plantação de laranja em pequenas propriedades. Os primeiros passos foram dados na década de 1990, no ano de 2002 os produtores criaram uma associação com o objetivo de melhorar a produção e ampliar o mercado. A associação cresceu e em 2011 se tornou cooperativa, denominada Cooperativa Nova Citrus.

Conforme Batista¹⁹ (2013), a cooperativa reúne 65 pequenos produtores de laranja da região que entregam aproximadamente 25 mil caixas por mês, o equivalente a 300 mil caixas ano. O tamanho das propriedades varia de 2 até 10 alqueires. No barracão da cooperativa, figura 28, é feita a limpeza, o polimento e a classificação da fruta conforme o tamanho.

Figura 28 - Barracão da Cooperativa Nova Citrus



Fonte: Arquivo do autor (2013)

A principal contribuição da cooperativa é:

Com o escoamento dos produtos que eles produzem e o incentivo pra plantarem mais laranja, mais uma alternativa na roça, e com o Ceasa que tem a cooperativa. No Ceasa de Londrina, incentiva a plantarem mais [...] a cooperativa fornece agrônomo e pequenos financiamentos com o nome da Nova Citrus que consegue com o banco Sicred (BATISTA, 2013).

A laranja entregue pelos pequenos produtores é vendida no Ceasa em Londrina para os mercados da região e para atravessadores que adquirem a fruta no barracão da cooperativa. Tal

¹⁹ Entrevista realizada em Nova América da Colina no dia 18 de março de 2013.

fato agrega pouco valor na produção visto que a laranja é comercializada *in natura*. É necessário investir na agroindustrialização da fruta, especialmente no que se refere a polpa, sucos e essências, contribuindo para elevar o ganho dos cooperados e para a geração de empregos. No entanto, a cooperativa enfrenta dificuldades para avançar no processo de industrialização.

Conforme entrevista realizada com uma pequena produtora rural que entrega laranja na cooperativa, no último ano a produção não deu para pagar as contas com veneno e adubos. Foi necessário vender um boi para cobrir os gastos com a produção de laranja em razão do baixo valor recebido. Os pequenos produtores familiares, mesmo com o apoio da cooperativa e a assistência técnica oferecida pela EMATER, ainda enfrentam dificuldades para manter a produção e retirar da terra o sustento da família.

Em Cruzeiro do Iguaçu duas atividades vêm se destacando: a avicultura e o turismo. A avicultura já está desenvolvida e inúmeras propriedades rurais trabalham com a criação de frango para abate. O potencial da avicultura começou a crescer com a instalação de um grande abatedouro de aves da Sadia no município de Dois Vizinhos. A empresa incentivou a criação de frangos na região garantindo a compra, o que estimulou proprietários rurais de Cruzeiro do Iguaçu a investir na construção de aviários.

O turismo está em fase de desenvolvimento, porém apresenta significativo potencial regional em razão da praia municipal (figura 29) no distrito de Foz do Chopim. A praia foi construída no lago da usina hidrelétrica de Salto Caxias (Usina Hidrelétrica Governador José Richa, inaugurada em 1999 e com um lago de 131 km²). Em razão da distância até o litoral paranaense (600 km até Guaratuba) e catarinense (640 km até Balneário Camboriú), e da boa estrutura existente (estacionamento, piscina, campo de futebol de areia, churrasqueiras, quiosques, lanchonetes, pedalinhas, etc.), a praia vem recebendo no período de verão turistas provenientes da região Sudoeste.

A prefeitura de Cruzeiro do Iguaçu está investindo no turismo com o objetivo de oferecer oportunidade de lazer para a população local bem como atrair turistas. No verão são realizadas uma série de atividades recreativas e nos fins de semana o movimento é significativo. Na virada de ano a prefeitura promove uma grande festa com fogos, música e danças típicas.

Figura 29 - Praia Municipal



Fonte: Arquivo do autor (2013)

A maior dificuldade verificada entre os exemplos citados está no alcance e nas limitações dos resultados obtidos. As estratégias de desenvolvimento são pensadas e práticas isoladamente e não são capazes por si só de conter o esvaziamento populacional e melhorar a renda da população local.

São atividades importantes e dinamizadoras, porém os resultados são restritos quando avaliados em nível regional. Assim, entendemos que seja necessário o estabelecimento de iniciativas que envolvam um maior número de pessoas, diversificando as atividades em vários setores e utilizando a tecnologia disponível e as linhas de financiamento com juros mais baixos oferecidas pelo governo. Sem a ampliação e diversificação das atividades as possibilidades de reduzir o esvaziamento populacional ficam na prática limitadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos municípios periféricos estudados a redução da população foi um dos principais problemas verificados. O processo de esvaziamento está diretamente relacionado com a nova dinâmica capitalista colocada em prática a partir de meados da década de 1960 no Brasil e no Paraná com o objetivo de ampliar os fluxos de capital. Um dos seus desdobramentos foi a modernização da agricultura.

Se por um lado a modernização liberou o homem do trabalho braçal pesado no campo, por outro lado desarticulou a dinâmica de crescimento populacional e econômico pré-existente, estimulando a redução das pequenas propriedades familiares e a ampliação das médias e grandes fazendas produzindo para exportação.

O êxodo rural foi significativo, assim como a migração urbana-urbana. Apenas alguns pontos privilegiados do território paranaense por conter as condições necessárias exigidas pelo capital se integraram efetivamente nos novos fluxos e prosperaram. Em outros municípios as perdas foram grandes, adquirindo características periféricas.

As principais críticas realizadas pela população entrevistada diz respeito a falta de empregos, baixos salários, problemas de infraestrutura, saúde pública, carência de desenvolvimento, falta de espaços para lazer e pouco apoio para a agricultura familiar. Tais problemas, segundo os moradores, estimulam a migração da população jovem em direção aos municípios fortemente dinâmicos e dinâmicos. Os principais destinos indicados foram Curitiba, Maringá, Londrina, Cornélio Procopio, Campo Mourão, Foz do Iguaçu, Pato Branco, Jaraguá do Sul (Santa Catarina) e cidades do interior de São Paulo.

A redução ou perda de funções urbanas importantes também estimulam a micromobilidade física da população em direção aos centros regionais dinâmicos mais próximos com o intuito do consumo de mercadorias, recebimento de salários, pagamento de contas, realização de empréstimos bancários, serviço odontológico, consultas médicas especializadas, realização de cursos profissionalizantes de nível médio e cursos superiores.

A dimensão política é outra questão problemática que deve ser avaliada para a compreensão das condições periféricas vivenciadas por um grande número de municípios paranaenses. Tal questão permeia pelas escalas internacional, nacional, regional e local. Nas escalas internacional e nacional as ações são controladas por forças externas com pouca ou nenhuma influencias dos agentes locais. Já nas escalas regional e local as políticas públicas praticadas dependem dos agentes locais, porem existe uma série de barreiras e impedimentos

para sua efetivação. Consideramos como obstáculos o poder exercidos a décadas pelos mesmos grupos e a dificuldade que a população enfrente para participar ativamente da tomada de decisão.

Outro fato comum verificado nos municípios periféricos estudados - ocorrendo em alguns com maior intensidade e em outros com menor - é a ideia de que o desenvolvimento e as políticas voltadas para a redução do esvaziamento populacional deveriam ser promovidos a partir de ações exógenas desencadeadas pelo governo federal, estadual e pelo capital representado pela iniciativa privada.

Alguns gestores municipais, assim como uma parcela significativa da população acreditam que a solução para reverter a evasão da população e para vivenciar um ciclo de crescimento econômico seria a instalação de grandes indústrias no local. Tal ideia tem como fundamento a velha concepção de desenvolvimento alicerçada no crescimento econômico industrial entendendo que grandes indústrias geram muitos empregos e receitas.

É necessário desmistificar tal ideologia a partir de três questões principais: i) as grandes indústrias em razão da modernização tecnológica geram um número pequeno de empregos e com alto grau de qualificação, ii) sua instalação geralmente subordina o território e a força de trabalho de acordo com os seus interesses, iii) a logística e os fluxos de capitais e serviços exigem que as grandes indústrias se instalem em pontos estratégicos do território, o que inviabiliza sua instalação em municípios periféricos.

Na nossa argumentação também consideramos que o modelo de desenvolvimento capitalista embasado no crescimento econômico infinito, na exploração da força de trabalho e dos recursos naturais vem se demonstrando limitado e gerador de problemas.

Se os municípios considerados na presente pesquisa como periféricos desejam reverter o quadro instalado devem pensar em promover estratégias de desenvolvimento local integrado, autogerido e autossustentado. A palavra integrado assume um papel de destaque, pois verificamos que a maioria das iniciativas de desenvolvimento local - com poucas exceções - surge isoladamente a partir da iniciativa e do comprometimento de um pequeno grupo que luta por anos para superar as dificuldades e barreiras existentes.

Essas iniciativas conquistaram resultados expressivos quando avaliadas isoladamente, porém quando ampliamos a análise e verificamos sua ação no município e sua inserção na região percebemos que os resultados não são capazes de promover melhorias efetivas para toda a população e sim apenas para um restrito grupo.

Uma ou duas ações isoladas, mesmo que recebam apoio de diferentes órgãos e instituições públicas e privadas, não são suficientes para reverter a estagnação, o esvaziamento populacional e a subordinação territorial. As ações de desenvolvimento local embasadas nas potencialidades do município têm que ser integradas e coletivas, atuando em vários segmentos.

O desenvolvimento local integrado parte da compreensão de que toda comunidade tem que estar ciente dos problemas enfrentados pelo município e pensar em conjunto com atores externos um plano de desenvolvimento municipal - ou até mesmo regional - procurando aproveitar as potencialidades de cada indivíduo e do local.

Nos municípios periféricos as iniciativas de desenvolvimento também devem estar atentas para a necessidade de integração entre o rural e o urbano, estimulando a agricultura familiar a partir da diversidade na produção e melhoria na qualidade, bem como na viabilização de uma ação agroecológica que não descarta a criação de valor agregado a partir do uso de tecnologia na própria propriedade ou em cooperativas de produtores. Integrado a esse processo tem que estar a comercialização, estimulando-se o preço justo.

As feiras locais são um importante canal de comercialização diretamente com o consumidor, desde que revitalizadas e revalorizadas. Os produtores rurais ao comercializarem diretamente com o consumidor eliminam os atravessadores que muitas vezes ficam com a maior parte do lucro. Os consumidores estão cada vez mais se abrindo para o consumo de produtos orgânicos, pois contemplam o uso responsável da água, do solo, dos recursos naturais e respeitam as relações culturais.

Também é importante estabelecer a expansão regional da produção, especialmente nas cidades mais dinâmicas que possuem um maior número de consumidores, possibilitando uma ação mais abrangente e efetiva.

Os estímulos ao desenvolvimento local integrado com o apoio do governo estadual e federal podem contribuir efetivamente na melhoria da qualidade de vida da população que vive nos municípios periféricos, porém a reversão do esvaziamento é uma questão complexa que envolve uma série de fatores que permeiam pela escala local, regional, nacional e internacional.

REFERÊNCIAS

ALVES, Francelino Adilson, *et. al.* Sudoeste paranaense: colonização, estrutura fundiária e indicadores da modernização agrícola. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio (org.) **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

ANDRADE, Áurea Andrade Viana de. **Vilas rurais da microrregião geográfica de Campo Mourão**. Maringá: UEM, 2005. (Dissertação de mestrado).

ÁVILA, Vicente Fideles. Pressupostos para a formação educacional em desenvolvimento local. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. v. 1, n. 1, p. 63-76, set., 2000. Disponível em: <http://www3.ucdb.br/mestrados/RevistaInteracoes/n1_fideles.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2011.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia da População**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

BENÍTEZ, Marcela. Pequeñas localidades y vaciamiento demográfico: desafíos y oportunidades. In: ENDLICH, Angela Maria; ROCHA, Márcio Mendes. **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009.

BERMAN, Marshall. **All that is solid melts into air**: the experience of modernity. New York: Simon and Schurter, 1982.

BERNARDES, Lísia Maria Cavalcanti. O Problema das “Frentes Pioneiras” no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**. nº 3, jul-set. 1953.

BRASIL, CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 1988.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. EMTESE, **Revista eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do Espaço Urbano**: Agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011a.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011b.

CASTRO, Francisco José Gouveia de; SUZUKI JÚNIOR, Julio Takeshi. Características e determinantes do crescimento industrial paranaense em 2011. **Análise Conjuntural**. Iparades. v. 34, n. 1-2, jan.fev. 2012.

CINTRA, Anael Pinheiro Ulhoa; SUZUKI JÚNIOR, Julio Takeshi; PEREIRA, Valéria Villa Verde Reveles. **Primeiros resultados do censo agropecuário 2006 – Paraná**. IPARDES: Notas técnicas.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A Rede Urbana**. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ed. Ática, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajelórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do Espaço Urbano: Agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

COSTA, Fábio Rodrigues da; ROCHA, Márcio Mendes. Estudo sobre os municípios periféricos na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense. Revista **Geografia (Londrina)**, v. 18, n. 2. 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/2482/3301>>. Acesso em: 12 abr. 2010.

COSTA, Fábio Rodrigues da; ROCHA, Márcio Mendes. Reflexões Preliminares sobre a Constituição de Centros de Economia Dinâmica e Municípios Periféricos no Estado do Paraná. In: Simpósio Paranaense de Pós-Graduação e pesquisa em Geografia, 5., 2010, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2010.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital Financeiro e agricultura no Brasil**. Campinas SP: UNICAMP, 1985.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papeis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. Presidente Prudente: UNESP, 2006. (Tese de doutorado).

ENDLICH, Ângela Maria. Novos referenciais de desenvolvimento e planejamento territorial: possibilidades para as pequenas cidades? **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 2, p. 5-35, mai./ago. 2007.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia Catreghini de Freitas. Internacionalização e novos conteúdos de Curitiba. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 107, p. 93-107, jul/dez. 2004.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia Catreghini de Freitas. Considerações sobre o grau de integração da Região Metropolitana de Curitiba na economia internacional e seus efeitos nas transformações socioespaciais. In: MOURA, Rosa; FIRKOWSKI, Olga Lúcia Catreghini de Freitas. **Dinâmicas intrametropolitanas e produção do espaço na região metropolitana de Curitiba**. Curitiba: Letra Capital Editora, 2009.

FRESCA, Tânia Maria. Análise da dinâmica da produção industrial no interior paranaense. **Revista Terr@ Plural**. Vol. 2, n. 2, p. 227-239, 2008.

FRESCA, Tânia Maria. Redefinição dos papéis das pequenas cidades na rede urbana do norte do Paraná. In: Endlich, Ângela Maria; ROCHA, Márcio Mendes (Org). **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (Org.) **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.

GARCÍA, Eugenio Cejudo; VALVERDE, Francisco Antonio Navarro. Quince años de aplicación de los programas de desarrollo rural. Desigualdades sociales y territoriales en la provincia de Granada. **Scripta Nova**. Vol. XVI, n. 390, 1 de fev. 2012.

GAUDEMAR, Jean-Paul. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editora Estampa. 1977.

GHIZZO, Márcio Roberto. **A mobilidade do consumo e a produção do espaço no aglomerado urbano de Maringá**. Maringá: UEM, 2012. (Tese de Doutorado).

GRAZIANO DA SILVA, José. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A Modernização Dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

HADDAD, Paulo R. Apresentação. In: VALE, Gláucia Maria V. **Territórios vitoriosos: o papel das redes organizacionais**. Editora Garamond Ltda, 2007.

HARVEY, David. **The Limits to Capital**. Oxford: British Library, 1982.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006a.

HARVEY, David. **Spaces of global capitalism**. New York: Verso, 2006b.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. **O binômio soja/trigo na modernização da agricultura do Paraná: o caso dos municípios de Ubatã, Campina da Lagoa e Nova Cantu**. Maringá: UEM. 1990. (Dissertação de Mestrado).

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. A formação sócio-espacial da região de Campo Mourão e dos municípios de Ubatã, Campina da Lagoa e Nova Cantu – *PR*. **Boletim de Geografia**, Maringá, 1993.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico Paraná 1970**. Série Regional. Vol. I, Tomo XIX. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1970/CD_1970_PR.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2012.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico Paraná 1980**. Vol. 1, Tomo 3, n. 18. Rio de Janeiro, 1982. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1980/CD_1980_DadosDistritais_PR.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2012.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico Paraná 1991**. n. 22. Rio de Janeiro, 1991. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/CD1991/CD_1991_caracteristicas_populacao_domicilios_PR.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/Home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>>. Acesso em: 21 mar. 2011.

IBGE-CIDADES. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 06 dez. 2012.

ÍNDICE FIRJAN. Sistema FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Edição 2012. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/ifdm/consulta-ao-indice>>. Acesso em: 05 dez. 2012.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Os vários Paranás: estudos socioeconômico-institucionais como subsídios aos planos de desenvolvimento regional**. Curitiba: IPARDES, 2005.

IPARDES. Índice IPARDE de Desempenho Municipal. Curitiba, 2010. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/pdf/indices/ipdm/metodologia_indice_ipardes_2010.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2011.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Os vários Paranás – Oeste paranaense: o 3º espaço relevante**. Curitiba: IPARDES, 2008.

KLEINKE, Maria de Lourdes Urban; DESCHAMPS, Marley Vanice; MOURA, Rosa. Movimento Migratório no Paraná (1986-91 e 1991-96) origens distintas e destinos convergentes. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. IPARDES. v. 1, n 95, p. 3-26, janeiro/abril, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **La Survie du capitalisme: la re-production des rapports de production**. Paris: Éditions Anthropos, 1973.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Éditions Anthropos, 1974.

LEFEBVRE, Henri. **O Marxismo**. São Paulo: Difel/Difusão Editorial. 1979.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal Lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global, 1987.

LIMA, Mário de. A relação custo/benefício na cultura do maracujá para os pequenos produtores rurais do município de Corumbataí do Sul. **Revista GEOMAE**. Campo Mourão, v.3, n.1, p. 93-110, 1ºSem, 2012.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. A economia paranaense e o mercado de trabalho nos anos 90. In: MOURA, Rosa; FIRKOWSKI, Olga Lúcia Catreghini de Freitas. **Dinâmicas intrametropolitanas e produção do espaço na região metropolitana de Curitiba**. Curitiba: Letra Capital Editora, 2009.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. In: LÖWY, Michael; BENSaid, Daniel. **Marxismo, modernidade e utopia**. São Paulo: Xamã, 2000.

MAGALHÃES, Marisa Valle. Movimentos Migratórios na Região Sul: novas tendências. Encontro Nacional Sobre Migração. **Anais Curitiba: IPARDES: FNUAP**, 1997.

MAGALHÃES, Marisa Valle; KLHEINKE, Maria de Lourdes Urban. Projeção da População do Paraná: tendências e desafios. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba. n. 98, p. 27-43, jan./jun. 2000.

MAGALHÃES, João Carlos. **Emancipação político-administrativa de municípios no Brasil**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/livros/dirur/dinamica_dos_municipios/Capitulo%201.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2011.

MANTEGA, Guido. **O governo Geisel, o II PND e os Economistas**. Relatório de Pesquisa nº 3, 1997. Disponível em: <http://easp.fgv.br/AppData/GVPesquisa/P00163_1.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2010.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. v 3, n. 5, p. 51-59, Set. 2002.

MARTONE, Geoge; BESKOW, Roberto. O modelo, os instrumentos e as transformações na estrutura de produção agrícola. In: MARTONE, Geoge; GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Editora Caeté, 1987.

MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach**. Edições Avante, 1982. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1 – o processo de produção do capital. Volume 1. São Paulo: Difel, 1984.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1 – o processo de produção do capital. Volume 2. São Paulo: Difel, 1985.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MIGLIORINI, Sonia M. dos Santos. Indústria Paranaense: formação, transformação econômica a partir da década de 1960 e distribuição espacial da indústria no início do século XXI. **Revista eletrônica Geografar**. Curitiba, v. 1, n. 1, p. 62-80, jul/dez. 2006.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da Costa. **Geografia Crítica: a valorização do espaço**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

MORO, Dalton Áureo. Desenvolvimento econômico e dinâmica da população no Paraná contemporâneo. **Boletim de Geografia**. UEM. v.1, n. 16, 1-55, 1998.

MORO, Dalton Áureo. A modernização da agricultura. In: VILLA LOBOS, Jorge G. (org.) **Geografia Social e Agricultura no Paraná**. Maringá: PGE/UEM, 2001.

MOURA, Rosa; KLEINKE, Maria de Lurdes Urban. Urbanização e Espacialidades do Sul do Brasil. **Anais Curitiba: IPARDES: FNUAP**, 1998.

MOURA, Rosa; KLEINKE, Maria de Lurdes Urban. *Espacialidades de Concentração na rede Urbana da Região Sul*. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. IPARDES. v. 1, n 95, 3-26, janeiro/abril, 1999.

MOURA, Rosa. Qual o papel dos pequenos municípios na escala local do desenvolvimento? In: Endlich, Ângela Maria; ROCHA, Márcio Mendes (Org). **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009.

MOURA, Rosa; CINTRA, Anael. **Dinâmicas territoriais da população: primeiros resultados do censo 2010**. Curitiba: IPARDES, notas técnicas, n. 22, 2011. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/biblioteca/docs/NT_22_Primeiros_Resultados_Censo_2010.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A inserção do Brasil no capitalismo monopolista mundial. In: ROSS, Jurandyr L. Sanches (org). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Bianca Simoneli de. Rede Urbana Brasileira: algumas reflexões teóricas. **Revista Formação**, n. 15 volume 2, p. 100-109. 2008. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/n15v2/10_simoneli.pdf>. Acesso em: 07 out. 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e Conflito de Classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo: Polis, Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001.

OLIVEIRA, Gilson Batista. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, maio/ago. 2002.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

PEREIRA, Valéria Villa Verde Reveles. Considerações acerca da ocupação e da migração no Estado do Paraná. **IPARDES**, s/d. Acesso em 03/03/2011. Disponível em: www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/ocupacao_migracao.pdf.

PIRES, Élson L. S; MULLER, Geraldo; VERDI, Adriana Renata. Instituições, territórios e desenvolvimento local: delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos. **Geografia**, Rio Claro. V. 31, n. 3, p. 437-454, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/viewArticle/1374>. Acesso em: 30 mai. 2011.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

REGIC. **REGIÃO DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES**. IBGE. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. IBGE: Rio de Janeiro, 2008.

RELATÓRIO ESPECIAL DAS ÁREAS DEPRIMIDAS NOS EIXO DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. Brasil. Planejamento. 2008. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/downloads/081014_DOWN_EX_PNC_ArDep_area.pdf. Acesso em: 20 nov. 2011.

RIBEIRO, Vitor Hugo. **A mobilidade forçada e a exploração da força de trabalho: um olhar para os trabalhadores da cana-de-açúcar do Noroeste Paranaense**. Maringá: UEM, 2011. (Dissertação de mestrado).

ROCHA, Márcio Mendes. **A espacialidade das mobilidades humanas – um olhar para o norte central paranaense**. São Paulo: USP, 1998a. (Tese de doutorado).

ROCHA, Márcio Mendes. A (In) Determinação da Noção de Mobilidades nas Ciências Humanas. **Boletim de Geografia**. UEM. Ano 16, número 1, 1998b.

ROCHA, Márcio Mendes. Distribuição Populacional na Mesorregião Central Paranaense - o Perfil Concentrador como Resultante de um Modelo de Desenvolvimento Econômico. **Boletim de Geografia**. UEM. Ano 17, número 1, 1999.

ROCHA, Márcio Mendes. As cidades periféricas da Mesorregião Norte Central Paranaense: os vazios demográficos e o desenvolvimento local. In: Seminário Internacional, 1., 2004. Rio Claro – SP. **Anais...** Rio Claro, São Paulo: UNESP, 2004. p. 1-15.

ROCHA, Márcio Mendes. A produção dos espaços periféricos na ação regional a partir da economia solidária. **Revista Terr@ Plural**, Ponta Grossa, 2(1), p. 241-248, jul./dez. 2008.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Nova Cultura, 2004.

- SANTOS, Milton. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.
- SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Disponível em: <http://www.sebraepr.com.br/portal/page/portal/PORTAL_INTERNET/PRINCIPAL2009/BUSCA_TEXTO2009?codigo=900>. Acesso em: 25 jan. 2011.
- SCHILESINGER, Gino; ROLIN, Cásio F. C. O impacto das transferências intergovernamentais na política fiscal dos municípios: uma análise comparativa das mesorregiões Norte Pioneiro e Sudoeste Paranaense. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 114, p. 33-51, jan./jun. 2008.
- SCHÖNTAG, Rodolfo da Rosa. Autônoma financeira municipal: contradição ou realidade? **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 14, n. 2349, 6 de dez. 2009. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/13977>>. Acesso em: 23 nov. 2010.
- SILVA, Benedicto. **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986.
- SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: MOURA, Hélio A. (Coord). **Migração Interna: textos selecionados**. Fortaleza, 1980.
- SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SOJA, Edward. **Geografia Pós-Moderna: A reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- SORIANO, Sara Mônica Pinot. **Expropriação e violência: a luta dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra (Campo Mourão: 1946-1964)**. Maringá: UEM, 2002. (Dissertação Mestrado).
- SOUSA, Roberto González. El espacio latinoamericano y la utopía del desarrollo regional - local. In: Convención Internacional Geografía, Medio Ambiente y Ordenamiento Territorial, 2., 2011, Cuba. **Anais...** Cuba: Facultad de Geografía, Universidade de La Habana, 2011.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do Espaço Urbano: Agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

SUZIGAN, Wilson. Estado e industrialização no Brasil. **Revista de Economia Política**. vol. 8, n. 4, out-dez. 1988. Disponível em: <www.rep.org.br/pdf/32-1.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2012.

TAVARES, Lílian Pérsia de Oliveira. São José dos Pinhais no Contexto da Recente Industrialização Metropolitana: reflexos socioespaciais. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 108, p. 33-59, jan/jun. 2005.

TAVARES, Márcio Miguel. **Políticas públicas e pequenos municípios: uma avaliação no Estado do Paraná**. Curitiba: UFPR, 2006. (Dissertação de Mestrado).

TETAMANTI, Juan Manuel Diez. **Despoblamiento y Acción del Estado en la región Sudeste de la Provincia de Buenos Aires entre 1976 y 2004: Estudio de caso en las localidades de Mechongué (Partido de General Alvarado) y San Agustín (Partido de Balcarce)**. Universidad Nacional de Mar del Plata. Provincia de Buenos Aires, Argentina, 2006. (Monografía).

THEIS, Ivo Marcos. Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. **Revista Novos Cadernos NAEA**. v. 12, n. 2, p. 241-252, dez. 2009.

TRINTIN, Jaime Graciano. **A nova economia paranaense: 1970 - 2000**. Maringá: Eduem, 2006.

TROTSKY, Leon. **A história da Revolução Russa: a queda do tzarismo**. Primeiro Volume. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1967.

WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná. 2002.

WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro; BATALHA, Altiva Pilatti. **Ocupação do Paraná**. Série: Cadernos de Migração. Vol. 3. 1988.

YOKOO, Edson Noriyuki. **Terra de Negócio – Estudo da colonização no Oeste Paranaense**. Maringá: UEM, 2002. (Dissertação de Mestrado)

YOKOO, Edson Noriyuki. Processo da Dinâmica das Frentes de Ocupação Territorial e da Paisagem Agrária na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense. In: Encontro de Produção Científica e Tecnológica, 4., Campo Mourão, 2009. **Anais...** Campo Mourão: FECILCAM, 2009.

ZAI, Clotilde. **Municípios rurais e desenvolvimento territorial: reflexões a partir do município de Mato Rico - PR**. Curitiba: UFPR, 2009. (Dissertação de mestrado).

APÊNDICE A
LISTA DOS MUNICÍPIOS

Município	Pop.	CP	IPDM	TPMP	Influência	Relevância	Condição
Abatiá	7.764	-0,62	0,6415	27,55	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Adrianópolis	6.376	-0,94	0,5018	43,44	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Agudos do Sul	8.270	1,37	0,5439	38,91	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Almirante Tamandaré	103.204	1,57	0,5841	22,17	-	Relevância M. Inf.	Intermediário
Altamira do Paraná	4.306	-4,74	0,5849	52,37	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Alto Paraíso	3.206	-1,64	0,6195	34,22	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Alto Paraná	13.663	0,72	0,6557	25,33	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Alto Piquiri	10.179	-0,55	0,6435	37,21	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Altonia	20.516	0,65	0,7453	31,74	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Alvorada do Sul	10.283	1,06	0,6731	26,87	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Amaporã	5.443	1,58	0,647	33,54	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Ampére	17.308	1,03	0,6683	24,82	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Anahy	2.874	-0,46	0,662	39,02	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Andirá	20.610	-0,5	0,7182	20,77	Cent. Zona B	Baixa Relevância	Intermediário
Ângulo	2.859	0,07	0,6809	20,14	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Antonina	18.891	-0,15	0,5844	33,88	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Antônio Olinto	7.351	-0,08	0,5916	47,58	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Apucarana	120.919	1,15	0,7583	14,78	C. S. Reg A	Relevância M. S.	Dinâmico
Arapongas	104.150	2	0,7539	11,91	Cent. Zona A	Relevância M. S.	Dinâmico
Arapoti	25.855	0,8	0,6803	30,13	Centro Local	Baixa Relevância	Intermediário
Arapuã	3.561	-1,57	0,6689	44,74	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Araruna	13.419	0,26	0,7034	27,61	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário Fortemente
Araucária	119.123	2,37	0,7879	17,71	-	Alta Relevância	Dinâmico
Ariranha do Ivaí	2.453	-1,6	0,576	48,22	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Assaí	16.354	-0,98	0,7027	29,11	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Assis Chateaubriand	33.025	-0,09	0,681	24,13	Cent. Zona A	Sem Relevância	Intermediário
Astorga	24.698	0,44	0,748	19,41	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Atalaia	3.913	-0,26	0,7833	19,06	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Balsa Nova	11.300	1,08	0,6294	21,57	Centro Local	Relevância M. inf.	Intermediário
Bandeirantes	32.184	-0,47	0,7215	23,58	Cent. Zona A	Baixa Relevância	Intermediário
Barbosa Ferraz	12.656	-1,08	0,6302	41,87	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Barra do Jacaré	2.727	0,01	0,6544	26,76	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Barracão	9.735	0,49	0,7244	27,69	Cent. Zona B	Sem Relevância	Intermediário
Bela Vista da Caroba	3.945	-1,31	0,6518	37,92	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Bela Vista do Paraíso	15.079	0,03	0,6276	23,12	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Bituruna	15.880	0,09	0,6436	32,99	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Boa Esperança	4.568	-1,22	0,698	35,83	Centro Local	Baixa Relevância	Periférico
Boa Esperança do Iguaçu	2.764	-1,16	0,5374	32,85	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Boa Ventura de São Roque	6.554	-0,34	0,6417	47,33	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Boa Vista da Aparecida	7.911	-0,63	0,6289	39,99	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Bocaiúva do Sul	10.987	1,96	0,4881	29,02	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Bom Jesus do sul	3.796	-0,9	0,6967	49,23	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Bom Sucesso	6.561	0,61	0,6452	30,27	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Bom Sucesso do Sul	3.293	-0,3	0,6547	32,12	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Borrazópolis	7.878	-1,81	0,6736	32,17	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Braganey	5.735	-0,76	0,6602	48,72	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Brasilândia do Sul	3.209	-1,9	0,6462	41,32	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Cafeara	2.695	0,81	0,6434	27,97	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário

Cafelândia	14.662	2,78	0,7929	16,02	Centro Local	Baixa Relevância	Intermediário
Cafezal do Sul	4.290	-0,8	0,6397	36,34	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Califórnia	8.069	0,5	0,719	26,17	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Cambará	23.886	0,49	0,6657	20,56	Centro Local	Baixa Relevância	Intermediário
Cambé	96.733	0,93	0,7136	15,24	Centro Local	Relevância M. Inf.	Intermediário
Cambira	7.236	0,79	0,716	23,81	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Campina da Lagoa	15.394	-1	0,6126	37,2	Cent. Zona B	Sem Relevância	Periférico
Campina do Simão	4.076	-0,68	0,5599	48,39	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Campina Grande do Sul	38.769	1,15	0,6596	21,35	-	Sem Relevância	Intermediário
Campo Bonito	4.407	-1,5	0,6365	48,08	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Campo do Tenente	7.125	1,18	0,6086	38,07	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Campo Largo	112.377	1,93	0,7078	15,91	-	Relevância M. S.	Dinâmico
Campo Magro	24.843	1,99	0,6947	21,46	-	Sem Relevância	Intermediário
					Cent. Sub.		
Campo Mourão	87.194	0,8	0,7591	20,74	Reg A	Relevância M. S.	Dinâmico
Cândido de Abreu	16.655	-1,2	0,5719	51,88	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Candói	14.983	0,55	0,6202	42,23	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Cantagalo	12.952	0,11	0,546	47,03	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Capanema	18.526	0,16	0,7121	19,3	Cent. Zona B	Baixa Relevância	Intermediário
Capitão Leônidas Marques	14.970	0,41	0,6776	33,18	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Carambeí	19.163	2,58	0,6953	18,81	Centro Local	Relevância M. Inf.	Dinâmico
Carlópolis	13.706	0,3	0,6466	29,38	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Cascavel	286.205	1,55	0,7667	17,03	Cap. Reg. B	Relevância M. S.	Dinâmico
Castro	67.084	0,54	0,68	32,47	Centro Local	Baixa Relevância	Intermediário
Catanduvas	10.202	-0,21	0,738	43,05	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Centenário do Sul	11.190	-0,54	0,6242	30,81	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Cerro Azul	16.938	0,35	0,472	48,66	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Céu Azul	11.032	0,55	0,7433	21,99	Centro Local	Baixa Relevância	Intermediário
Chopinzinho	19.679	-0,43	0,6728	27,79	Cent. Zona B	Sem Relevância	Intermediário
					Centro Sub.		
Cianorte	69.958	2	0,7822	13,64	Reg. B	Baixa Relevância	Dinâmico
Cidade Gaúcha	11.062	1,5	0,6871	19,84	Centro Local	Baixa Relevância	Intermediário
Civelândia	17.240	-0,62	0,6258	30,89	Centro Local	Baixa Relevância	Periférico
Colombo	212.967	1,51	0,6358	17,34	-	Relevância M. S.	Dinâmico
Colorado	22.345	0,64	0,7753	16,97	Centro Local	Baixa Relevância	Intermediário
Congonhinhas	8.279	0,53	0,6254	36,79	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Conselheiro Mairinck	3.636	0,49	0,6687	34,62	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Contenda	15.891	1,84	0,6334	28,29	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Corbélia	16.312	0,32	0,707	24,04	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Cornélio Procópio	46.928	0,01	0,7331	16,44	Cent. Zona A	Relevância M. Inf.	Intermediário
Coronel Domingos Soares	7.238	0,33	0,5366	55,92	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Coronel Vivida	21.749	-0,69	0,665	27,53	Cent. Zona B	Sem Relevância	Intermediário
Corumbataí do Sul	4.002	-2,1	0,5984	48,6	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Cruz Machado	18.040	0,21	0,5992	41,74	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Cruzeiro do Iguaçu	4.278	-0,27	0,65	39,88	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Cruzeiro do Oeste	20.416	0,1	0,6475	27,64	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Cruzeiro do Sul	4.563	-0,42	0,6949	18,71	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Cruzmaltina	3.162	-0,89	0,6223	46,32	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
						Altíssima	Fortemente
Curitiba	1.751.907	0,99	0,8509	8,61	Metrópole	Relevância	Dinâmico
Curiúva	13.923	0,76	0,5885	43,09	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Diamante do Norte	5.516	-1	0,6703	27,22	Centro Local	Sem Relevância	Periférico

Diamante do Sul	3.510	-0,41	0,6304	48,85	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Diamante D' Oeste	5.027	0,3	0,5665	41,1	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Dois Vizinhos	36.179	1,24	0,7459	17,75	Cent. Zona A	Baixa Relevância	Dinâmico
Douradina	7.445	1,91	0,8123	22,69	Centro Local	Baixa Relevância	Intermediário
Doutor Camargo	5.828	0,09	0,7147	21,84	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Doutor Ulysses	5.727	-0,47	0,3584	57,29	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Enéas Marques	6.103	-0,45	0,656	24,63	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Engenheiro Beltrão	13.906	-0,13	0,7408	24,18	Centro Local	Baixa Relevância	Intermediário
Entre Rios do Oeste	3.926	1,67	0,758	9,49	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Esperança Nova	1.970	-1,57	0,6609	30,44	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Espigão Alto do Iguaçu	4.677	-1,41	0,5575	46,83	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Farol	3.472	-1,31	0,6908	45,3	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Faxinal	16.314	0,44	0,5748	30,14	Cent. Zona B	Sem Relevância	Periférico
Fazenda Rio Grande	81.675	2,65	0,6164	20,11	-	Baixa Relevância	Intermediário
Fênix	4.802	-0,29	0,656	30,1	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Fernandes Pinheiro	5.932	-0,71	0,6065	46,66	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Figueira	8.293	-0,86	0,5812	34,62	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Flor da Serra do Sul	4.726	-0,68	0,6986	36,56	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Floraí	5.050	-0,45	0,8005	16,76	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Floresta	5.931	1,48	0,7375	15,32	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Florestópolis	11.223	-0,82	0,7212	26,98	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Flórida	2.543	0,44	0,7922	16,03	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Formosa do Oeste	7.541	-1,48	0,6932	29,09	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Foz do Iguaçu	256.088	-0,1	0,6741	19,05	Reg. A	Relevância M. S.	Dinâmico
Foz do Jordão	5.420	-1,61	0,5839	47,5	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Francisco Alves	6.418	-0,8	0,6819	29,54	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Francisco Beltrão	78.943	1,63	0,7741	19,4	Reg. A	Relevância M. Inf.	Dinâmico
General Carneiro	13.669	-0,17	0,5879	32,91	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Godoy Moreira	3.337	-1,38	0,669	49,72	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Goioerê	29.018	-0,25	0,6969	27,69	Cent. Zona B	Sem Relevância	Intermediário
Goioxim	7.503	-0,75	0,484	55,07	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Grandes Rios	6.625	-1,7	0,5862	37,68	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Guaira	30.704	0,69	0,5937	30,25	Cent. Zona B	Baixa Relevância	Intermediário
Guairaçá	6.197	0,5	0,6608	35,12	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Guamiranga	7.900	1,03	0,6562	49,14	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Guapirama	3.891	-0,44	0,6436	26,07	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Guaporema	2.219	-0,11	0,7398	32,94	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Guaraci	5.227	0,61	0,6521	24,96	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Guaraniaçu	14.582	-1,64	0,6676	34,92	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Guarapuava	167.328	0,76	0,6736	24,85	Reg. A	Relevância M. S.	Dinâmico
Guaraqueçaba	7.871	-0,51	0,4598	49,05	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Guaratuba	32.095	1,65	0,5859	21,89	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Honório Serpa	5.955	-1,46	0,6749	47,19	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Ibaiti	28.751	0,84	0,6856	32,28	Cent. Zona A	Sem Relevância	Intermediário
Ibema	6.066	0,33	0,7253	40,96	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Ibiporã	48.198	1,35	0,7117	17,27	Centro Local	Baixa Relevância	Intermediário
Icaraíma	8.839	-1,27	0,6382	30,21	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Iguaraçu	3.982	1,02	0,7425	20,04	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Iguatu	2.234	-0,09	0,7335	39,54	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Imbaú	11.274	1,75	0,54	43,95	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Imbituva	28.455	1,51	0,658	34,62	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário

Inácio Martins	10.943	-0,02	0,564	47,02	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Inajá	2.988	0,25	0,6247	30,15	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Indianópolis	4.299	0,2	0,7214	23,78	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Ipiranga	14.150	0,62	0,6066	34,49	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Iporã	14.981	-0,93	0,6631	33,43	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Iracema do Oeste	2.578	-1,34	0,6686	39,87	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Irati	56.207	0,71	0,7002	27,35	Cent. Zona A	Baixa Relevância	Intermediário
Iretama	10.622	-0,65	0,6394	43,5	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Itaguajé	4.568	-0,43	0,6483	34,91	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Itaipulândia	9.026	2,82	0,7032	25,02	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Itambaracá	6.759	-0,48	0,6485	31,35	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Itambé	5.979	0,04	0,726	19,39	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Itapejara d'Oeste	10.531	1,4	0,576	25,62	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Itaperuçu	23.887	2,13	0,4821	35,64	-	Sem Relevância	Intermediário
Itaúna do Sul	3.583	-2,14	0,577	38,96	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Ivaí	12.815	0,74	0,5041	38,11	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Ivaiporã	31.816	-0,14	0,66	30,47	Centro Sub. Reg. B	Sem Relevância	Intermediário
Ivaté	7.514	0,82	0,7398	27,26	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Ivatuba	3.010	0,74	0,769	20,84	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Jaboti	4.895	0,65	0,6201	29,96	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Jacarezinho	39.121	-0,13	0,6758	20,28	Cent. Zona A	Baixa Relevância	Intermediário
Jaguapitã	12.225	1,12	0,7159	19,54	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Jaguariaíva	32.606	0,58	0,6827	27,24	Cent. Zona B	Relevância M. Inf.	Intermediário
Jandaia do Sul	20.269	0,3	0,7166	19,43	Cent. Zona A	Sem Relevância	Intermediário
Janiópolis	6.532	-2,11	0,6621	39,09	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Japira	4.903	0	0,6461	38,55	Centro Local	Baixa Relevância	Periférico
Japurá	8.549	0,98	0,775	13,04	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Jardim Alegre	12.324	-1,03	0,5665	41,54	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Jardim Olinda	1.409	-0,77	0,7575	43,74	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Jataizinho	11.875	0,47	0,6301	25,93	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Jesuítas	9.001	-0,88	0,7133	31,05	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Joaquim Távora	10.736	1,06	0,7221	25,19	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Jundiaí do Sul	3.433	-0,64	0,6256	34,55	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Juranda	7.641	-0,62	0,646	35,76	Centro Local	Baixa Relevância	Periférico
Jussara	6.610	0,48	0,7708	19,48	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Kaloré	4.506	-1,12	0,7103	26,41	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Lapa	44.932	0,72	0,6519	31,54	Centro Local	Relevância M. Inf.	Intermediário
Laranjal	6.360	-1,12	0,4639	58,11	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Laranjeiras do Sul	30.777	0,25	0,661	33,75	Cent. Zona A	Sem Relevância	Intermediário
Leópolis	4.145	-0,69	0,6084	28,9	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Lidianópolis	3.973	-1,84	0,6608	34,1	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Lindoeste	5.361	-1,48	0,634	43,32	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Loanda	21.201	0,81	0,6829	20,44	Cent. Zona A	Sem Relevância	Intermediário
Lobato	4.401	0,8	0,836	16,07	Centro Local	Baixa Relevância	Intermediário
Londrina	506.701	1,26	0,8097	12,35	Cap. Reg. B	Alta Relevância	Fortemente Dinâmico
Luiziana	7.315	-0,3	0,5741	41,12	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Lunardelli	5.160	-0,93	0,6677	34,03	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Lupionópolis	4.592	0,61	0,6228	26,64	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Mallet	12.973	0,29	0,6466	30,44	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Mamborê	13.961	-0,82	0,7013	38,26	Centro Local	Baixa Relevância	Periférico
Mandaguacu	19.781	1,63	0,6741	21,93	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Mandaguari	32.658	0,4	0,7541	21,37	Centro Local	Baixa Relevância	Intermediário
Mandirituba	22.220	2,39	0,6465	26,56	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário

Manfrinópolis	3.127	-1,94	0,5514	48,42	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Mangueirinha	17.048	-0,41	0,5501	43,35	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Manoel Ribas	13.169	0,08	0,5733	40,76	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Marechal Cândido Rondon	46.819	1,33	0,755	12,41	Cent. Zona A	Relevância M. Inf.	Dinâmico
Maria Helena	5.956	-0,69	0,5598	37,84	Centro Local	Baixa Relevância	Periférico
Marialva	31.959	1,08	0,7028	17,47	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Marilândia do Sul	8.863	-0,23	0,7091	38,47	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Marilena	6.858	0,15	0,6162	28,77	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Mariluz	10.224	-0,07	0,5658	43,13	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Maringá	357.077	2,15	0,8211	8,74	Cap. Reg. B	Alta Relevância	Dinâmico
Mariópolis	6.268	0,41	0,6324	29,97	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Maripá	5.684	-0,35	0,7333	13,22	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Marmeleiro	13.900	0,17	0,6822	27,23	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Marquinho	4.981	-1,27	0,5995	52,6	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Marumbi	4.603	-0,02	0,7224	32,21	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Matelândia	16.078	1,15	0,7054	22,67	Centro Local	Baixa Relevância	Intermediário
Matinhos	29.428	1,98	0,6646	18,47	Cent. Zona B	Sem Relevância	Intermediário
Mato Rico	3.818	-1,62	0,5942	55,42	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Mauá da Serra	8.555	2,83	0,6531	37,92	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Medianeira	41.817	1,01	0,7732	15,98	Cent. Zona A	Relevância M. Inf.	Dinâmico
Mercedes	5.046	0,91	0,7399	13,62	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Mirador	2.327	-0,71	0,6189	30,01	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Miraselva	1.862	-0,52	0,7258	16,42	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Missal	10.474	0,04	0,6539	23,15	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Moreira Sales	12.606	-0,61	0,6753	32,79	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Morretes	15.718	0,29	0,5663	23,78	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Munhoz de Melo	3.672	0,77	0,7383	23,57	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Nossa Senhora das Graças	3.836	0,01	0,6959	20,06	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Nova Aliança do Ivaí	1.431	0,67	0,6055	26,41	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Nova América da Colina	3.478	-0,3	0,74	27,54	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Nova Aurora	11.866	-1,38	0,7072	22,77	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Nova Cantu	7.425	-2,85	0,6425	46,53	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Nova Esperança	26.615	0,34	0,7061	17,02	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Nova Esperança do Sudoeste	5.098	-0,31	0,681	30,7	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Nova Fátima	8.147	-0,19	0,6021	23,78	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Nova Laranjeiras	11.241	-0,4	0,5172	48,67	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Nova Londrina	13.067	-0,08	0,7484	23,94	Cent. Zona B	Sem Relevância	Intermediário
Nova Olímpia	5.503	0,41	0,6878	30,02	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Nova Prata do Iguaçu	10.377	-0,02	0,6482	28,97	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Nova Santa Bárbara	3.908	0,79	0,583	40,06	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Nova Santa Rosa	7.626	0,68	0,7676	14,68	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Nova Tebas	7.398	-2,45	0,5429	47,37	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Novo Itacolomi	2.827	-0,14	0,7528	35,28	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Ortigueira	23.380	-0,75	0,5857	51,73	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Ourizona	3.380	-0,05	0,7094	24,28	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Ouro Verde do Oeste	5.692	0,39	0,6006	32,91	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Paiçandu	35.936	1,57	0,6276	21,56	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Palmas	42.888	2,11	0,6063	30,54	Cent. Zona A	Baixa Relevância	Intermediário

Palmeira	32.123	0,41	0,6754	27,97	Cent. Zona B	Sem Relevância	Intermediário
Palmital	14.865	-1,31	0,5608	47,34	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Palotina	28.683	1,08	0,8037	14,81	Centro Local	Relevância M. Inf.	Dinâmico
Paraíso do Norte	11.772	1,91	0,7065	16,88	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Paranacity	10.250	1,19	0,721	21,04	Cent. Zona B Cent. Sub.	Sem Relevância	Intermediário
Paranaguá	140.469	0,99	0,6753	19,06	Reg A	Alta Relevância	Dinâmico
Paranapoema	2.791	1,55	0,6232	31,9	Centro Local Cent. Sub.	Sem Relevância	Intermediário
Paranavaí	81.590	0,75	0,7027	18,17	Reg A	Relevância M. Inf.	Dinâmico
Pato Bragado	4.822	1,76	0,7613	18,88	Centro Local Cent. Sub.	Sem Relevância	Intermediário
Pato Branco	72.370	1,52	0,7506	14,63	Reg A	Relevância M. Inf.	Dinâmico
Paula Freitas	5.434	0,72	0,6659	33,4	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Paulo Frontin	6.913	0,52	0,6644	29,75	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Peabiru	13.624	0,1	0,6529	31,9	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Perobal	5.653	0,66	0,7805	31,35	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Pérola	10.208	0,96	0,7144	27,21	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Pérola d'Oeste	6.761	-0,84	0,5927	34,56	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Piên	11.236	1,38	0,7041	27,95	Centro Local	Baixa Relevância	Intermediário
Pinhais	117.008	1,28	0,7371	14,18	-	Relevância M. S.	Dinâmico
Pinhal de São Bento	2.625	0,25	0,6803	61,23	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Pinhalão	6.215	0	0,6532	30,57	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Pinhão	30.208	0,62	0,5647	43,14	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Piraí do Sul	23.424	0,79	0,6037	31,32	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Piraquara	93.207	2,49	0,6116	23,17		Baixa Relevância	Intermediário
Pitanga	32.638	-0,94	0,6505	40,86	Cent. Zona B	Sem Relevância	Periférico
Pitangueiras	2.814	1,53	0,7011	18,36	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Planaltina do Paraná	4.095	0,26	0,6874	30,65	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Planalto	13.654	-0,34	0,6695	31,66	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Ponta Grossa	311.611	1,31	0,7022	18,55	Cap. Reg. C	Alta Relevância	Dinâmico
Pontal do Paraná	20.920	3,86	0,6536	20,2	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Porecatu	14.189	-1,12	0,7019	16,15	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Porto Amazonas	4.514	0,64	0,6665	19,22	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Porto Barreiro	3.663	-1,37	0,643	44,65	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Porto Rico	2.530	-0,08	0,7067	29,67	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Porto Vitória	4.020	-0,08	0,6606	28,29	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Prado Ferreira	3.434	0,86	0,5729	21,21	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Pranchita	5.628	-1,06	0,6438	26,27	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Presidente Castelo Branco	4.784	1,06	0,7001	23,09	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Primeiro de Maio	10.832	0,1	0,6334	28,71	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Prudentópolis	48.792	0,52	0,614	43,14	Cent. Zona B	Sem Relevância	Intermediário
Quarto Centenário	4.856	-0,93	0,6927	42,07	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Quatiguá	7.045	0,44	0,6989	18,73	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Quatro Barras	19.851	2,08	0,759	17,46	-	Relevância M. Inf.	Dinâmico
Quatro Pontes	3.803	0,42	0,7087	7,92	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Quedas do Iguaçu	30.605	1,13	0,641	35,27	Cent. Zona B	Baixa Relevância	Intermediário
Querência do Norte	11.729	0,25	0,6343	41,4	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Quinta do Sol	5.088	-1,23	0,6781	35,49	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Quitandinha	17.089	1,13	0,562	41,5	-	Sem Relevância	Periférico
Romilândia	4.134	0,67	0,616	48,6	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Rancho Alegre	3.955	-0,59	0,6275	23,06	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Rancho Alegre D'Oeste	2.847	-0,9	0,6938	35,44	Centro Local	Sem Relevância	Periférico

Realeza	16.338	0,19	0,7149	24,57	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Rebouças	14.176	0,37	0,6356	41,31	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Renascença	6.812	-0,21	0,6633	40,56	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Reserva	25.172	0,49	0,5388	47,51	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Reserva do Iguaçu	7.307	0,9	0,5606	39,19	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Ribeirão Claro	10.678	-0,21	0,6785	23,48	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Ribeirão do Pinhal	13.524	-0,58	0,573	30,84	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Rio Azul	14.093	0,79	0,652	32,62	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Rio Bom	3.334	-0,61	0,727	31,83	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Rio Bonito do Iguaçu	13.661	-0,09	0,5952	56,47	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Rio Branco do Ivaí	3.898	0,37	0,5616	51,46	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Rio Branco do Sul	30.650	0,44	0,5673	31,87		Relevancia M Inf.	Intermediário
Rio Negro	31.274	0,86	0,75	19,22	Centro Local	Baixa Relevância	Intermediário
Rolândia	57.862	1,59	0,7705	14,23	Centro Local	Relevância M. Inf.	Intermediário
Roncador	11.537	-1,65	0,65	46,25	Cent. Zona B	Sem Relevância	Periférico
Rondon	8.996	0,54	0,7006	22,47	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Rosário do Ivaí	5.588	-1,63	0,5702	47,2	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Sabáudia	6.096	1,2	0,7493	17,76	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Salgado Filho	4.403	-1,91	0,6214	42,68	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Salto do Itaraté	5.178	-0,69	0,6568	42,5	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Salto do Lontra	13.689	0,71	0,6761	36,23	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Santa Amélia	3.803	-1,46	0,6534	33,42	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Santa Cecília do Pavão	3.646	-1,08	0,639	36,74	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Santa Cruz de Monte Castelo	8.092	-0,58	0,6441	28,2	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Santa Fé	10.432	1,64	0,6938	16,07	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Santa Helena	23.413	1,34	0,6956	25,82	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Santa Inês	1.818	-1,43	0,7053	29,57	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Santa Isabel do Ivaí	8.760	-0,44	0,6016	24,97	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Santa Izabel do Oeste	13.132	1,15	0,6828	30,48	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Santa Lúcia	3.925	-0,5	0,6508	37,15	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Santa Maria do Oeste	11.500	-1,69	0,4993	54,18	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Santa Mariana	12.435	-0,8	0,6312	25,36	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Santa Mônica	3.571	1,13	0,6215	36,04	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Santa Tereza do Oeste	10.332	-0,4	0,6584	24,56	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Santa Terezinha de Itaipu	20.841	1,27	0,6915	21,74	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Santana do Itararé	5.249	-0,71	0,6342	40,59	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Santo Antônio da Platina	42.707	0,67	0,6266	20,14	Centro Sub. Reg. B	Baixa Relevância	Intermediário
Santo Antônio do Caiuá	2.727	-0,54	0,679	27,69	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Santo Antônio do Paraíso	2.408	-1,46	0,7271	36,73	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Santo Antônio do Sudoeste	18.893	0,56	0,6314	35,67	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Santo Inácio	5.269	0,16	0,6801	23,12	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
São Carlos do Ivaí	6.354	0,74	0,6873	16,58	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
São Jerônimo da Serra	11.337	-0,36	0,4967	41,43	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
São João	10.599	-0,56	0,6576	28,39	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
São João do Caiuá	5.911	-0,3	0,6532	30,81	Centro Local	Sem Relevância	Periférico

São João do Ivaí	11.525	-1,34	0,6759	31,06	Cent. Zona B	Sem Relevância	Periférico
São João do Triunfo	13.704	0,99	0,5145	46,99	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
São Jorge do Ivaí	5.517	-0,13	0,7385	18	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
São Jorge do Patrocínio	6.041	-0,89	0,7188	37,98	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
São Jorge d' Oeste	9.085	-0,24	0,6492	28,16	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
São José da Boa Vista	6.511	-0,69	0,6288	43,04	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
São José das Palmeiras	3.830	-0,68	0,6042	36,3	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
São José dos Pinhais	264.210	2,6	0,7536	14,03	-	Alta Relevância	Fortemente Dinâmico
São Manoel do Paraná	2.098	0,12	0,8025	24,23	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
São Mateus do Sul	41.257	1,21	0,7238	31,04	Cent. Zona B	Baixa Relevância	Intermediário
São Miguel do Iguaçu	25.769	0,53	0,7027	28,38	Centro Local	Baixa Relevância	Intermediário
São Pedro do Iguaçu	6.491	-1,14	0,6286	34,72	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
São Pedro do Ivaí	10.167	0,71	0,7267	24	Centro Local	Baixa Relevância	Intermediário
São Pedro do Paraná	2.491	-0,94	0,7129	22,44	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
São Sebastião da Amoreira	8.626	0,09	0,6193	30,96	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
São Tomé	5.349	0,59	0,765	28,97	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Sapopema	6.736	-0,2	0,5394	41,18	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Sarandi	82.847	1,49	0,648	20,12	Centro Local	Baixa Relevância	Intermediário
Saudade do Iguaçu	5.028	0,88	0,7098	32,54	Centro Local	Baixa Relevância	Intermediário
Sengés	18.414	0,35	0,6316	32,72	Centro Local	Baixa Relevância	Intermediário
Serranópolis do Iguaçu	4.568	-0,37	0,7301	24,77	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Sertaneja	5.817	-1,14	0,6912	25,4	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Sertanópolis	15.638	0,32	0,7183	17,99	Centro Local	Baixa Relevância	Intermediário
Siqueira Campos	18.454	1,44	0,6916	24,43	Cent. Zona B	Sem Relevância	Intermediário
Sulina	3.394	-1,43	0,5748	37,05	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Tamarana	12.262	2,36	0,6278	39,26	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Tamboara	4.664	0,92	0,6323	20,78	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Tapejara	14.598	1,07	0,7003	21,16	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Tapira	5.836	-0,73	0,6395	31,22	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Teixeira Soares	10.283	2,3	0,6507	34,24	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Telêmaco Borba	69.872	1,33	0,7134	21,6	Cent. Zona A	Relevância M. S.	Dinâmico
Terra Boa	15.776	0,75	0,7572	18,75	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Terra Rica	15.221	0,99	0,7169	25,07	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Terra Roxa	16.759	0,28	0,6996	24,18	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Tibagi	19.344	0,48	0,6332	34,99	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Tijucas do Sul	14.537	1,72	0,6667	32,21	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Toledo	119.313	1,97	0,7787	14,26	Centro Sub. Reg. A	Relevância M. S.	Dinâmico
Tomazina	8.791	-1,21	0,6327	34,52	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Três Barras do Paraná	11.824	0	0,5687	40,89	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Tunas do Paraná	6.256	5,65	0,5353	35,35	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Tuneiras do Oeste	8.695	-0,36	0,6691	30,15	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Tupãssi	7.997	-0,03	0,7131	27,74	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Turvo	13.811	-0,51	0,6185	46,98	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Ubiratã	21.558	-0,47	0,6817	33,16	Centro Local	Baixa Relevância	Periférico
Umuarama	100.676	1,05	0,7215	15,12	Centro Sub. Reg. A	Relevância M. Inf.	Dinâmico

União da Vitória	52.735	0,84	0,715	18,41	Centro Sub. Reg. B	Relevância Média Inf.	Dinâmico
Uniflor	2.466	0,43	0,6826	28,91	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Uraí	11.472	-0,35	0,6681	28,27	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Ventania	9.957	2,18	0,5749	33,49	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Vera Cruz do Oeste	8.973	-0,73	0,5836	36,19	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Verê	7.878	-1,01	0,6729	27,31	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Virmond	3.950	0	0,6393	27,46	Centro Local	Sem Relevância	Periférico
Vitorino	6.513	0,36	0,701	25,84	Centro Local	Sem Relevância	Intermediário
Wenceslau Braz	19.298	-0,13	0,6104	34,43	Cent. Zona B	Sem Relevância	Periférico
Xambrê	6.012	-0,78	0,6486	32,76	Centro Local	Sem Relevância	Periférico

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

GRUPO I
ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS COM PESSOAS CHAVE
ROTEIRO BASE

Local: _____ **Data:** _____
Nome: _____
Função: _____

- 1 Qual é a base econômica do município?
- 2 Existem ações em andamento para diversificar a produção?
- 3 Qual é o apoio oferecido para o desenvolvimento local?
- 4 Quais são os principais problemas enfrentados pelo município?
- 5 Quais são os motivos atribuídos para o esvaziamento populacional e que problemas a redução da população traz para o município?
- 6 Existem políticas públicas destinadas a conter o esvaziamento populacional?
- 7 Quais são os municípios pólos na região, o papel desempenhado e a mobilidade da população (deslocamentos para trabalho, atendimento médico, serviços e compras)?
- 8 Qual é a importância do Fundo de Participação Municipal e demais transferências?
- 9 Como aumentar as receitas próprias?
- 10 Quais são as perspectivas futuras para o desenvolvimento?

GRUPO II
ENTREVISTAS COM A POPULAÇÃO
ROTEIRO

Local: _____ **Data:** _____

Nome: _____

Profissão: _____

1 Quanto tempo mora no município: _____

2 O que existe de melhor no município: _____

3 Quais são os principais problemas: _____

4 Quando necessita de atendimento médico especializado encontra no município:

Já se deslocou para outras cidades em busca de atendimento médico: () Sim () Não

Quais cidades (**em caso de resposta Sim**): _____

5 Quando necessita de serviços especializados (dentista, advogado, engenheiro, banco, seguros, entre outros) encontra no município:

Já se deslocou para outras cidades em busca dos referidos serviços: () Sim () Não

Quais cidades (**em caso de resposta Sim**): _____

6 Vai as compras em outras cidades: _____

Quais cidades (**em caso de resposta Sim**): _____

Motivo: _____

Com que frequência: _____

7 Para quais cidades as pessoas se deslocam em busca de Ensino Superior:

8 Você trabalha no município? Se não onde trabalha? (registrar caso seja aposentado):

9 Existe alguma pessoa da sua família que se mudou por falta de oportunidades:

Para onde (**em caso de resposta sim**):_____

10 Você pensa em se mudar para outra cidade: () Sim () Não

Por que:_____

Para onde (**em caso de resposta sim**):_____